

# EID&A

Nº 17

REVISTA ELETRÔNICA DE ESTUDOS  
INTEGRADOS EM DISCURSO  
E ARGUMENTAÇÃO

língua  
linguística  
discursos políticos  
argumentação  
aristotele  
retórica  
análise do discurso  
topos  
ethos  
pathos  
logos  
teorias  
falas  
corpus  
humani

## O tom valorativo como estratégia argumentativa no gênero comentário on-line

### ***Alixandra Guedes Rodrigues de Medeiros e Oliveira***

Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

Bolsista CAPES, proc. 88882.182506/2018-01.

[alixandragm@gmail.com](mailto:alixandragm@gmail.com)

### ***Pedro Farias Francelino***

Professor Doutor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.

[pedrofrancelino@yahoo.com.br](mailto:pedrofrancelino@yahoo.com.br)

**Resumo:** Pensando a argumentação como uma tomada de posição em relação a outra posição que se realiza no contexto dialógico, o presente trabalho objetiva analisar como o tom valorativo contribui para a construção da argumentação nos comentários on-line que têm por motivação a tira em quadrinhos “Chegando a Deus”, produzida pelo designer e ilustrador Carlos Ruas. Para tanto, buscamos respaldo na Análise Dialógica do Discurso (BAKHTIN, 2010, 2011, 2016; VOLOCHÍNOV, 2013) e nos estudos realizados acerca da Argumentação (FIORIN, 2017). Do ponto de vista do resultado da análise, constatamos que os sujeitos fazem uso da valoração como mecanismo de argumentação para problematizar a prática do dízimo em contextos eclesiais religiosos, utilizando de artifícios argumentativos, como a comparação e a autoridade para tal, postura imanente ao jogo argumentativo.

**Palavras-chave:** Valoração. Argumentação. Tiras. Comentário on-line.

**Abstract:** Thinking the argument as a positioning in relation to the other position that takes place in the dialogical context, the present work aims analyze how the valorative tone contributes to the argument construction in the online comments motivated by comic strip “Chegando a Deus”, produced by the designer and illustrator Carlos Ruas. Therefore, we seek support in Dialogical Discourse Analysis (BAKHTIN, 2010, 2011, 2016, VOLOCHÍNOV, 2013) and studies on Argumentation (FIORIN, 2017). From the analysis result point of view, we find that the subjects make use of valuation as a argumentation mechanism to problematize the tithing practice in religious ecclesiastical contexts, using argumentative artifices, such as comparison and authority for such, immanent posture argumentative.

**Keywords:** Valuation. Argumentation. Comic strips. Online comment.

## Introdução

O sujeito, em suas práticas sociais de linguagem, manifesta pontos de vista diferentes e divergentes em sua relação com os outros e com o mundo. A língua e o texto assumem, nesse sentido, o lugar da materialidade discursiva em que as palavras revelam-se carregadas de sentidos veiculados por variados conteúdos ideológicos. Por conseguinte, a tensão dialética é uma das principais características do signo linguístico e nele habitam, concomitantemente, valores que produzem sentidos diversos, mesmo antagônicos, por refletirem de modo polêmico o objeto do discurso e o sujeito e seu horizonte socioideológico.

É, pois, nesse processo interativo que se estabelecem as relações dialógicas e por meio delas podemos perceber os diversos tons emotivo-volitivos nos enunciados. Nesse jogo de dizeres, o discurso se constitui sempre sob(re) outro discurso, de forma que todos os discursos são argumentativos, já que todos eles – em maior ou menor grau – fazem parte de uma polêmica, refutando, apoiando, contestando, sustentando um dado ponto de vista, pois são uma atitude responsiva a outros enunciados proferidos, figurando como uma espécie de faísca que produz concordâncias e discordâncias no âmbito do dizer.

Embasado num viés discursivo, este trabalho realiza uma análise dialógico-discursiva da valoração como estratégia argumentativa utilizada no gênero comentário *on-line*, gerado a partir da tira em quadrinhos “*Chegando a Deus*”, produzida pelo designer e ilustrador Carlos Ruas, publicada na página de Facebook “*Um Sábado Qualquer*”, no dia 6 de setembro de 2017, que versa sobre a cobrança de dízimos por parte de igrejas cristãs.

A hipótese levantada é a de que os enunciados produzidos em resposta à tira publicada caracterizam-se como produções argumentativas na medida em que os internautas se utilizam de tons valorativos para condenar a prática do dízimo. Para tanto, a análise foi desenvolvida a partir de comentários e réplicas produzidos sobre a tira motivadora. Os comentários foram selecionados a partir da consideração de dois critérios: apresentar mais de cinco réplicas e apontar posicionamentos distintos.

Nosso trabalho está organizado em quatro seções: na primeira, abordamos uma discussão teórica sobre o conceito de tom valorativo a partir da perspectiva dialógica (BAKHTIN, 2010, 2011, 2016); na segunda, explanamos sobre a argumentatividade e(m) suas diferentes estratégias (FIORIN, 2017); na

terceira, discorreremos sobre o gênero comentário *on-line* e, por fim, apresentamos a análise empreendida relativa à presença da valoração enquanto elemento argumentativo nos enunciados verbo-visuais, sobre a referida tira, presentes na rede social *Facebook*.

### 1. Sobre o conceito de valoração

A linguagem, sob a perspectiva da Análise Dialógica do Discurso (doravante ADD), requer o entendimento da língua como resultado *não acabado* da vida verbal em contextos específicos de comunicação e de interação. Compreendendo que “a língua passa a integrar a vida mediante enunciados concretos (que a realizam), é igualmente por meio de enunciados concretos que a vida entra na língua” (BAKHTIN, 2011, p. 265).

No curso da interação dialógica, o enunciado apresenta como partes integrantes um projeto (a intenção do dizer), um autor (o sujeito) e a execução (a realização por parte do sujeito de sua própria intenção). Por possuir natureza ativamente responsiva, toda compreensão é desejante de resposta e é essa condição que constitui cada enunciado como um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados (BAKHTIN, 2011, p. 272).

Há em Bakhtin (2011) uma explanação sobre o vivenciamento ativo do eu que sintetiza bem a concepção de valoração desse autor, servindo de referência à reflexão neste tópico:

Tendo da minha vivência uma lembrança axiologicamente ativa não da parte do seu conteúdo presente, tomado isoladamente, mas da parte do seu sentido antedado e do objeto, isto é, da parte do que assimilou o surgimento dele em mim, e assim torno a renovar o antedado de cada vivência minha, reúno todas as minhas vivências, reúno a mim todo não no passado, mas no futuro eternamente vindouro. (BAKHTIN, 2011, p. 114-115).

É possível perceber nas palavras do autor que o sentido de valoração é explicado a partir da própria noção de dialogismo. É possível a compreensão de que as axiologias estão intimamente ligadas ao histórico e ao seu devir. Em outras palavras, o vivenciamento ativo do eu é sempre uma atividade axiológica; valorar significa, portanto, dar o seu “aroma” às formas de interação verbal, “uma vez que não se trata do valor da vida para mim, mas do meu próprio valor para mim mesmo [...], eu suponho esse valor no futuro eivado de sentidos.” (BAKHTIN, 2011, p. 112).

Nessa perspectiva, o vivenciamento torna-se *lembrança* axiológica quando se refere ao caráter dialógico da linguagem. A escolha do substantivo *lembrança* pelo autor cumpre o papel de afirmar que há “rastros” de sentidos atravessando as experiências de linguagens dos sujeitos sociais. Torna-se relevante destacar, a partir dessas considerações, duas assertivas: a lembrança é uma forma de axiologia e a axiologia é ideológica.

Na primeira, é preciso reconhecer que as valorações são vinculadas ao tempo e ao espaço, ou seja, ao cronotopo, de modo que os sujeitos estão sempre implicados nas lembranças axiológicas/valorativas e elas mobilizam tons/apreciações diante dos eventos de interação social. No que tange à segunda assertiva – a axiologia é ideológica –, as valorações possuem uma filiação ideológica historicamente situada e editada pelas pressões sociais a que tais ideologias se relacionam. Assim, o enunciado sempre veicula uma ideologia e esta, por sua vez, sempre será social e histórica e, por isso, não pode ser resumida à sua face empírica nem tampouco fechada no mundo individual do sujeito (FARACO, 2009).

Sob a perspectiva de Bakhtin (2016), toda atividade de linguagem, a exemplo da manifestação verbal socialmente significativa, é determinada por tons axiológicos e “cada dia tem sua conjuntura socioideológica, semântica, seu vocabulário, seu sistema de acento, seus lemas, seu desaforo e seu elogio” (BAKHTIN, 2016, p. 66). A relação do sujeito com o mundo que o cerca ocorre de maneira oblíqua, tendo em vista que as palavras adentram as camadas dos discursos sociais que recobrem as coisas. Desse modo, “nossa relação com o mundo é sempre atravessada por valores” (FARACO, 2009, p. 49) e esses tons valorativos acabam por ser utilizados como força argumentativa frente às interações dialógicas vivenciadas.

## 2. A argumentação

A máxima de que a língua apresenta como característica intrínseca a argumentação é recorrente no âmbito dos estudos linguísticos, constituindo-se como o estudo das orientações semânticas dos enunciados e dos encadeamentos que as expressam, afastando-se da noção de discursivização postulada pela tradição retórica.

A argumentação como aspecto constitutivo da linguagem apresenta aspectos interiores e exteriores. Interiormente, é a organização das unidades

discursivas transfrásticas, isto é, os operadores argumentativos, os elementos responsáveis pela argumentação nos discursos. Exteriormente, é o modo de funcionamento do discurso, ou seja, o seu caráter dialógico que assume o papel de orientador do discurso, no sentido de obter conclusões, resolver impasses. (FIORIN, 2017, p. 17).

À argumentação discursiva subjaz uma ideologia, não importando qual seja, pois até a neutralidade presente no discurso contém sua ideologia. Independentemente da origem do objeto do discurso de um sujeito, este (o objeto) não assume a posição de objeto de discurso pela primeira vez em um dado enunciado, tampouco o sujeito enunciativo é o primeiro a falar sobre o objeto. “O objeto, por assim dizer, está sempre ressalvado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes.” (BAKHTIN, 2011, p. 300).

Dentre as diversas formas de contestação e divergência apresentadas no ato interativo dialógico, os argumentos constituem estratégias como a inferência, a dedução, a indução, a analogia, o exemplo, a ilustração, a implicação, entre outros. Todos esses mecanismos discursivos são ativados pelo sujeito no momento da interação discursiva, dependendo do cronotopo no qual ele se encontra e do objeto do discurso em questão, reforçando a tese de que todos os discursos são argumentativos, visto que “a argumentação é uma questão de linguagem.” (FIORIN, 2017, p. 78).

O processo argumentativo, para Pistori e Banks-Leite (2010, p. 132),

[...] surge não apenas em situações em que há controvérsias explícitas, em que a regra é a assunção de posições opostas, mas que é no discurso, por meio dos elementos da língua, que se constroem posicionamentos diante da realidade – inclusive em termos de maior ou menor adesão do locutor a cada um deles; tais posicionamentos são argumentativos e visam a um auditório social determinado.

Assim, o sujeito está constantemente construindo discursos que explicam, ordenam, classificam o mundo à sua volta e o faz a partir de relações e dependências entre as diversas esferas ideológicas. Essa atitude resulta na formação de inúmeros “efeitos de sentido persuasivos, presentes no modo de produção, circulação e recepção desses discursos” (PISTORI, 2014, p. 150), de forma que o sentido só pode ser apreendido/depreendido quando inserido em contexto e a compreensão daquele que ouve/lê é,

portanto, sempre ativa, sem se afastar da valoração em curso, seja no ato de responder, seja na própria compreensão.

### 3. O gênero comentário on-line

A partir da vivência social e da diversidade de posições avaliativas, surge “a riqueza e a diversidade dos gêneros” (BAKHTIN, 2011, p. 262), já que são “inesgotáveis as possibilidades da multiformalidade da atividade humana” (BAKHTIN, 2011, p. 262). Além disso, cada campo da comunicação discursiva dá origem e diferencia a variedade dos gêneros de acordo com a complexidade de suas atividades.

O gênero comentário *on-line* surge na sociedade com o advento da *internet*, seguindo os passos do gênero comentário, surgido na esfera jornalística na década de 1960 (MELO, 2003). Por ser um gênero do ambiente virtual, sua linguagem é espontânea e individual, apresentando gírias, perguntas, interpelações, expressões valorativas/depreciativas, *emoticons* etc. Apresenta como uma de suas características principais a liberdade de expressão, que revela a espontaneidade da escrita e a subjetividade do internauta, demarcando a alteridade enunciativa, já que coloca o internauta diante de várias vozes que dialogam sobre um mesmo assunto. Em seu conteúdo temático, fazem-se presentes reflexões sobre fatos da atualidade, em especial aqueles divulgados na mídia televisiva.

Em sua estrutura composicional, destacam-se alguns aspectos, tais como: é um texto curto; a identificação do comentarista nem sempre ocorre; o gênero simula um diálogo face a face, por apresentar-se como uma conversa espontânea; possui vida efêmera, pois o comentarista opina sobre fato que está em curso na história social (ARAÚJO, 2017). Desse modo, o gênero comentário *on-line* configura-se como um reflexo da individualidade do falante por apresentar como traço fortemente marcado o estilo de cada um dos internautas e por encerrar em sua composição as mudanças históricas dos estilos de linguagem ocorridas nas últimas décadas e que são inseparáveis dos gêneros do discurso.

Os comentários *on-line* encontrados na página de *Facebook* “Um Sábado Qualquer” figuram como materializações dialógicas que refletem os acontecimentos de variados campos discursivos da sociedade – em especial, o discurso religioso – e que conduzem o sujeito-leitor-internauta a atitudes

valorativo-responsivas sobre o conteúdo materializado no gênero tira em quadrinhos. Mesmo que o sujeito-comentarista seja anônimo, o teor argumentativo permeia a materialização discursiva, já que o sujeito assume seu ponto de vista face ao outro, enunciando seus tons valorativos e responsabilizando-se inteiramente por seu posicionamento, uma vez que este fica arquivado na rede social e é replicado por outros sujeitos-internautas.

Por ocorrer no ambiente virtual, esse gênero é de fácil acesso e sua materialidade está fixada na rede social, não podendo ser alterado. De acordo com Kozinets (2014), o gênero comentário *on-line* compõe um vasto acervo para pesquisas acadêmicas, visto que não requer autorização, por ser de domínio público, além de poder ser acessado em qualquer lugar e em qualquer tempo.

#### 4. A valoração como estratégia argumentativa

As tirinhas de “Um Sábado Qualquer” são de autoria do designer carioca Carlos Ruas e buscam de forma irreverente e bem-humorada tratar de um dos assuntos mais polêmicos do mundo: a religião. A página está ativa desde 2009, conta com uma produção semanal de tirinhas, é atualizada diariamente e apresenta um alcance significativo, com um número de 2.855.178 milhões de seguidores, sendo as tirinhas de “Um sábado Qualquer” as mais acessadas do País.

A personagem da tira em análise é Deus, sua primeira personagem autoral, criada em 2009. Segundo o autor, a personagem é inspirada no humano, apresentando características como o ciúme, a inveja, a preguiça e o consumismo. As demais personagens são criações de Deus: Adão, personagem que representa o homem atual e que vive atormentado por 900 anos de conflito em seu relacionamento com Eva, além de viver resistindo às tentações de Lilith e tentando lidar com a TPM da esposa; Caim, filho de Adão e Eva, desde pequeno apresenta características psicopatas, o que leva Deus a sentir-se fracassado.

Compõem a tira, ainda, Lucicraldo, ou Luci, governante do mundo infernal, constantemente insatisfeito por isso, já que se sente injustiçado por ser usado como desculpa para as maldades humanas; por ser ingênuo, é sempre vítima das brincadeiras de Deus e de Adão; Jesus Cristo, filho de Deus, revela-se pacífico e ingênuo, prefere ficar jogando videogame a se tornar um guerreiro, o que causa tristeza em seu pai, que apesar disso o ama

incondicionalmente; e os humanos que estão sempre pedindo ou se queixando a Deus. Vejamos:

Figura 1 - Tira em quadrinhos “Chegando a Deus”, de Carlos Ruas



Fonte: [www.facebook.com/umsabadoqualqueroficial](http://www.facebook.com/umsabadoqualqueroficial). Publicado: 6 set.2017. Acesso: 5 out.2017

A tira que motivou os comentários on-line, foco desta análise, intitula-se “Chegando a Deus” e é composta por um único quadro, dividido em duas cenas. Na primeira cena, à esquerda, o personagem Deus está sentado em uma nuvem observando a chegada de humanos ao céu por meio de atos de amor e de bondade representados pelos corações que os conduzem. A expressão facial do personagem é de alegria e satisfação e é corroborada pelo enunciado “Como deveria ser”.

Na segunda cena, à direita, vê-se o personagem na mesma posição, no entanto, sua expressão facial revela uma surpresa ao ver que a chegada dos humanos ao céu advém do pagamento do dízimo e doações, completando o sentido da decepção divina com o enunciado “Como algumas igrejas dizem que é”.

Por ser o gênero tira em quadrinhos um texto verbo-visual, cujos elementos colaboram para a constituição de sentido (PUZZO, 2014, p. 174), a composição imagética e a escolha das cores expressam tons valorativos acerca do conteúdo temático: na primeira cena, a cor vermelha, que colore os corações que conduzem os humanos ao encontro de Deus, é representativa da condição humana, das dores e abnegações realizadas na busca pela graça

do Pai Eterno, bem como remete ao resumo neotestamentário dos 10 mandamentos: amar a Deus e ao próximo.

Já na segunda cena, a cor verde é representativa da moeda americana, o dólar, símbolo do sistema capitalista que impera na atual sociedade e que tem como premissa o fato de que tudo tem um preço, inclusive a fé e o alcance do mundo celestial. Este enunciado configura-se como concreto ao encontrar apoio coral nas práticas disseminadas por algumas igrejas como a venda de indulgências e a cobrança de dízimos e doações que, por vezes, apresentam valor financeiro bastante elevado.

A tira suscitou diversos comentários na página. Metodologicamente, optamos por selecionar, dentre os comentários realizados sobre a tira “Chegando ao Deus”, aquele que apresentasse mais de cinco réplicas. Dessa forma, selecionamos o segundo comentário postado na página do Facebook de “Um Sábado Qualquer”, realizado pelo sujeito “CL1”, e as réplicas realizadas. Dividimos os turnos dialógicos em cinco blocos (denominados Figuras) com o objetivo de facilitar a leitura e a análise dos enunciados. Vejamos:

Figura 2

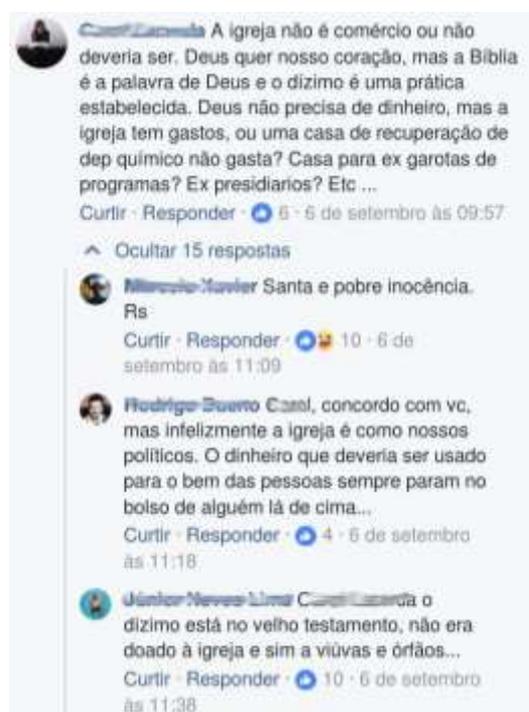
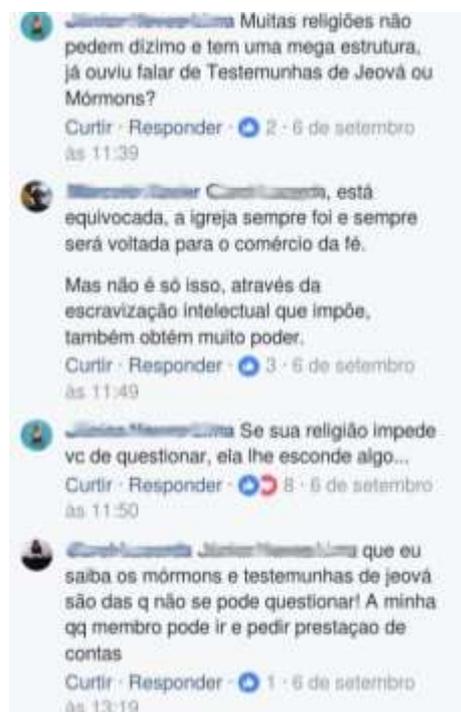


Figura 3



Fonte: [www.facebook.com/umsabadoqualqueroficial](http://www.facebook.com/umsabadoqualqueroficial). Publicado: 6 set.2017. Acesso: 5 out.2017

<sup>1</sup> CL é professora e pastora na Igreja Batista da Lagoinha, BH. É formada em Comunicação Institucional e Relações Públicas pelo IESB. Estudou Teologia no Seminário Teológico Carisma. Informações retiradas de sua página no Facebook.

O comentário on-line produzido pelo sujeito CL caracteriza-se como enunciado concreto e reverbera em sua materialidade linguística ecos de enunciados anteriores, pertencentes ao discurso bíblico, que são perceptíveis por meio das expressões “Deus quer nosso coração” e “Deus não precisa de dinheiro”, em que a prática do amor e da caridade deve ser constante na vida humana e por meio dela chegar ao reino de Deus. O sujeito CL utiliza-se da valoração oriunda dos ensinamentos bíblicos para construir sua estratégia argumentativa de convencimento, ao materializar que “a Bíblia é a palavra de Deus e o dízimo é uma prática estabelecida”, fazendo uso do argumento de autoridade, que tem por objetivo “levar a plateia a aceitar um ponto de vista, baseando-se na autoridade de quem o enuncia” (FIORIN, 2017, p. 176), neste exemplo, a Bíblia.

O sujeito CL aponta que “Deus não precisa de dinheiro, mas a igreja tem gastos, ou uma casa de recuperação de dep. químicos não gasta? Casa para ex garotas de programas? Ex presidiários?”. Utilizando-se do artifício argumentativo do exemplo, em que um princípio geral é formulado a partir da probabilidade de repetição de casos idênticos (FIORIN, 2017, p. 185), o sujeito CL defende que a cobrança do dízimo pelas igrejas é legítima e o tom emotivo-volitivo de seu enunciado é evidenciado pela escolha do operador argumentativo *mas*: “mas a igreja tem gastos”, bem como pela formulação de questionamentos ao final de seu comentário, marcados linguisticamente pelo uso de interrogações.

Os comentários on-line gerados a partir da enunciação de CL configuram-se como enunciados responsivos, pois todo enunciado tem antes de si outros e formulará novos enunciados (BAKHTIN, 2011), como é possível observar na primeira réplica, em que o internauta classifica como “santa e pobre” a inocência do sujeito CL, revelando a entonação expressiva irônica, materializada a partir do uso dos adjetivos “santa” e “pobre” e valorando negativamente a crença do outro.

As réplicas dos internautas interagem diretamente com o comentário do sujeito CL e buscam refutá-lo por meio do apontamento de aspectos negativos da postura de algumas igrejas, atualmente. Na segunda réplica, lemos: “[...] mas infelizmente a igreja é como os nossos políticos [...]”, na qual a estratégia argumentativa ocorre por meio da comparação, quando “se escolhe um objeto mais conhecido e se fazem aproximações entre eles” (FIORIN, 2017, p. 122); já o uso do operador argumentativo *mas* reforça a

dimensão valorativa que encontra apoio coral nos valores presumidos socialmente acerca dos representantes da política nacional.

No terceiro comentário, “o dízimo está no velho testamento, não era doado à igreja e sim a viúvas e órfãos...”, a construção argumentativa por meio da valoração materializa-se no enunciado quando o sujeito-internauta recorre ao texto bíblico para contra-argumentar a exposição do sujeito CL, esclarecendo que o dízimo tinha por objetivo a doação e não o pagamento das despesas mensais da igreja. O uso do sinal de pontuação “reticências” mostra certa resistência e ironia à postura e argumentação expostas pelo sujeito CL. Esse mesmo sujeito-internauta questiona o fato de que algumas igrejas “não pedem dízimo e tem uma mega estrutura”, evidenciando o seu tom valorativo enquanto argumento por ilustração, que serve para reforçar uma tese tida como aceita (FIORIN, 2017, p. 188), tendo em vista que para CL o dízimo é necessário, já que a “igreja tem gastos”.

Há ainda o reforço, por parte de um dos sujeitos-internautas participantes do turno dialógico, de que “a igreja sempre foi e sempre será voltada para o comércio da fé.” Isso transparece na escolha do advérbio de tempo sempre e em seu uso repetido, que produz um tom emotivo-volitivo de rejeição à argumentação proposta por CL, revelando sua posição contrária àquelas colocadas pelas igrejas, tendo em vista que os valores dos enunciados são determinados de diferentes formas de relação com a realidade, com o sujeito falante e com os outros enunciados (BAKHTIN, 2016, p. 100).

Em “Se sua religião impede você de questionar, ela lhe esconde algo...” o sujeito-internauta parte da valoração veiculada pela dedução, raciocínio em que se vai do geral ao particular (FIORIN, 2017, p. 48), para compor a contra-argumentação referindo-se ao fato de o dízimo “ser uma prática estabelecida”, conforme apontou CL. Percebe-se, assim, que as palavras suprem não apenas os falantes, mas os juízos de valor mais distintos, e que, por isso, vivenciar uma experiência, formular um pensamento implica não estar indiferente; ao contrário, significa ratificá-lo de modo emotivo-volitivo (BAKHTIN, 2010).

O sujeito CL procura reforço para sua defesa afirmando que as igrejas citadas “são das q não se pode questionar! A minha qualquer membro pode ir e pedir prestação de contas!”. É possível observar na materialidade linguística que a argumentação reside na “relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido de seu enunciado”

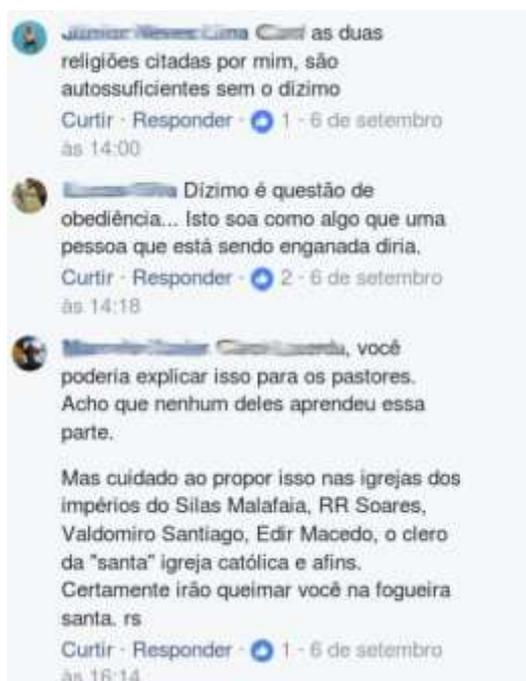
(BAKHTIN, 2016, p. 47), refratada pela construção frasal exclamativa afirmativa, bem como pelo uso do pronome possessivo minha.

Passemos aos demais comentários:

Figura 4



Figura 5



Fonte: [www.facebook.com/umsabadoqualqueroficial](http://www.facebook.com/umsabadoqualqueroficial). Publicado: 6 set.2017. Acesso: 5 out.2017

Na continuidade do evento dialógico, o sujeito CL coloca-se como contrário ao comentário sobre o comércio da fé, utilizando-se do argumento do sacrifício: “aquele que busca comprovar a veracidade de uma tese pelo sacrifício de alguém que tem seja uma convicção absoluta nela ou uma grande pureza de propósito” (FIORIN, 2017, p. 164). No enunciado de CL, “Jesus” e “muitas pessoas que lutam contra esse comércio”, verifica-se por meio dos elementos linguísticos “para q se voltem ao verdadeiro evangelho de Jesus” – que a expressão “verdadeiro evangelho” busca revelar sua visão frente a algumas práticas de fiéis e igrejas que não se configuram como tais por não serem confiáveis ou legítimas, funcionando como elemento expressivo, isto é, como uma ponte invisível subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo e o sentido de seu enunciado.

Em seguida, é novamente trazido à interação o argumento por autoridade, quando um dos internautas contesta a prática do dízimo

afirmando que ele “foi pedido duas vezes na bíblia, uma em Malaquias e outra pelo rei Davi, mas não era dinheiro e sim mantimentos”, realizando a evocação da autoridade encerrada no texto bíblico, “porque ela é especialmente confiável e reconhecida como fonte de conhecimento num dado tema.” (FIORIN, 2017, p. 176).

O sujeito CL coloca-se frente à argumentação valorando a prática do dízimo enquanto “questão de obediência à igreja” e enfatizando que “jamais será uma questão de salvação ou seja céu e inferno”. Nota-se que a escolha dos elementos verbais “obediência” e “jamais” suscita certa desaprovação à prática do dízimo como um caminho de ascensão ao céu. Ratifica, ainda, que “Se alguém prega isso com certeza está totalmente errado”, materialização na qual a escolha pelo elemento coesivo “se” recupera a postura de alguns líderes religiosos e veicula sua avaliação valorativa negativa frente a essa realidade, tom axiológico enfatizado pelo uso dos advérbios “com certeza” e “totalmente”, pois “selecionamos aquelas palavras que, pelo tom, correspondem à expressão do nosso enunciado e rejeitamos outras.” (BAKHTIN, 2016, p. 50).

Em “Dízimo é questão de obediência... isso soa como algo que uma pessoa que está sendo enganada diria”, o sujeito-internauta retoma o discurso do outro e o transforma em argumento contrário, uma vez que “[...] a expressão do nosso enunciado é determinada não só – e vez por outra não tanto – pelo conteúdo semântico-objetual desse enunciado, mas também pelos enunciados do outro sobre o mesmo tema [...]” (BAKHTIN, 2011, p. 297). Por meio do jogo linguístico, instaura-se a dúvida sobre o enunciado proferido pelo sujeito CL que, na visão do internauta, “está sendo enganada” pelos seus líderes religiosos.

Corroborando a ideia já veiculada de que a cobrança de dízimo por igrejas é uma prática de corrupção, é possível observar, na última réplica do bloco 4, que o sujeito-internauta sugere que o sujeito CL “poderia explicar isso aos pastores. Acho que nenhum deles aprendeu essa parte”, enunciado esse dotado de uma valoração irônica significativa, reforçada pelo uso no pronome indefinido “nenhum” (“nenhum deles”), que coloca todos os pastores em um mesmo patamar de corrupção e extorsão. Desse modo, “o tom emotivo-volitivo envolve o conteúdo inteiro do sentido do pensamento na ação e o relaciona com o existir-evento singular” (BAKHTIN, 2010, p. 87); a ironia materializada encontra apoio nos discursos sociais sobre a conduta de alguns líderes religiosos.

O sujeito internauta faz, ainda, uma ressalva: “Mas cuidado ao propor isso nos impérios de Silas Malafaia, RR Soares, Valdomiro Santiago, Edir Macedo, o clero da ‘santa’ igreja católica e afins. Certamente irão queimar você na fogueira santa, rs.”. É possível perceber nessa construção argumentativa o uso do argumento de antimodelo que “contém características que se devem evitar” (FIORIN, 2017, p.189), de modo que os líderes protestantes citados, bem como a igreja católica, não são modelos a serem seguidos no que tange à prática da caridade. A escolha pelos adjetivos “império” e “santa” revela a intenção de mostrar a imagem social que se tem das instituições religiosas.

Por fim, as últimas réplicas:

Figura 6



Fonte: [www.facebook.com/umsabadoqualqueroficial](http://www.facebook.com/umsabadoqualqueroficial). Publicado: 6 set.2017. Acesso: 5 out.2017

Assumindo uma postura diplomática, CL inicia seu enunciado marcando linguisticamente o riso e a concordância com o último comentário realizado: “kkk verdade. Me queimariam viva kkk”. Em seguida, enuncia: “mas eu sou Pastora para o conhecimento do X ou seja eu sei do que estou falando...”. O uso do operador argumentativo mas marca linguisticamente o posicionamento ideológico defendido por esse sujeito frente a tudo que foi exposto pelos demais internautas. Em outros termos, CL tem conhecimento

de que algumas igrejas apresentam uma prática pouco idônea relativa ao dízimo e tem consciência de que são algumas igrejas e não todas.

Ao enunciar que é “Pastora”, opta por grafar seu lugar de liderança religiosa com letra maiúscula, destacando-o, valorando-o perante os leitores a partir das regras da escrita, de tal forma que “cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo [...]” (BAKHTIN, 2011, p. 297, destaque do autor), já que os enunciados são vivos, plasmados de valoração e constituídos de traços identitários. O sujeito CL encerra seu turno dialógico agradecendo pela oportunidade, num tom emotivo que deixa transparecer sua experiência perante as opiniões contrárias, bem como a compreensão sobre os enunciados proferidos pelos outros que a constituíram nesse evento discursivo.

Na última réplica, o sujeito-internauta questiona o sujeito CL: “se a bíblia diz que mulher não pode falar, como é que você faz para ser pastora?”, numa última investida para que o diálogo tenha continuidade. Cabe atentar para o uso do argumento por dedução, partindo do geral para o específico (FIORIN, 2017, p. 48), realizado pelo sujeito internauta, de modo a acentuar o tom irônico realizado na pergunta, sugerindo a postura machista do sujeito-internauta, já que, segundo a Bíblia, não é possível uma mulher tornar-se pastora.

A postura do sujeito-internauta é reforçada pela alusão direta ao texto bíblico, com um trecho extraído da Epístola do Apóstolo Paulo aos cristãos de Corinto (1 Coríntios) 13:34: “Permaneçam as mulheres em silêncio nas igrejas pois não lhe é permitido falar”, no qual o tom imperativo dialoga com o discurso machista cristalizado na sociedade como forma de detratar a mulher. O uso do argumento de autoridade reforça o tom emotivo-volitivo presente no enunciado, tendo em vista que o tom “expressa a verdade inteira da proposição na sua totalidade.” (BAKHTIN, 2010, p. 91), acentuando os posicionamentos axiológicos constituintes da cultura machista.

### Considerações finais

As reflexões empreendidas acerca do corpus nos possibilitaram ver que o gênero comentário on-line, por materializar enunciados vivos e em constante (re)produção, mobiliza a valoração como estratégia argumentativa, utilizando-se de artifícios discursivos como a ironia, a comparação e,

sobretudo, as diversas (re)elaborações da fala de outrem. Desse modo, sua dinâmica ratifica o postulado bakhtiniano de que o enunciado é fruto das relações dialógicas com outros enunciados e cada um está preso às suas condições sócio-históricas de produção.

Nesse contexto, a análise dos comentários *on-line* possibilitou a reflexão sobre a produção dos sentidos convocados pelos sujeitos-internautas e pelo uso da linguagem em contextos de interação dialógica, permitindo a compreensão, sobretudo, acerca da natureza ideológica, discursiva e argumentativa da linguagem. A análise do comentário do sujeito CL frente o enunciado materializado nos fez apreender a entonação emotivo-volitiva presente num enunciado que se propunha à defesa da igreja e da prática do dízimo, tendo em vista que “a relação valorativa do falante com o objeto (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado.” (BAKHTIN, 2011, p. 289).

Por seu turno, com as análises das réplicas, averiguamos que as formas de pensar materializadas linguisticamente pelos internautas demonstram a valoração presente em todo enunciado e que esta (a valoração) é utilizada como estratégia de defesa de um ponto de vista, seja na forma de argumento de autoridade, de ironia, de exemplificação, entre outros, conforme vimos em Fiorin (2014). Essas estratégias denotam tons emotivo-volitivos e entonações expressivas que retomam discursos anteriores, proferidos em outros tempos e lugares, caracterizando o devir existente na linguagem.

Destacamos que tais leituras rumam para o entendimento de que o campo discursivo da religião é um terreno fértil de entonações, vozes e tramas discursivas, figurando socialmente ora como acolhedor, ora como impositivo, ora como permissivo.

## Referências

ARAÚJO, Patrícia Silva Rosas de. **Análise dialógica de réplicas no gênero comentário on-line: a compreensão responsiva ativa sobre o segundo casamento cristão-católico.** João Pessoa, 2017. 161f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, 2017.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Para uma filosofia do ato responsável.** Tradução: Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os gêneros do discurso**. Tradução, posfácio, notas e glossário: Paulo Bezerra. Notas da edição russa: Serguei Botcharov. São Paulo: 34, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FIORIN, José Luiz. Argumentação e discurso. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 53-70, jan./jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Argumentação**. 1. ed., 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2017.

KOZINETS, Robert. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

PISTORI, Maria Helena Cruz; BANKS-LEITE, Luci. Argumentação e construção de conhecimento: uma abordagem bakhtiniana. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 129-144, 2010.

\_\_\_\_\_. Dialogia na persuasão “publicitária”. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 148-167, jan./jul. 2014.

PUZZO, Miriam Bauab. As imagens de Lula na revista Veja sob perspectiva dialógica da linguagem. In: BRAIT, Beth; MAGALHÃES, Anderson (org.). **Dialogismo**: teoria e(m) prática. São Paulo: Terracota, 2014. p.171-194.

VOLOCHÍNOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2017.

### Forma de citação sugerida

MEDEIROS E OLIVEIRA, Alixandra Guedes Rodrigues de; FRANCELINO, Pedro Farias. O tom valorativo como estratégia argumentativa no gênero comentário on-line. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 17, p. 2-18, jul./dez.2018. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-17-1943](https://doi.org/10.17648/eidea-17-1943).

## “Minha mulher” é igual a “não mulher”? O pronome possessivo como modificador desrealizante inversor no discurso machista

**Alvaro Magalhães Pereira da Silva**

Doutorando em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil.  
[alvaromps2@gmail.com](mailto:alvaromps2@gmail.com)

**Resumo:** No presente artigo, tenho por objetivo demonstrar, com base nos quadros da Teoria da Argumentação na Língua (ADL) e da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) e a partir de um *corpus* constituído pela canção “Na Subida do Morro”, atribuída a Moreira da Silva e Ribeiro Cunha, que, em determinadas manifestações do discurso machista, o pronome possessivo, ao se combinar com a *palavra plena* “mulher”, atua como *modificador desrealizante inversor*, assumindo característica própria a advérbios e adjetivos na argumentação e fazendo com que sintagmas como “minha mulher” e “sua mulher” possuam argumentativamente papéis semelhantes ao sintagma “não mulher”. Pretendo assim trazer subsídios tanto para as discussões acerca da constituição do discurso machista como para os estudos dos *modificadores*.

**Palavras-chave:** Argumentação. Teoria dos Bloco Semânticos. Modificador desrealizante inversor. Discurso machista.

**Abstract:** In this paper, I aim to demonstrate, based on the frameworks of Theory of Argumentation Within Language (ADL) and Theory of Semantic Blocks (TBS) and from a *corpus* constituted by the song “Na Subida do Morro”, attributed to Moreira da Silva and Ribeiro Cunha, that, in certain manifestations of sexist discourse in Portuguese, the possessive pronoun, when combined with the word “mulher” (“woman”), acts as a *inverting derealizing modifier*, assuming characteristics proper to adverbs and adjectives in argumentation and giving to expressions like “minha mulher” (“my woman” as “my wife”) and “sua mulher” (“your woman” as “your wife”) argumentative roles similar to the expression “não mulher” (“non woman”). In this way, I intend to bring subsidies for both the discussions about the constitution of sexist discourse and the studies on *modifiers*.

**Keywords:** Argumentation. Theory of Semantic Blocks. Inverting derealizing modifier. Sexist discourse.

## Introdução

O presente artigo tem por objetivo descrever uma função argumentativa peculiar que o pronome possessivo assume em determinadas manifestações do discurso machista. Mais especificamente, pretendo demonstrar como pronomes possessivos como “minha” e “sua” atuam, por vezes, no discurso machista como *modificadores desrealizantes inversores* ao se unirem ao substantivo “mulher”, assumindo assim uma característica própria a advérbios e adjetivos na argumentação e fazendo com que sintagmas como “minha mulher” e “sua mulher” possuam argumentativamente papéis semelhantes ao sintagma “não mulher”<sup>1</sup>.

Dessa forma, pretendo com este artigo trazer subsídios tanto para discussões acerca da constituição do discurso machista quanto para os estudos dos *modificadores* dentro dos quadros da Teoria da Argumentação na Língua (ADL), proposta por Anscombe e Ducrot (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994 [1983]; DUCROT, 1995), e de seus desenvolvimentos posteriores, particularmente da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), proposta por Carel e Ducrot (CAREL, 1992; CAREL, 2001; DUCROT, 2002; CAREL; MACHADO, 2016). Situo assim esta análise na interface entre discurso e argumentação.

Para cumprir o objetivo a que me proponho, tomarei como *corpus* a canção “Na Subida do Morro”, atribuída a Moreira da Silva e Ribeiro Cunha e lançada em 1952, na voz do próprio Moreira da Silva, pela gravadora Continental em disco de 78 rotações<sup>2</sup>. Representante do gênero samba-de-breque, a canção fez um sucesso tal que, ao longo dos anos, ganhou reinterpretações de Roberto Carlos, Wilson Simonal, Ney Matogrosso, Emicida, Jards Macalé e Zeca Baleiro, entre outros artistas consagrados ou emergentes, a última delas lançada em 2015, o que atesta que, a despeito de seu mais de meio século, as proposições da canção ainda reverberam.

---

<sup>1</sup> Decidi redigir este artigo predominantemente na primeira pessoa do singular por dois motivos. Em primeiro lugar, por considerar que o exercício de análise não está isento da condição de ser no mudo do pesquisador que a realiza. Em segundo lugar, por considerar, como propõe Van Dijk, que a escolha do tópico de pesquisa científica não é neutra, mas depende do engajamento do pesquisador (VAN DIJK, 2012 [2008], p. 15).

<sup>2</sup> As informações constam do *Dicionário Cravo Albin de Música Popular Brasileira*, cuja elaboração foi iniciada em 1995 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Acesso em: 20 set.2018. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/>. Em entrevista ao jornal *O Pasquim*, Moreira da Silva admitiu que a autoria da canção não era sua, como consta no selo do disco, mas de Geraldo Pereira, de quem a teria comprado (SOUZA, 1976, p. 160). Pesquisa realizada por Gonçalves, biógrafo de Moreira da Silva, indica que a canção foi composta na década de 1930, como desfecho de uma peça teatral que Geraldo Pereira encenou no Morro de Mangueira, Rio de Janeiro, mas permaneceu inédita em discos até ser adquirida e gravada por Moreira da Silva (GONÇALVES, 1996).

No primeiro tópico deste artigo, para situar o conceito de *modificador desrealizante inversor*, faço uma breve revisão da classificação semântica do léxico proposta por Ducrot e de alguns conceitos da TBS que embasarão minha pesquisa. No segundo tópico, exponho a análise. Por fim, apresento minhas conclusões.

### 1. Classificação semântica do léxico

É necessário iniciar esta breve revisão bibliográfica com um alerta: o grupo de Ducrot tem por característica a constante revisão e reformulação de suas propostas teóricas, de onde se depreende que a ADL e, particularmente, a TBS, tida como radicalização da ADL, são teorias em construção. Tendo isso em vista, procurarei tomar como base, para esta revisão, texto de 2002 de Ducrot no qual o autor expõe sua classificação semântica do léxico (DUCROT, 2002). Por vezes, no entanto, terei de me referir a textos anteriores de Carel e de Ducrot, para detalhar determinadas proposições, e também a textos mais recentes dos autores, nos quais são feitas certas reformulações de conceitos presentes no texto de 2002.

Isso posto, começo por dizer que, ao propor, em 2002, uma classificação semântica do léxico, Ducrot difere duas grandes classes de palavras (DUCROT, 2002, p. 10):

- (a) palavras plenas;
- (b) palavras instrumentais.

As *palavras plenas*, segundo o autor, são aquelas que podem ser investidas de sentido e, portanto, capazes de evocar discursos constituídos por encadeamentos argumentativos, tendo em vista que é um pressuposto geral da TBS que o sentido de uma palavra pode (e deve) ser sempre descrito na forma de um encadeamento argumentativo. A respeito dos encadeamentos argumentativos, Ducrot afirma:

Entende-se por essa expressão (escolhida de modo amplamente arbitrário), e entende-se unicamente, sequência de duas proposições (no sentido sintático do termo) ligadas por um “conector” [...] ou do tipo geral *donc* (portanto) ou do tipo geral *pourtant* (no entanto). (DUCROT, 2002, p. 7-8)

De acordo com o autor, os encadeamentos argumentativos podem ser descritos de forma sintética por meio de seus aspectos. Os aspectos cujos segmentos são ligados por conectores do tipo geral *donc* (portanto) são chamados de *aspectos normativos*, enquanto os que possuem o conector do

tipo geral *pourtant* (no entanto) interligando seus dois segmentos são chamados de *aspectos transgressivos*<sup>3</sup> (CAREL, 2001; DUCROT, 2002). Para citar um exemplo caro aos autores da TBS, a palavra “prudente” pode evocar o encadeamento “prudente, portanto segurança”, cujo aspecto, classificado como *normativo*, seria descrito como “prudente DC segurança”, onde DC corresponde ao conector *donc* (portanto), ou o encadeamento “prudente, no entanto não segurança”, cujo aspecto, classificado como *transgressivo*, seria descrito como “prudente PT NEG-segurança”, onde PT corresponde ao conector *pourtant* (no entanto) e NEG corresponde a toda forma de negação<sup>4</sup>.

Ainda conforme Ducrot, o encadeamento argumentativo pode estar relacionado à palavra que o evoca de modo externo ou interno. O encadeamento argumentativo externo é aquele cujo aspecto contém, em um de seus segmentos (anterior ou posterior ao conector), a palavra que o evoca. Dessa forma, o encadeamento “prudente DC segurança” é externo à palavra “prudente”, pois a contém. Por outro lado, o encadeamento argumentativo interno é aquele cujo aspecto não contém, em nenhum de seus segmentos, a palavra que o evoca. É o caso, ainda tomando como exemplo a palavra “prudente”, do encadeamento “perigo DC precaução” (DUCROT, 2002, p. 8-10).

Em proposição que seria revista posteriormente, Ducrot chama de argumentação externa (AE) de uma palavra a pluralidade de aspectos constitutivos do seu sentido que estão ligados a ela de forma externa e de argumentação interna (AI) de uma palavra a pluralidade de aspectos que constituem seu sentido e que se ligam a ela de forma interna. Entende-se por pluralidade de aspectos o conjunto formado por aspectos normativos e por aspectos transgressivos (DUCROT, 2002, p. 9-10)<sup>5</sup>.

Dessa forma, se uma palavra X evoca o aspecto externo “X CONN Y”, a mesma palavra também evocaria o aspecto externo dito converso<sup>6</sup> “X CONN’

---

<sup>3</sup> Como ocorre em parte das traduções das obras de Carel e Ducrot, mantive neste artigo em itálico os termos em francês (como “donc” e “pourtant”) com as respectivas traduções para o português (“portanto” e “no entanto”) entre parênteses.

<sup>4</sup> A palavra “prudente” é utilizada, entre outros textos, como exemplo em Ducrot (2002) e Carel (2011, 2016).

<sup>5</sup> O autor ainda difere a AE à esquerda, que contempla os aspectos nos quais a *palavra plena* aparece no segundo segmento (posterior ao conector) e que diz respeito às causas da *palavra plena*, e a AE à direita, que contempla os aspectos nos quais a *palavra plena* aparece no primeiro segmento (anterior ao conector) e que diz respeito às consequências da *palavra plena* (DUCROT, 2002, p. 8-9). Trato, neste artigo, apenas da AE à direita.

<sup>6</sup> Um aspecto de encadeamento argumentativo é dito converso de outro aspecto de encadeamento argumentativo caso os primeiros segmentos de ambos sejam iguais e o conector e o segundo segmento do primeiro aspecto sejam opostos aos do segundo aspecto. Assim, para transformar o aspecto X CONN Y em seu converso, é necessário manter o segmento X, trocar o

NEG-Y”, em que CONN corresponde a um conector, CONN’ corresponde ao conector oposto a CONN, e NEG corresponde, como já mencionado acima, a toda forma de negação (DUCROT, 2002, p. 10). Considerando a palavra “prudente”, sua AE seria então composta não só pelo aspecto normativo “prudente DC segurança” como também pelo aspecto transgressivo “prudente PT NEG-segurança”. Ou seja, a palavra “prudente” seria capaz de evocar tanto discursos normativos do tipo “prudente, portanto segurança” como discursos transgressivos do tipo “prudente, no entanto insegurança”.

Diferentemente do que ocorre com a AE, uma palavra não poderia comportar, em sua AI, um aspecto e seu converso. O converso do aspecto que integra a AI de uma palavra seria um aspecto da AI do oposto de tal palavra. Ou seja, se uma palavra X evoca o aspecto interno “Y CONN Z” em sua AI, seria o oposto dessa palavra que evocaria o aspecto interno “Y CONN’ NEG-Z” (DUCROT, 2002, p. 11). Retomando a palavra “prudente”, se sua AI comporta o aspecto “perigo DC precaução”, o converso desse aspecto – “perigo PT NEG-precaução” – integraria a AI de “imprudente”.

Conforme observado por Carel um ano antes de Ducrot propor sua classificação semântica do léxico, a AE e a AI atuam de forma diferente ante a negação. De acordo com a autora, se o aspecto “X CONN Y” integra a AE de uma palavra, é o recíproco<sup>7</sup> desse aspecto, “NEG-X CONN NEG-Y”, que integra a AE do oposto da palavra em questão. Enquanto, como observado acima, se o aspecto “X CONN Y” integra a AI de uma palavra, é o converso desse aspecto, “X CONN’ NEG-Y”, que integra a AI do oposto da palavra (CAREL, 2001, p. 15).

Posteriormente, Carel e Ducrot reviram a proposição acerca da AE e concluíram que uma palavra não pode evocar simultaneamente um aspecto e seu converso, mas, isto sim, um entre os dois (CAREL; MACHADO, 2015, p. 7). Dessa forma, a palavra “prudente” evocaria ora discursos normativos do tipo “prudente, portanto segurança” e ora discursos transgressivos do tipo “prudente, no entanto insegurança”.

---

conector CONN por seu oposto CONN’, e também trocar o segmento Y por seu oposto NEG-Y, resultando em X CONN’ NEG-Y.

<sup>7</sup> Um aspecto de encadeamento argumentativo é dito recíproco de outro aspecto de encadeamento argumentativo caso os conectores de ambos sejam iguais e os dois segmentos do primeiro aspecto sejam opostos aos dois segmentos do segundo aspecto. Assim, para transformar o aspecto X CONN Y em seu recíproco, é necessário manter o conector CONN e transformar os segmentos X e Y em seus opostos NEG-X e NEG-Y, resultando em NEG-X CONN NEG-Y.

Diferentemente das *palavras plenas*, as *palavras instrumentais* são, conforme a classificação de Ducrot, aquelas às quais não se quer ou não se pode associar um conjunto específico de discursos e que, portanto, não podem ser investidas de sentido. As *palavras instrumentais* são distribuídas pelo autor em três subcategorias (DUCROT, 2002, p. 11):

- (b.1) conectores;
- (b.2) articuladores;
- (b.3) operadores.

Já mencionados na definição de Ducrot acerca dos encadeamentos argumentativos, os conectores são as palavras cuja função é construir tais encadeamentos e que podem ser subdivididas em palavras cuja função é análoga à de *donc* (portanto) e palavras que possuem papel similar ao de *pourtant* (no entanto) (DUCROT, 2002, p. 11).

Os *articuladores* são palavras que têm como função relacionar encadeamentos argumentativos (DUCROT, 2002, p. 11). O mais estudado pelos autores da ADL e da TBS é o articulador, em francês, *mais* (“mas”, em português), que dá peso maior ao encadeamento evocado pela palavra à direita do *articulador*, servindo, em certos casos, para retificar e, em outras ocasiões, para negar o encadeamento evocado pela palavra à esquerda do *articulador* (VOGT, 1980; ANSCOMBRE; DUCROT, 1994 [1983]). Não me deterei na questão dos *articuladores*, pois não me referirei a eles durante a análise.

Já os *operadores* são categorizados em dois tipos: *modificadores* e *internalizadores*. O conceito de *modificador* – e sua subdivisão em *realizantes*, *desrealizantes atenuadores* e *desrealizantes inversores* – foi esboçado por Anscombre e Ducrot (1994 [1983]), quando a ADL estava sua fase inicial, e detalhado por Ducrot (1995), ainda sem levar em consideração o conceito de AI, introduzido em seus estudos após a distinção entre AE e AI ser proposta por Carel (1995). Em 1995, o autor define *modificadores* como palavras que aumentam ou diminuem a “aplicabilidade” da *palavra plena*<sup>8</sup> (DUCROT, 1995, p. 146). Em 2002, já considerando as diferenças entre AE e AI, o autor propõe uma nova definição:

Uma palavra instrumental Y é dita “modificador” em relação a uma palavra [plena] X se a AI do sintagma XY é feita só com as palavras plenas contidas na AI

---

<sup>8</sup> Ainda antes de ter proposto a classificação semântica do léxico, Ducrot usa o termo “predicado” para se referir às *palavras plenas* (DUCROT, 1995).

de X: assim, pois, Y não introduz nenhum termo pleno novo nos aspectos que constituem a AI de X. (DUCROT, 2002, p. 12)

Como observa Ducrot (2002, p. 12-13), a nova definição não anula a primeira, mas a expande, em função da AI, com o intuito de contemplar certas nuances, após estudos acerca da palavra francesa *trop* (“demais”, em português) empreendidos por Carel em 1995. Não entrarei aqui nesta questão. Para os fins deste artigo, basta destacar que, para a TBS, os *modificadores* são palavras que, ao formar um sintagma com *palavras plenas*, reorganizam os aspectos da AE e da AI das *palavras plenas* isoladas de modo a intensificá-las no caso dos *modificadores realizantes*, a atenuá-las no caso dos *modificadores desrealizantes atenuadores*, ou a transformá-las no caso dos *modificadores desrealizantes inversores*.

Tomarei mais uma vez o exemplo da palavra “prudente”. Quando unida à palavra “muito”, com função de advérbio, para formar o sintagma “muito prudente”, o aspecto “perigo DC precaução”, que integra a AI da palavra isolada “prudente”, aparece também com aspecto integrante da AI do sintagma “muito prudente”, sendo apenas ampliada, no caso do sintagma, a força com que esse discurso doador de sentido pode ser evocado. Com relação ao aspecto “prudente DC segurança”, integrante da AE da palavra isolada “prudente”, há uma mudança pouco significativa, passando a “muito prudente DC segurança” na composição da AE do sintagma “muito prudente”, também ampliando apenas a força com que o discurso doador de sentido pode ser evocado. “Muito” atua então como *modificador realizante*.

De modo semelhante, se “prudente” une-se à locução adverbial “um pouco” formando o sintagma “um pouco prudente”, o aspecto “perigo DC precaução”, integrante da AI da palavra isolada “prudente”, não sofre alterações, figurando também como “perigo DC precaução” na composição da AI do sintagma “um pouco prudente”, mas sendo atenuada a força com que o discurso doador de sentido pode ser evocado. Já o aspecto “prudente DC segurança”, integrante da AE da palavra isolada, sofre leve transformação, figurando como “um pouco prudente DC segurança” na AE do sintagma, também reduzindo a força com que o discurso doador de sentido pode ser evocado. “Um pouco” opera assim como um *modificador desrealizante atenuador*.

O caso do *modificador desrealizante inversor* é um tanto mais complexo, pois se trata de um operador que funciona como negação<sup>9</sup>, integrando à AI do sintagma um aspecto converso ao da AI da *palavra plena* isolada (DUCROT, 2002, p. 12). Assim, se a palavra “prudente” se combina com a palavra “pouco”, com função de advérbio, formando o sintagma “pouco prudente”, o aspecto “perigo DC precaução”, integrante da AI de “prudente”, transmuta-se, como integrante da AI do sintagma “pouco prudente”, no aspecto converso “perigo PT NEG-precaução”. Em relação à AE, temos um efeito semelhante, o aspecto “prudente DC segurança”, que integra a AE de “prudente”, transforma-se em “pouco prudente DC NEG-segurança”. O *modificador desrealizante inversor*, portanto, faz com que o discurso doador de sentido do sintagma se equipare ao discurso doador de sentido do oposto da *palavra plena* isolada. No caso de “pouco prudente”, os discursos doadores de sentido são semelhantes aos discursos doadores de sentido de “imprudente”.

É interessante destacar que, como mencionamos na Introdução, as palavras que costumam integrar a classe dos *modificadores* são advérbios e adjetivos. Foi sobre palavras desses dois grupos que Ducrot se debruçou para propor sua classificação. A presença de determinados pronomes possessivos na classe dos *modificadores*, que examino neste artigo, não chegou a ser pesquisada pelo autor.

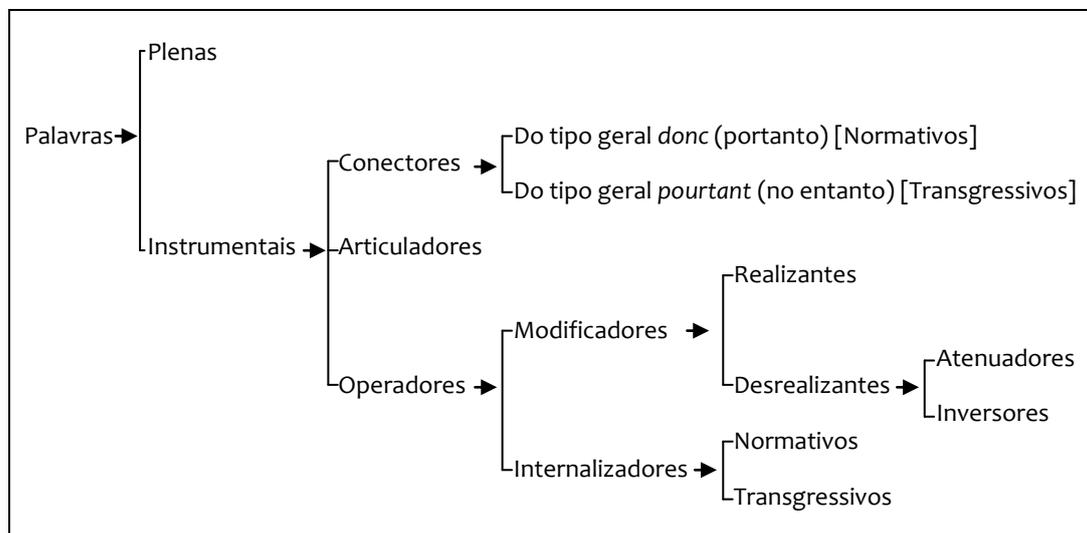
A última classe de palavras identificada por Ducrot é a dos *internalizadores*, cuja função é, ao se unir a uma *palavra plena*, transformar um determinado aspecto da AE da *palavra plena* isolada em um aspecto da AI do sintagma (DUCROT, 2002, p. 14-23). Tal classe de palavras foi proposta pelo autor após exame de locuções como “em vão”. Assim, se a palavra “prudente” pode evocar o aspecto normativo “prudente DC segurança” e o aspecto transgressivo “prudente PT NEG-segurança” em sua AE, o sintagma “prudente em vão” terá, como aspecto de sua AI, o aspecto transgressivo da AE da *palavra plena* isolada: “prudente PT NEG-segurança”. Os *internalizadores* podem, segundo o autor, ser subdivididos em *normativos* e *transgressivos*, conforme o aspecto da AE da *palavra plena* que é integrado à AI do sintagma. Também não me deterei nesta questão, já não a examinarei durante a análise do corpus.

Feita essa breve revisão da classificação semântica do léxico proposta por Ducrot (2002), podemos resumir-la no Quadro 1:

---

<sup>9</sup> No texto de 2002, Ducrot fala em “negação atenuada” (DUCROT, 2002, p. 12).

Quadro 1 - Classificação semântica do léxico



Fonte: Elaboração própria com base em Ducrot (2002)

Passo, agora, à análise do corpus.

## 2. Análise do corpus

A minha análise se concentrará em um fragmento do trecho inicial da letra da canção “Na Subida do Morro”, que acredito ser suficiente para os propósitos deste artigo. Vejamos como a canção se inicia:

Na subida do morro me contaram  
 Que você bateu na minha nega  
 Isso não é direito:  
 Bater numa mulher  
 Que não é sua

Desse trecho, isolei o fragmento “Isso não é direito: / Bater numa mulher / Que não é sua”. Embora não seja meu objetivo descrever as relações polifônicas do enunciado, creio que vale destacar que, no fragmento, o locutor fala por meio de uma voz geral, classificada por Carel e Ducrot de “MUNDO” (CAREL; DUCROT, 2010 [2009]; CAREL, 2011). Ou seja, o enunciado é construído de forma como se houvesse consenso em torno da proposição “Não é direito bater numa mulher que não é sua”. Temos, então, a seguinte unidade de discurso:

(posto, MUNDO, [Não é direito bater numa mulher que não é sua])

Feita essa pequena digressão, passo à análise da função que o pronome possessivo exerce sobre os aspectos dos encadeamentos argumentativos

evocados pela *palavra plena* “mulher” em “Não é direito bater numa mulher que não é sua”. Inicialmente, gostaria de observar que o enunciado pode ser subdividido da seguinte forma:

(1) “Não é direito bater em mulher”

(2) “É direito bater em sua mulher”

A partir de (1), podemos dizer que a *palavra plena* “mulher” evoca um discurso doador de sentido cujo aspecto normativo da AE é:

(3) AE de “mulher”: mulher DC NEG-direito a agredir

Se, ainda a partir de (1), transformamos o aspecto descrito da AE de “mulher” em seu recíproco para chegarmos, conforme a proposição de Carel acerca da negação mencionada durante a revisão bibliográfica (CAREL, 2001), na AE do oposto de “mulher”, que, na falta de palavra mais precisa, chamo de “não mulher”, temos:

(4) AE de “não mulher”: NEG-mulher DC direito a agredir

Já a partir de (2), podemos dizer que o sintagma “sua mulher”, formado pelo pronome possessivo “sua” e pela *palavra plena* “mulher”, evoca um discurso doador de sentido cujo aspecto normativo da AE é:

(5) AE de “sua mulher”: sua mulher DC direito a agredir

Comparando (4) e (5), tem-se a primeira demonstração de que “sua mulher” equivale a “não-mulher” ou, dentro do aspecto, a “NEG-mulher”, e de que o pronome possessivo “sua” opera, argumentativamente, como uma negação, exercendo a função de *modificador desrealizante inversor* conforme concebida por Ducrot (1995).

O discurso doador de sentido cujo aspecto compõe a AI de “mulher” evocado pelo enunciado é mais difícil de determinar. Embora tal determinação não seja fundamental à análise, bastando a descrição da AE de “mulher”, proponho, com o intuito de tornar mais clara a análise, relacionando-a com a atualização da definição dos modificadores feita por Ducrot (2002), e admitindo que minha proposta não é consensual, que a AI evocada por “mulher” em (1) seja construída a partir das palavras “frágil” e “cuidado”. Justifico minha proposta considerando que a noção de fragilidade, e a consequente necessidade de cuidado, ligada à mulher parece ser

frequentemente evocada pelo discurso machista. Tal relação pode ser notada não apenas na referência ao feminino como “sexo frágil”, como também em máximas do tipo: “Numa mulher não se bate nem com uma flor”. Assim temos:

(6) AI de “mulher”: frágil DC cuidado

Se, ainda a partir de (1), transformamos o aspecto descrito da AI de “mulher” em seu converso para chegarmos, conforme a proposição de Carel acerca da negação, na AI do oposto de “mulher”, que, novamente, na falta de palavra mais precisa, chamo de “não mulher”, temos:

(7) AI de “não mulher”: frágil PT NEG-cuidado

Considerando as mesmas ressalvas que expus acima, é possível descrever o aspecto da AI do sintagma “sua mulher”, a partir de (2), da seguinte forma:

(8) AI de “sua mulher”: frágil PT NEG-cuidado

Comparando (7) e (8), tem-se a segunda demonstração, a partir da AI, de que “sua mulher” equivale a “não-mulher”, de forma que o pronome possessivo “sua” opera, argumentativamente, como uma negação, exercendo a função de *modificador desrealizante inversor* conforme concebida por Ducrot (2002).

Dessa forma, confirma-se que, no enunciado analisado, o pronome possessivo “sua” desrealiza o sentido da *palavra plena* “mulher”, evocando discursos opostos aos evocados *pela palavra* “mulher” isoladamente.

Novamente ressaltando que a análise das relações polifônicas do enunciado vai além dos propósitos deste artigo, creio que vale mencionar que a forma como o enunciado é construído põe a proposição não como se fosse um ângulo de vista do locutor, mas como se houvesse consenso em torno dela, apagando ele mesmo, o enunciado em seu interior, discursos que possam contradizer tal proposição. Esse tipo de relação polifônica sugere que as considerações a respeito do pronome possessivo de terceira pessoa “sua” sejam também válidas para pronomes possessivos de primeira e segunda pessoas, “minha” e “tua”.

## Conclusão

Procurei demonstrar, neste artigo, como o pronome possessivo exerce, em determinadas manifestações do discurso machista, o papel de *modificador desrealizante inversor* ao se unir à *palavra plena* “mulher”. Espero, com isso, ter contribuído para embasar, por meio de uma descrição teórica – e, portanto, para além de uma explanação impressionista –, como a noção de propriedade, materializada pelo pronome possessivo, desrealiza o sentido de “mulher” em tais manifestações. Ensejo também ter colaborado com os estudos acerca dos *modalizadores desrealizantes inversores* ao evidenciar que, além de adjetivos e advérbios, pronomes possessivos podem também executar tal função argumentativa.

Considero que novas análises possam trazer um aprofundamento a respeito tanto do papel que os pronomes são capazes de exercer entre as classes semânticas do léxico proposta por Ducrot (2002), como das influências que a noção de propriedade no discurso machista exerce sobre o sentido de mulher. Creio serem particularmente interessantes análises de enunciados que se iniciam com o fragmento “minha mulher não [...]” ou “mulher minha não [...]”, seguidos de verbo no presente do indicativo, e também análises de bordões como “mulher de amigo meu para mim é homem”, tendo em vista que a expressão “de amigo meu” pode ser facilmente substituído pela contração “dele”, integrada pelo pronome pessoal “ele”.

Termino este artigo salientando que, a meu ver, a descrição teórica da influência do pronome possessivo sobre a *palavra plena* “mulher”, mais do que evidenciar relações puramente linguísticas, sugere como a enunciação, por meio da forma como é construída, reproduz determinadas relações sociais. No caso analisado, relações de poder entre homens e mulheres que, pelo que se depreende das sucessivas reinterpretações recebidas pela canção “Na Subida do Morro”, encontram eco há mais de meio século<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> E, se considerarmos, como mencionado na nota de rodapé 3, que a primeira interpretação da canção ocorreu na década de 1930, ainda que não tenha sido gravada, podemos dizer, mais do que há mais de meio século, há quase um século.

## Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Tradução: Julia Sevilha e Marta Tordesillas. Madrid: Editora Gredos, 1994 [1983].

CAREL, Marion. **Vers une formalisation de la théorie de l'argumentation dans la langue**. França, 1992. Thèse (Doctorat en Mathématiques et Applications aux Sciences de l'Homme - Logique linguistique) – École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

\_\_\_\_\_. Trop: Argumentation interne, argumentation externe et positivité [1995]. In: ANSCOMBRE, Jean-Claude (org.). **Théorie des Topoi**. Paris: Kimé, 1995. p. 176-206.

\_\_\_\_\_. Argumentation interne et argumentation externe au lexique: des propriétés différentes. **Langages**, Paris, a. 35, n. 142, p. 10-21, jun. 2001. DOI: 10.3406/lgge.2001.880. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/lgge\\_0458-726x\\_2001\\_num\\_35\\_142\\_880](https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_2001_num_35_142_880). Acesso em: 9 jul.2018.

\_\_\_\_\_. A polifonia linguística. Tradução: Leci Borges Barbisan. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/9218/6368>. Acesso em: 9 jul. 2018.

\_\_\_\_\_; DUCROT, Oswald. Atualização sobre a Polifonia. Tradução: Telisa Furlanetto. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 6, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/1385/862>. Acesso em: 9 jul.2018.

\_\_\_\_\_; MACHADO, Julio Cesar. Debate sobre a Teoria dos Blocos Semânticos e a Semântica do Acontecimento. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 51, n. 1, p. 38-46, jan./mar.2016. DOI: 10.15448/1984-7726.2016.1.21363. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/21363/14335>. Acesso em: 9 jul.2018.

DUCROT, Oswald. Les modificateurs déréalisants. **Journal of Pragmatics**, v. 24, n. 1-2, p.145-165, jul.1995. DOI: 10.1016/0378-2166(94)00112-R. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/037821669400112R>. Acesso em: 9 jul.2018.

\_\_\_\_\_. Os Internalizadores. Tradução: Leci Borges Barbisan. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 7-26, set. 2002. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14221/9431>. Acesso em: 9 jul.2018.

GONÇALVES, Alexandre Augusto Teixeira. **Moreira da Silva: o último dos malandros**. Rio de Janeiro: Sonora, 1996.

SOUZA, Tárík de. **O som do Pasquim: grandes entrevistas com os astros da música popular brasileira**. Rio de Janeiro: Codecri, 1976.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. Coordenação da tradução: Judith Hoffnagel e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2012 [2008].

VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1980.

### Forma de citação sugerida

SILVA, Alvaro Magalhães Pereira da. “Minha mulher” é igual a “não mulher”? O pronome possessivo como modificador desrealizante inversor no discurso machista. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 17, p. 19-32, jul./dez.2018. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-17-2147](https://doi.org/10.17648/eidea-17-2147).

## Estratégias de proteção da face no cenário jurídico: um estudo de caso

### **Carolina Scali Abritta**

Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.  
carolabritta30@gmail.com

### **Sonia Bittencourt Silveira**

Professora Associada da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil.  
soniasilveira46@gmail.com

### **Kricia Helena Barreto**

Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.  
kriabarreto\_@hotmail.com

**Resumo:** Neste artigo, buscam-se descrever e analisar as estratégias discursivo-argumentativas orais empregadas por ministros da mais alta Corte brasileira no trabalho interacional de proteger suas próprias faces numa audiência pública de julgamento, transmitida pela televisão no canal específico da Justiça brasileira. Os dados de fala-em-interação foram gravados e transcritos em conformidade com o modelo de Jefferson (LODER, 2008). A partir do estudo de caso desenvolvido pelas autoras, os resultados encontrados apontaram para um movimento fundamental, qual seja, de salvar a própria face apoiado, principalmente, nas ações de dizer coisas positivas sobre o self e dizer coisas negativas sobre o outro.

**Palavras-chave:** Trabalho de face. Estratégias discursivas. Corte. Conflito.

**Abstract:** This paper aims at studying the spoken discursive-argumentative strategies of face protection used by Brazilian high court Ministers in a public audience, broadcast by Brazilian justice TV channel. The data were recorded and transcribed (Jefferson, 1994) and the results point to the tendency of saving the face of the self through saying positive things about the self and negative things about the other.

**Keywords:** Facework. Discursive strategies. Court. Conflict.

## Introdução

Um dos grandes mestres da sociologia, o alemão Georg Simmel, já no início do século passado<sup>1</sup>, notava que as pessoas, uma vez postas em situação de interação, precisam usar do tato umas com as outras. Reforçava com isso um pressuposto de sua teoria: o de que o conflito integra e constitui as relações sociais. Simmel (2011 [1964]) defendia que o conflito inclusive é o que possibilita a mudança social, já que ela só viria após uma resolução dessa situação de tensão em que estamos permanentemente postos. Nesse sentido, para ele, assim como para nós, o conflito não deve ser visto, necessariamente ou aprioristicamente, como algo negativo, mas como fator inerente a qualquer relação inter-humana.

Goffman, alguns anos depois (1972 [1967]), nessa mesma linha, falará sobre os relacionamentos humanos nas interações. Prevê, primeiro, então, a precariedade dessas relações, já que reconhece o risco constante do embaraço nas situações face a face. E, ao analisar os rituais interacionais, vai assumir que todos envolvem algum tipo daquilo que chamou de *trabalhos de face* (1972 [1967]). Nesse sentido, para o autor, em situação de interação, podemos fazer uso de recursos discursivos que visem a manter ou mesmo ameaçar a maneira como buscamos ser reconhecidos uns pelos outros ao refutar ou sustentar as faces por nós reivindicadas. Goffman, embora preveja a ameaça à face, sempre faz lembrar que a preocupação com os desejos de face do *self* e do outro é condição das interações sociais.

Nas interações jurídicas, reconhecidas, já no senso comum, como conflituosas por excelência, temos um ambiente rico para estudar a maneira como os conflitos são aumentados ou mitigados, especialmente, olhando para os trabalhos de face desempenhados pelos interagentes.

Neste artigo, temos como foco de análise olhar para a maneira como alguns ministros da mais alta Corte brasileira constroem conjuntamente o trabalho de proteger suas próprias faces numa audiência pública de julgamento. Essa audiência ganhou grande repercussão, nos mais diversos meios de imprensa nacional, devido ao alto grau de conflito presente na fala dos interagentes. Por sua riqueza e especificidade, os dados aqui analisados já foram alvo de análises anteriores (SILVEIRA; ABRITTA, 2015) tendo como

---

<sup>1</sup> O texto usado aqui é tradução de 2006 do livro *Questões fundamentais da Sociologia*, feita a partir da edição alemã de 1999. O original da obra, entretanto, foi primeiramente publicado em 1917.

enfoque, entretanto, as estratégias discursivo-interacionais de ataque à face empregadas pelos ministros.

Aqui, tal como lá, oferecemos uma análise de caso, sem pretensões generalizantes, mas com intenções de aprofundar e ampliar a discussão sobre o dinâmico processo da co-construção da *face* no ambiente, muitas vezes belicoso, das interações sociais. Para tanto, iniciaremos apresentando de maneira mais detalhada os conceitos e trabalhos de face em Goffman (1972 [1967]), as revisitas feitas ao conceito de face e, secundariamente, ao tratamento dado às estratégias de trabalho de face por teorias interacionais mais recentes, e, por fim, a maneira como nós os vimos emergir na interação da Corte que elegemos para analisar.

### 1. O conceito de face segundo Goffman

Torna-se relevante, para este trabalho, revisitarmos o conceito de *face*, introduzido nos estudos sociais pelo sociólogo Erving Goffman, e sua relevância nas interações ocorridas no cenário jurídico. Segundo Goffman (1972 [1967]), as pessoas interagem para apresentar uma personalidade, obter conhecimento dos outros, e para aumentar a imagem do *self*<sup>2</sup> e/ou do outro para si mesmas ou para outros.

A noção de *self*, para Goffman, no trabalho citado, é de um construto de natureza pública já que emerge na *interação*. É no processo interacional que o *self* é criado e manipulado. As pessoas apresentam seus *selves* de determinadas maneiras e, na interação, as definições do *self* são mantidas e reforçadas. Isso é o que Goffman chama de *trabalho de face*, definido como “as ações realizadas por uma pessoa para tornar o que quer que esteja fazendo consistente com a face” (1972 [1967], p. 5). A *face*<sup>3</sup> é, por sua vez, o “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a *linha* por ela tomada durante um contato específico” (1980 [1955], p. 76-77), sendo a *linha* o “padrão de atos verbais através dos quais o indivíduo expressa sua visão da situação e, através disso, sua avaliação dos participantes, especialmente de si mesma” (p. 76).

---

<sup>2</sup> Harré e Gillet ([1994] 1999), ao conceituar discursivamente o termo *self*, definem que essa noção “não possui a implicação cartesiana de referência a uma entidade interna” e assumem a impossibilidade de tradução do termo ao dizerem: “não é óbvio que equivalentes para esta palavra possam ser encontrados e usados de forma estreitamente similar em outras línguas” (p. 90). Por essas razões, mantivemos o termo em inglês, bem como o plural que lhe é correspondente *selves*.

<sup>3</sup> Optamos por transpor para este texto o conceito conforme traduzido na bibliografia de 1980, clássica para os estudos de face no Brasil.

Em seu influente trabalho “*Ritual de Interação*” (1972 [1967]), Goffman expande o conceito de *linha* e a define em termos de ação simbólica, ritualizada (p. 4). A *face* reflete a linha atribuída por outros ao ator, com base no uso de símbolos verbais e não-verbais, seja afirmando ou negando um construto social. As pessoas apresentam uma linha, uma *face*, e esta *face*, ainda que seja irreal, deve sempre ser consistente com a linha adotada em um dado momento da interação. Desse modo, o *self* pode ser definido como “o código que dá sentido a quase todas as atividades do indivíduo e fornece uma base para organizá-las” (GOFFMAN, 1971, p. 366).

Nos encontros sociais, as questões de face envolvem a responsabilidade de todos os participantes, a “*face* nunca é algo puramente individual” (HO, 1976, p. 882). Goffman afirma que *face* é um *construto social*, é apenas um empréstimo feito pela sociedade ao indivíduo: caso ele não se comporte de modo a merecê-la, sua *face* poderá ser-lhe retirada. Assim, “questões de *face* emergem não em processos privados de avaliação do *self*, mas nos encontros sociais em que as nossas avaliações pelos outros são percebidas como relevantes para a manutenção das posições na sociedade”<sup>4</sup> (HO, op. cit., p. 875, tradução nossa).

### 1.1. Face e as interações sociais: um retorno à obra de Goffman

Na literatura sobre estudos da *face*, muitos autores revisitam o conceito de Goffman (1972 [1967]) com vistas a criticá-lo e/ou a reformulá-lo. Arundale (2006, 2010), por exemplo, afirma que a noção de (*trabalho de*) *face* de Goffman, calcada na psicologia social, focaliza o indivíduo como unidade de análise (e não a díade interacionalmente alcançada), e problematiza a ideia de que *face*, para Goffman, liga-se aos desejos individuais que movem a ação humana. De fato, como nos lembra Bargiela-Chiappini (2003), o ator social de Goffman possui uma preocupação quase obsessiva com sua autoimagem e autopreservação. Porém, essa mesma autora nos lembra de que a conceitualização de *trabalho de face* em Goffman (1972 [1967]) relaciona-se com a apresentação do *self* em encontros sociais, ou seja essa apresentação está sujeita à ordem interacional que sustenta a interação social em curso e à qual todos os indivíduos/participantes estão sujeitos. Assim, a eminente

---

<sup>4</sup> No original: “Questions of face arise, not in the private process of self-evaluation, but in social encounters where the evaluations by others of oneself are perceived to be of significance to the maintenance of one’s standing in society.”

linguista reconhece que embora a psicologia individual seja relevante, é a *ordem interacional* que é o foco dos estudos de Goffman.

De todo modo, grande parte da crítica que se faz à noção de *face* diz respeito primordialmente à interpretação seletiva dada por Brown e Levinson (1987 [1978]) para o conceito de Goffman, uma interpretação

“inequivocadamente, em termos individualistas, abstraindo não apenas da dimensão da ordem ritual, mas de todos os tipos de ordem social” (Konrad Werkhofer, 1992, p. 178), privilegiando, assim, noções cognitivas implícitas no entendimento Griceano de comunicação sobre as noções de ordem social favorecidas por Goffman.<sup>5</sup> (BARGIELA-CHIAPPINI, op. cit., p. 1455, tradução nossa).

Em seus estudos sobre *polidez*, Brown e Levinson criaram “a impressão de que *face* é um *atributo a priori* de indivíduos que podem ser *ameaçados* na interação, e que precisam, assim, acima de tudo, serem protegidos”<sup>6</sup> (TERKOURAFI, 2007, p. 320). Como observa Bargiela-Chiappini (op. cit.), a conceituação de *polidez* positiva e negativa como duas instâncias mutuamente exclusivas não abre espaço para a coexistência de situações nas quais vários desejos de *face* são ameaçados simultaneamente. A presença de múltiplos trabalhos de *face* não é tratada, de forma sistemática, em suas estratégias de *polidez* e, conforme ressalta Haugh (2009), *face* é mais complexo do que a mera ameaça à autoimagem do indivíduo: ela pode envolver um cuidado com a posição de alguém dentro de uma rede de relações, ela pode ser associada tanto a grupos quanto a indivíduos, e *face* pode ser dada ou ganhada, assim como sacrificada, dentre outras coisas, e não simplesmente perdida ou salva.

Desse modo, neste trabalho, optamos por realizar um retorno ao conceito original de *face* e *trabalho de face* de Goffman, como proposto por Bargiela-Chiappini (op. cit.), e nos alinhamos, ainda, à discussão realizada por Haugh (op. cit.) no prefácio do livro *Face, Communication and Social Interaction* (2009), editado por Haugh e Bargiela-Chiappini, por acreditarmos que se tratem de pontos de vista complementares à visão do sociólogo. Haugh (op. cit.) defende que *face* deva ser compreendida como um conceito

---

<sup>5</sup> No original: “[In his historical study of politeness, Konrad Werkhofer (1992:178) laments the selective interpretation of Goffman’s face metaphor in] “unambiguously individualistic terms, abstracting not only from the dimension of ritual order, but from all kinds of social order”, thus privileging cognitive notions implicit in the Gricean understanding of communication over the social ones favored by Goffman.”

<sup>6</sup> Tradução das autoras. No original: “The impression that face is an a priori attribute of individuals that stands to be threatened in interaction, and must thus above all be safeguarded.”

fundamentalmente *interacional*, visto que ela pressupõe avaliação de outros do comportamento dos indivíduos e de grupos. *Face* é, portanto, não apenas co-constituída na interação, mas *constitutiva da* interação (p. 12), uma vez que ela emerge através da interação como uma realização conjunta entre os interlocutores.

A implicação desse conceito para estudos de *face* encontra-se justamente na necessidade de se realizar análises etnometodológicas para a compreensão dos aspectos não-sequenciais da interação. Conforme Watson e Gastaldo (2015), a etnometodologia nos fornece ferramentas para o estudo dos métodos usados pelas pessoas comuns da sociedade para dar sentido às coisas do mundo (p. 13). Por meio dessa visão sociológica, que elege o cotidiano como objeto de investigação e o discurso como sua matéria-prima para promover essas pesquisas, pressupõe-se que as análises dos trabalhos de *face* deverão levar em conta não apenas aspectos situados, mas também as dimensões históricas e socioculturais da *face* e dos *trabalhos de face* (HAUGH, op. cit., p. 11).

## 1.2 A face nas interações jurídicas

Desde Brown e Levinson (1978), as teorias de polidez, que também abordam o fenômeno da construção de *face* em interações sociais, preveem que o conflito e os ataques à *face*, enquanto ações argumentativas, têm suas realizações vistas como esperadas em contextos forenses.

Leech (1983) dizia que, em contextos específicos, a preservação das *faces* parece ser uma meta comunicativa secundária, havendo então tipos de atividade em que a fala conflitiva seria constitutiva da interação.

Nem por isso, contudo, nesses contextos, teríamos um vale-tudo no que tange à questão dos ataques à *face*. Karen Tracy (2008) diz que há de haver uma razoabilidade na demonstração da hostilidade, sem a qual, ao que parece, os encontros sociais podem ir a termo. Nesse mesmo sentido, Bousfield (2008) e Archer (2008) assumem que, no contexto específico da Corte, embora haja a expectativa de que os advogados de acusação sejam até mesmo agressivos, há de ser evitado o emprego de ofensas consideradas gratuitas.

E a linguista, Sandra Harris, em um de seus últimos trabalhos (2011), ao falar sobre a polidez na Corte, advoga que o uso de expressões polidas possibilita a manutenção da “civilidade” e sinaliza que as ameaças às *faces*

não devem ser tomadas como insultos ou ofensas pessoais. Harris (2011) corrobora ainda a ideia de que, apesar de relevantes na Corte, os trabalhos de face são, nesse ambiente, sempre uma meta secundária do evento, já que a meta principal seria elicitare, apresentar, avaliar as evidências envolvidas na discussão em curso.

Penman (1990, 1994) diverge dessa posição advogada por Leech (1983) e Harris (2011), qual seja, a de que pode haver contextos em que há primazia da informação sobre as questões relacionais. Penman, nos textos citados, e também Arundale (2006), sustentam a tese de que em paralelo à ordem informacional há o gerenciamento das relações interpessoais, não havendo uma hierarquia entre esses domínios da linguagem. Nesse sentido, Penman (1990) defende que, no contexto da Corte, há dois jogos de linguagem em curso, um jogo oficial da *troca de informações* e outro jogo subjacente de *trabalhos de face*, este último, em especial, tem demonstrado influir na possibilidade de resolução do conflito ou, ao contrário, no escalonamento do mesmo.

Penman (1990) ainda nos diz mais sobre a questão da especificidade das faces no contexto forense. Para ela, as estratégias de trabalho de face são organizadas em um *continuum*, a partir da dimensão respeito-desprezo pela face dos atores sociais. *Respeito* pode ser mostrado na forma de deferência ou admiração pelo outro; por outro lado, agir com dignidade, por exemplo, sinaliza respeito pelo *self*. O desprezo pelo outro pode ser manifesto através de desdém, depreciação. Já o desprezo pelo *self* pode ser indiciado por comportamentos que envolvem diferentes graus de autodepreciação. A dimensão respeito-desprezo pelo *self* ou pelo outro está na base de quatro macrocategorias de estratégias de trabalho de face, conforme esquema abaixo:

RESPEITO		DESPREZO	
aumentar	proteger	ameaçar	agravar

As estratégias de aumentar/proteger a face do *self* corresponderiam, em Goffman (1972 [1967]), aos movimentos de dar e salvar a face, e as estratégias de ameaçar/agravar, a movimentos de perda da face do *self* e/ou do outro e a *defacement* (caso extremo de agravamento, desrespeito aos desejos de face).

## 2. A proteção da face em uma audiência na Corte

Em estudo anterior sobre a co-construção da impolidez na interação entre ministros do Supremo Tribunal Federal em uma audiência de julgamento, Silveira e Abritta (2015) mostraram como essa interação entre dois ministros caminhou do desacordo ao “*bate-boca*”<sup>7</sup> em razão, principalmente, dos tipos de atos de ameaça à face empregados (ofensas de ordem profissional e de ordem moral) e dos sentidos a eles atribuídos ecologicamente pelos interagentes na ocasião. Ficou demonstrado lá também que, uma vez posto em ação um ritual de desprezo pelos desejos de face do outro, a intervenção de um terceiro ministro fez-se necessária para restabelecer o ritual de civilidade ou aquilo que um dos membros do tribunal denominou de “a liturgia da Corte”. Por ora, pretendemos retomar essa mesma audiência de julgamento<sup>8</sup>, transcrita por nós, seguindo o modelo Jefferson (LODER, 2008) de parâmetros para transcrição. Porém, agora, tomamos como novo escopo verificar as estratégias de proteção da face, nos termos de Penman (1990), utilizadas pelos ministros nos momentos de conflito já estudados.

### 2.1 O recurso à deferência como forma de proteção

Goffman (1972 [1967]) nos lembra que “assim como esperamos que um membro de qualquer grupo tenha respeito próprio, também esperamos que ele mantenha um padrão de consideração [...] com os sentimentos e a face dos outros presentes”. No excerto a seguir, vejamos como e se foi co-construído esse respeito pelos ministros. Na interação, MP é o ministro presidente da Corte e M1 o ministro com o qual MP discute. A divergência diz respeito aos critérios gerais de julgamento aplicáveis ao caso em questão:

---

<sup>7</sup> A expressão *bate-boca* encontra seu sentido já disposto nos dicionários mais conceituados da língua portuguesa, tais como, o Houaiss e o Aurélio, e designa discussão agressiva, troca de palavras áspera. Optamos por não utilizar, neste caso, a palavra *conflito*, tida por sinônima de *bate-boca*, por duas razões: 1. entendemos, com Goodwin (1982), que conflito é um termo guarda-chuva, incluindo aí desde um simples desacordo até um insulto e uma ameaça; 2. alinhamo-nos a Simmel (2006 [1917]), conforme dito no início deste artigo, e entendemos que conflituosas são, *a priori*, todas as relações inter-humanas. Importante destacar que a imprensa nacional, ao tratar do episódio analisado neste trabalho, já o tinha categorizado como um *bate-boca* entre ministros da Suprema Corte. Outros episódios semelhantes, ocorridos após o que aqui se destaca, vêm sendo igualmente denominados pela grande imprensa como: *bate-boca*. Assim, o senso comum parece-nos corroborar e servir de sustentação para nossa interpretação.

<sup>8</sup> A parte da interação sob enfoque neste texto encontra-se, publicamente, disponível para visualização no site: [www.youtube.com](http://www.youtube.com)

**Excerto 1 “vossa excelência ME respeite”**

- 01 MP o tribunal pode aceitar ou rejeitar, mas não com o argumento de classe. isso faz parte  
 02 de impopulismo judicial.  
 03 M1 mas eu acho que o segundo caso prova muito bem a justeza da sua tese MAS a sua  
 04 tese ela deveria ter sido exposta em pratos limpos. nós deveríamos estar discutindo  
 05 [quem seriam os beneficiários daquilo.](bate as mãos)  
 06 MP [ela ela ela foi expos-] ela foi exposta em pratos limpos. Eu não sonego  
 07 informação. *vossa excelência me respeite*.  
 08 [*vossa excelência ME respeite.*] foi APONTADA em pratos limpos.=  
 09 M1 [vossa excelência me respeite.]  
 10 =não. não [se discutiu] a lei que estav=-

No excerto acima, note que, ao ser acusado (l.03-04) por M1 de omitir informações em julgamento anterior, MP tem sua face ameaçada e toma a palavra para defendê-la. Como estratégia de salvamento da face, oferta ao outro, não as esperadas desculpas e explicações do modelo goffmaniano, mas a recusa ou rejeição ao dito, nos termos de Mclaughlin *et al.* (1983). A formação discursiva dessa recusa estratégica ao ato ameaçador da face faz-se valer: 1º) do uso da formulação extrema (POMERANTZ, 1986) manifesta nas negativas categóricas ao ato de omissão de informação na exposição de sua tese (l. 06): “foi exposta em pratos limpos”) e à identidade de sonegador de informação que lhe fora imputada (“Eu não sonego informação”, l.06-07), e 2º) da explicitação da quebra local da regra de civilidade e ao mesmo tempo a exigência de seu cumprimento, regra esta que exige deferência entre os interagentes, daí o recurso ao respeito (MP, l. 07-08: “*vossa excelência me respeite. [vossa excelência ME respeite.]*”). Interessante notar ainda que o ato de fala de MP, l. 07-08, vem prefaciado pelo uso do pronome de tratamento - “vossa excelência”. Empregado por MP para se dirigir ao colega M1, hierarquicamente inferior, parece, ao mesmo tempo, prestar ao outro a deferência devida em razão do cargo e, ao mesmo tempo, cobrar-lhe o devido respeito a MP. Em se tratando de MP (ministro presidente da Corte), o ato de fala diretivo “ME RESPEITE”, pronunciado em voz alta, pode ser interpretado como uma cobrança de respeito à hierarquia do cargo por ele ocupado.

O ministro M1 (l.10), ao repetir o uso da segunda estratégia de salvamento de face usada por MP, exatamente nos mesmos termos (“[vossa excelência me respeite.]”), empregando o vocativo e o recurso ao ritual da deferência, sugere reciprocidade de tratamento com base nas regras de decoro vigentes na Corte e alegadamente sendo desrespeitadas por MP. Assim procura estabelecer um processo de salvar a face, clamando pela igualdade de direitos no tratamento interpessoal, e procura passar a imagem

do self de alguém desrespeitoso para alguém desrespeitado, o que é reforçado ao reafirmar que MP sonegou informação: “=não. não [se discutiu] a lei que estav=-“.

## 2.2 O recurso à transparência da face profissional.

O “bate-boca” entre MP e M1 ainda se agravará quando ofensas de natureza profissional vêm à tona (SILVEIRA; ABRITTA, 2015) e os efeitos desse processo sobre as faces em questão podem ser vistos a seguir:

### Excerto 2 “eu estava de licença”

- 15 MP = vossa excelência: talvez vossa excelência esteja faltando  
 16 às sessão[s:]  
 17 M1 [al]iás eu não estou estou=  
 18 MP = tanto é que vossa excelência não tinha votado. Vossa excelência faltou à sessão.  
 19 [vossa excelência falta à sessão]  
 20 M1 [ eu não faltei não. eu ] eu estava de licença ministro=  
 21 MP =vossa excelência falta à sessão e depois  
 22 [e depois vem ( )]  
 23 M1 [eu estava de licença] vossa excelência não leu aí. eu estava de licença do tribunal.  
 24 MP ((ministro abaixa o olhar para ver o processo que está em suas mãos))

Em seus primeiros atos de fala no excerto acima, (l.15-16; l.18-19), MP acusa M1 de faltar às sessões de julgamento e, com isso, ameaça a face da competência (LIM; BOWERS, 1994) de M1, no caso, a competência profissional e coloca em questão o argumento de M1 de que MP teria sonegado informações. A defesa da face de profissional de M1 começa na linha 20 e trabalha com duas estratégias: 1º) recurso à formulação extrema através da negativa categórica da acusação – “eu não faltei não.” e 2º) no reenquadramento da definição de ausência como falta justificada, devido a estar em licença: “eu estava de licença ministro=“. No entanto, note-se que MP, l.21-22, retoma a mesma acusação feita anteriormente e: desqualifica o oponente (M1), porque nega a ele o direito a questionar algo discutido em sessão em que esteve ausente, atribuindo-lhe o desconhecimento dos fatos” (SILVEIRA; ABRITTA, 2015). Na l. 23, M1, num movimento de salvamento da face, irá buscar recuperar sua face de bom profissional justificando-se novamente repetindo a estratégia do reenquadramento da ausência, agora porém, buscando apontar a evidencialidade desse fato, recorrendo ao registro da licença nos autos: “vossa excelência não leu aí. eu estava de licença do



A reação de MP (l.57) será a de questionar a reivindicada exclusividade dessa “boa” face de M1, atribuindo-a de maneira igualitária a todos os ministros do tribunal - “[todos nós]”, e ainda explicitando, com isso, o potencial ameaçador da fala de M1 às faces dos colegas. Após esse ato que procurou salvar, de uma só vez, as faces de todos os julgadores ao mesmo tempo, MP irá ainda atacar mais uma vez a face de M1. Faz isso ao questionar a moralidade de M1 para colocar-se em um patamar mais elevado que o dos demais ministros a fim de, nas palavras de MP, “dar lição”.

M1(l.01-03) irá, então, buscar defender sua face negando ao outro o mesmo direito a dar lição de moral, reivindicando o respeito ao ritual da civilidade e, por último, atacando a face de MP ao acusá-lo, dizendo coisas negativas (PENMAN, 1990; SILVEIRA, 2002) sobre MP: “vossa excelência está [destruindo a justiça desse país]=“.

Embora haja uma polissemia intrínseca a toda a linguagem, no contexto local, o tipo de atividade é sempre capaz de balizar os sentidos possíveis (WITTGENSTEIN, 1979). Os risos de MP (l.04), em sobreposição contínua à parte final da fala de M1, qual seja, aquela em que coloca MP como destruidor da Justiça brasileira, podem ser entendidos como uma forma de MP enquadrar a fala adjacente anterior de M1 como uma brincadeira, mas os risos também podem ser vistos como uma forma de escárnio e deboche, o que só contribui para o aumento do grau de conflito.

Ainda que o riso, enquanto fenômeno fisiológico, não envolva necessariamente o humor (ATTARDO, 1994), ele nos fornece ao menos uma “pista de contextualização para o humor” (KOTTHOFF, 2000). Desse modo, tal fenômeno pode exercer as mais variadas funções sociais na interação. Ao enquadrar uma afirmação dentro de um *frame* humorístico através do riso, o interlocutor pode, por exemplo, comunicar impolidez, quando o alvo da provocação a interpreta como ameaça ou ofensa, e não como uma simples brincadeira, tendo em mente que a responsabilidade pela interpretação de uma elocução como impolida é dividida entre o falante (que possui a intenção de ofender) e o ouvinte (que atribui a intenção de ofensa ao falante), (CULPEPER, 2010).

O excerto a seguir é a continuidade do anterior e nele podemos ver o emprego da estratégia de ataque à face do outro como forma de salvamento da própria face:



como relevante nessa interação: a questão da hierarquia local e da busca por regras igualitárias no tratamento local entre as partes. Com isso, atribui a MP uma face de alguém autoritário e discriminador, capaz de transparecer isso através do tratamento classificado como impolido por M1.

#### 2.4 O recurso ao ritual da civilidade

O altíssimo grau local de conflito pedirá a interferência de terceiros para pôr fim à discussão. E a invocação ao ritual de deferência e decoro emergirá como recurso discursivo para promover uma resolução do conflito instaurado:

##### Excerto 5 “a liturgia do supremo”

- 25 MP ministro M1, vossa excelência me respeite. (com o dedo apontado)  
26 ((há uma sobreposição de vozes em que mais de um ministro chama pelo presidente))  
27 M1 eu digo a mesma coisa.  
28 M5 presidente, vamos encerrar a sessão?  
29 M1 eu digo a mesma coisa. (ainda respondendo a MP)  
30 M5 eu creio que a discussão está descambando para um campo que não se coaduna  
31 [com a liturgia do Supremo.]=  
32 M1 [também acho. também acho]  
33 M5 = vamos encerrar a sessão

Uma vez que nenhum dos oponentes, então, recua efetivamente no processo de *defacement* da face por eles mesmos engendrado, um terceiro ministro intervém e, dado o alto grau de conflito a que se havia chegado, M5 pede a MP, presidente do órgão em questão, para “encerrar a sessão?” (l. 28). Na sua justificativa (l.30-31), dá a quebra do ritual local do tribunal como fator imperioso para tanto. Vale aqui lembrar Goffman (1972), para quem, a existência das regras sociais, inclusive, é claro, as de decoro, podem ser vistas exatamente nas ocasiões em que são quebradas. Pois, para o autor, nesses momentos, as pessoas costumam invocá-las para que sejam respeitadas e, assim, um dado estado de coisas, quebrado, possa ser restabelecido.

#### Considerações Finais

Identificamos, em nossa análise, dois principais movimentos de trabalho de face realizados por MP e M1: aumentar/ proteger a face do *self* e

ameaçar/agravar a face do outro. Dentre as principais estratégias de proteção à face do *self* destacamos:

- O recurso à deferência como forma de proteção;
- O recurso à face profissional;
- O recurso à face moral;
- O recurso ao ritual da civilidade.

O recurso a essas estratégias emerge quando os desejos de face dos interagentes encontram-se ameaçados/agravados por informações não consistentes com as faces reivindicadas. Nos termos de Penman (1990) , muitos desses recursos implicam dizer coisas positivas sobre o *self* e coisas negativas sobre o outro depreciando, ridicularizando, expondo inconsistências na fala do outro.

No que tange aos principais trabalhos de face de proteção aos desejos do *self*, pudemos identificar cinco movimentos discursivos: recusar orientação argumentativa da fala do outro; explicar defender as razões da ação; resistir de forma desafiadora; fazer exigências; negar/contestar, de forma enfática, a autoridade do outro.

Notamos ainda uma alteração importante em relação ao modelo corretivo goffmaniano. No modelo, diz-se seguir ao ato de ofensa uma oferenda em forma de desculpas ou explicações. No contexto da Corte, porém, apesar dos sucessivos movimentos de ofensa à face identificados, somente uma vez foram oferecidas explicações e nenhuma desculpa foi encontrada. O que se viu prevalecer na ecologia local foram ofertas de recusas ou rejeições ao dito nos atos ameaçadores. Apontamos que isso pode estar relacionado a um contexto de baixa hierarquia entre os interagentes; já que, muito embora estejamos falando do mais alto templo da justiça brasileira, e a interação em questão se dá entre o presidente e um ministro da Corte, os julgadores guardam entre si uma relativa igualdade de *status*.

Por fim, acerca da dimensão do conflito no ambiente jurídico, vê-se que, muito embora este possa ser visto como fator constitutivo das relações sociais e, portanto, não seria, *a priori*, negativo nem positivo; uma vez elevado ao grau de *bate-boca*, mesmo num contexto previamente dado como belicoso, ele, o conflito, é visto de maneira negativa e como uma quebra da “liturgia local”.

## Referências

ARCHER, D. E. Verbal aggression and impoliteness. Related or synonymous? In: BOUSFIELD, D. Bousfield; LOCHER, M.A. (ed.). **Impoliteness in Language**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 181- 207.

ARUNDALE, R. B. Constituting face in conversation: Face, facework, and interactional achievement. **Journal of Pragmatics**, v. 42, p. 2078-2105, 2010.

\_\_\_\_\_. Face as relational and interactional: A communication framework for research on face, facework and politeness. **Journal of Politeness Research**, v. 2, p. 193-216, 2006.

ATTARDO, S. **Linguistic Theories of Humor**. Berlin/New York: Mouton, 1994.

BARGIELA-CHIAPPINI, F. Face and Politeness: New (Insights) for Old (Concepts). **Journal of Pragmatics**, v. 35, p. 1453-1469, 2003.

\_\_\_\_\_; HAUGH, Mi.(eds) **Face, communication and social interaction**. USA: Equinox Publishing, 2009.

BOUSFIELD, D. **Impoliteness in Interaction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness: Some Universals in Language Usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987 [1978].

CULPEPER, J. Conventionalized impoliteness formula. **Journal of Pragmatics**, v. 42, n. 12, p. 3232-3245, 2010.

GOFFMAN, E. The Interaction Order. **American Sociological Review**, v. 48. n. 1, p. 1-17, 1982.

\_\_\_\_\_. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais da interação social. In FIGUEIRA, S. (org.) **Psicanálise e Ciências Sociais**. Tradução de J. Russo. Rio, Francisco Alves, 1980, p. 76-114.

\_\_\_\_\_. **Interactional Ritual: essays on face to face behavior**. New York: Panteon. 1972 [1967]. p. 5-45.

\_\_\_\_\_. **Relations in Public: Microstudies of the Public Order**. Harmondsworth: Penguin, 1971.

\_\_\_\_\_. **The presentation of self in Everyday Life**. Allen Lane, Great Britain: Penguin, 1969.

GOODWIN, M. H. Process of dispute management among urban black children. **American Ethnologist**, n. 9, p. 76-96, 1982. Disponível em: [http://www.sscnet.ucla.edu/anthro/faculty/goodwin/Processes\\_of\\_Dispute\\_Management\\_Among\\_Urban\\_Black\\_Children.pdf](http://www.sscnet.ucla.edu/anthro/faculty/goodwin/Processes_of_Dispute_Management_Among_Urban_Black_Children.pdf). Acesso em: 29 out.2017.

HARRÉ, R.; GILLET, G. **A mente discursiva: os avanços da ciência cognitiva**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

HARRIS, S. The limits of politeness re-visited: Courtroom discourse as a case in point. *In: Discursive Approaches to Politeness*. Linguistic Politeness Research Group. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 2011.

HAUGH, M. Face and Interaction. *In: BARGIELA-CHIAPPINI, F.; HAUGH, M. Face, Communication and Social Interaction*. London, Oakville: Equinox, 2009, p. 1-30.

HO, D. On the concept of face. *The American Journal of Sociology*, vol. 8, n. 4, jan, p. 867-884, 1976.

HU, H. C. The Chinese Concepts of "Face". *American Anthropologist: New Series*, vol. 46, n. 1, part 1, jan-mar, 1944.

KOTTHOFF, H. Impoliteness and Conversational Joking: On Relational Politics. *Folia Linguistica* 30 3-4, p. 299-325, 1996.

LEECH, G. **The Principles of Pragmatics**. New York: Longman. 1983.

LIM, T.; BOWERS, J. W. Facework: Solidarity, Approbation, and Tact. *Human communication Research*. Vol. 17 (3), p.415-450, 1991.

LODER, L. L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. *In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

O'DRISCOLL, J. About Face: A Defence and Elaboration of Universal Dualism. *Journal of Pragmatics*, 25, p. 1-32, 1996.

POMERANTZ, A. Extreme case Formulations: A Way of Legitimizing Claims. *Human Studies* 9(2/3), p. 219-229, 1986.

PENMAN, R. Facework & Politeness: multiple goals in courtroom discourse. *Journal of Language and Social Psychology*, vol.9, p. 15-38, 1990.

\_\_\_\_\_. Facework in Communication: Conceptual and Moral Challenges. *In: TING-TOOMEY, S. (ed.). The Challenge of Facework*. New York: State University of New York Press, 1994.

SILVEIRA, S. B. Estratégias de impolidez em situações de conflito. **XIX Jornada de Estudos linguísticos**. Fortaleza, CE: GELNE, 2002.

SILVEIRA, S. B.; ABRITTA, C. S. Trabalhos de face e os limites da impolidez no discurso jurídico. *In: SILVEIRA, S. B.; ABRITTA, C. S.; VIEIRA, A. T. (org.). Linguística Aplicada em Contextos Legais*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. O conflito como sociação. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, p. 568-573, 2011 [1964]. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/SimmelTrad.pdf>. Acesso em: 9 jun.2018.

TERKOURAFI, M. Toward a universal notion of face for a universal notion of cooperation. In: KECSKES, I.; HORN, L. (ed.). **Explorations in Pragmatics: Linguistic, Cognitive and Intercultural Aspects**. Berlin: Mouton de Gruyter. 2007.

TRACY, K. “Reasonable Hostility”: Situation-appropriate face-attack. **Journal of Politeness Research**, v. 4, p. 169-191, 2008.

WATSON, R.; GASTALDO, E. **Etnometodologia e Análise da Conversa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

### Anexo - Convenções de Transcrição – Modelo Jefferson (LODER, 2008)

( )	transcrição impossível
(( ))	comentários do analista
MAIÚSCULAS	ênfase acentuada
<u>sublinhado</u>	acento ou ênfase de volume
,	entonação contínua
.	descida de entonação
?	subida de entonação
°	fala mais baixa
[ ]	fala sobreposta
-	auto-interrupção
:	alongamento de som
=	contiguidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes
	fala comprimida ou acelerada
hhhh	aspirações audíveis

### Forma de citação sugerida

ABRITTA, Carolina Scali; SILVEIRA, Sonia Bittencourt; BARRETO, Kricia Helena. Estratégias de proteção da face no cenário jurídico: um estudo de caso. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 17, p. 33-50, jul./dez.2018. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-17-1942](https://doi.org/10.17648/eidea-17-1942).

## Discurso político e o *ethos* coronelista em Esplanada, Bahia

**Elias Ramos da Silva**

Mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil.  
[elias\\_uefs@yahoo.com.br](mailto:elias_uefs@yahoo.com.br)

**Resumo:** Neste artigo, busca-se investigar a materialidade do *ethos* coronelista na fala do candidato eleito a prefeito de Esplanada (BA). O corpus é a entrevista concedida ao jornal local *Esplanada News*, realizada no ano de 2012. O aporte teórico advém da Análise do Discurso desenvolvida por Maingueneau e da Nova Retórica desenvolvida por Perelman e Olbrechts-Tyteca. Também é utilizado o conceito de “coronelismo” de Leal e o conceito de discurso político de Charaudeau. Para abordar o contexto sócio-histórico, dialoga-se com duas obras de Hildeth Cardoso de Faria, pois este autor nos apresenta dados sobre a memória da cidade, em que é possível identificar a presença da cultura do coronelismo. Após término da análise do corpus, verificou-se na fala do prefeito eleito a materialidade de um *ethos* e de um *anti-ethos* com algumas marcas da cultura do coronelismo.

**Palavras-chave:** *Ethos*. Argumentação. Discurso político. Coronelismo. Esplanada.

**Abstract:** This paper aims to research the construction of the *ethos* of the elected mayoral candidate to the city of Esplanada (BA). The corpus is the interview he gave to the local newspaper *Esplanada News*, during the electoral campaign in 2012. The theoretical framework is grounded on the French approach to Discourse Analysis developed by Maingueneau, on Perelman and Olbrechts-Tyteca approach to argumentation, on Leal’s concept of coronelism and on Charaudeau’s discussion on political discourse. In order to approach the socio- historical context, we draw on Faria’s books. We concluded, through the analysis, that the construction of the elected mayor *ethos* and *anti-ethos* is marked by features of a coronelist culture.

**Keywords:** *Ethos*. Argumentation. Political Discourse. Coronelism. Esplanada.

## Introdução

Desde que cheguei à cidade de Esplanada em 2008, percebi que o tom dado ao discurso político não é o mesmo que se apresenta na cidade de Salvador - minha terra natal. Não que um seja melhor ou pior do que o outro. Mas, simplesmente, porque em cada cidade a práxis discursiva dá um corpo ao fiador, que, mesmo aparentando semelhanças entre si, apresentam sentidos diferentes.

De acordo com Charaudeau (2011), o discurso político como processo de influência social é complexo, uma vez que a política depende bastante da sua práxis e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social; e a linguagem, por causa do fenômeno de circulação do discurso, é o que possibilita a criação de espaços de discussão, espaços de persuasão e de sedução nos quais são elaborados o pensamento e a ação política.

Na visão de Maingueneau (2011a), a concepção “encarnada” do *ethos* recobre não apenas a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “fiador” através das representações coletivas estereotípicas. Dessa forma, atribui-se ao “fiador” uma “corporalidade” e um “caráter”, cujos graus de precisão oscilam segundo os textos. Assim, o “caráter” equivale a um feixe de traços psicológicos. Referente à “corporalidade”, pode-se dizer que ela está ligada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se. Logo, o *ethos* está vinculado a uma maneira de se deslocar no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida por meio de um comportamento.

Neste artigo, é apresentado um recorte da dissertação defendida na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL), em 2017. Sendo assim, busca-se analisar a materialidade do *ethos* coronelista no discurso político a partir da fala do candidato eleito a prefeito do município de Esplanada (BA). O *corpus* é um excerto da entrevista concedida ao jornal local *Esplanada News*, durante o processo eleitoral de 2012, mais especificamente, a parte que trata da educação e da segurança.

O aporte teórico é alicerçado na Análise do Discurso de linha francesa desenvolvida por Maingueneau (2011). No entanto, são utilizadas a noção de discurso político de Charaudeau (2011) e a noção de argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]). Para abordar o contexto sócio-

histórico, dialoga-se com duas obras de Hildeth Cardoso de Faria – “História de Esplanada desde o início, no fim do século XIX” e “Oitenta anos de vida: reminiscência” –, pois elas nos apresentam dados sobre a memória da cidade.

Depois de analisar o *corpus* em questão, verificou-se que a fala do candidato eleito a prefeito materializa um *ethos* e um *anti-ethos* cujas marcas sinalizam a presença da cultura coronelista na cidade de Esplanada, Bahia.

### 1. O discurso político em Charaudeau

Segundo Charaudeau (2011), o termo “política” tem sido objeto de estudo das disciplinas Ciências da Linguagem, Ciências Políticas, Antropologia Social, Psicologia Social, Sociologia, Filosofia. Contudo, observa-se que nenhuma delas apresenta esse objeto como acabado.

Para tratar da noção de discurso político, Charaudeau (2011) afirma que um linguista do discurso sabe que os contextos psicológico e social determinam o sentido da linguagem. Por isso, em seus estudos, são integrados conceitos e categorias pertencentes a outras disciplinas humanas e sociais. Sendo assim, para construir e estudar seu objeto, cabe ao pesquisador elaborar a problemática geral a qual servirá de guia para sua análise. No caso da obra “Discurso Político”, “trata-se de tomar uma posição quanto às relações entre *linguagem, ação, poder e verdade*, a fim de determinar a problemática particular na qual será estudado o discurso político” (CHARAUDEAU, 2011, p. 16). O presente trabalho também apresenta uma tomada de posição referente ao objeto de estudo em questão. Logo, não se tem a pretensão de dar a questão por encerrada; pelo contrário, visa-se suscitar novas pesquisas preocupadas com as relações de poder no interior do estado da Bahia.

Para este autor, a palavra ‘política’ está diretamente ligada à questão do poder. Por isso, defende a ideia de que a noção de campo político está associada a três termos: *ação política, instância* e *valores*. Na sua concepção,

[...] sem exagerar a complexidade das relações de força que se instauram nesse campo, parece que é possível determinar quando são tratadas simultaneamente, e em interação, as questões da *ação política*, de sua finalidade e de sua organização; as *instâncias* que são partes interessadas nessa ação; os *valores* em nome dos quais é realizada essa ação (CHARAUDEAU, 2011, p.16).

A citação acima deixa claro que o campo político é marcado por relações de força; não dá para pensá-lo desvinculado da questão do poder. Assim como

não dá para pensar na consciência de si, sem pensar na existência do outro, pois é a partir da alteridade que o sujeito pode se definir. Na visão de Charaudeau (2011, p. 16), “os princípios de alteridade, de influência e de regulação são fundadores do ato de linguagem que o inscrevem em um quadro de ação, em uma praxiologia do agir sobre o outro”. Dessa forma, as relações de força que constroem paralelamente o vínculo social estão vinculadas a todo ato de linguagem.

Na concepção do autor, a produção de sentidos é uma questão de interação, pois é segundo os modos de interação e a identidade dos participantes implicados que se constitui o pensamento político. Sendo assim, propõe distinguir três lugares de fabricação desse pensamento – um pode ser compreendido como o lugar de elaboração dos sistemas de pensamento, um como o lugar do qual o sentido está ligado ao próprio ato de comunicação, um como o lugar onde é produzido o comentário. Observemos a distinção de cada um desses lugares:

O discurso político como *sistema de pensamento* é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos (CHARAUDEAU, 2011, p. 40).

O discurso político como *ato de comunicação* concerne mais diretamente aos atores que participam da cena de comunicação política, cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos (CHARAUDEAU, 2011, p.40).

O discurso político como *comentário* não está necessariamente voltado para o fim político. O propósito é o conceito político, mas o discurso inscreve-se em uma situação cuja finalidade está fora do campo da ação política: é um discurso a respeito do político, sem risco político (CHARAUDEAU, 2011, p.40).

Essa divisão é interessante porque ela possibilita reconhecer que o discurso político se manifesta não apenas no ‘intragoverno’<sup>1</sup>, mas também no ‘extragoverno’<sup>2</sup>. Entretanto, há um ponto de convergência entre esses lugares – a linguagem alia-se à ação, reciprocamente. Por isso, comenta Arendt (1961, p. 235, apud CHARAUDEAU, 2011, p. 41-42),

[...] sem o acompanhamento da linguagem, a ação não perderia somente seu caráter revelador, ela perderia também, por assim, dizer, seu sujeito; não haveria

---

<sup>1</sup> Para o autor, o termo corresponde a um desafio de ação no qual a palavra política se faz performativa com o objetivo de governar com os parceiros diversos.

<sup>2</sup> De acordo com o autor, esse termo corresponde a um desafio de deliberação no qual a palavra circula entre os mesmos parceiros sem que estes tenham poder de decisão.

homens, mas robôs executando atos que, humanamente falando, permaneceriam incompreensíveis. A ação muda não seria mais ação, pois não haveria mais ator e o ator, este fazedor de atos, não é possível se ele não for, ao mesmo tempo, falador de palavras. A ação que ele começa é revelada humanamente pelo verbo, e ainda que possamos perceber seu ato em sua aparência física bruta sem acompanhamento verbal, o ato não adquire um sentido senão pela palavra na qual o agente identifica-se como ator, anunciando o que ele faz, o que ele fez, o que ele quer fazer.

O fragmento supracitado ajuda a evidenciar um pouco melhor o campo de influência destes diferentes lugares de fabricação do discurso político, isto é, de que o discurso é o lugar de influência do outro, de engajamento do sujeito e de justificação de seu posicionamento.

## 2. Argumentação e *ethos* em Maingueneau

Para os estudiosos da retórica e da argumentação, o *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica* rompe com uma concepção da razão e do raciocínio provenientes de Descartes.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), o ponto mais importante que culminou com a ruptura do tratado da argumentação com a Retórica tradicional foi pensar a maneira como a Antiguidade lidava com a retórica e com a dialética.

Vale esclarecer que a dialética sempre tratou do verossímil. No entanto, percebe-se que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]) ampliam, em certos pontos, os limites da retórica antiga, na medida em que o objeto da retórica antiga era, sobretudo, a arte de falar em público de maneira persuasiva, ao passo que, no *Tratado da Argumentação*, o que se observa é uma preocupação com as questões acerca da estrutura da argumentação. Sendo assim, a obra não se limita ao exame da técnica do discurso oral, dando atenção, portanto, ao exame da escrita. O que é conservado da retórica tradicional é a noção de *auditório*<sup>3</sup>, a qual é imediatamente evocada assim que se pensa em um discurso.

No tratado da Argumentação, também se propõe que uma defesa de tese tem como ponto de partida o acordo. Uma vez que o acordo “tem por

---

<sup>3</sup> Na perspectiva de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958], p. 22), auditório é “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação.” Mas esse termo também pode ser “empregado, muita vezes, em concordância com o “ouvinte”, no entanto ele designa um receptor de comunicação oral obrigatoriamente coletivo: o conjunto de participantes presentes em uma situação na qual o orador se dirige a um público - conferência, comício político, colóquio, mesa redonda etc.(CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012).

objeto ora conteúdos das premissas explícitas, as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelo ouvinte” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005[1958], p. 75). Na argumentação, existem diferentes tipos de objetos de acordo. Alguns deles, como os fatos<sup>4</sup>, as verdades<sup>5</sup> e as presunções<sup>6</sup>, beneficiam-se do acordo do auditório universal. Já os valores<sup>7</sup>, as hierarquias<sup>8</sup> e os lugares<sup>9</sup>, beneficiam-se de auditórios particulares. Entretanto, é comum que, visando ao interesse de sua argumentação, o orador procure situar o debate no plano que lhe for mais favorável, alterando, caso jugue necessário, o estatuto de certos acordos.

Faz-se mister dizer que para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), os *argumentos quase-lógicos* são aqueles que, por sua estrutura, lembram os raciocínios formais, dedutivos, todavia, diferentemente da linguagem formal, que é unívoca, eles são sujeitos a uma polissemia de sentidos, uma vez que empregam a linguagem natural, ou seja, ordinária. Para os autores supracitados, os argumentos quase-lógicos são mais bem compreendidos quando associados ao pensamento formal; já os *argumentos baseados na estrutura do real* são apresentados como análogos à própria estrutura das coisas, fundamentando-se em pontos de vista; e os *argumentos que visam fundar a estrutura do real* são aqueles que se apoiam no caso particular, como os argumentos por analogia, os quais se dedicam a reestruturar certos elementos do pensamento em consonância com esquemas outorgados em outros campos do real.

---

<sup>4</sup> Conforme os autores, a ideia de *fato* é qualificada pela noção que se tem de determinados acordos a respeito de certos dados – aqueles que se referem a uma realidade objetiva e designariam, segundo Poincaré (1946, p. 65, apud Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005[1958], p.75), “o que é comum a vários entes e poderia ser comum a todos”.

<sup>5</sup> Tudo que se compreende por fatos chama-se *verdades*, mas é preferível pensar a noção de verdade como um sistema mais complexo, relativo a ligações entre fatos, que trate de teorias científicas ou de ideias filosóficas que transcendem a experiência.

<sup>6</sup> Esta deve ser compreendida como proposição que trata de algo sem certezas.

<sup>7</sup> A noção de *valor* refere-se ao ato de admitir que um objeto, um ser ou um ideal exerça sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada.

<sup>8</sup> As *hierarquias*, tais como a superioridade dos homens sobre os animais, dos deuses sobre os homens, também servem de alicerce para a argumentação.

<sup>9</sup> No tratado, a noção de *lugar*, por um lado, está vinculada a uma metafísica particular e, do outro, à distinção dos tipos de objetos de acordos referentes ao real dos que se referem ao preferível. Assim, entende-se por *lugares* as premissas de ordem geral as quais Aristóteles estuda entre os lugares de acidentes.

## 2.1 Ethos em Maingueneau

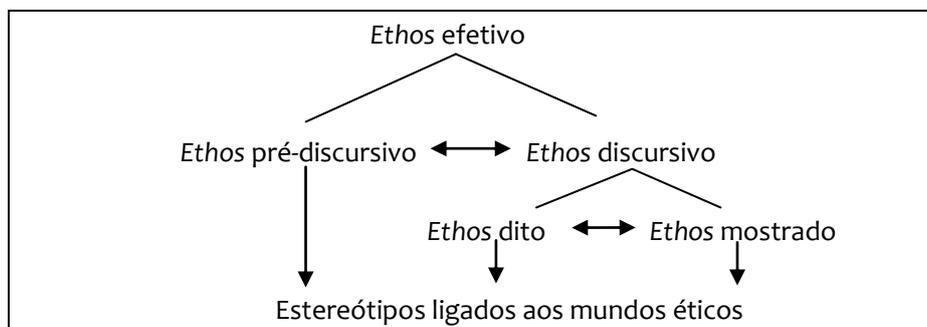
De acordo com Auchlin (2001, p. 93 apud Maingueneau 2011a, p. 12), “a noção de *ethos* é uma noção com interesse essencialmente prático, e não deve ser concebido como um conceito teórico claro [...]”. Pode-se inferir que, em nossa prática ordinária da fala, o *ethos* responde a questões empíricas efetivas, as quais têm como particularidade serem mais ou menos coextensivas ao nosso próprio ser. Ainda segundo este autor, para falar de *ethos*, é mister abordar, mesmo que brevemente, um pouco da Retórica antiga, uma vez que a primeira conceituação do termo “*ethos*” foi dada por Aristóteles.

Para Maingueneau (2011a), na Retórica aristotélica, havia uma preocupação em apresentar uma *technè* buscando examinar o que é persuasivo para tal ou qual tipo de indivíduo. Partindo desse ponto, pode-se afirmar que “a prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança” (MAINGUENEAU, 2011a, p. 13).

É pensando nessa problemática que Maingueneau (2011a) vai afirmar que o *ethos* é resultado dos seguintes fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos* mostrado e dito). De acordo com o autor, também não se pode deixar de perceber que a diferença entre o *ethos* dito e *mostrado* se inscreve nos extremos de uma linha contínua, pois não é possível definir uma fronteira explícita entre o puramente “mostrado” e o “dito” sugerido pela enunciação. Sendo assim, conclui-se que o *ethos* efetivo é produto da interação dessas diversas instâncias.

A Figura 1 ilustra bem a interação dessas diversas instâncias:

**Figura 1 - A interação entre as diversas instâncias do *ethos***



Fonte: Maingueneau (2011a, p. 19)

Esta ilustração acerca do *ethos* efetivo possibilita tratar da noção de estereotipagem. Para Amossy (2011, p. 125-126), a estereotipagem deve ser compreendida como uma operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Por isso, ela afirma que a imagem que o orador constrói de si e a impressão que ele produz em seu auditório também são partes fundamentais para materialidade do *ethos* efetivo.

Para Maingueneau (2011b), todo discurso presume uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, através de um tom que indica quem o disse. Aceitar essa noção de *ethos* não significa conceber o escrito como traço de uma oralidade primeira. A identidade de um posicionamento discursivo está vinculada a um tom específico que torna possível a vocalidade. Além disso, deve-se perceber que o “texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um coenunciador que será necessário mobilizar para fazê-lo aderir ‘fisicamente’ a um certo universo de sentidos” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 73). Isto o leva a defender a ideia de que “o discurso é um acontecimento inscrito em uma configuração sócio-histórica e não se deve dissociar a organização de seus conteúdos e o modo de legitimação de sua cena enunciativa” (MAINGUENEAU, 2011b, p. 74-75). Essa concepção é complexa, pois supõe um *ethos* marcado pela oposição entre o *ethos* oral/*ethos* escritural.

Ainda segundo Maingueneau (2011b, p. 75), qualquer discurso pressupõe uma cena de enunciação para se tornar enunciado. Na sua concepção, a “cena de enunciação” corresponde a três cenas, que ele classifica como “cena englobante”, “cena genérica” e “cenografia”. A “cena englobante” deve ser entendida como o tipo de discurso – cabe a ela conferir ao discurso seu estatuto pragmático: literário, publicitário, filosófico, religioso, entre outros; A “cena genérica” corresponde ao contrato associado a um gênero, a uma “instituição discursiva”: o sermão, o editorial, o guia turístico, entre outros; já a “cenografia” não é subalterna ao gênero, uma vez que ela é construída pelo próprio texto: um sermão poder ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética, filosófica, etc. Na análise do *corpus*, esses pontos serão mais bem compreendidos.

### 3. Coronelismo

Parafraseando Leal (1986), pode-se dizer que a cultura coronelista faz parte da história do Brasil, principalmente, nas cidades do interior. Segundo o autor, trata-se de um “fenômeno de imediata observação para quem procure conhecer a vida política no interior do Brasil é o malsinado ‘coronelismo’” (LEAL, 1986, p. 19). Afirma ainda que tal fenômeno não é simples, pois envolve um complexo de características da política municipal.

É Basílio de Magalhães – citado por Leal (1986) – quem apresenta a origem da palavra “coronelismo”, esclarecendo que tal lexema foi incorporado em nossa língua com uma acepção particular, o que permite ser registrado como brasileiro nos léxicos do lado de cá do Atlântico, por conta da remota origem do seu sentido translato aos autênticos ou falsos ‘coronéis’ da extinta Guarda Nacional<sup>10</sup>. O fato é que, além dos que realmente ocupavam na Guarda Nacional tal posto, o tratamento de ‘coronel’ passou a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político.

Conforme a concepção de Leal (1986), o coronelismo deve ser compreendido como um produto da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Ele é, sobretudo, uma forma própria de manifestação do poder privado – uma adaptação calcada nos resíduos do nosso antigo poder privado que conseguem conviver com um regime político de extensa base representativa.

Nesse sentido, um aspecto que chama atenção é o da liderança, com a figura do coronel ocupando o lugar de maior destaque. Contudo, pode-se observar que nem sempre os chefes políticos municipais são realmente autênticos coronéis. Por conta da difusão do ensino superior no Brasil, iniciou-se uma produção significativa, por todo o Brasil, de médicos e advogados cujos dons de comando os habilitavam à posição de chefia. Esses mesmos “doutores”, quase sempre, são parentes ou pessoas próximas à família do “coronel”.

Para Faoro (1997), se a riqueza é substancial à construção da pirâmide, não é fator necessário, uma vez que pode haver coronéis remediados, desprovidos de terras, embora seja impossível a corporificação no pobre ou no dependente, destituído de sua posição a arbítrio alheio. Em geral, o coronel

---

<sup>10</sup> Na perspectiva de Fertig (2010), a Guarda Nacional pode ser compreendida como milícia criada em 1831 pelo Império do Brasil e composta por todos os homens brasileiros que tivessem entre 21 e 60 anos de idade e que pudessem votar nas eleições. Essa milícia serviu de alicerce político-institucional na construção do Estado nacional brasileiro no século XIX.

não manda porque tem dinheiro, mas porque lhe conferem esse poder em um pacto não escrito. Em suma, “o vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla atividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação” (FAORO, 1997, p. 700).

Por conta desse retrato, os cidadãos que vivem no interior do Estado da Bahia, principalmente, os mais desprovidos de recursos, ainda se deparam com a figura do coronel nos dias atuais, uma vez que são muitas as dificuldades para sobreviver numa sociedade brasileira cuja estratificação social ratifica a hegemonia dos que têm mais prestígio, dinheiro e poder.

#### 4. As marcas sócio-históricas do município de Esplanada

De acordo com os dados sócio-históricos de Esplanada, é correto afirmar que o marco inicial da cidade é a construção do trecho da estrada de ferro Bahia-São Francisco, interligando a cidade ao município de Alagoinhas. Segundo Faria (1998), os Engenheiros contaram com a ajuda do Coronel Euzébio Leal<sup>11</sup> para construir um pequeno escritório na fazenda Cunhas, além de um atalho cujo objetivo era viabilizar a construção da linha férrea. Pouco tempo depois, já havia outro escritório próximo ao local onde ficariam os trilhos. Entre os diversos relatos, o autor afirma que

[...] a casa grande da Baixinha, quase secular, ainda habitada, deve ser preservada e/ou tombada como um Monumento Histórico, que sempre foi um marco divisório das duas povoações. Quando surgiram as pseudo-guerrilhas, na ocasião em que o povo do Timbó se rebelou contra os trabalhadores da linha férrea, jamais houve contenda na área da baixinha, porque o Coronel Benício era muito respeitado e acalmava os ânimos, tanto que só depois os operários se aproximaram do comércio é que eram atacados violentamente (FARIA, 1998, p. 11).

A partir da citação supracitada, observa-se que os habitantes do Timbó tinham criado uma grande expectativa por conta da construção da linha férrea. Percebia-se quase um clima de festa, acreditando que Esplanada seria uma cidade melhor por causa desse acontecimento. Contudo, tudo acabou se transformando em uma ilusão. A cidade continua com problemas sócio-econômicos até hoje.

Outro ponto importante comentado pelo autor refere-se ao Frei José de Monsano, que, recém-chegado da Itália, instala-se no Convento dos

---

<sup>11</sup> O Coronel Euzébio Leal faz parte da história do município de Esplanada, pois o mesmo já residia na localidade, quando o município ainda era um povoado.

Capuchinhos com o objetivo de recuperar sua saúde, a qual estava bem debilitada. Para Faria (1998), o Frei José de Monsano virou uma figura quase lendária da história de Esplanada. Conforme os relatos, ele foi preso injustamente no município de Entre Rios, por vingança de um Delegado de Polícia, devido a um comentário realizado na Missa. No dia do aniversário de Getúlio Vargas, o Frei foi denunciado ao Secretário de Segurança Pública, o qual mandou escoltá-lo – preso – para Salvador. Ainda segundo Faria (1998, p.46),

Esplanada se tornou o centro da Região por onde transitavam mercadorias de municípios vizinhos, por causa do meio de transporte ferroviário, que facilitou a remessa de tudo que vinha do nordeste, para a capital, quando, anteriormente, esta parte do Brasil vivia muito isolada, tornando-se, assim, mais atrasada e, até hoje, sente-se que a Região Sul foi mais beneficiada pelo progresso.

O autor também comenta a revolução constitucionalista de 1932, instaurada em São Paulo sob o comando do General Isidoro Dias Lopes. Por conta desse fato, vários policiais foram convocados para reforçar a guarda, fazendo com que muitos municípios ficassem sem policiamento, completamente desguarnecidos, dando oportunidade para o grupo de Lampião adentrar vários municípios do Estado da Bahia, como o município de Queimadas, onde foram assassinados quatro soldados – o Cabo Justino, que tinha família em Esplanada, foi uma das vítimas. Nesse período, a população ficara assustada com a notícia de que Lampião passaria por Inhambupe, Alagoinhas, Entre Rios, Esplanada, Cipó e Nova Olinda, até chegar à praia do Conde. Todavia, tudo não passou de um grande susto, uma vez que Lampião sumira, refugiando-se no Raso da Catarina.

Em 1994, Faria publica seu segundo livro: a autobiografia *Oitenta anos de minha vida – Reminiscências*. A partir dela, é possível conhecer fatos e relatos da história do município de Esplanada, assim como de outros municípios por onde ele passou.

Nesse livro, ele diz que, na mocidade, trabalhou como escrivão de casamento, participando de várias solenidades, convivendo, assim, com pessoas de “fino trato”, não demorando muito para conquistar a confiança dos magistrados da época. Na sua visão, o povo em geral é muito fácil de ser enganado. Qualquer “milagreiro” consegue chamar a atenção do povo. Nesse sentido, comenta que:

[...] a carência do nosso povo é tanta, principalmente no que se refere a sobrevivência e no campo da saúde, que um pobre um não pode nem entrar no hospital e muito menos comprar um simples remédio para dor de cabeça,

apelando muitas vezes para os políticos em troca de um voto, como se vê abertamente com tantos que aproveitam a época das eleições para atacarem os candidatos (FARIA, 1994, p. 49).

Através da citação supracitada, observa-se que a carência do povo não é de agora. As condições precárias das pessoas tornam-nas vulneráveis e reféns de si mesmas, principalmente, para os que residem em municípios pequenos, carentes de recursos e de empregos. Logo, não é difícil subverter os valores de boa parte dos eleitores, grande parte deles são pais e mães de família que tentam garantir o sustento de seus filhos. Todos sabem que votar no candidato que perdeu significa, muitas vezes, ter de sair da cidade, pois dificilmente iriam conseguir uma oportunidade de emprego na prefeitura.

## 5. Análise do corpus

Para tratar da educação, o candidato (R.C.L) começa abordando, primeiramente, os dados sócio-históricos objetivando fundamentar melhor o seu dizer. Observemos sua fala a seguir:

[...] a educação do nosso município é um celeiro de bons professores, de pessoas inteligentes; a cidade que sempre foi conhecida como a cidade dos doutores, apesar desse patrimônio pessoal que Esplanada tem, nós não temos vivido bons tempo na educação do nosso município de Esplanada. Esplanada tem amargado os piores índices do Ideb da região e um dos piores do estado. Esplanada vive com uma estrutura precária. (R.C.L., 2012).

No excerto, o candidato acaba ratificando, na memória dos eleitores, a ideia de que a cidade deve continuar sendo conhecida como a terra dos doutores, isto é, a terra dos “coronéis”. De acordo com Leal (1986), o termo “Doutores” é uma das formas camufladas do antigo coronelismo, agora camuflado sob uma nova roupagem. Esse fragmento também nos possibilita pensar nas múltiplas questões ligadas ao campo político. Na visão de Charaudeau (2011), o campo político não pode ser desassociado da *ação política*, das *instâncias* e dos *valores*. Sendo assim, é possível inferir que esse enunciado nos possibilita refletir sobre as questões da ação política praticada pelo candidato R.C.L., das partes interessadas nessa ação e nos valores que nortearam o seu dizer.

No fragmento supracitado, identifica-se também que o candidato R.C.L. recorreu a um argumento quase-lógico, caracterizado como *contradição*. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005[1958]), este tipo de estratégia ocorre quando alguém defende uma proposição e sua negação ao mesmo

tempo. O uso desse argumento fica evidenciado quando o candidato declara que a cidade é um celeiro de bons professores, de pessoas inteligentes, sendo conhecida como a cidade dos doutores. Mas também afirma que a cidade tem um dos piores índices do Ideb da região e um dos piores do Estado. Esta contradição ocorre em virtude de o candidato estar buscando utilizar argumentos que mobilizem as paixões de seu auditório.

Ao abordar os problemas ligados à educação, o candidato R.C.L. defende a ideia de que a infraestrutura do município não contribui para melhorar a qualidade do ensino. Por isso, ele sugere resolver o problema da seguinte forma:

[...] nós precisamos fazer da educação a mola mestra da revolução desse município, e isso passa por um projeto fundamental que é a educação de tempo integral (R.C.L.,2012).

Essa declaração passa uma imagem de que o candidato R.C.L. está atento às instancias de poder, pois sua proposta de governo parece sinalizar uma concordância com a meta do governo federal, que deseja implantar gradualmente uma educação de tempo integral em todas as escolas do Ensino Básico. Isso reforça a tese de Leal (1986), quando nos diz que sempre que possível, os prefeitos vão preferir estar na base aliada do governo do estado e do governo federal com o objetivo de conseguir mais recursos e programas para o município. Isso fica explícito no fragmento abaixo:

[...] veja, por exemplo, os programas de inclusão digital do governo federal, as escolas têm o computador, mas não tem o laboratório de informática montado, e nem quem use esses computadores (R.C.L.,2012).

Observa-se que o candidato R.C.L. constrói uma imagem de si, alicerçada no *argumento do desperdício*, pois ele comenta que os computadores não foram utilizados pelo grupo político do seu principal opositor. Na concepção de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]), tal esquema argumentativo, que se baseia na estrutura do real, defende a ideia de que, uma vez iniciado um trabalho, deve-se prosseguir na mesma direção. Assim, depreende-se que o candidato R.C.L. também está atento aos interesses e às paixões dos alunos que desejam o laboratório de informática.

Antes de prosseguir, é necessário sinalizar que o termo “nós” aparece várias vezes no discurso do candidato R.C.L., o qual gera um duplo sentido – uma aproximação com o eleitor e, ao mesmo tempo, um deslocamento do peso de sua responsabilidade como futuro gestor do poder executivo. Por

meio do seu dizer, ele constrói uma cena de enunciação em que demonstra estar comprometido com a educação. Por isso, explicita que, antes mesmo de ser eleito, já estava tentando garantir a implantação do IFBA, no município de Esplanada. Eis a sua fala:

[...] nós estamos tentando trazer para Esplanada, o que já é um compromisso da reitora Aurina Santana - o IFBA para o município de Esplanada, ou seja, será a oportunidade dos nossos jovens ao concluírem o ensino médio - já terem uma profissão (R.C.L., 2012)

A fala supracitada é muito interessante, pois vincula a educação ao mercado de trabalho. Assim, ele cria nos eleitores a expectativa de que Esplanada terá uma instituição cujo ensino é sinônimo de qualidade e, ao mesmo tempo, a ideia de que a implantação IFBA irá aumentar a oferta de emprego em diversos setores.

Na tentativa de harmonizar a construção do *ethos dito e o mostrado*, ele recorre a um *argumento de autoridade*. Observemos:

[...] digo isso com a autoridade de quem tem um dos melhores professores do Brasil, que é o secretário municipal de educação de Salvador – Deputado João Carlos Bacelar (R.C.L., 2012).

A argumentação acima é utilizada, principalmente, em virtude do Deputado João Carlos Barcelar pertencer ao mesmo partido político – PTN. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), é muito comum que o orador, na tentativa de concretizar o interesse de sua argumentação, busque situar o debate no plano que lhe for mais favorável, alterando, caso seja preciso, o estatuto de certos acordos. Sendo assim, Maingueneau (2011a) está certo ao afirmar que *ethos efetivo* é produto da interação dessas diversas instâncias. As cenas de enunciação parecem cumprir um papel fundamental nesse jogo.

Para tratar da *segurança pública*, o candidato R.C.L. tece um comentário que nos possibilita refletir acerca da problemática da diferença entre o *ethos dito e mostrado*, pois ela se inscreve nos extremos de uma linha contínua, não sendo possível delimitar uma fronteira explícita entre o puramente “mostrado” e o “dito” sugerido pela enunciação, conforme explicita Maingueneau (2011a). Observemos o fragmento abaixo:

[...] alguns governantes têm a mentalidade pequena de atribuir ao governo do estado ou governo federal. É bem verdade que constitucionalmente essa é uma responsabilidade dos Estados e da União (R.C.L., 2012).

O fragmento supracitado nos possibilita inferir que, apesar de o candidato R.C.L. não especificar quais são os governantes que ele está desqualificando, os eleitores do município de Esplanada sabem que ele está se referindo às gestões do candidato J.A.C, pois este governou por dois mandatos e ainda conseguiu eleger o seu sucessor D.B na eleição de 2008.

Na visão do candidato R.C.L., a segurança pública é uma responsabilidade do governo do estado e do governo federal. Para defender a sua tese, argumenta dizendo que

[...] a própria União, como fez com a educação, que foi municipalizada, como fez com a saúde, que foi municipalizada, também tem criado, tem reconhecido a sua incapacidade de dar assistência igual aos municípios brasileiros e tem criado mecanismos federais para financiar uma segurança municipal (R.C.L., 2012).

Esse argumento serve para sugerir que ele tem conhecimento sobre o que está falando, aumentando, assim, a credibilidade da imagem do orador. Isso fica mais evidente no fragmento abaixo:

[...] eu, particularmente, sou IDEALIZADOR e presidente da comissão da Câmara Municipal da Segurança Pública. Trouxe pra esse município a comissão de direitos humanos e segurança pública da assembleia legislativa para discutir segurança pública (R.C.L., 2012).

Ao dar um tom enfático ao termo “idealizador”, o candidato R.C.L. produz enunciado cujo efeito de sentido materializa um *ethos* político que realiza ações ligadas à Segurança Pública desde outrora. Isso reforça a ideia de que ele, visando obter os votos dos eleitores, elabora sua fala ancorada nos estereótipos culturais da cidade, tentando garantir uma aproximação com seus coenunciadores, pois quase todos os eleitores sabem que a cidade de Esplanada carece de Segurança Pública, desde sua fundação.

Observando o contexto sócio-histórico da cidade, por exemplo, verifica-se que Faria (1998) trata da falta de segurança pública, quando comenta o período que surgiram as pseudo-guerrilhas, momento em que os moradores do Timbó se rebelaram contra os trabalhadores da linha férrea, explicitando que, por conta da intervenção do Coronel Benício, foi possível sanar a violência em certa medida.

O candidato R.C.L. é um nativo de Esplanada. Logo, ele sabe que o problema da Segurança Pública não é de agora, assim como tem conhecimento de que a resolução do problema não é simples. No entanto,

com o objetivo de conquistar o voto dos eleitores, faz uso do seguinte argumento:

[...] nós podemos melhorar nossa segurança pública CRIANDO de verdade nossa Guarda Municipal, fazendo com que ela se capacite através de um treinamento específico. Aqui nós temos um centro de treinamento que está ali, no litoral norte, ou seja, os policiais do Estado, das guarnições especializadas, são treinados em Esplanada, e porque é que essa estrutura não pode servir para treinar nossa guarda municipal? Eu visitei o município de Novo Hamburgo, de Campo Bom, no Rio Grande do Sul, um município que tem duzentos e cinquenta mil habitantes e outro que tem trinta mil habitantes, e pude ver guardas municipais que funcionam, que fazem blitz, que auxiliam as polícias Civil e Militar, que cuidam do trânsito, que cuidam do patrimônio público e que ajudam efetivamente a resolver os problemas de segurança pública daquelas cidades (R.C.L., 2012).

Nesse trecho, o candidato R.C.L. busca dar um tom enfático ao enunciado – “nós podemos melhorar nossa segurança pública CRIANDO de verdade nossa Guarda Municipal” – objetivando sinalizar que, caso seja eleito, não dará continuidade à cultura do desvio de função do cargo de Guarda Municipal. Com essa fala, o candidato R.C.L. visa a conquistar uma parte dos eleitores, já que muitos deles se sentem desvalorizados por não exercer sua função segundo o que foi especificado no edital do concurso. Trata-se de uma característica típica não apenas da cidade de Esplanada, mas de boa parte das prefeituras das cidades do interior – interpretada por muitos como desvio de função. O desvio de função também é visto como uma prática da cultura coronelista, uma vez que os prefeitos podem recorrer a essa prática como forma de troca de favor e/ou como forma de “compra de voto”. Por isso, o candidato R.C.L. segue desqualificando as gestões passadas e, paralelamente, ele tenta criar um *ethos* de um político virtuoso, de um político não coronelista. Essa cena nos faz pensar na estereotipagem que cada candidato tem um do outro, pois, como explicita Amossy (2011), a estereotipagem deve ser compreendida como uma operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado.

Nesse sentido, pode-se dizer que o candidato constrói *ethos* para dizer – *eu sou isto* (político honesto, revolucionário, portanto, não coronelista) e um *anti-ethos* para dizer – *eu não sou isto* (político despreparado, patriarcal, personalista, logo, coronelista).

### Considerações finais

A partir da perspectiva de Análise do Discurso desenvolvida por Maingueneau, buscou-se observar, na entrevista do candidato eleito a prefeito de Esplanada (BA), durante o processo eleitoral de 2012, os possíveis traços do *ethos* coronelista. Para isso, refletiu-se, primeiro, sobre a noção de discurso político apresentada por Charaudeau, pois este defende a tese de o discurso político ser concebido como um jogo de máscaras. Já a noção de argumentação defendida por Perelman e Olbrechts-Tyteca possibilitou inferir que as estratégias discursivas foram abordadas a partir do reconhecimento de técnicas argumentativas mobilizada pelo orador, no desenvolvimento dos temas abordados. A ideia de Maingueneau acerca da noção de *ethos* associado às cenas de enunciação foi adequada para compreender a materialidade do *ethos* coronelista em Esplanada. Isso ratifica a tese de Leal, quando infere que fenômeno da vida política no interior do Brasil é marcado por um desvirtuado “coronelismo”. Por fim, pode-se dizer que, como o *corpus* foi o discurso político, a cena englobante é o discurso político, a cena genérica é a entrevista realizada pelo *Esplanada News*, e as cenografias alternam – ora é de um administrador, ora é de um político revolucionário. Esta estratégia possibilitou construir um *ethos* para dizer – *eu sou isto* (político honesto, revolucionário, comprometido em não agir como um coronelista) e um anti-*ethos* – *eu não sou isto* (político despreparado, patriarcal, personalista).

### Fontes

ENTREVISTA COM RODRIGO DE DEDÉ. Direção: Portal Esplanada News. Esplanada (BA), 27:24 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gO6sNoy2Z2U>. Acesso em: 1 nov.2012.

### Referências

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz et al. São Paulo: Contexto, 2011.

ARENDDT, Hannah. **Condition de l'homme modern**. Paris: Calmann-Levy, 1961.

AUCLIN, Antoine. Ethos et expérience du discours: quelques remarques. In: WAUTHION, Michel; SIMON, Anne Catherine (org.). **Politesse et idéologie**.

Rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelle. Louvain: Peeters, 2001. p. 77-95.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997. v. 12.

FARIA, Hildeth Cardoso. **História de Esplanada, desde o seu início, no final do século XIX**. Salvador: Art-Contemp, 1998.

FARIA, Hildeth Cardoso. **Oitenta anos de vida – Reminiscências**. Salvador: Art-Contemp, 1994.

FERTIG, André Atila. Valentes vingadores: os guardas nacionais rio-grandenses como símbolos do Império do Brasil. **Revista Escritas**, Goiânia, v. 2, p. 123-146, 2010. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1146/8040>. Acesso em: 7 ago.2016.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil por Victor Nunes Leal**. Notas: Basílio de Magalhães. Prefácio: Barbosa Lima Sobrinho. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

MAINGUENEAU, Dominique. A Propósito do ethos. Tradução: Luciana Salgado. In: MOTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo. Contexto, 2011<sup>a</sup>. p. 11-32.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. Tradução: Sírio Possenti. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo, Contexto, 2011b. p. 69-92.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1958].

POINCARÉ, Henri. **La valeur de la science**. Genebra: Editions du Cheval Ailé, 1946.

### Forma de citação sugerida

SILVA, Elias Ramos da. Discurso político e o ethos coronelista em Esplanada, Bahia. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 17, p. 51-68, jul./dez.2018. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-17-1954](https://doi.org/10.17648/eidea-17-1954).

## Nos labirintos do discurso: as sombras saussurianas nos processos dialéticos

**Júnia Diniz Focas**

Professora Doutora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.  
[junia.diniz@globocom.com](mailto:junia.diniz@globocom.com)

**Resumo:** Analisar a subjetividade linguística, entender o falante enquanto ator e construtor de uma realidade mediatizada pela e na linguagem implica também considerar parâmetros de análise que privilegiem uma concepção formal de língua que, ao mesmo tempo, incorpore e defina os limites da interlocução e do discurso. Será dessa perspectiva que situaremos nossa discussão sobre a dialética, cujas marcas nas teorizações do sistema lingüístico são indiretamente reconhecidas por Saussure ao formular o aspecto opositivo do signo linguístico, expresso na noção de *valor*, o que nos possibilita uma ampliação do signo saussuriano contrapondo-o à concepção filosófica amparada nas formulações das Categorias aristotélicas. Um lugar de (re)construção, simultâneo e, ao mesmo tempo, contraditório, no qual as explicações teóricas, sejam elas ideológicas, sociais ou históricas, encontram seu ponto de instabilidade.

**Palavras-chave:** Dialética. Discurso. Tópicos. Argumentação.

**Abstract:** Analysing linguistic subjectivity, understanding the speaker as actor and constructor of a reality mediated by and in language also implies considering parameters of analysis that privilege a formal conception of language that, at the same time, incorporates and defines the limits of interlocution and speech. It is from this perspective that we will situate our discussion of the Dialectic, whose marks in the theorizations of the linguistic system are indirectly recognized by Saussre when formulating the oppositional aspect of the linguistic sign, expressed in the notion of value. This enable us to amplify the Saussurian sign by contrasting it with the philosophical conception supported by the formulations of the Aristotelian Categories. A locus of (re)construction, simultaneous and the same time contradictory, in which the theoretical explanations, be they ideological, social or historical find their poin of instability.

**Keywords:** Dialectic. Speech. Topics. Argumentation.

## Introdução

Iniciemos com uma afirmação essencialmente dialética: o signo é exatamente aquilo que ele não é (SAUSSURE, 2006, p. 136). Portanto, do ponto de vista de Saussure, o signo é definido por seu valor em relação aos outros signos da língua, inserido em uma estrutura cuja principal característica é a hierarquia e o equilíbrio das unidades no interior do sistema linguístico, equilíbrio esse mantido essencialmente pelo valor diferencial e correlativo de seus elementos. Embora, na teoria, prevaleça a concepção de língua, de sistema, em detrimento da fala, compreendemos que o aspecto opositivo dos signos, em suas relações semióticas, requer uma interpretação mais complexa da análise saussuriana da língua, atualizada como elemento formal de uma distinção que se manifesta por meio da fala. Como Saussure já o esclarece:

[...] historicamente é o ato da fala que vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma idéia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início esta associação num ato de fala? [...] Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas (SAUSSURE, 2006, p. 27).

Semelhante constatação apresenta simetria com o pensamento filosófico de Kant para quem “todo o nosso conhecimento começa com a experiência [...] portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo ele começa com ela” (KANT, 1991, p. 25). Dessa perspectiva, a dicotomia saussuriana Língua/Fala apresenta assim uma estreita convergência com o pensamento filosófico de Kant que preconiza uma forma de conhecimento na qual a experiência antecede o próprio objeto de análise, opondo-se assim à clássica concepção filosófica de que seria o objeto que prevaleceria, antecederia, as explicações científicas de determinado fenômeno. Quanto a isso, o próprio Saussure reconhece: “[...] Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras” (SAUSSURE, 2006, p. 15).

De acordo com esse princípio, o conhecimento científico se efetiva por um duplo processo: o primeiro diz respeito à *matéria do conhecimento*, dependente do próprio objeto; já o segundo consiste na *forma do conhecimento*, dependente do sujeito. A fim de melhor fundamentar esse

postulado filosófico, Kant distingue o conhecimento *a priori*, referente ao necessário, ao rigor de princípios científicos, sendo o que define como um *juízo analítico*, descrito por conceitos. Já o conhecimento *a posteriori* está interligado à *experiência*, entendido assim como um *juízo sintético*. Tais considerações empreendem a formulação inédita de um exame crítico do conceito filosófico de *Razão*, impondo assim limites à sua própria atividade, ao que é possível ou não quanto à prevalência da *razão* como fonte fundadora do pensamento. A Crítica da Razão Pura “fornece os princípios do conhecimento *a priori*. Por isso a razão pura é aquela que contém os princípios para conhecer algo absolutamente *a priori*” (KANT, 1991, p. 34).

Retomando a teoria saussuriana do signo, podemos compreender melhor a prevalência da Língua sobre a Fala, ou o postulado de uma *Linguística da Língua* que institui uma forma de conhecimento *a priori* do sistema linguístico, sem que dele esteja desvinculada a *experiência*, no caso a Fala. Saussure não apenas descreve o sistema, mas o prioriza como forma de conhecimento que só se pode conceber como um dado da *experiência* que possibilita a explicação científica da Língua no seu aspecto formal (*a priori*).

Esse panorama teórico é imprescindível na descrição do sistema linguístico como um conhecimento formal, contudo dele não podemos desvincular o exercício da linguagem, as formas de subjetividade, os atos do discurso que instituem o lugar do sujeito, indiretamente reconhecidos por Saussure: “Cumpro reconhecer, porém, que no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual” (SAUSSURE, 2006, p. 145).

Assim, analisar a subjetividade linguística, entender o falante enquanto ator e construtor de uma realidade mediatizada pela e na linguagem implica também considerar parâmetros de análise que privilegiem uma concepção formal de língua que, ao mesmo tempo, incorpore e defina os limites da interlocução e do discurso. Um lugar de (re)construção, simultâneo e, ao mesmo tempo, contraditório, no qual as explicações teóricas, sejam elas ideológicas, sociais ou históricas encontram seu ponto de instabilidade. O *desde sempre* da ação linguística marcado pela intervenção do homem, construtor e mediador de sua realidade.

Será dessa perspectiva que situaremos nossa discussão sobre a Dialética, cujas marcas nas teorizações do sistema linguístico são indiretamente reconhecidas por Saussure ao formular o aspecto opositivo do signo

linguístico, expresso na noção de *valor*, visto que “[...] quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subtende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 2006, p. 136), o que nos possibilita uma ampliação do signo saussuriano contrapondo-o à concepção filosófica amparada nas formulações das Categorias aristotélicas.

Debate entre contrários? Processo argumentativo criador da ilusão de um consenso? Confronto intrínseco e necessário ao intercâmbio lingüístico? Eis uma questão controversa, um desafio a que nos propomos empreender para inserir a Dialética no contexto teórico e conceitual do pensamento saussuriano.

### 1. Definição de Dialética

A conceituação de Dialética abrange desde a filosofia clássica nos diálogos platônicos até uma concepção mais moderna, especialmente na Nova Retórica, com Perelman e na Teoria da Ação Comunicativa, com Habermas.

Nesse ponto, podemos desenvolver a conceituação de Dialética que, embora indiretamente enfocada por Saussure, notadamente por meio do eixo saussuriano (sintagmático/paradigmático), encontra suas bases na moderna formalização filosófica entre sociedade e discurso, englobando um processo de interlocução que, concomitantemente, é subjetivo e social, sem, contudo, nos desviarmos da percepção de que é pela Língua que o discurso se manifesta como elemento mediador de uma racionalidade na linguagem. Semelhante postulado é exposto no pensamento de Habermas que expressa uma *dialeitização* do mundo da vida para conceber a moderna concepção de racionalidade que se manifesta via discurso, fator introdutório de uma teoria da argumentação. E é exatamente a utilização comunicativa dos atos de fala que pressupõe uma *racionalidade comunicativa*, capaz de gerar consenso em uma fala argumentativa, motivadora da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade.

Assim, a expressão da *Razão* encontra uma estreita relação entre racionalidade e o saber que se explicita de forma proposicional, ou seja, as opiniões podem expor-se explicitamente em forma de enunciados. Nessa

perspectiva, o que mais interessa é expor a maneira como os sujeitos capazes de linguagem e ação fazem uso do conhecimento. O que o filósofo expressa:

Com o entendimento intuitivo do sentido da argumentação, os proponentes e os oponentes se obrigam reciprocamente, sobretudo, a uma descentralização de suas perspectivas de interpretação. Desta maneira, a antecipação idealizadora de Kant da totalidade do mundo é transferida do mundo objetivo para o mundo social. [...] Porque os participantes da argumentação são orientados pela verdade, o conceito de uma verdade válida absolutamente se reflete, no plano da certificação discursiva da verdade, nas idealizações efetuadas performativamente, que emprestam seu caráter cheio de exigências a essas práticas da argumentação (HABERMAS, 2002, p. 60).

Portanto, podemos concluir que se nossa compreensão do mundo é dialética, somos imediatamente conduzidos ao raciocínio de que o discurso é essencialmente dialético, sendo, obviamente, marcado pela subjetividade linguística. A questão da Razão e da Racionalidade constitui o cerne do pensamento filosófico ocidental. No que se refere ao pensamento filosófico, os estudos modernos privilegiam a Razão não apenas como forma de pensamento lógico, mas, principalmente, como estruturação de um pensamento que se constrói na linguagem, nos discursos, nas ações.

Segundo Habermas, a racionalidade de nossas ações está intermediada por um tipo de pressuposições ontológicas que estabelece uma relação dialética de determinado ator com o mundo que o circunda, intermediada pelas *pretensões de validade* de determinada emissão comunicativa. No âmbito dessa visão, a teoria da Ação Comunicativa é definida por Habermas como *uma teoria da sociedade*, centrada na racionalidade da ação, referente à forma como os sujeitos capazes de linguagem e de ação fazem uso do conhecimento, esse relacionado à objetividade do mundo e à intersubjetividade do entendimento. No que se refere a esse tema, Habermas estabelece uma distinção entre o *sujeito agente* e o *sujeito socializado*, concepção que transfere a racionalidade idealizada para uma racionalidade articulada linguisticamente pelos sujeitos socializados no *mundo da vida*, externalizando não apenas uma racionalidade, mas também e, sobretudo, uma performatividade. Ao afirmar que “o fórum do discurso racional é estipulado por bons fundamentos que devem ostentar sua arte de convencer” (HABERMAS, 2002, p. 44), situa-a como objeto de um mundo da vida socialmente compartilhado, no qual os interlocutores estabelecem entre si uma *ação teleológica* que visa a um entendimento mútuo, racionalmente mediatizado. O conceito de *ação teleológica*, em Habermas, pode ser

equiparado ao de *argumento pragmático* em Perelman, já que esse se entende como caracterizando o utilitarismo e também o pragmatismo, visto que a realização de um fim ilocucionário pressupõe uma ação teleológica na qual estão cumpridas as necessidades do interlocutor de intervir eficazmente no mundo.

Já a Retórica pode ser então entendida como uma argumentação como *processo*. Ao passo que a Dialética desenvolve *procedimentos* pragmáticos da argumentação, formalizados como estruturas distintas da argumentação. No que diz respeito à argumentação como *processo*, essa relaciona-se ao conceito de *auditório universal*, conceito compreendido por Perelman como sendo abstrato, sem uma referência empírica, na qual  *fatos* designam apenas objetos de acordo precisos e limitados, ao passo que *verdade* “apóia-se nos sistemas de alcance mais geral”. Fatos e verdades aparecem fundidos em uma relação recíproca na qual “o enunciado de um fato seja uma verdade e que toda verdade enuncie um fato” (PERELMAN, 2002, p. 77).

O que se pretende demonstrar aqui é a relação entre *fato* e *verdade* como elementos de uma realidade do mundo que se estabelece face aos pressupostos de um mundo objetivo e de outro que se fundamenta como uma dimensão na qual os interlocutores interagem racionalmente em uma ação de interlocução que se reflete na linguagem como a totalidade dos fatos, ou seja, como a realização de bons fundamentos, de argumentos. De acordo com esse ponto de vista, os enunciados, dependendo do sistema de crenças em que estão inseridos, e dos valores que comportam, podem ser tratados como *fatos* ou *verdades*.

Segundo Habermas, não se é possível uma *certificação da verdade*, mas sim uma *aceitabilidade racional*. O que implica que as evidências ou argumentos nunca são totalmente relativos à verdade, mas passíveis de nos convencer de *afirmações problemáticas*, enquanto elementos de uma fundamentação dialética não como algo já pré-estabelecido por uma *razão* mediada pelos objetos e por sua respectiva referência, mas sim como a relativização de sentidos que se concretizam na e pela linguagem e de sua relação com o mundo da vida.

Mas de que maneira poderíamos interpretar uma categoria discursiva? Só vislumbro um caminho: o das Categorias de Aristóteles, fundamentadoras da racionalidade do pensamento.

## 2. As Categorias e a argumentação

Lidar com a conceituação das Categorias de Aristóteles requer uma perspectiva de análise mais acurada, visto que apresenta um intrincado raciocínio lógico, consistindo então em uma forma de ordenação do pensamento e, evidentemente, em elemento orientador do discurso argumentativo, estando a Retórica e a Dialética revestidas de maior complexidade. Aristóteles estabelece um meio termo entre Retórica e Dialética, a elas interpondo as Categorias como elemento mediador de uma lógica discursiva na qual os raciocínios partem não apenas de argumentos, mas de *lugares* (os *topói*), entendidos como a articulação do pensamento com a lógica de um raciocínio onde estão inerentes elementos que são indissociáveis em sua estruturação. Posteriormente, Kant denomina as Categorias de *Juízos*, mas retoma a denominação original de Aristóteles, visto que somente elas são capazes de estruturar o raciocínio discursivo.

Considerar as Categorias como elementos delimitadores da Retórica e da Dialética é percorrer um labirinto no qual esses elementos do discurso seriam caracterizados por percursos distintos, embora, paradoxalmente, bastante semelhantes, o que torna a argumentação mais dinâmica no que se refere às construções de uma discursividade na qual a marca da intersubjetividade não é mais fruto apenas da linguagem, mas também da complexidade dos raciocínios lógicos nas relações intersubjetivas.

Semelhante pensamento constitui, dentre outros, uma das principais bases do pensamento filosófico de Habermas, principalmente no que se refere à teoria da Ação Comunicativa, na qual a intersubjetividade se processa via um consenso discursivamente mediatizado no âmbito da *Razão*, de uma racionalidade construída pelos interlocutores, implícita no próprio intercâmbio linguístico, depreendida pela relação língua/linguagem. Serão exatamente esses elementos fundadores da *primazia da lógica* que as Categorias representam ao nos fornecer subsídios para compreender mais profundamente o mecanismo de nossas representações linguísticas.

Uma primeira observação a respeito das Categorias é a de que elas, ao marcar o *lugar* do discurso, marcam também a estruturação de um raciocínio que define a origem do argumento de um ponto de vista subjetivo e argumentativamente marcado. *Definição* (*essência*), *propriedade* (*peculiaridade*), *gênero* (*inerência, espécie*) e *acidente* (*transitoriedade*) são marcas que determinam ou pressupõem uma relação dialética que podemos

depreender no interior dos sistemas linguísticos, daí se inferindo a discursividade da linguagem. Essa *relação dialética* fundamenta todo o pensamento de Saussure, mais especificamente no eixo paradigmático e sintagmático e na definição de signo: o *signo é exatamente aquilo que ele não é*. A esse respeito, Mounin opera a seguinte interpretação a respeito do signo linguístico:

Para Saussure, o sentido de uma palavra fica na estreita dependência da existência ou da inexistência de todas as outras palavras que têm ou podem ter relação com a realidade designada por essa palavra: o sentido da palavra *temer* é delimitado pela existência de outras palavras como *recear*, *ter medo*, etc...cujo conjunto forma, não um inventário por adição, mas sim um sistema, isto é, uma espécie de rede cujas malhas semânticas são todas interdependentes (MOUNIN, 1965, p. 33).

O argumento então passa a ser compreendido não apenas como uma possibilidade retórica, ultrapassando assim os seus próprios limites no que se refere a produzir um efeito, convencer, persuadir, etc. O raciocínio assume aí uma importância inquestionável, já que *definir* algo implica obrigatoriamente, além de explicitar uma *essência*, distinguir suas *propriedades*, seus *gêneros* e seus *acidentes*. Clareando essas explicações, podemos admitir, como exemplo, a palavra *homem*, definido, por um acordo tácito entre interlocutores, como sendo humano, racional, etc. No entanto, apenas essa definição é insuficiente, pois o *ser homem* presume não apenas essa definição, mas um complexo de relações que o especificam como bondoso, perverso, etc. (propriedade); ser dotado de inteligência (gênero); e, obviamente aspectos circunstanciais, como exemplifica o próprio Aristóteles, o fato de estar sentado ou em pé (acidente). Dito de outra forma, as *categorias* constituem o núcleo do processo argumentativo, se concluirmos que argumentar é partir de *lugares* que privilegiem uma determinada interpretação ou intenção. Perelmam (2002) também reconhece essa estrutura mais profunda nas argumentações lógicas quando elabora o conceito de *valor*, mais especificamente centralizado nos conceitos de *quantidade* e *qualidade*, como também ao caracterizar o auditório *universal* e *particular*.

Assim, as Categorias, além de serem categorias de pensamento, estruturam e condicionam a própria Língua, estando nela inscritas como uma forma de expressar o pensamento cultural e socialmente marcado na e pela linguagem. Sobre isso Benveniste assinala:

Na medida em que as categorias de Aristóteles se reconhecem válidas para o pensamento, revelam-se como a transposição das categorias de língua. É o que se pode “dizer” que delimita e organiza o que se pode pensar. A língua fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas pelo espírito. Essa tábua dos predicados informa-nos, pois, antes de tudo, sobre a estrutura das classes de uma língua particular” (BENVENISTE, 1976, p. 76).

As Categorias, portanto, traduzem tipos de argumentação que se processam por intermédio de um lugar que privilegia uma determinada posição enunciativa e subjetiva, sendo o espaço da relativização das idéias, já em si fluídas, mas ao mesmo tempo revestidas de materialidades que se refletem e se resolvem no próprio discurso ao confrontar identidades e diferenças intrínsecas às formas linguísticas, articulando uma semântica do sentido unicamente possível via uma relação de oposição e contradição, tal como o preconizou Saussure.

Associar as Categorias à argumentação significa considerar a discursividade por um outro ângulo de visão, visto que seus elementos intermediadores não são apenas categorias do Discurso, mas sim formas de raciocínio lógico que delimitam as fronteiras entre a linguagem e seus aspectos lógico-filosóficos. Uma primeira observação diz respeito à articulação de um raciocínio argumentativo, especificamente semelhante aos processos argumentativos definidos ou especulados pela Linguística.

De que forma, então, poderemos efetuar essa convergência com uma concepção puramente linguística? Se observamos as Categorias, a elas acrescentando algumas considerações de Kant a esse respeito, poderemos depreender a sua natureza e seu processo inicial.

Não podemos pensar objeto algum senão mediante categorias: não podemos conhecer objeto pensado algum senão mediante intuições correspondentes àqueles conceitos. Ora, todas as nossas intuições são sensíveis, e tal conhecimento na medida em que seu objeto é dado, é empírico. Conhecimento empírico, porém, é experiência. Conseqüentemente, não nos é possível nenhum conhecimento a priori senão unicamente com respeito a objetos de experiência possível [...] as categorias contêm, por parte de entendimento, os fundamentos da possibilidade de toda experiência em geral (KANT, 1991, p. 94-95).

Para nós, portanto, argumentar pressupõe necessariamente um enfoque no que Kant define como uma *experiência*, não entendida em seu sentido mais imediato. *Experiência* é parte de uma concepção filosófica que intermedia a distinção entre *entendimento* e *conhecimento*, sendo que não há nenhuma outra maneira de conhecer a não ser por conceitos e, previsivelmente, “o entendimento em geral pode ser representado como uma “faculdade de

julgar” (KANT, 1991 p. 64). E, assim, só podemos julgar através de conceitos, esses relativos às categorias aristotélicas. Logo, argumentação, para nós está interligada à faculdade de julgar, ou de estabelecer um juízo mediante a postulação de conceitos que se expressam via categorias. Nisso consiste a inserção da Dialética como parte de uma argumentação.

Quanto a essa questão, é importante esclarecer que definir ou explicar a Dialética significa levar em consideração dois aspectos primordiais: o primeiro que advém de uma interpretação clássica de dialética, debate entre interlocutores, não visando à verdade, mas sim à plausibilidade de uma argumentação que se processa como um raciocínio baseado em premissas não necessariamente lógicas, mas aceitáveis como ponto de partida da argumentação, o que a diferencia, em certo aspecto, da Retórica que visa a surtir um efeito, convencer, persuadir. Dialética, nesse sentido, consiste em uma forma da racionalidade estruturada na discussão entre fatos opostos ou contraditórios. O segundo aspecto diz respeito também à racionalidade, mas a Dialética moderna compreende postulados distintos da clássica, principalmente porque a oposição ou contradição não são mais elementos primordiais, prevalecendo a idéia de argumentação na qual se tem uma tese e uma antítese, delas derivando uma síntese, consistindo, portanto, em um diálogo crítico. Sobre isso Perelman nos diz:

No diálogo crítico põe-se à prova uma tese do interlocutor ou uma hipótese que a própria pessoa pode sustentar, para ver se ela não é incompatível com outras teses asseguradas. O raciocínio dialético, em Aristóteles, é aquele cujas hipóteses iniciais são racionais, ou seja, aceitas pelo senso comum, pela grande maioria dos homens ou pelo menos pelos mais sensatos dentre eles (PERELMAN, 1999, p. 7).

Portanto, entenderemos aqui Dialética como um *diálogo crítico* e a distinguiremos da Retórica, que se baseia na verossimilhança, reivindicando para aquela a marca distintiva das categorias aristotélicas definidoras do conhecimento que se processa via conceitos, ou seja, as categorias ou lugares que delimitam as argumentações no discurso.

*Diálogo crítico*, portanto, implica a presença de enunciadores que se posicionam em uma relação discursiva, por assim dizer, polêmica. Serão, portanto, enunciadores polêmicos no sentido de que os argumentos do discurso revestem-se de uma característica na qual os raciocínios que os embasam estão circunscritos às relações lógicas das categorias. Parte-se de argumentos conceituais, embasados na relatividade dos conceitos

polemizados, relatividade essa validada pela categorização dos argumentos nos raciocínios argumentativos.

Assim, um interlocutor, ao expor uma posição fundamental, estipula discursivamente aquilo que reconhece como plausível, estabelecendo, assim, a possibilidade de interpelação, não pelo diálogo ou argumento em si, mas pela racionalidade, pela plausibilidade do argumento enquanto lugar categoricamente marcado no próprio discurso, explicitado abaixo:

Por que considerar “excluídos” aqueles que nunca estiveram de fato “incluídos”?

Ao formular essa indagação, Ferreira Gullar, discute a *definição* do termo *excluído* face ao seu oposto *incluído*, exposta no seguinte fragmento de texto:

De algum tempo para cá, a parte da sociedade que mora em favelas e bairros pobres é qualificada como “excluída”. Ou seja, os moradores da Rocinha e do Vidigal, por exemplo, não vivem ali porque não dispõem de recursos para morar em Ipanema ou Leblon, e sim porque foram excluídos da comunidade dos ricos. E eu, com minha mania de fazer perguntas desagradáveis, indago: mas alguma vez aquele pessoal da Rocinha morou nos bairros de classe média alta e dos milionários? Afora um ou outro que possa ter se arruinado socialmente ou que tenha optado por residir ali, todos os demais foram levados a isso por sua condição econômica ou porque ali nasceram. Então por que considerá-los “excluídos”, se nunca estiveram “incluídos”? No meu pouco entendimento, excluído é quem pertenceu a uma entidade ou a comunidade e dela foi expulso ou impedido de nela continuar. Quem nunca pertenceu às classes remediadas ou abastadas não pode ter sido excluído delas. Mais apropriado seria dizer que nunca foi incluído. Ainda assim, se não me equivoco, incorreríamos em erro” (GULLAR, 2007).

A argumentação de Ferreira Gullar gira em torno exatamente da questão do que seja, dialeticamente, entendido como *inclusão/exclusão*, em outros termos, se podemos interpretá-los como uma *definição* ou como o *gênero* que se predica aos indivíduos marginalizados socialmente.

Analisando sob o ponto de vista da dialética aristotélica, *excluído*, nesse texto, é categorizado no sentido de *marginalizado*, como uma *definição*, a essência de *exclusão*. No entanto, a argumentação de Ferreira Gullar baseia-se exatamente na categorização de *excluído* como seu próprio gênero, ou seja, *não incluído*, já que a noção de *não pertença* não comporta a de *exclusão*, mas sim a de *marginalização*.

A discussão equivale, portanto, ao questionamento de um discurso social que se valida ou se legitima na manipulação discursiva entre *incluído/excluído* e no qual *excluído* não comporta, na negação, *não incluído*. A esse

respeito, Aristóteles (1991, p.25) afirmava que “devemos também definir os erros que ocorrem nos problemas. São eles de duas espécies, causados ou por um juízo falso, ou por uma transgressão da linguagem corrente.” Tal opinião é ainda corroborada na seguinte passagem: “Supondo-se, por exemplo, que o “correto” signifique “o conveniente” ou “o honroso”, procurar-se-á estabelecer ou rebater ambas as descrições do sujeito em questão, mostrando, por exemplo, que ele é honroso e conveniente, ou que nem é honroso, nem conveniente” (ARISTÓTELES, 1991, p. 28).

Fato semelhante é colocado em causa por Ferreira Gullar, visto que os sentidos articulados encontram-se problematizados não pelo sentido em si, mas por um ângulo discursivo no qual a constituição do discurso engendra-se nos processos de enunciação que categorizam os sentidos e o próprio discurso.

Saussure expressa pensamento semelhante ao estabelecer a seguinte comparação ou paralelismo:

Assim, se a idéia positiva de suplício fosse a verdadeira base da idéia de suplício, seria, portanto, impossível falar, por exemplo, “do suplício de usar luvas muito apertadas”, que não tem a menor relação com os horrores da grelha e da roda. Dir-se-á: mas isso é próprio, justamente, da locução figurada.” [...] Vemos, então, que não é a idéia POSITIVA contida em suplício e martírio, mas o fato NEGATIVO de sua oposição, que estabelece toda a série de seus empregos, permitindo qualquer emprego, contanto que não invada o domínio vizinho. (Seria preciso, naturalmente, considerar, além disso, *tormento, tortura, aflição, agonia*, etc.) (SAUSSURE, 2002, p.73, grifos do autor).

A questão não é por si só suficiente para estabelecermos uma predicação possível, mas sim de conceber as suas diversas possibilidades na lógica de uma argumentação. Assim sendo, *exclusão/inclusão* estão definidos no discurso, no ângulo do que se deseja estabelecer para defender um ponto de vista, por uma subjetividade, por uma enunciação.

Benveniste fornece-nos uma descrição linguística da categoria, mas, essencialmente, o que pretende com isso é estabelecer a idéia de que elas constituem um fenômeno de linguagem e, neste particular, atribui-lhes um valor linguístico:

Ser-nos-á permitido considerar essas categorias sem preocupação de tecnicidade filosófica, simplesmente como o inventário das propriedades que um pensador grego julgava predicáveis a um objeto, e conseqüentemente como a lista de conceitos a priori que, segundo ele, organizavam a experiência (BENVENISTE, 1976, p. 70-71).

A análise das categorias, efetuadas por Benveniste, aponta, além da caracterização morfológica e gramatical, para certas propriedades que as situam como expressões linguísticas e não apenas como meras categorias lógicas.

É exatamente essa possibilidade semântica de mudança e instabilidade do termo na proposição que caracteriza a nossa reivindicação da natureza linguística da Categoria aristotélica. Daí a necessidade de se verificar as semelhanças e diferenças entre os vários significados, a fim de confirmar se são *espécies* do mesmo *gênero*, não havendo, portanto, diferenças de significado no emprego da palavra.

A sutileza dessa distinção é especificada por Aristóteles ao separar *espécie* e *nome* sendo aquela relativa a uma categorização, *gênero* e esta relativa à ausência da categorização, funcionando como um tipo de qualificação, uma especificação metafórica do termo que mantém inalterados seus traços originais, distinguindo diferentes processos de referência ou de representação linguística. Categoria como a de *gênero* determina a articulação de uma lógica discursiva na qual a idéia de *espécie* delimita um ponto de partida no qual a relação de um termo ou de uma predicação, no contexto de uma proposição, só pode ser compreendida se a associarmos à *espécie*.

Contudo, não é essa determinação semântica que nos interessa de imediato, embora seja ela altamente relevante, devemos nos deter nos aspectos argumentativos das Categorias, analisando de que maneira elas podem contribuir para explicitar a estruturação dos processos argumentativos e dos raciocínios que implicam.

### Considerações Finais

Aqui, podemos agora delimitar mais precisamente a fronteira entre a Dialética e a Retórica, visto que são mecanismos argumentativos que se complementam embora possuam aspectos discursivos um pouco distintos. Novamente, retomo Aristóteles ao reconhecer que:

[...] atendendo a que a demonstração da Retórica é o entimema; que este fornece, em resumo, a convicção mais decisiva; assente que o entimema é uma espécie de silogismo e que a Dialética, tomada em conjunto ou numa de suas partes, tem por missão tratar indiferentemente de toda sorte de silogismos, resulta que todo aquele que melhor souber aprofundar as premissas e a marcha do silogismo, será, por isso mesmo, mais apto para manejar o entimema, desde que possua igualmente conhecimento dos objetos a que os entimemas se referem e das diferenças que os distinguem dos silogismos lógicos. Com efeito, a distinção do verdadeiro e do verossímil depende da mesma faculdade (ARISTÓTELES, 2005, p. 30).

Quanto a isso, atente-se que há uma sutil diferença entre *entimema* e *silogismo*, sendo que o que marca decisivamente a tênue fronteira entre eles é exatamente o fato de que é o silogismo lógico que delinea a distinção, no discurso, entre o que hoje podemos definir como um argumento plausível (dialético) e outro que se pauta pela verossimilhança (retórico), marcado pelos entimemas, mas, ao mesmo tempo, fundamentados categoricamente pelos silogismos lógicos, o argumento dialético.

A questão da *Razão* e da *Racionalidade* constitui o cerne do pensamento filosófico ocidental. No que se refere ao pensamento filosófico, os estudos modernos privilegiam a Razão não apenas como forma de pensamento lógico, mas, principalmente, como estruturação de um pensamento que se constrói na linguagem, nos discursos, nas ações.

Nesse mesmo pensamento encontra-se Habermas, ao afirmar:

Toda ciência que admite as objetivações de significado como parte de seu domínio de objetos tem que se ocupar das conseqüências metodológicas do *papel de participante* assumido pelo intérprete, que não “dá” significados às coisas observadas, mas que tem, sim, que explicitar o significado “dado” de observações que só podem ser compreendidas a partir de processos de comunicação (HABERMAS, 1989, p. 44).

Assim, ao discutir as nuances argumentativas entre incluído/excluído, Gullar deixa a impressão de que essa questão encontra-se em aberto, sendo compreendida no conjunto das práticas sociais, ou seja, quais mecanismos argumentativos referendam os termos *exclusão/inclusão* em uma determinada categoria de sentido ou de discurso?

Finalmente retomamos Saussure:

Da mesma maneira, quando um filósofo ou um psicólogo, depois de suas meditações, por exemplo, sobre o jogo de nossas faculdades, entra em cena com um sistema que faz tabula rasa de qualquer noção anterior, mesmo assim todas as suas idéias novas, por mais revolucionárias que sejam, podem se classificar sob os termos da língua corrente, mas, em todo caso, nenhuma pode se classificar *indiferentemente* sob as palavras existentes, mesmo que sejam perfeitamente arbitrárias, como *razão* ou *intelecto*, *inteligência* ou *entendimento*, *juízo*, *conhecimento*, etc; e que haja aí DE ANTEMÃO um determinado termo que corresponda melhor do que os outros às novas distinções” (SAUSSURE, 2002, p.72, grifos do autor).

Portanto, o que caracteriza filosoficamente o pensamento aristotélico é a dimensão de uma *Razão* entendida como uma demonstração baseada em silogismos que são, por assim dizer, categorizações que exprimem a essência das coisas e do mundo. A questão em relação a essas exposições é a do papel

desempenhado pela dialética, focalizada na semântica da linguagem, na pertinência das argumentações (os *topói*) que validam a relação do termo com as suas diferenças de sentido, consistindo, portanto, no *método dialético* que, indiretamente, também é preconizado por Saussure. O eterno conflito entre argumentos e discursos. Labirintos da linguagem cujas sombras se projetam na multiplicidade de vozes que desvelam os significados e seus sentidos.

### Referências

ARISTÓTELES. **Tópicos**. Dos argumentos sofísticos. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores)

\_\_\_\_\_. **Arte Retórica e Arte Poética**. Tradução: Antonio Pinto de Carvalho. 17. ed. Rio de Janeiro, Ediouro, 2005 [386 a.C.].

BENVENISTE, Émile. Categorias do pensamento e categorias de língua. In: **Problemas de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 68-94.

GULLAR, Ferreira. Exclusão social, o que é isso? São Paulo: Folha de São Paulo, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Agir comunicativo e razão descentralizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

\_\_\_\_\_. Ciências sociais reconstrutivas versus ciências sociais compreensivas. In: \_\_\_\_\_. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989. p. 37-60.

\_\_\_\_\_. Sobre o uso pragmático, ético e moral da razão prática. In: \_\_\_\_\_. **A ética do Discurso**. Lisboa: Edições 70, 2014. p. 319-337.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MOUNIN, George. Atividades da tradução à luz das teorias sobre a significação em linguística. In: \_\_\_\_\_. **Os problemas teóricos da tradução**. São Paulo: Cultrix, 1965. p. 31-62.

PERELMAN, Chaïm. Dialética e Diálogo. In: \_\_\_\_\_. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 3-10.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Os âmbitos da argumentação. In: **Tratado da Argumentação**. São Paulo, Martins Fontes, 2002. p. 15-66.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein São Paulo: Cultrix, 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre a essência dupla da Linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2002. p. 71-80.

### Forma de citação sugerida

FOCAS, Júnia Diniz. Nos labirintos do discurso: as sombras saussurianas nos processos dialéticos. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 17, p. 69-84, jul./dez.2018. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-17-1804](https://doi.org/10.17648/eidea-17-1804).

## Retórica e argumentação na formação docente: uma experiência didática de proferição e avaliação do discurso

**Jussara Maria Jurach**

Professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil.  
jumariaju@yahoo.com.br

**Márcia Sipavicius Seide**

Professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil.  
marciaseda4@hotmail.com

**Resumo:** A atuação do professor em sala de aula é permeada pela seleção de estratégias para construir conhecimento de modo atraente e agradável tanto para o docente quanto para os discentes, e a Retórica está diretamente ligada a esse processo. Com o objetivo de fomentar as discussões sobre essa relação entre Retórica e formação do docente, este artigo descreve os resultados obtidos por meio do uso de uma ferramenta didática denominada Proferição e Avaliação do Discurso (PAD), a qual foi desenvolvida para o trabalho na disciplina de Retórica, no curso de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. Os resultados obtidos permitem refletir sobre a percepção do professor como orador, o desenvolvimento da competência retórica, a adequação das formas de expressão da avaliação e a ética em sala de aula.

**Palavras-chave:** Retórica. Formação Docente. Ética em sala de aula. Ferramenta didática.

**Abstract:** The performance of the teacher in the classroom is permeated by the selection of strategies to build knowledge in an attractive and pleasant way for the teacher as well as for the students, and the Rethoric is directly associated to this process. Aiming at promote discussions about this relation between Rhetoric and teacher's training, this article describes the obtained results through the use of a didactic tool called Utterance and Discourse's Evaluation (UDE), which was carried out for the work of the Rethoric discipline in the Languages course of the Western Paraná State University at the Marechal Cândido Rondon Campus. The results obtained permit the reflection about the perception of the teacher as a speaker, the development of the rethoric competence, the suitability of the forms of evaluation expression and the ethics in the classroom.

**Keywords:** Rethoric. Teacher's Training. Ethics in the classroom. Didactic tool.

## Introdução

Em artigo publicado em 2010, a atividade de Proferição e Avaliação do Discurso (doravante PAD) foi descrita e fundamentada teoricamente (SEIDE, 2010). A principal motivação para a elaboração daquele artigo foi a necessidade de registro desta estratégia pedagógica, tendo em vista que a disciplina de Retórica, para a qual a atividade fora criada, estava sendo ofertada pela última vez, pois deixaria de ser ofertada na grade curricular do curso Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná do campus de Marechal Cândido Rondon. Seis anos depois, a disciplina recebeu outro nome - Retórica e Argumentação – e foi novamente introduzida no curso. Considerando esta mudança curricular, a PAD foi revisitada e utilizada, não pela professora que a criou, mas sim por outra docente que leu o artigo mencionado e ouviu um relato sobre como a PAD foi realizada nos anos anteriores.

Neste contexto, o objetivo deste artigo a descrição dos resultados obtidos pela utilização dessa ferramenta didática de modo a fornecer subsídios para a reflexão sobre a percepção do professor como orador, o desenvolvimento da competência retórica do docente, a adequação das formas de expressão da avaliação aos alunos e a ética em sala de aula.

Diferentemente dos anos em que a PAD foi primeiramente aplicada, de 2004 a 2010, no ano letivo de 2017 foi possível contar com a avaliação da atividade por parte dos alunos, uma vez que foi elaborado e aplicado um questionário avaliativo, o qual foi respondido por todos os alunos da disciplina. Tendo em vista que, no artigo de 2010, a avaliação discente contou com apenas dois relatos enviados por e-mail, o presente artigo preenche esta lacuna, pois analisa como os alunos avaliam a atividade de produção de avaliação do discurso. Além disso, o fato de essa ferramenta didática ter sido aplicada por outra docente a outros alunos com conhecimento e expectativas diferentes fornece dados com os quais se pode refletir sobre como ocorre a adaptação pedagógica de uma estratégia de ensino ao estilo do professor e dos alunos e ao momento sócio-histórico em que ambos se encontram.

Cumpramos ressaltar que este esforço descritivo e interpretativo da prática docente que ensejou a última edição da PAD promoveu uma transformação salutar integradora das atividades de ensino e de pesquisa: num primeiro momento, se pesquisou para inovar a prática docente e, na sequência, o fazer

docente e o fazer discente foram eleitos como objeto de pesquisa para retroalimentação da teoria, concretizando o ciclo pesquisa-ensino-pesquisa.

Considerando o lapso de tempo transcorrido entre a última aplicação da PAD e sua retomada no novo projeto político pedagógico do curso que começou a ser implementado em 2017, foi feita uma breve revisão de literatura, a fim de verificar a existência de pesquisas anteriores que integrem argumentação, retórica, ensino e formação docente inicial, com inclusão da análise dos artigos e das resenhas já publicados na Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação a qual é apresentada na primeira seção deste artigo. Na segunda seção, a PAD é descrita; na terceira, seus objetivos pedagógicos são delineados; na quarta e última seção do artigo, os resultados obtidos são descritos e discutidos.

### 1. Revisão de literatura e fundamentação teórica

A busca em artigos publicados na própria revista sobre o assunto revelou uma quantidade considerável de estudos (SIEGEL, 2016 [1995]; BRETON, 2012; MARIANO, 2012; AZEVEDO, 2013; LEMES, 2013; SILVA, 2013; RODRIGUES, 2014; VENDRAMINI ZANELLA, 2015; GOULART 2016; RABATEL, 2016). Destas publicações relacionadas ao tema deste artigo, cinco estão mais próximas por complementarem ou dialogarem com a experiência pedagógica que se vai relatar a seguir.

Em artigo elaborado em 1995, traduzido e publicado em língua portuguesa em 2016, Siegel defende que um dos principais objetivos da educação é estimular a racionalidade dos alunos (SIEGEL, 2016). Ainda que não se discorde da importância do *logos* para o fazer retórico, a estratégia da PAD como recurso pedagógico para a formação docente inicial não desconsidera a dimensão *pathética* do discurso. Outra proposta de aplicação pedagógica da argumentação que também diverge da PAD é a experiência pedagógica realizada em 2010 com graduandos do 1º ano do curso de Educação Especial e Logopedia em uma universidade em Barcelona, cuja descrição dos resultados da experiência permite perceber que a ênfase foi colocada exclusivamente na qualidade dos argumentos apresentados pelos alunos (CANO-ORTIZ, CASTELLÓ, 2011, p.271)

Mais atento à dimensão subjetiva e psicológica da argumentação, Breton utiliza a definição proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca, na qual também se baseia a PAD. Assim, coloca-se, em primeiro lugar, a influência decisiva do

auditório, tendo em vista que a argumentação é o estudo das técnicas que possibilitam “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 p.4). Com base na proposta de Meyer (1993) de que, para ser exitoso numa argumentação, é necessária a negociação de distâncias, Breton conclui: “Argumentar é, enfim, uma fonte de desenvolvimento e de bem-estar pessoal que implica um desenvolvimento de memória, uma expansão mental, *uma atenção aos outros*” (BRETON, 2012, p. 119, grifos nossos). A conclusão de Breton vai ao encontro daquilo que se idealizou como resultado da aplicação da PAD na licenciatura.

Outra convergência com a PAD foi encontrada na fundamentação teórica utilizada por Loi e Lima. Para os autores, o fazer docente é visto como essencialmente pathético, como um conjunto de ações e dizeres que, muitas vezes, deve levar à solução de conflitos: “As paixões estão tão presentes nos conflitos escolares que, às vezes, perguntamo-nos se é possível ter um pouco de racionalidade nessa relação tão tensa entre professores e alunos” (LOI; LIMA, 2015, p. 100). Neste contexto, o professor “deve saber gerenciar razão e emoção” tendo em vista, inclusive, que “Dizer que o homem pode obter um grau zero de afetividade e um grau máximo de racionalidade é negar a existência de uma parte da natureza humana (LOI; LIMA, 2015, p. 100). De fato, os pressupostos desses autores convergem plenamente com os que fundamentaram a PAD desde a primeira vez em que foi aplicada em sala de aula (2004).

O estudo de Loi e Lima foi o único em que se considera o caráter pathético do fazer docente e da persuasão, tendo em vista que os demais tratam com exclusividade do *logos* da argumentação. Contudo, à medida que trazem reflexões preciosas sobre as contribuições do ensino do fazer argumentativo no contexto escolar, também auxiliam para um melhor entendimento da contribuição da PAD para a formação docente, conforme se explicará melhor na sequência.

Tratando, especificamente, do ensino da argumentação escrita, Mariano chama a atenção para o papel fundamental do professor para que o ensino seja realmente efetivado: não cabe “só ao livro didático, mas também aos professores aproveitar esse espaço para desenvolver nos alunos a capacidade de argumentar transformando-os em sujeitos críticos” (MARIANO, 2012, p. 104).

Também focando o ensino de língua portuguesa nas escolas, Aquino e Lotti descrevem uma experiência pedagógica. No que diz respeito ao desenvolvimento da habilidade de argumentar oralmente, as pesquisadoras tecem questionamentos que remetem à formação docente inicial e continuada: “o que nós, professores, conhecemos sobre oralidade? Como aplicar esses conhecimentos em sala de aula de maneira ajustada? Do mesmo modo, o que os professores sabem sobre argumentação?” (AQUINO; LOTTI, 2015, p. 154-155).

Frente a estas questões, a utilização da PAD nos cursos de formação docente, inicial e continuada pode ser uma entre as respostas que se pode dar diante dos desafios descritos tanto por Mariano (2012) quanto por Aquino e Lotti (2015).

Se bem adote uma fundamentação teórica parcialmente distinta, a experiência educativa de Vendramini Zanella (2015) também converge com a PAD, por outros motivos: envolve alunos de Letras, focaliza a formação docente inicial, e o desenvolvimento do espírito crítico dos alunos é um de seus principais objetivos, haja vista que uma das metas a serem alcançadas era, precisamente, motivar os alunos a alcançarem “uma independência informada no lugar de dependência sem reflexão (modelos a serem imitados)” (VENDRAMINI ZANELLA, 2015, p. 99).

Assim, no contexto da PAD, com vista a este mesmo desiderato, ao invés de se fornecer aos alunos uma descrição minuciosa de como um discurso deveria ser proferido e avaliado, há a construção conjunta, elaborada com base na experiência vivida, dos critérios e dos parâmetros de avaliação.

A fim de relatar a experiência realizada no curso superior de Letras da Unioeste, apresenta-se, em primeiro lugar, a descrição da PAD a qual é analisada em seguida segundo objetivos pedagógicos, para, então, proceder à descrição da metodologia e dos procedimentos metodológicos empregados para a avaliação da PAD; por fim, os resultados obtidos são apresentados e discutidos com base em questões éticas sobre o ensino na contemporaneidade.

## 2. Descrição da PAD

Enquanto, na edição de 2004, a PAD girou em torno de dois gêneros discursivos orais, a miniaula e o discurso propriamente dito, na de 2017 optou-se pelo segundo gênero. Apresenta-se, a seguir, a PAD tal qual foi aplicada em

2017, em uma turma do segundo ano da graduação em Letras, do período noturno, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, turma esta composta por 25 alunos, em sua maioria da faixa entre 19 e 25 anos.

A primeira fase da PAD ocorre no começo da disciplina. Nesta etapa, o professor motiva os alunos a recuperarem da memória como eram os professores que eles admiravam e a refletir sobre as qualidades deles e de suas aulas. Espera-se, com isto, que os alunos sejam levados a constatarem que o professor excelente é aquele que tem autoridade e consegue motivar os alunos a prestarem atenção, estudarem e realizarem as atividades pedidas e fazer de si mesmo “uma boa imagem”. Tirando proveito dos relatos dos alunos, o professor os induz a chegar à conclusão de que a excelência do professor em sala de aula é fruto de um trabalho de convencimento e de persuasão que envolve, além do domínio do conteúdo (*logos*), o estabelecimento de confiança no docente (*fides*) e o domínio das paixões (*pathos*). Esta parte que antecede a PAD é fundamental para que os alunos percebam o papel retórico da atuação profissional da docência.

Esta recuperação de memória pode ser alcançada pedindo-lhes que escrevam uma descrição de um professor que eles admiram e consideram um professor ideal. Com base nestes relatos subjetivos, na aula seguinte, o professor apresenta algumas descrições para a turma e analisa as qualidades apontadas retoricamente (SEIDE, 2010).

Após a fase de preparação para a atividade, tem início a fase de organização da PAD. A fim de fomentar a manifestação dos alunos perante assuntos discutidos na sociedade, os temas a serem trabalhados nos discursos proferidos são sugeridos livremente pelos próprios discentes e, posteriormente, após uma sistematização em pares que representam posicionamentos opostos sobre os temas, estes são distribuídos. Nessa fase, o professor pede aos alunos para se organizarem em grupos de até cinco componentes de modo a formar de 08 a 10 grupos, segundo o número de alunos da turma. Cada grupo deve escolher quem será o orador, isto é, a pessoa escolhida será responsável pela proferição do discurso em sala, sendo que todos se encarregam da preparação, elaboração e avaliação dos discursos – o proferido pelo próprio grupo e o proferido pelos demais grupos. Para cada grupo, é dado um tema sobre o qual discursar e um posicionamento a ser defendido.

Esta parte da organização segue o princípio clássico da retórica das falas divergentes, os *dissoi logoi*, pelo qual um mesmo assunto é visto sob pontos de vista antagônicos de modo que sobre um mesmo tema há um grupo que defende um ponto de vista e outro que o combate. Antes da distribuição dos assuntos, é preciso informar aos alunos sobre esta sistemática e esclarecer que “O discurso tem por objetivo conseguir a adesão dos espíritos, isto é, fazer com que a audiência compartilhe um ponto de vista sobre determinado assunto” (SEIDE, 2010, p. 258).

Os encaminhamentos que serão adotados para a avaliação do discurso também devem ser divulgados neste momento: para o grupo que se apresenta, é entregue um questionário de autoavaliação; para os demais grupos, outro questionário avaliativo é entregue. Após a proferição, há um tempo pré-determinado para os grupos se reunirem e anotarem as respostas. Em seguida, elas são apresentadas oralmente, começando-se pelo grupo que se apresentou.

Para se aumentar as chances de que o discurso a ser proferido seja preparado com antecedência e de modo minucioso, é preciso prever uma etapa de elaboração e avaliação inicial do discurso, para tanto, o grupo deve apresentar, quinze dias antes da proferição do discurso, ao professor, um texto escrito que contenha a planificação do discurso a ser proferido, na qual devem estar incluídos:

[...] o assunto, o objetivo, a escolha justificada das estratégias discursivas e dos materiais a serem utilizados, e uma descrição de como a apresentação começará, desenvolver-se-á e terminará, acompanhadas de explicações sobre quais são as expectativas do grupo. Ao final, devem constar as referências bibliográficas consultadas (SEIDE, 2010, p. 258).

De posse deste material escrito, o professor, uma semana antes da apresentação, deve entregar ao grupo sua avaliação comentada do planejamento feito, de modo que ao grupo seja possível ajustar e melhorar suas estratégias para o aperfeiçoamento do discurso a ser proferido.

Além da orientação oferecida pelo professor ao grupo, no processo didático que envolve a aplicação da ferramenta de PAD, não se pressupõe a elaboração de modelos prontos para serem seguidos pelos alunos. O que se propõe é que, no decorrer das proferições, as constatações aconteçam, via interação, e o conhecimento seja construído pela experiência. Nesse processo, paralelamente às apresentações quinzenais dos discursos, são trabalhados textos teóricos sobre o sistema retórico e são analisados discursos, a fim de

proporcionar uma percepção crítica e consciente das estratégias retóricas utilizadas nas proferições realizadas pelos acadêmicos.

Vencida esta etapa preparatória, vem a fase de proferição e avaliação do discurso. Deve-se dedicar a esta fase uma aula geminada (aproximadamente 100 minutos de aula) para cada PAD, de modo que a primeira parte da aula seja usada para o discurso e a segunda para sua avaliação. Na parte de avaliação, o questionário respondido pelo grupo que proferiu o discurso deve motivá-lo a:

A partir das reações observadas pelo próprio orador e pelos demais componentes do grupo, o que fez a apresentação precisa perceber os pontos fortes e os pontos fracos da apresentação; avaliar em que medida a apresentação atingiu ou não os objetivos propostos e ser capaz de fazer uma autocrítica construtiva que inclua sugestões sobre o que pode ser feito futuramente em outras apresentações. Quanto aos demais grupos, se espera que consigam justificar as avaliações feitas apontando os fatores que levaram a ou impediram a adesão dos espíritos de modo eficaz, sincero e respeitoso e ser capaz de fazer uma autocrítica construtiva que inclua sugestões sobre o que pode ser feito futuramente em outras apresentações (SEIDE, 2010, p. 259).

Proferidos os discursos e apresentadas oralmente as avaliações, os questionários preenchidos são entregues ao professor e tem início a finalização da atividade. Nesta etapa,

cabe ao docente avaliar as avaliações, sintetizar resultados e dar diretrizes para os próximos eventos [...]. Esta última parte é extremamente importante, já que é responsabilidade do professor fazer da experiência uma situação de ensino reflexiva e progressiva que consiga ir da prática à teoria e da teoria à prática (SEIDE, 2010, p. 259).

Na edição 2017 da PAD, além desta avaliação oral, logo após a avaliação dos alunos sobre o discurso proferido, houve a elaboração de um texto escrito pela professora no qual ela comunicava ao grupo que discursou a sua avaliação justificada.

Após essa breve explicação sobre em que consiste a PAD e como ela foi realizada no ano letivo de 2017, apresentam-se, a seguir, os objetivos pedagógicos da atividade e sua relação com a formação docente inicial.

### **3. Os objetivos pedagógicos da PAD**

Por integrar a grade curricular de um curso de licenciatura em Letras, a PAD foi criada e tem sido aplicada tendo em vista o objetivo de promover algumas das habilidades necessárias ao fazer docente no Ensino Básico. Um

dos desafios da educação é a motivação dos alunos, os quais precisam ser convencidos e persuadidos a realizarem as tarefas necessárias ao processo de aprendizagem e permanecerem atentos durante as aulas. Outro desafio é a manutenção da disciplina e do processo de ensino ao longo da aula, para o que se faz necessário que o professor monitore as reações dos alunos. Este processo de monitoramento precisa ser feito de modo constante, preventivo e pró-ativo para que sejam feitas as mudanças necessárias para um bom desenvolvimento das aulas. Há também a necessidade de avaliação do processo de aprendizagem dos alunos. Além de elaborar, aplicar, corrigir e comunicar os instrumentos avaliativos, também é necessário saber comunicar os resultados da avaliação aos alunos.

Tendo em vista esta necessidade, o primeiro objetivo da PAD é propiciar que os alunos vivenciem esta necessidade de convencer e persuadir a audiência para a adesão dos espíritos, vivência que terão, diretamente, aqueles que forem escolhidos para serem os oradores do grupo e, indiretamente, aqueles que não sendo oradores, também participam da experiência. Em outras palavras, a experiência da PAD, aliada às aulas teóricas e às demais atividades previstas na disciplina, conduz os alunos a concluir que o professor é um orador e que é necessário que eles se tornem bons oradores para serem bons professores.

O segundo objetivo da atividade é a exigência de avaliação da reação da audiência perante o discurso proferido, a qual serve de treino inicial para que, posteriormente, quando estiver atuando como professor em sala de aula, o licenciado possa monitorar a reação de seus alunos no decorrer das aulas que ministrará. Este treino se consegue nas repetidas ocasiões em que todos os grupos avaliam a proferição do discurso. No caso específico do grupo que profere o discurso, a avaliação deles é comparada com a de todos os outros, comparação que evidencia em que medida a autoavaliação converge com a avaliação da turma. Quanto maior a convergência, mais precisa é a autocrítica do grupo. Estar sujeito a tal comparação, na maioria das vezes, resulta no aperfeiçoamento da capacidade de autocrítica dos alunos.

O terceiro objetivo relaciona-se ao desenvolvimento da habilidade de comunicar resultados de avaliação, o que se consegue mediante as repetidas vezes nas quais os grupos precisam comunicar à turma como avaliaram o discurso dos colegas, avaliação que deve estar justificada retoricamente e ser feita de tal modo que não pareça ser uma crítica pessoal.

#### **4. Resultados obtidos: reflexões sobre os relatos dos alunos quanto às experiências de PAD**

Como forma de avaliação dos resultados obtidos a partir das atividades de PAD, elaborou-se um questionário, o qual, após a última apresentação, foi respondido pela turma que cursou a disciplina de Argumentação e Retórica em 2017. Ao total, foram 24 questionários respondidos, cujas perguntas visaram à coleta de indícios referentes ao processo formativo dos acadêmicos e suas impressões sobre a ferramenta didática de PAD. As questões oferecidas aos alunos foram: Você gostou de participar das atividades de PAD? Por quê?; Você acredita que as atividades de PAD podem contribuir para a formação acadêmica? Por quê?; Conforme sua experiência, como as atividades de PAD influenciaram a sua formação docente inicial?; Como você percebeu a relação da turma com as atividades de PAD?

A análise das respostas dos alunos levou à percepção da existência de quatro tópicos principais relacionados aos objetivos da atividade e abordados pelos alunos sobre os resultados da PAD: (a) percepção do professor como orador; (b) desenvolvimento da competência retórica; (c) maneiras de expressão das avaliações; e (d) reflexão sobre a ética na docência e a necessidade de se desenvolver atitudes de tolerância perante as diferenças. Cada tópico será discutido detalhadamente, a seguir.

##### **a) A percepção do professor como orador**

Desde o início das aulas da disciplina Argumentação e Retórica, a formação docente foi posta em discussão, a fim de, justamente, deixar clara a relação intrínseca entre os textos teóricos estudados e a tarefa do professor orador. Muitos acadêmicos demonstraram surpresa ao perceber a relação entre a Retórica e a atuação docente, o que foi um elemento a mais para instigar os alunos a envolverem-se com a disciplina. Após a PAD, a maioria dos acadêmicos reconheceu o professor como orador e desenvolveu uma atitude crítica sobre a atuação docente como formadora de opinião, com se percebe no excerto a seguir:

(Resposta 1) – A PAD me mostrou a importância do encadeamento lógico da fala, além da necessidade de, em um discurso, saber o momento de instigar o emocional da minha plateia e de provar a minha credibilidade enquanto interlocutor. Estes ensinamentos valerão para minha formação docente, uma vez que o professor é um formador de discursos.

Cabe destacar, conforme a resposta, que outro aspecto positivo da PAD sobre a formação docente é uma maior consciência sobre como o professor pode organizar o discurso e valer-se de argumentos que envolvem valores e emoções, como o *ethos* e o *pathos*, para promover o interesse dos alunos durante uma aula. Cumpre esclarecer que o *logos* também foi abordado. O encadeamento lógico da fala, traço destacado pela Retórica Clássica, foi exercitado a cada proferição do discurso, tanto pelo grupo que apresentava quanto pelos grupos que faziam parte do auditório.

Outro traço positivo observado no decorrer da aplicação da ferramenta de PAD é o aprendizado sobre a qualidade do conteúdo explorado e oferecido pelo orador em seu discurso, o que é obtido por meio de boas fontes de pesquisa, de seleção cuidadosa de informações e de métodos eficientes para tratar desses conteúdos conforme cada auditório, tarefas que fazem parte da invenção<sup>1</sup> do discurso. A sequência estratégica do discurso e o cuidado com o conteúdo são destacados na resposta a seguir:

(Resposta 2) - Para minha formação docente inicial, a PAD possibilitou a prática de pensar em um discurso coerente e acessível ao público, o que é muito útil quando entramos em sala e precisamos ensinar conteúdos aos alunos, que são menos experientes que nós. Além disso, compreender a estrutura retórica pode facilitar a conquista dos alunos pelo conteúdo, por exemplo, com o exórdio e com o uso do *pathos*. Também acredito que uma grande influência da PAD é a de pensar no público para selecionar/organizar as ideias, pois como meu tema era polêmico, foi necessário excluir informações ou escolher a forma ideal de apresentá-las, o que também é útil para quando surgem situações delicadas em sala de aula.

A resposta do acadêmico evidencia que a atividade de PAD proporcionou-lhe a compreensão da relação entre os aspectos teóricos sobre argumentação e retórica e o trabalho do professor em sala de aula. Com esses resultados, acredita-se que as habilidades estimuladas pela PAD podem auxiliar no bem-estar docente, o qual está relacionado à percepção de controle sobre as ações.

Pela resposta, verificou-se que o acadêmico realizou o exercício de pensar o discurso conforme o auditório e que empreendeu um processo de seleção de informações para que o conteúdo do discurso fosse apresentado de modo atraente e adequado ao público. O fato de terem sido abordados

---

<sup>1</sup> Reboul (1998, p. 44) retoma as partes clássicas do discurso e as caracteriza como tarefas a serem realizadas para a execução de um discurso: “compreender o assunto e reunir todos os argumentos que possam servir (invenção); pô-los em ordem (disposição); redigir o discurso o melhor possível (elocução); finalmente, exercitar-se proferindo-o (ação).”.

temas polêmicos incentiva a reflexão sobre as estratégias utilizáveis para gerenciar as possíveis reações do auditório, habilidade também importante para o professor.

### **b) O desenvolvimento da competência retórica**

O fato de este tópico tratar de “desenvolvimento” e não de “aquisição” da competência retórica mostra a adoção de um ponto de vista pedagógico que valoriza os conhecimentos prévios dos alunos. Essa concepção parte da percepção de que todos utilizam estratégias argumentativas e retóricas, mesmo que intuitivamente, nas relações cotidianas, inclusive as crianças em processo de aquisição de fala. Tal perspectiva também é evidenciada pela escolha metodológica de construção gradativa e coletiva do conhecimento a partir das próprias experiências discentes, pois não foram apresentados modelos prontos de discurso aos alunos. Cada grupo, na observação do outro, vai aperfeiçoando suas habilidades. Essas competências, desenvolvidas com certa autonomia e liberdade, permitem ao acadêmico a percepção da amplitude de fatores voltados à argumentação e à retórica no dia a dia, como se evidencia na resposta a seguir:

(Resposta 3) - Acredito que as atividades de PAD podem contribuir, visto que a retórica é igualmente importante em todas as esferas da sociedade, não somente na docência. Saber discursar, falar em público, se expressar claramente e coerentemente são algumas das atribuições que a PAD proporciona e que, sem dúvidas, contribuem para a formação acadêmica como um todo.

Além de permitirem a ponte com outros contextos sociais, os temas a serem trabalhados na PAD estimulam a criticidade, sobretudo porque permitem a criação de uma relação significativa entre os conteúdos teóricos e os assuntos em pauta na sociedade em geral. Assim, além de utilizar os conhecimentos da estrutura retórica, os acadêmicos precisam pensar criticamente nas várias posições argumentativas sobre os temas, a fim de empregar estratégias discursivas adequadas.

(Resposta 4) - As atividades de PAD auxiliam na formação acadêmica, pois cada grupo trabalhou junto para defender um tema polêmico, coletando dados, discutindo informações e opiniões entre os integrantes, além de pensar em uma sequência para a apresentação. Quanto a assistir às apresentações dos outros grupos e poder avaliar e discutir a ‘performance’ de quem estava apresentando foi algo interessante, pois nos fez pensar no que seria ideal em nossa apresentação e no que não seria tão interessante.

Nessa resposta, também se pode perceber ainda que, ao avaliar o próprio discurso e o dos colegas, os acadêmicos também precisam desenvolver a criticidade para avaliar a apresentação dos outros grupos e para utilizar essa experiência ao organizar a própria apresentação. O tópico a seguir tratará justamente da relação da turma com o processo de avaliação.

### **c) As maneiras de expressão das avaliações**

A maneira de expressar a avaliação envolve demonstração de atenção, compreensão e respeito sobre a produção de outrem e, por ser uma tarefa freqüente no cotidiano de qualquer professor convive, exige preparo. Uma avaliação que foge dos objetivos de construção do conhecimento e aperfeiçoamento pode afetar negativamente a experiência do aluno com o conteúdo trabalhado e comprometer todo o processo de aprendizado que deve ser propiciado no momento da avaliação.

A proposta avaliativa da PAD faz com que os acadêmicos se envolvam no processo de avaliação, tirando o foco apenas do professor. Por um lado, porque a autoavaliação permite que cada grupo discuta se atingiu os objetivos pretendidos e expresse essa percepção aos colegas. Por outro, porque, a partir de um roteiro pré-estabelecido e igual para todas as apresentações, cada grupo é convidado a discutir sobre o discurso apresentado pelos colegas e a expressar sua avaliação sobre a proferição do outro. Dessa forma, os acadêmicos precisam pensar em maneiras de dizer e em argumentos válidos para oferecer sua avaliação sobre o trabalho dos colegas, o que também é um processo construído pelas experiências de avaliação no decorrer das apresentações.

(Resposta 5) - À medida que as apresentações passavam, a turma soube diferenciar crítica pessoal de crítica à PAD. Nós também aprendemos a ver os dois lados do assunto e, muitas vezes, refletimos e hesitamos em tomar uma posição e não olhar o lado do outro, justamente porque aprendemos a respeitar.

A resposta do aluno representa o desafio de um aprendizado que acontece pela vivência com as situações. Inicialmente, alguns acadêmicos perceberam as críticas oferecidas nas avaliações feitas pelos grupos como crítica pessoal. No entanto, no decorrer das apresentações, a maioria dos alunos passou a ter um foco maior nos elementos retóricos presentes nos discursos proferidos e a expressar de modo mais respeitoso a avaliação e os posicionamentos de cada um, como se percebe na seguinte passagem:

(Resposta 6): No geral, a relação foi de troca de opiniões, conselhos e observações necessários tanto para o aperfeiçoamento como para a manutenção de ideias, jeitos e formas defendidas ao longo das apresentações. Assim também houve uma troca de experiências entre os colegas, diálogos construtivos acerca de temas talvez mais polêmicos, demonstrando como cada um defende seu posicionamento, mas da mesma forma respeita o do próximo.

Apesar da maioria das percepções positivas, em alguns questionários, houve relatos sobre as dificuldades da turma durante a dinâmica de avaliação, justamente porque esta tarefa exige um processo de amadurecimento e de foco, como se verifica na resposta a seguir:

(Resposta 7) - Acho que quando chegava a hora da turma falar, a essência se perdia, dava para perceber falas pessoais, críticas voltadas à pessoa que apresentou, não sobre a apresentação em si. Em alguns momentos houve discussão.

Essas dificuldades relatadas exigem do professor da disciplina um constante trabalho de redirecionamento das avaliações para os aspectos argumentativos e retóricos, de orientação sobre os dizeres, sem fazer com que os alunos se sintam desencorajados a falar. Trata-se de um desafio pedagógico considerável, tendo em vista que os temas tratados em cada discurso são polêmicos e mobilizam as crenças, as emoções e as paixões do auditório. E é justamente por esse conjunto de situações que a PAD proporciona uma reflexão sobre a ética na docência e o desafio do respeito e da tolerância sobre as diferenças, fatores com os quais o professor deve saber lidar.

#### **d) Reflexão sobre a ética na docência e a tolerância sobre as diferenças**

Apesar da convivência em classe, algumas diferenças de posicionamentos entre os acadêmicos aparecem exatamente em momentos que estes são desafiados a interagir e a realmente assumir uma postura ativa no processo de construção do conhecimento. A atividade de PAD mobiliza os acadêmicos, professores em formação, para avaliarem o outro e a sua própria postura perante o diferente. Essa prática faz com que os alunos conheçam os posicionamentos dos colegas e, a fim de mediar conflitos, vivenciem a tolerância. Segundo Rebolo (2012, p. 45), “a construção de relações interpessoais positivas, pautadas no respeito mútuo, na colaboração e na transparência são os principais elementos do componente relacional do trabalho docente que o tornam potencial fonte do bem-estar dos

professores”. Percebe-se, assim, como é importante que as temáticas que envolvem as relações interpessoais no fazer docente sejam suficientemente abordadas nos cursos de Licenciatura.

Outro fator que propicia a ampliação dessas reflexões ocorre quando, na distribuição de temas para a PAD, a um grupo determinado, é atribuído um posicionamento sobre um tema que vai de encontro àquele que o grupo tinha anteriormente. Neste caso, o grupo precisa defender um posicionamento diferente daquele que inicialmente tinha, experiência que pode ensinar a ter um olhar diferenciado sobre a opinião alheia e a pensar no processo de argumentação e de contra-argumentação. Esse exercício de constituir um discurso que represente um *ethos* eficaz, embora o posicionamento do orador seja diferente, faz com que o horizonte de informações seja ampliado a partir de pesquisas que preparam o orador. Essa mediação de conflitos é uma das contribuições da PAD:

(Resposta 8) - A atividade nos permitiu ter voz para defender nossa real opinião ou a opinião que precisava ser defendida, além de nos fazer ouvir o outro e respeitar o que ele pensa. Por receber críticas em relação à proferição do discurso, tema, etc., aprendemos que nem sempre as críticas são referentes a nós, mas ao trabalho. Isso é essencial no ambiente acadêmico: se fazer respeitar e respeitar a opinião do outro.

Outra forma de enfrentar os desafios oferecidos pelo diferente aconteceu quando, a fim de evitar conflitos e constituir um discurso mais facilmente aceitável para a heterogeneidade de público, alguns grupos optaram por defender o posicionamento proposto de forma sutil, devido à dificuldade de alguns alunos para focalizar as avaliações e as críticas nas apresentações e não nos pontos de vista sobre os temas abordados nos discursos. O ensinamento que se pode oferecer sobre essas dificuldades com os pontos de vista é que as diferenças são inerentes aos processos humanos. Esta constatação vai ao encontro da reflexão de Breton (1999, p. 26-27) quando reconhece que “Chegar a um consenso sobre um mínimo de pontos de vista comuns implica um gigantesco trabalho de resultados sempre bastante modestos, e sempre prestes a recomeçar”.

O fato é que, nesses enfrentamentos, a PAD permite que se reflita sobre a ética docente, o que é um aspecto complexo com o qual o professor convive. A ética docente envolve as atitudes do professor perante o diferente, como explica o acadêmico na resposta a seguir:

(Resposta 9) - Como docente compreender a opinião dos outros é importante, por mais que dentro de sala o professor seja a “autoridade”, não é só a opinião dele que deve prevalecer, embora não concorde com o assunto, como aconteceu em vários momentos da PAD, devemos respeitar a maneira de pensar de cada um.

Todas essas demonstrações de reflexão e de envolvimento dos acadêmicos com a PAD levam a considerar que essa ferramenta didática atinge os objetivos pretendidos e mobiliza os acadêmicos a se posicionarem criticamente.

### Considerações finais

O trabalho desenvolvido com a ferramenta didática de PAD constitui um processo de ensino reflexivo e interativo, em que os alunos protagonizam as aulas e, com a mediação do professor, são levados a avaliar as atividades realizadas, a desenvolver senso crítico e a compreender o papel do professor como orador. Esta tarefa envolve desconstruções de pontos de vista e leva a momentos de autoconhecimento e de reflexão sobre a ética e o respeito às diferenças, exercício fundamental no cotidiano docente.

Além disso, o fato de ser um trabalho com retórica e argumentação realizado nos anos iniciais da graduação favorece um processo mais consciente de desenvolvimento da competência retórica ao longo do curso, do papel do professor orador e da percepção das formas de tolerância, não só na vivência dos acadêmicos no seu cotidiano na instituição de ensino superior como também quando têm contato com o campo de estágio. Por esses motivos, dentre outros, a atividade de PAD proporciona um processo didático em que as reflexões sobre a Retórica ultrapassam o conhecimento teórico e alcançam o eixo teórico-prático, tarefa desafiadora na formação docente.

### Referências

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; LOTTI, Ana Luisa Feiteiro Cavalari. Argumentação e oralidade: a confluência de saberes entre ensino de língua e artes cênicas. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 153-174, dez.2015.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de. Desenvolvimento de competências e capacidades de linguagem por meio da escrita de textos de opinião. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.4, p. 35-47, jun.2013.

BRETON, Philippe. **A manipulação da palavra**. Tradução: Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BRETON, Philippe. Como convencer? Da comunicação argumentativa à manipulação. Tradução: Flávia Sílvia Machado e Moisés Olímpio-Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.3, p.117-132, nov. 2012.

CANO-ORTIZ, Maribel; CASTELLÓ, Montserrat. Polifonia e dialogismo nas práticas argumentativas dos estudantes universitários em resposta a diferentes demandas. Tradução: Dayse Souza. In: **Argumentação na escola: o conhecimento em construção**. LEITÃO, Selma; DAMIANOVIC, Maria Cristina (org.). Campinas: Pontes, 2011. p. 251-274.

LEMES, Noemi. O texto dissertativo-argumentativo no livro didático: o discurso jornalístico silenciando a argumentação. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.4, p. 89-101, jun.2013.

LOI, Marcia Acebedo; LIMA Anderson de Medeiros. “A retórica da sala de aula como sugestão para amenizar conflitos. In: **A retórica do medo**. 2. ed. MAGALHÃES, Ana N.; FERREIRA, Luiz Antonio; FIGUEIREDO, Maria L. (org). Franca: Cristal; São Paulo, Grupo ERA, 2015. p.89-104.

MEYER, Michel. **Questions de Rhétorique: langage, raison et seduction**. Paris Librairie Générale Française, 1993.

GOULART, Cecília Maria Aldigueri. Argumentação e aprendizagem da escrita na escola. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 12, p. 53-63, jul/dez.2016.

MARIANO, Márcia Regina Curado Pereira. O ensino da argumentação na Antiguidade e em um livro didático atual. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.3, p.104-116, nov.2012.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. A Nova Retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RABATEL, Alain. Os desafios das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. Tradução: Weslin de Jesus Santos Castro. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 12, p. 191-233, jul/dez.2016.

REBOLO, Flavinês; TEIXEIRA, Leny Rodrigues Martins; PERRELLI, Maria Aparecida de Souza (org.). **Docência em questão: discutindo trabalho e formação**. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RODRIGUES, Maria Anunciada Nery. Revelações possíveis sobre o agir do professor em relatórios de estágio. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 7, p. 137-149, dez.2014.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Atividades de Proferição e Avaliação do Discurso (PAD) como instrumento de formação de professores. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 32, n. 2, p. 255-268, jul./dez 2010.

SIEGEL, Harvey. Por que os educadores devem preocupar-se com argumentação? [1995]. Tradução: Gabriel Isola Lanzoni; Maria Gabriela Rodrigues de Castro; Sérgio Mikio Kobayashi; Winola Weiss Pires Cunha. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 11, p. 134-158, jan/jun, 2016.

SILVA, Viviane Netto. Reflexões em torno do discurso escolar: uma análise sobre o trabalho com a leitura em sala de aula. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 4, p. 102-111, jun.2013.

VENDRAMINI ZANELLA, Daniela Aparecida. A argumentação para o desenvolvimento de visão crítico-criativa de educadores. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p. 98-110, jun.2015.

### Forma de citação sugerida

JURACH, Jussara Maria; SEIDE, Márcia Sipavicius. Retórica e argumentação na formação docente: uma experiência didática de proferição e avaliação do discurso. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 17, p. 85-102, jul./dez.2018. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-17-2089](https://doi.org/10.17648/eidea-17-2089).

## Discurso e polêmica sobre a publicação de revistas científicas na Argentina (1960)

**Pablo von Stecher**

Docente da Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina.

Pesquisador do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet).

[pablonvonstecher@gmail.com](mailto:pablonvonstecher@gmail.com)

**Resumo** Por volta de 1960, a revista argentina *Ciencia e Investigación* apresentou um editorial do químico Enrique Cabib que questionava as publicações científicas nacionais em função de sua qualidade limitada e escassa difusão. A proposta, rejeitada por cientistas locais de diferentes áreas, deu origem a uma controvérsia que foi publicada na revista. A fim de analisar a controvérsia, este artigo se inscreve na perspectiva discursivo-argumentativa de Ruth Amossy (2011 [2008], 2016), que entende a polêmica como um confronto de vozes que tratam de um conflito de caráter público e cujos participantes não só defendem seu ponto de vista, mas procuram assegurar sua supremacia contra seus adversários. Pode-se antecipar que a polêmica está estruturada em uma troca que expõe diferentes graus de confronto – desde o “ataque cortês” à desqualificação pessoal –; e aborda um problema que desafia o pesquisador latino-americano que busca disseminar suas descobertas.

**Palavras-chave:** Polêmica. Ciência. Difusão. Periódicos.

**Abstract.** By the year 1960, the Argentine magazine *Ciencia e Investigación* (CEI) issued an editorial by the chemist Enrique Cabib which questioned the national scientific publications due to their inferior quality and limited dissemination. His point, condemned by local scientists of different fields, arose a controversy that was published in the magazine. With the purpose of analyzing this debate, the present article aligns itself with discursive-argumentative perspective of Ruth Amossy (2011 [2008], 2016), which conceives of polemic as a confrontation of voices that deal with a conflict of public character and whose participants not only defend their point of view but try to ensure their supremacy over that of their opponents. It can be anticipated that the controversy is structured as an exchange that exposes different degrees of confrontation – from the “polite attack” to personal disqualification –; and approaches a problem that implicates the Latin American researcher that tries to disseminate his findings.

**Keywords:** Controversy. Science. Dissemination. Journals.

## Introdução

A revista *Ciencia e Investigación* (CEI), patrocinada pela Associação Argentina para o Progresso das Ciências (AAPC), foi publicada pela primeira vez no país em 1945. A AAPC foi fundada em 1933 por Bernardo Houssay (1887-1971), célebre médico argentino, diretor do Instituto e do Departamento de Fisiologia da Universidade de Buenos Aires desde 1919 e Prêmio Nobel de Fisiologia em 1947. O objetivo da associação consistia na expansão científica nacional por meio da vinculação entre pesquisadores, a coordenação de bolsas, a aquisição de recursos e a cooperação com o desenvolvimento industrial local<sup>1</sup>.

Durante seus primeiros quinze anos, a CEI teve como diretor Eduardo Braun Menéndez (1903-1959), também fisiologista e membro da AAPC. A revista possuía tiragem mensal e seus conteúdos concentravam-se na área de ciências exatas e naturais. Suas seções permanentes, além da “Nota Editorial”, eram: “Artigos Originais”, “Organização do Ensino e Pesquisa”, “O mundo científico”, “Os Prêmios Nobel” e “Notícias da AAPC”. Josefina Yanguas (2015, p. 94), que era secretária de Houssay, fez um relato do importante papel didático que a revista teve ao explicar, por exemplo, o que era um instituto de pesquisa ou em que consistia o trabalho do cientista, temas sobre os quais prevalecia uma ignorância generalizada até então no país.

A década inaugural da CEI (1945-1955) coincidiu com as primeiras presidências de Juan Domingo Perón, cujas políticas voltaram-se ao desenvolvimento das áreas técnicas, com o objetivo de aprofundar o processo de industrialização, guiado por interesses do setor militar (HURTADO e BUSALA, 2006). Durante estes anos, muitas universidades argentinas sofreram intervenções e muitos professores, entre eles Houssay e Braun Menéndez, foram demitidos de seus cargos. Com a derrubada de Perón, em 1955, como consequência da Revolução Libertadora, universidades foram ocupadas por grupos estudantis opostos ao peronismo, cátedras e corpo docente foram reintegrados (BUCHBINDER, 2005, p. 148-151). Em fevereiro de 1958, Houssay, Braun Menendez e pesquisadores de diferentes áreas criaria o Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET), uma

---

<sup>1</sup> A AAPC seguiu o modelo associativo difundido pelo mundo desde o século XIX. Entre outras Associações para o Progresso das Ciências, a Associação Britânica foi fundada em 1831; a Associação Estadunidense, em 1848, e a Associação Espanhola, em 1908. Em 1948, foram criadas a Associação Brasileira e a Associação Uruguiaia.

instituição que atualmente coordena e financia grande parte das atividades científicas no país.

Em agosto de 1960, a CEI publicou um editorial do bioquímico Enrique Cabib intitulado “Revistas científicas devem ser publicadas na Argentina?” pergunta a que o autor responde negativamente. Diferentes considerações que oscilaram entre a surpresa, a crítica e a frustração contra o posicionamento de Cabib foram publicadas na revista e deram origem a uma polêmica que será objeto de análise neste artigo. Em seguida, serão especificados os referenciais teóricos que norteiam este estudo, bem como as fontes e materiais de análise. Uma vez investigados os vários argumentos que confluem no debate, extraem-se considerações tanto sobre os mecanismos de confrontação que sustentam a polêmica, com acerca dos interesses concernentes à divulgação científica que gera o tópico em questão.

### 1. Referencial teórico e corpus de análise

O artigo enquadra-se na perspectiva desenvolvida por Ruth Amossy (2011 [2008]) que inscreve o estudo da argumentação no seio da Análise do Discurso (especificamente em abordagens francesas contemporâneas) o que implica, em termos gerais, atribuir à análise argumentativa sua dimensão institucional e social em vez de concebê-la no espaço abstrato da lógica pura (AMOSSY, 2008, p. 132-133)<sup>2</sup>. A partir dessas diretrizes, Amossy definirá a argumentação como um *continuum* discursivo que manifesta diferentes graus de confronto e em cujos polos discursos encontram-se os discursos que silenciam o adversário e “apagam” o caráter de confronto, por um lado; e aqueles que exacerbam o conflito e expõem o choque ostensivo de posições, por outro. Nesse sentido, explica Amossy (2016, p. 25-26), a polêmica é necessariamente inscrita na argumentação. No entanto, como Amossy, outros referenciais do campo como Christian Plantin (2016, p. 68) e Marc Angenot (2016, p. 39-40) observaram como os antigos tratados retóricos assim como os estudos argumentativos de meados do século XX, Perelman e Olbrechts-Tyteca, Toulmin, e, inclusive, as contribuições posteriores da Lógica Natural de J. B. Grize, distanciaram-se da análise da polêmica e dos desacordos que

---

<sup>2</sup> De fato, Amossy (2011 [2008], p.133) recupera a voz de Dominique Maingueneau (2002) apontando que sua abordagem adota a vocação da Análise do Discurso ao apreender o “discurso como uma complexidade de um texto e de um lugar social”. A partir disso, ele propõe investigar a argumentação em uma situação comunicativa concreta e articulada em linguagem natural, bem como atender à construção do dispositivo enunciativo e à problemática da materialidade e profundidade da linguagem.

persistem aos debates. Tais operações têm-se centrado principalmente no estudo de técnicas discursivas que permitem melhorar a adesão dos sujeitos às teses que lhes são apresentadas, buscar acordos ou refletir sobre a idealizada arte de persuasão mediada pelo discurso ou por meio de debates bem regulamentados. Esse interesse pelo consenso opõe-se à paixão pelo dissenso própria de toda relação polêmica, destaca Plantin (2016, p. 69), o qual também afirma que após a reflexão discursiva e linguística é mais enriquecedora a abordagem das controvérsias que a análise dos acordos.

O discurso polêmico consiste no confronto de, ao menos, duas opiniões que tratam não apenas de expor e defender o próprio ponto de vista, mas também de garantir sua supremacia sobre as outras posições em debate (AMOSSY, 2016, p. 26). O significado da polêmica como “guerra verbal” implica a existência de um “alvo” ou objeto de ataque que pode muito bem ser um ponto de vista ou a pessoa que o encarna, tal como foi observado por Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980), mas deve-se esclarecer que nem todos os discursos polêmicos manifestam explicitamente a desqualificação em relação ao outro ou a violência discursiva. Em consonância com as referências anteriormente mencionadas, Ana Montero (2016, p. 15) confirma que, para a existência de uma polêmica, é necessário que a questão em jogo seja de caráter público e de interesse compartilhado, pelo menos para uma comunidade mais ou menos vasta.

Uma vez identificados, detectados e ordenados os documentos que deram origem a presente polêmica, e de acordo com as orientações descritas, procedeu-se ao estudo das formas enunciativa e das estratégias lógicas e emocionais na conformação de argumentos, refutações, contra-argumentos e enunciados desqualificadores do adversário. O *corpus* de análise consiste, então, em uma série de artigos publicados sob o mesmo título - “Revistas científicas devem ser publicadas na Argentina?” - em diferentes gêneros discursivos (editoriais, colunas de debate e de opinião) da CEI. Eles são de autoria do bioquímico Enrique Cabib (1960, 1961a, 1961b), do doutor em botânica Teodoro Meyer (1961), do químico e bromatologista Peter Cattáneo (1961), do engenheiro agrônomo Arturo Burkart (1961), e dos pesquisadores em química Carlos Cardini (1961) e Máximo Barón (1961). A polêmica é concluída, embora não encerrada, com reflexo do corpo editorial da CEI (1961).

Antecipo que a estratégia de locutor questionado (CABIB), cujos enunciados são conduzidos pelo eixo discursivo da mudança, consistirá na adoção de respostas que flutuam entre a objeção categórica e a repressão

comedida ou condescendente, de acordo com os diferentes graus de questionamento e/ou queixa previamente recebidos. Antecipo também que esta polêmica expõe uma série de preocupações que atualmente interpelam o pesquisador latino-americano - ou distantes dos centros hegemônicos de produção científica - que tenta disseminar suas descobertas e contribuições na comunidade científica.

## 2. Agosto de 1960. O motivo do escândalo

Revistas científicas não devem ser publicadas na Argentina, sintetiza Cabib no editorial original que deu origem à polêmica. A defesa de seu ponto de vista tem início com as duas únicas afirmações com as quais os demais envolvidos concordarão: a) a pesquisa científica argentina vem de um longo período de estagnação; b) no entanto, desde os últimos anos, tem-se tentado impulsionar vigorosamente a pesquisa local. Esclarecemos que, embora alguns projetos científicos realizados pelo peronismo tivessem falhado<sup>3</sup>, a ciência e a tecnologia argentina contaram com certas iniciativas e realizações durante esses anos: as criações da Comissão Nacional de Energia Atômica (1950), do primeiro Conselho Nacional Investigações (1951) e da Universidade Obrera Nacional (1953), posteriormente denominada Universidade Nacional Tecnológica (BUCHBINDER, 2005, p. 155-159). A partir das páginas da CEI, o período foi caracterizado pela falta de autonomia na atividade científica, a primazia de critérios utilitaristas e das tentativas de subordinar a ciência ao Estado (HURTADO e BUSALA, 2006, p. 30). A este respeito, observou-se que CEI tentou atingir a opinião pública para disseminar sua própria representação do campo científico e sua perspectiva cética sobre a precariedade da ciência local e suas propostas para superar os conflitos detectados (HURTADO E BUSALA de 2001, p. 40).

A função das publicações científicas, explica Cabib, é divulgar os resultados obtidos por uma pessoa ou grupo para que possam ser tomados como base de outros estudos. Enquanto a ciência é uma atividade internacional, é essencial que os periódicos publicados por associações profissionais e científicas tenham um alto nível de divulgação. O problema é que as publicações locais são desconhecidas no meio estrangeiro ou seus

---

<sup>3</sup> É um caso famoso o malfadado projeto de energia nuclear idealizado pelo físico austríaco Ronald Richter na ilha de Huemul (Patagônia) e coordenado pelo peronismo na década de 1950.

resumos são divulgados apenas em órgãos como *Chemical Abstracts*<sup>4</sup> - um fato que Cabib afirma poder corroborar a partir de suas estadias no exterior. A razão para a difusão limitada reside na falta de originalidade de seus artigos e nas abundantes repetições de achados alcançados em outros espaços, dados aos quais o pesquisador apenas acrescenta algumas poucas observações.

Embora Cabib admita a existência de um trabalho de qualidade local, destaca que estes são principalmente publicados em revistas de circulação internacional, e sua quantidade reduzida é insuficiente para compor uma publicação alta patente em quaisquer ramos científicos. Conseqüentemente, as revistas locais são pouco úteis, pois não resistem a uma análise rigorosa, envolvendo um gasto de tempo e de dinheiro que poderia ser destinado à pesquisa e tendem a ser manipuladas pelos autores a fim de acumular publicações para ganhar concursos, gerar influências ou deslumbrar o público inexperiente. Que solução Cabib propõe em resposta a esta situação? Produzir uma única revista que, em vez de apresentar artigos originais, reimprima uma seleção de trabalhos já publicados pelos argentinos em periódicos internacionais. Assim seria obtida uma compilação de alta qualidade, capaz de disseminar a pesquisa local efetiva e de qualidade, promover o diálogo entre pesquisadores, evitar leituras excessivamente especializadas, orientar os jovens interessados em pesquisa e eliminar a criação de registros falsos. Também seria possível para o Conicet, as universidades e os órgãos competentes terem uma ideia completa do desenvolvimento argentino. Sem muitas esperanças de que as academias ou sociedades científicas renunciassem às suas publicações, Cabib encerra o artigo indicando que o Conicet seria o organismo ideal para levar adiante este projeto.

### 3. Março de 1961. Acusações contra Cabib

As repercussões pelo texto de Cabib foram inesperadas. Teodoro Meyer, botânico do Instituto Miguel Lillo (Tucumán), caracteriza-o como uma abordagem revolucionária e de desacredito em relação à ciência argentina no exterior. Ele refuta o primeiro argumento com base na enumeração de revistas locais com conteúdos valiosos e originais que são consultados na

---

<sup>4</sup> Trata-se da revista americana, criada em 1907 e dedicada à divulgação de resumos e sinopses de artigos na área de química.

Europa e nos EUA<sup>5</sup>. Justifica a apreciação pelo valor do que é útil, dadas as contribuições arquivísticas e descritivas geradas, especialmente as revistas dedicadas à zoologia, à botânica e à agronomia nacional. Enquanto Meyer desqualifica a proposta de Cabib, ele o faz por meio de procedimentos que mitigam o ataque, como concessões e os modalizadores<sup>6</sup>. Por caso, ele afirma: “Certamente o Sr. Cabib terá se referido a uma ciência determinada [...] mas há outros que caminham para vanguarda”; “Provavelmente há pessoas no país, como diz o Sr. Cabib, que publicam trabalhos medíocres [...], mas estes são a minoria” (MEYER, 1961, p. 50). Assim, embora se desacreditem os argumentos sobre as publicações serem utilizadas como forma de promoção pessoal e sobre a limitada atividade científica local, o grau enfrentamento é reduzido mediante a aceitação de pontos de partida admissíveis nos raciocínios, instância que se reforça por meio dos advérbios de atitude que introduzem os enunciados e que atuam como modalizadores ao situarem os julgamentos em uma faixa de verdade ou de alta probabilidade.

Para corroborar a qualidade das revistas locais, Meyer recupera um lugar da quantidade<sup>7</sup> ao explicar o grande número de assinaturas estrangeiras recebidas por instituições argentinas que contam com órgãos difusão. Para Meyer, a proposta de revista única não se sustenta, uma vez que limita as oportunidades locais de publicação, assim como força os candidatos a se submeterem a processos de avaliação no exterior que levam muito tempo e prejudicam a originalidade dos trabalhos.

A intervenção de Cattáneo - membro da Cátedra de Bromatologia e Análise Industrial (Faculdade de Ciências Exatas, da Universidade de Buenos Aires) - problematiza questões até então dadas como certas. Por um lado, pergunta o que se entende por uma “produção original”. Se deve ser definida pelo uso de técnicas originais, então, a pouquíssimas elaborações poder-se-ia atribuir esse caráter, não apenas na Argentina, mas no mundo científico. Por outro, introduz um fator-chave, embora infelizmente silenciado durante o

---

<sup>5</sup> Trata-se de: *Physis*, *Darwiniana*, *Revista Argentina de Agronomía*, *Acta Zoológica Lilloana*, *Revista de Investigaciones Agronómicas*, *Revista del Museo de La Plata*, *Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica*, *Cuadernos de Minería y Geología de la U.N.T.*, entre outras. (MEYER, 1961, p. 49).

<sup>6</sup> Kerbrat-Orecchioni (2016, p. 99-101) recupera aspectos do modelo de cortesia de Brown e Levinson para dar conta dos procedimentos que confluem no fenômeno denominado “desqualificação cortês do adversário” (ou seja, a desqualificação que adota certas aparências de polidez). Para suavizar o ato de ameaçar a imagem do interlocutor, o locutor pode “polir” suas afirmações por meio de diferentes procedimentos: eufemismos, lítotes, concessões, modalizadores, tropos, entre outros.

<sup>7</sup> A esse respeito, ver Perelman e Olbrechts-Tyteca (1989, p. 148-151). N.T. Na edição brasileira (1999 [1958], pp. 100-105).

resto da polêmica: as dificuldades do espanhol como língua da ciência. Sobre esta questão, Bernardo Houssay havia se manifestado por meio de gestos significativos, tais como a reivindicação do médico espanhol Santiago Ramón y Cajal (Prêmio Nobel em 1906) e sua demonstração da compatibilidade dessa linguagem não apenas com criações artísticas, mas também científicas (HOUSSAY, 1989 [1934], p 431); seu convite a pesquisadores dos Estados Unidos para conhecer as outras línguas americanas (espanhol e português) e falar na língua do país anfitrião dos futuros congressos de que participassem (HOUSSAY, 1989 [1936A], p. 574); a denúncia da tendência dos grandes centros de pesquisa de considerar apenas as contribuições feitas no país ou na língua nacional (HOUSSAY, 1989 [1959], p. 219). No entanto, coexistiam com essas abordagens reivindicatórias perspectivas como as de Enrique Gaviola (1948, p. 118), então presidente da Associação Física Argentina, o qual defendia que o espanhol era uma língua pouco atualizada, com regras sintáticas anacrônicas, desprovido de neologismos e incapaz de explicar novos avanços científicos.

Mais próximo de Gaviola que de Houssay, Cattáneo destacará a trajetória limitada e a experiência do espanhol (entre outras línguas) em termos de produção científica. Em vez de enfatizar seu desenvolvimento e empoderamento na prática da disseminação escrita, sugere a redação de artigos em inglês ou alemão em periódicos locais. Na verdade, deve-se notar que, pelo menos desde 1970 e uma vez admitido o inglês como uma língua internacional da ciência<sup>8</sup>, tem aumentado o número de autores não falantes do idioma que publicam seus trabalhos nesta língua no contexto de revistas locais, assim como se aprofundou a decisão de revistas nacionais por serem publicadas inteiramente em inglês (NAVARRO, 2001, p 37; HAMEL, 2013, p. 330).

O auspicioso momento atual por que passa a ciência local é o argumento que Cattáneo propõe para refutar a proposta da revista única. Sobre isso, sentencia: “Ninguém contesta que na Argentina houve um sério atraso em relação à produção científica [...]. No entanto, algo vem acontecendo nos últimos anos. O Estado, os esforços privados e os de muitas organizações estrangeiras e internacionais importantes ajudam a criar um ambiente

---

<sup>8</sup> Como apontam Navarro (2001, p.36-37) e Hamel (2013, p.127), entre outros, o predomínio da língua inglesa na atividade científica não deriva de sua superioridade linguística sobre outras línguas, mas de sua supremacia política, econômica, técnica e cultural desde o final da Segunda Guerra Mundial. Como acontece em outros tipos discursivos, essa formulação de oposição tem sido atualizada em diferentes instâncias e por diferentes vozes do discurso científico argentino - Montes de Oca (1852), Ramos Mejía (1893), Houssay (1958) - que se propuseram a (re-)fundar a ciência nacional após um período de estagnação ou conflito.

propício ao seu desenvolvimento” (CATTÁNEO, 1961, p. 51). Do nosso ponto de vista, esse argumento é constituído como um tópico recorrente e representativo do discurso científico argentino. Ele é formado a partir do confronto entre dois momentos com base no par antitético “passado / presente” - detectável no exemplo por meio da utilização do pretérito perfeito composto frente ao presente progressivo e da referência a “nos últimos anos” -, a ruptura ou o distanciamento com aquele passado de atraso por meio do conectivo adversativo e a consequente projeção do momento atual como temporalidade favorável ao desenvolvimento científico<sup>9</sup>. A conclusão do argumento é realizada com a apresentação de duas perguntas retóricas (uma vez superar a estagnação mencionada) questionam: “É então razoável propor a abolição de nossas revistas científicas? Não seria mais prudente garantir sua melhoria, para assegurar sua periodicidade? Convido formalmente o autor do editorial a colaborar nessa nobre tarefa” (CATTÁNEO, 1961, p. 51).

A desqualificação da proposta de Cabib, objeto de ataque de Cattáneo, torna-se levemente moderada aqui não apenas pela suposta “não imposição de julgamentos” que é decorrente do uso de perguntas retóricas, mas também pelo caráter impessoal com que as perguntas são formuladas. No entanto, e apesar da camaradagem inscrita no convite a Cabib para formar um esforço construtivo e coletivo que permita uma melhor documentação, são explicitadas as críticas subjacentes à sua abordagem, em termos de “imprudência” e “irracionalidade”. Um segundo movimento de confronto, mais falho que o anterior, consiste em atribuir a Cabib a afirmação de que “todo texto publicado no exterior constitua por si mesmo uma contribuição e um registro real”, declaração que, de fato, não foi realizada pelo químico, mas que permite a Cattáneo (1961, p. 52) propor que os materiais valiosos são difundidos e circulam, independentemente dos meios em que tenham sido publicados. Finalmente, ele propõe que seja o Conicet que seleciona cuidadosamente as revistas que merecem apoio financeiro.

“Vejo-me na obrigação moral de me dirigir a você para expressar-lhe a penosa impressão deixada em meu ânimo”, assim introduz o engenheiro Burkart (1961, p. 52), em uma coluna que se afasta da lógica do raciocínio e das

---

<sup>9</sup> Como acontece em outros tipos discursivos, essa formulação de oposição tem sido atualizada em diferentes instâncias e por diferentes vozes do discurso científico argentino - Montes de Oca (1852), Ramos Mejía (1893), Houssay (1958) - que se propuseram a (re-)fundar a ciência nacional após um período de estagnação ou conflito.

provas. Generaliza, logo de início, a ofensa percebida ao destacar que as palavras de Cabib representam uma afronta não apenas para os resultados de nossos pesquisadores, mas para toda a comunidade científico-editorial. Sem rodeios, afirma: “Está equivocado, Sr. Cabib” e atribuiu suas opiniões “aos efeitos de um momento de depressão ou uma experiência pessoal infeliz” (BURKART, 1961, p. 52). Desse modo, transfere o conflito para o terreno de descrédito explícito e pessoal diante da depreciação da condição mental-emotiva do locutor, um recurso que pode chamar a atenção dadas as formalidades que envolvem o circuito e o campo da comunicação. Para Burkart, a proposta Cabib, que não foi sequer remotamente vista em qualquer outro lugar no mundo, implicaria diretamente um “suicídio científico nacional”. A natureza persuasiva que suporia essa metáfora, contundente e definitiva, não compensa a falta de fundamentos. Burkart (1961, p. 52) orgulha-se de possuir “documentos e registros que permitem refutar todas as declarações negativas do Sr. Cabib [...], mas, em respeito à brevidade - sentença- não entrarei em detalhes”. O que é menos eficaz para uma argumentação que afirmam ter o ônus da prova, mas não o expor por razões de espaço?

#### 4. Março de 1961 (2). Resposta e contra-ataque

Em função do interesse causado pela polêmica, Cabib é convocado pela CEI para responder aos três retornos recebidos. O químico diferencia o caráter das réplicas e decide responder, em princípio Cattáneo e Meyer. É interessante observar a maneira pela qual seu discurso reproduz os mesmos recursos mitigadores desqualificadores articulados por Meyer (concessões e modalizadores). Sobre as propostas do último, aceita a existência necessária de revistas com fins de registro e classificação de dados em ciências descritivas como a botânica ou a zoologia, mas esclarece que se trata de um critério que não alcança as áreas teórico-experimentais (física, química, fisiologia). Opõe-se, da mesma forma, à crença de que artigos enviados para o exterior implicam maiores atrasos ou dificuldades. Acerca dos argumentos de Cattáneo, assume a dificuldade de definir “o original”, mas esclarece que, sob seu ponto de vista, tal concepção não implica necessariamente a utilização de “técnicas originais”. Enfatiza a boa intenção de tentar aumentar os requisitos nos critérios de aceitação de artigos locais, mas indica que o problema está, precisamente, no número muito pequeno de trabalhos com um “nível

aceitável”. A formulação desses contra-argumentos é articulada por diferentes expressões verbais (“eu penso”, “acredito”)<sup>10</sup> que conferem aos enunciados uma nuance de possibilidade e não de certeza absoluta. Ainda mais, para refutar a afirmação que Cattáneo lhe atribui, Cabib (1961a, p. 53, grifos do autor) não recorre à negação absoluta, mas sentencia: “*não pude encontrar no meu artigo a declaração atribuída a mim pelo Dr. Cattáneo, de que tudo o que é publicado em outro lugar constitui um registro real e não falso*”. Pelo contrário, corrobora Cabib, a sugestão de formar um comitê que selecione os trabalhos a serem republicados confirma que a afirmação não tem lugar válido na argumentação.

Enquanto Burkart foi “escolhido para expor apreciações de conteúdo essencialmente emocional”, Cabib (1961a, p. 53) afirma “pouco posso contestá-lo”, mas deve “todavia adverti-lo” de que, longe de ser a única, sua posição tem contado com notáveis coincidências por parte de diferentes colegas. Dada a lógica do agravo e da ameaça à sua imagem pessoal, o contra-ataque de Cabib visa a desacreditar e silenciar um discurso que merece respostas e a delinear o aviso final. Entre outras vozes que Cabib declara semelhantes à sua posição, encontra-se a do químico Carlos Cardini, colega no Instituto de Pesquisa Bioquímica da Fundação Campomar. O enriquecimento da incorporação de sua palavra para o desenvolvimento da própria polêmica - mas também para seu estudo - é evitar o desequilíbrio de vozes que representam as diferentes posições. Enquanto Cardini prontamente assume o risco envolvido no caráter “unilateral” que teriam as conclusões de dois profissionais da mesma área, rapidamente ele garante que as razões de Cabib e as suas próprias não são excepcionais, mas as mais comuns na área.

Cardini enfrenta as duas questões centrais da polêmica. A primeira, por meio de um raciocínio cujas premissas são: a) a especialização científica tem feito proliferar as publicações atuais que estão em constante crescimento, b) uma biblioteca não pode contê-las em sua totalidade e o pesquisador, por sua vez, tem a dificuldade dupla de lê-las e conseguir que “seus trabalhos sejam lidos por outros cientistas”. A conclusão lógica é que o pesquisador apela para publicar em revistas de máxima difusão. O corolário desse fenômeno é duplo: enquanto essas publicações monopolizam o melhor da produção mundial, as

---

<sup>10</sup> Em suma, ele aponta: “Me parece difícil melhorar muito o nível das revistas científicas nacionais”, “Acredito que é quase impossível decidir quando uma obra é original ou não”, “Parece lógico deixar a taxonomia fora da discussão”, entre outros (CABIB, 1961a, p. 53).

locais ou periféricas “publicadas em várias línguas”, não contam com grandes contribuições e são muito menos lidas (CARDINI, 1961, p. 53).

A segunda questão, já levantada por Cabib, aponta para a impossibilidade de apoiar uma revista local especializada e de leitura forçada no exterior por causa da qualidade insuficiente de nossa produção. O argumento com que Cardini busca corroborar sua hipótese reside em sua experiência como um membro de comitês científicos e, assim, na convicção de que um grande número de trabalhos publicados na Argentina não tinha sido aceito no exterior. Então, por meio da introdução de um raciocínio contrafactual, Cardini (1961, p. 54) imagina que, se os candidatos tivessem sido encorajados a produzir seus trabalhos para uma revista estrangeira de nível, provavelmente “teriam feito algo mais produtivo”<sup>11</sup>. Em outras palavras, o órgão de difusão selecionado influenciaria no esforço dos autores para garantir a qualidade de seu artigo, o que criaria um círculo que se retroalimenta entre as representações que o pesquisador tem sobre o valor de revistas locais e aquelas sobre o valor de suas próprias produções.

A partir do que foi mencionado até aqui, pode ser confirmado que Cabib e Cardini estão dispostos a fazer trabalho profundo e desconfortável de autocrítica para o desenvolvimento científico argentino e difusão, e não temem expor, de modo frio e contundente, os obstáculos e as causas. Da perspectiva oposta, e apesar das concessões ou pontos de coincidência, os argumentos e dados oferecidos estão entrelaçados com sentimentos de indignação e com lugares emocionais ligados ao patriotismo e ao orgulho da ciência nacional.

## 5. Outubro de 1961. A continuidade do dissenso

Sete meses após a referida troca de correspondências, a polêmica terá um novo e último capítulo nas páginas da CEI. Quem abre o jogo agora é Máximo Barón, membro do Laboratório de Pesquisas Químicas Atanor. Ele introduz o diálogo com Cabib por meio de movimentos concessivos que, nesse caso, são articulados a diferentes tipos de elogios. Iniciar uma discussão dessa envergadura, tal como fez Cabib, supõe um esforço “louvável” e emitir uma opinião independente e exposta à crítica pública é “algo digno de mérito”,

---

<sup>11</sup> Angenot (2016, p. 46) tem questionado o uso do raciocínio contrafactual nos argumentos devido à impossibilidade de extrair conclusões práticas ou correções fundamentadas a partir de uma proposição contrária aos fatos.

ainda mais, trata-se de uma “atitude rara em nosso meio no qual a prevalecem censuras particulares” (BARÓN, 1961, p. 443). Barón aceita as deficiências de revistas locais (excesso, frequência irregular, conteúdo pobres, atraso) e o fato de que não cumprem sua missão básica: informar o que acontece (e que deve ser feito) nos centros científicos argentinos. Entretanto, similar a intervenções anteriores, o conectivo adversativo prontamente é utilizado para introduzir o distanciamento: “No entanto, não acredito que a maneira de corrigir esta situação seja eliminar as revistas”, confirma Barón (1961, p. 443). Seu alvo de ataque é também a sugestão da revista única e, por meio de uma dissociação do par de “aparência / realidade”<sup>12</sup>, defende que “a aparente utilidade desta solução” não considera alguns fatos que, embora talvez sejam pouco evidentes, não por essa razão, “deixam de ser menos reais”.

Tais fatos implicam: 1) uma prova forjada por meio de um dado verificável: efetivamente há conhecimento das revistas argentinas no exterior. Como evidenciado pelos *Chemical Abstracts* (mesma fonte utilizada por Cabib), os *Anais da Associação Química Argentina* chegam a 20 bibliotecas dos EUA e os *Anais da Sociedade Científica* chegam a 40, números não menores que as assinaturas de revistas europeias (*Anales de la Real Sociedad de Física y Química de Madri* ou da *Gazzeta Chimica Italiana*). 2) Um raciocínio: por razões econômicas, os editores tendem a preferir publicar revistas de maior circulação que os periódicos acadêmicos (esportivas, por exemplo). Ao contar com menos recursos, os editores dedicados à pesquisa demoram mais para publicar. De qualquer forma, defende Barón, esses tempos são semelhantes nos âmbitos nacional e internacional - entre seis e dez meses. No entanto, a reedição da única revista levará a um atraso maior, uma dificuldade que será exacerbada pela falta de pressa que os autores terão de reimprimir seus textos. 3) A antecipação de uma consequência: a revista única aprofundará mais o isolamento que existe atualmente na produção científica argentina. Ao contrário de Cardini e Cabib, Barón argumenta que a intenção de publicar no exterior é parte do desejo dos cientistas argentinos de não expor suas pesquisas a considerações e críticas - mesmo construtivas - de colegas locais. Acrescenta-se a isso que, por não haver um diálogo fluido entre nossos

---

<sup>12</sup> Como em outros pares filosóficos, no par aparência/realidade, explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1989, pp. 633-635, 640), o segundo termo fornece uma regra que desqualifica os aspectos errôneos e duvidosos do primeiro termo e, a partir daí, estabelece as hierarquias e os critérios que determinam uma visão do mundo. N.T. Na edição brasileira (1999 [1958]), as referências encontram-se às pp. 472-502

pesquisadores e os estrangeiros, não há interesse do exterior em publicar no país, o que resultaria no empobrecimento de nossos periódicos.

Barón acredita haver uma contradição no raciocínio de Cabib, o qual havia argumentado que os trabalhos de qualidade são publicados no exterior e, ao mesmo tempo, que a produção de textos em centros argentinos é insuficiente para uma revista de alto nível. Baron (1961, p. 444), então refuta que se este último fosse verdade, não seriam “tão numerosos os trabalhos aceitos pelas principais revistas de alto nível”. A falha na confrontação ao raciocínio de Cabib é que ele não havia indicado que esse número era alto, então a objeção a ele não teria fundamento.

Se o principal problema para Barón (1961, p. 445) é a “sensação de isolamento que durante tanto tempo afetou a ciência argentina”, então sua solução reside em estimular as revistas locais que, efetivamente, efetivamente alcançado certo nível e não temam rejeitar trabalhos insuficientes. Para que esse número de publicações sérias alcance editores relevantes, propõe que sejam concedidos subsídios temporários (até que a divulgação internacional as torne dignas de crédito por sua qualidade). Mas ele sugere que essas revistas não se atomizem - outro defeito recorrente - mas que aceitem artigos (desde que sejam nível, é claro) para qualquer um dos ramos envolvidos na disciplina. Dado que o Conicet possui membros qualificados, deve ser o órgão indicado para selecionar os periódicos a serem subsidiados e financiar o projeto.

Pela última vez, CEI dá voz a Cabib, que reconhece e, reciprocamente, elogia também o seu interlocutor, em função da “virtude” que envolve suas “observações fundamentadas” e seus “dados concretos”. A objeção, entretanto, é que “eles partem dos conceitos equivocados” (CABIB, 1961b, p. 445). De modo sintético, refuta o argumento quantitativo sobre a subscrição de revistas locais em bibliotecas internacionais. Para Cabib, um número de referência é, por exemplo, as 213 bibliotecas nas quais o *Journal of Biological Chemistry* é distribuído, uma publicação que efetivamente promove a “real circulação internacional”. Desconstrói a falsa contradição que Baron lhe atribui. E, finalmente, questiona o apoio que o Conicet deve dar aos periódicos científicos, pelo menos até que não haja razões convincentes para corroborar a importante missão que essas publicações cumprem.

Após a conclusão deste capítulo final da polêmica, os editores da CEI, que até aquele momento haviam se limitado a divulgar as posições

antagônicas, formularam uma reflexão final em que confirmam que – para além da polêmica – as revistas têm seguido seus caminhos tradicionais. Além disso, eles também introduzem um ponto pouco discutido durante o intercâmbio: o papel da imprensa científica frente aos problemas de nossa sociedade atual. Em sua opinião, os institutos científicos argentinos e seus órgãos de difusão estão afastados dos conflitos que impedem o progresso do país. Sentenciam, então, que a ciência argentina deveria atingir altos patamares conceituais, mas “baseada nas realidades que nos apresenta o solo nacional” (CEI, 1961, p. 538).

Entre outras consequências atuais do interesse em publicar em revistas internacionais, observou-se a dificuldade de acesso aos conhecimentos ou resultados de pesquisa sobre questões locais por aqueles que deveriam ser seus destinatários naturais (NAVARRO, 2001)<sup>13</sup>. Interessa acrescentar que a busca de legitimidade e prestígio envolvida na publicação de resultados a partir dos grandes centros de pesquisa mundial impossibilita observar o quão enriquecedor, em termos de pensamentos e reflexões, pode ser o fato de publicação no país ou na região um trabalho de interesse comum. Se pensamos nos diálogos, nas controvérsias e, inclusive, nas polêmicas como motores de conhecimentos e ideias, (para além do desacordo final), perguntam-nos, então, que debates e polêmicas podem ser alcançados em problemas localizados em áreas mais distantes e afastadas das discussões propostas?

Em relação à controvérsia suscitada, conclui a CEI (1961, p. 538), ainda é necessário abrir novos caminhos e um amplo debate nas reuniões e na imprensa, “a questão das revistas científicas nacionais deve ser repensada de novo”, porque - como é típico de toda polêmica – “ficou sem solução”.

### Considerações finais

Dois anos após a fundação do Conicet (1958), os textos que compõem esta polêmica explicitam uma série de dificuldades inerentes à divulgação científica argentina. Enquanto Bernardo Houssay refletia nas décadas de 1930 e 1940 sobre a importância de uma cooperação científica sul-americana, laços de amizade com as instituições “da América Espanhola e do Brasil” (1936b),

---

<sup>13</sup> Em termos linguísticos, uma sequela para o espanhol (e para outras línguas “periféricas” da ciência), como efeito da proliferação de artigos em inglês, reside nas limitações da inovação lexical, do vocabulário especializado e até mesmo de gêneros discursivos específicos (ALCINA CAUDET, 2001, ARNOUX, 2015).

compreendia que os avanços dos países fraternos repercutiam positivamente no progresso e reputação de uma ciência regional; nestas páginas prevalece uma visão dependentista de endosso e da difusão provenientes dos principais centros científicos.

Ao longo do trabalho observou-se o mecanismo argumentativa da polêmica por meio do uso de estratégias lógicas (raciocínios, dados quantitativos) e emocionais (depreciação da condição emocional do interlocutor), bem como algumas premissas (lugar da quantidade, valor do útil) e técnicas argumentativas (par filosófico e antitético); e foi dada atenção a certas características da dimensão enunciativa (uso de expressões modalizadoras, articulação de enunciados concessivos e adversativos) em função da análise do confronto. É possível ver como as respostas de Cabib, voz que opera como eixo discursivo, pois é o único que responde às intervenções opostas a seu ponto de vista, adaptam-se e reproduzem os recursos e a lógica das considerações anteriormente recebidas. Assim, o grau de confronto recebido (do “ataque cordial” – ou, ainda mais “elogioso” à desclassificação explícita) reflete-se na formulação de suas respostas. Da mesma forma, procura refutar e contra-argumentar com dados quantitativos concreto às perguntas feitas a partir dessa lógica. Atento às interpretações errôneas de seus enunciados, Cabib expõe a “confusão” ou os mal-entendidos de seus opositores no desenvolvimento de uma polêmica na qual, sem deixar de primar pelo dissenso, manifestam-se a leitura atenta e intercâmbio lógico de ideias. Para além da reflexão argumentativa, entendo que esta controvérsia nos desafia, pesquisadores e cientistas atualmente ativos, particularmente aqueles que produzimos nosso trabalho em diferentes idiomas ou em espaços distantes das grandes potências científicas. Talvez permita que comecemos a nos perguntar sobre a o caráter determinante dos critérios que vinculam a qualidade, o prestígio, o interesse e os impactos das pesquisas realizadas em função da área em que são publicadas ou na língua em que são produzidas.

### Fontes

BARÓN, M. ¿Deben publicarse revistas científicas en la Argentina? **Ciencia e Investigación**, Buenos Aires, t. 17, n. 10, p. 443-445, oct. 1961.

BURKART, A. ¿Deben publicarse revistas científicas en la Argentina? **Ciencia e Investigación**, Buenos Aires, t. 17, n. 3, p. 52-53, mar. 1961.

CABIB, E. ¿Deben publicarse revistas científicas en la Argentina? **Ciencia e Investigación**, Buenos Aires, t. 16, n. 7, p. 247-249, ago. 1960.

CABIB, E. ¿Deben publicarse revistas científicas en la Argentina? **Ciencia e Investigación**, Buenos Aires, t. 17, n. 3, p. 53, mar. 1961a.

CABIB, E. ¿Deben publicarse revistas científicas en la Argentina? **Ciencia e Investigación**, Buenos Aires, t. 17, n. 10, p. 445, oct. 1961b.

CARDINI, C. ¿Deben publicarse revistas científicas en la Argentina? **Ciencia e Investigación**, Buenos Aires, t. 17, n. 3, p. 53-54, mar. 1961.

CATTÁNEO, P. ¿Deben publicarse revistas científicas en la Argentina? **Ciencia e Investigación**, Buenos Aires, t. 17, n. 3, p. 50-52, mar. 1961.

MEYER, T. ¿Deben publicarse revistas científicas en la Argentina? **Ciencia e Investigación**, Buenos Aires, t. t. 17, n. 3, p. 49-50, mar. 1961.

CIENCIA E INVESTIGACIÓN, Buenos Aires, t. 17, n. 10, p. 538, oct. 1961.

## Referências

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.1, p. 129-144, 2011.

AMOSSY, Ruth. Por una retórica del *dissensus*: las funciones de la polémica. In: MONTERO, Ana Soledad. (comp.). **El análisis del discurso polémico**. Prometeo: Buenos Aires, 2016. p. 25-38.

ANGENOT, Marc. Diálogos de sordos: tratado de retórica antilógica. In: MONTERO, Ana Soledad. (comp.). **El análisis del discurso polémico**. Prometeo: Buenos Aires, 2016. p. 39-54.

ARNOUX, Elvira Narjava de. Minorización lingüística y diversidad: en torno al español y al portugués como lenguas científicas. **Anais do Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística**. Brasília: Iphan, 2015. p. 290-306.

ALCINA CAUDET, María Amparo. El español como lengua de la ciencia y de la medicina. **Panace@**, Córdoba, v. 2, n. 4, jun. 2001. Disponível em: <http://www.medtrad.org/panacea/PanaceaAnteriores.htm>. Acesso em: 5 fev.2018.

BUCHBINDER, Pablo. **Historia de las universidades argentinas**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

GAVIOLA, Enrique. Carta del Presidente de la Asociación Física Argentina al Presidente de la República. **Ciencia e Investigación**, Buenos Aires, t. 3, n. 4, p. 116-118, mar. 1948.

HAMEL, Rainer Enrique. El campo de las ciencias y la educación superior entre el monopolio del inglés y el plurilingüismo: elementos para una política del lenguaje en América Latina. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 52 n. 2, jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/issue/archive>. Acesso em: 20 fev.2018

HOUSSAY, Bernardo. Santiago Ramón y Cajal. In: BARRIOS MEDINA, Ariel. (comp.). **Escritos y discursos del Dr. Bernardo Houssay**. Buenos Aires: Eudeba, 1989 [1934]. p. 428-432.

\_\_\_\_\_. Discurso en la comida de los delegados al Tercer Centenario de la Universidad de Harvard. In: BARRIOS MEDINA, Ariel. (Comp.). **Escritos y discursos del Dr. Bernardo Houssay**. Buenos Aires: Eudeba, 1989 [1936a]. p. 574-575.

\_\_\_\_\_. Discurso al asumir la presidencia de la Academia Nacional de Medicina. In: BARRIOS MEDINA, Ariel. (Comp.). **Escritos y discursos del Dr. Bernardo Houssay**. Buenos Aires: Eudeba, 1989 [1936b]. p. 569-573.

\_\_\_\_\_. Obstáculos y estímulo a la investigación científica. In: BARRIOS MEDINA, Ariel. (comp.). **Escritos y discursos del Dr. Bernardo Houssay**. Buenos Aires: Eudeba, 1989 [1958]. p. 348-358.

\_\_\_\_\_. El presente y el porvenir de la fisiología. In: BARRIOS MEDINA, Ariel. (comp.). **Escritos y discursos del Dr. Bernardo Houssay**. Buenos Aires: Eudeba, 1989 [1959]. p. 212-220.

HURTADO, Diego; BUSALA, Analía. De la movilización industrial a la Argentina científica: La organización de la ciencia durante el peronismo (1946-1955). **Revista Da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.sbhc.org.br/revistahistoria/public>. Acesso em: 20 fev. 2018.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. La divulgación como estrategia de la comunidad científica argentina: la revista *Ciencia e Investigación* (1945-48). **Redes**, Quilmes, a. 9, n. 18, 2001. Disponível em: <http://iec.unq.edu.ar/index.php/publicaciones/revista-redes>. Acesso em: 20 fev. 2018.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. La polémique et ses définitions. In: GELAS, Nadine; \_\_\_\_\_. (ed.). **Le discours polémique**. Lyon: PUL, 1980. p. 3-40.

\_\_\_\_\_. Sarkozy polemista: la “descalificación cortés” del adversario. In: MONTERO, Ana Soledad. (comp.). **El análisis del discurso polémico**. Prometeo: Buenos Aires, 2016. p. 97-122.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. (ed.). **Dictionnaire d'analyse du discours**. París: Seuil, 2002. [Tradução em português: MAINGUENEAU, Dominique;

CHARAUDEAU, Patrick (org.). **Diccionario de análise do discurso**. Contexto : São Paulo, 2006.]

MONTERO, Ana Soledad. La polémica y lo polémico. Palabras preliminares. In: \_\_\_\_\_. (comp.). **El análisis del discurso polémico**. Prometeo: Buenos Aires, 2016. p. 9-22.

MONTES DE OCA, Leopoldo. Discurso del Vice-Presidente de la Nueva Escuela de Medicina. In: CANTÓN, Eliseo. **La facultad de medicina y sus escuelas**. Buenos Aires: Casa Editora Coni. 1921 [1852]. p. 263-264.

NAVARRO, Fernando A.. El inglés, idioma internacional de la medicina. Causas y consecuencias de un fenómeno actual. **Panace@**, Córdoba, v. 2, n. 3, mar. 2001. Disponível em: <http://www.medtrad.org/panacea/PanaceaAnteriores.htm>. Acesso em: 5 fev.2018.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de la argumentación. La nueva retórica**. Traducción española: Julia Sevilla Muñoz. Madrid: Gredos, 1989. [Tradução em português: PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tradução: Maria Ermantina Galvão. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1999].

PLANTIN, Christian. De polemistas a polemizadores. In: MONTERO, A. (Comp.). **El análisis del discurso polémico**. Prometeo: Buenos Aires, 2016. p. 67-82.

RAMOS MEJÍA, José María. **Estudios Clínicos de enfermedades nerviosas y mentales**. Buenos Aires: Félix Lajouane, 1893.

YANGUAS, Josefina. Eduardo Braun Menéndez y las publicaciones científicas. In: PEÑA, Ignacio (ed.). **Eduardo Braun Menéndez. Ciencia y conciencia. Una vida inspiradora**. Buenos Aires: Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva, 2015. p. 94-97.

## Tradução

Alexandre Marques Silva

Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo

## Forma de citação sugerida

von STECHER, Pablo. Discurso e polêmica sobre a publicação de revistas científicas na Argentina (1960). Tradução: Alexandre Marques Silva. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 17, p. 103-121, jul./dez.2018. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-17-1899](https://doi.org/10.17648/eidea-17-1899).

## Argumentação e ensino: a mediação da teoria semiolinguística do discurso

**Patricia Ferreira Neves Ribeiro**

Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.  
[patricianeves@id.uff.br](mailto:patricianeves@id.uff.br)

**Diniz Duarte de Souza Duarte de Souza**

Mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.  
[dinizduartes@gmail.com](mailto:dinizduartes@gmail.com)

**Resumo:** À luz dos pressupostos do contrato comunicativo oferecidos pela Teoria Semiolinguística do Discurso e do ensino organizado por uma Sequência Didática, apresentamos, neste estudo, uma abordagem teórico-metodológica que leva o alunado ao aprimoramento efetivo de sua capacidade de comunicação na modalidade escrita da língua sob o modo de organização argumentativo. Para a construção da Sequência Didática proposta neste trabalho, pautamo-nos não só nas contribuições de Charaudeau (2004) e Schneuwly e Dolz (2011), relativamente ao conceito de gênero discursivo, como também nas de Charaudeau (2014) e Emediato (2007) concernentes a aspectos teóricos relativos ao parâmetro consistência argumentativa. Como resultado da pesquisa empreendida em uma turma do primeiro ano do Ensino Médio de uma escola pública de Niterói – RJ, comprovamos os acertos de um ensino de produção textual argumentativa baseado em uma Sequência Didática fomentada por pressupostos semiolinguísticos.

**Palavras-chave:** Semiolinguística. Sequência didática. Carta de leitor. Consistência argumentativa.

**Abstract:** Based on presuppositions of the communicative contract offered by the Semiolinguistic Theory of Discourse and of a teaching organized by a Didactic Sequence, we present, in this study, a theoretical-methodological approach that leads the pupil to the effective improvement of his or her communication capacity in the written form of the language under the mode of argumentative organization. To construction of the Didactic Sequence proposed within this work, we have not only the contributions of Charaudeau (2004) and Schneuwly and Dolz (2011), but also of Charaudeau (2014) and Emediato (2007) concerning theoretical aspects related to the argumentative consistency parameter. As a result of the research carried out in a high school class of a public school in Niterói - RJ, we verified the correctness of a textual argumentative production teaching based on a didactic sequence fostered by semiolinguistic assumptions.

**Keywords:** Semiolinguistic. Didactic Sequence. Reader's letter. Argumentative consistency.

## Introdução

Os mais recentes índices apresentados no escopo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no que se refere à produção textual argumentativa do alunado brasileiro, têm se revelado bastante negativos. Em 2017, por exemplo, apenas 53 alunos, em um total de 4.725.330, alcançaram a nota máxima na redação, enquanto cerca de 309.157 estudantes obtiveram nota zero em suas produções textuais. Descontadas as críticas e ponderações que se possa fazer ao exame focalizado e aos resultados decorrentes, o presente trabalho configura-se, em vista dessa problemática, como uma pesquisa que se preocupa com o ensino de produção textual na educação básica. No bojo dessa preocupação mais específica, o texto é tomado segundo a concepção postulada pelo pesquisador francês Patrick Charaudeau, segundo a qual é “o resultado de uma combinação de certas condições de produção com operações de discursivização, isto é, com operações de construção do discurso” (2005, p. 68).

Nessa direção, este trabalho trata da linguagem em dimensão discursiva, não sendo as ações linguísticas abordadas meramente em relação ao funcionamento gramatical. Antes, tais ações são consideradas na correlação que estabelecem com aspectos sociais e históricos. Neste estudo, são consideradas, dessa forma, tanto as condições de produção quanto as operações de discursivização em jogo na atividade de construção textual.

Diante disso coloca-se uma questão essencial a esta pesquisa centrada sobre a interface argumentação, discurso e ensino: “Como interceder para que se possa ampliar a competência comunicativa dos alunos em modalidade escrita estruturada segundo o modo argumentativo do discurso?”. Neste estudo, partimos da suposição de que o ensino da argumentação escrita, mediado pelo conhecimento das restrições atinentes a determinado contrato comunicativo que a preside, pode auxiliar o educando a se expressar melhor. Ancorado nessa hipótese, o presente trabalho visa refletir sobre mecanismos contratuais que possam ajudar os educandos a desenvolverem sua capacidade de produzir textos escritos filiados ao modo argumentativo e oferecer uma forma prática de ensino de produção textual pautada na superação dos principais problemas encontrados nas produções dos estudantes.

À luz dos pressupostos do contrato comunicativo oferecidos pela Teoria Semiolinguística do Discurso, do linguista francês Patrick Charaudeau, e de um

ensino organizado por uma Sequência Didática, advindo dos estudos do grupo de Genebra, liderado por Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz, apresenta-se, nesta pesquisa, uma abordagem teórico-metodológica que leva o alunado ao aprimoramento efetivo de sua capacidade de comunicação, na modalidade escrita da língua, organizada segundo o modo argumentativo e filiada ao gênero discursivo carta de leitor.

O cenário eleito para esta pesquisa é o Colégio Estadual Leopoldo Fróes, situado na cidade de Niterói-RJ. Embora o estudo tenha se centrado sobre uma turma do primeiro ano do Ensino Médio, com cerca de trinta alunos, apresentamos, neste artigo, os resultados concernentes às produções de um dos discentes da turma, resultados esses que mapeiam, em termos gerais, o que foi alcançado pelo grupo em sua totalidade. Visando comprovar a nossa hipótese, aplicamos uma Sequência Didática integrada pelas postulações teóricas da Análise Semiolinguística do Discurso, com vistas à produção do gênero discursivo carta de leitor. O objetivo da aplicação da Sequência Didática, por nós, elaborada e aplicada, é provar que os pilares da Semiolinguística, integrados à referida Sequência, podem auxiliar no ensino da produção textual e contribuir para a inserção cultural e social do aprendiz.

Quanto à construção da Sequência Didática propriamente dita, destacamos dois operadores didáticos fundamentais à realização do trabalho, a saber: o gênero discursivo *carta de leitor* e o tema transversal *Ética*. O gênero carta de leitor foi escolhido por ser um gênero por meio do qual os alunos podem manifestar um ponto de vista e expressar seus sentimentos sobre determinado assunto. Já a escolha do tema encontrou justificativa na própria orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (2001), mencionado como um que deve ser trabalhado em aula por sua larga importância social. Sendo esse um tema bastante abrangente, considerou-se a necessidade de focalizá-lo à luz de alguma especificação. Dentre as inúmeras possibilidades encontradas, elegemos o tema mais específico da *Violência*, declarado pelos alunos da turma em análise como em larga evidência nos jornais da atualidade e nas conversas e realidade cotidiana dos próprios estudantes. Na discussão sobre a questão da *Violência* – que se põe como infração àquilo que orienta a boa conduta humana – o tema transversal *Ética* emerge necessariamente.

## 1. A construção do trabalho: aspectos teórico-metodológicos

Neste trabalho, buscamos, pelo fio de uma Sequência Didática centrada sobre o gênero carta de leitor, ajudar o aluno a compreender as condições que devem iluminar seus comportamentos linguageiros no momento da confecção de textos escritos. O reconhecimento da influência do gênero na prática de linguagem e o conhecimento dos comportamentos que ele demanda são extremamente relevantes para que o alunado possa visualizar e pensar sobre o contexto e o propósito de cada ato de linguagem e as formas linguísticas a serem acionadas em correspondência. Todavia, vale ressaltar que uma abordagem discursiva do ensino de produção textual, feita por intermédio do gênero, demanda uma sistematização.

A Sequência Didática trata-se de “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2011, p. 97), sendo a metodologia de ensino, por intermédio da Sequência Didática, baseada no pressuposto de que o gênero é o alicerce da aprendizagem, em correspondência ao contrato comunicativo de base.

A apresentação da situação é o momento inicial da Sequência Didática e tem os seguintes propósitos: a) compartilhar a proposta de trabalho junto aos alunos, levando-os a compreenderem a situação de comunicação na qual devem agir; b) sondar o conhecimento prévio dos alunos sobre os aspectos de organização do gênero a ser trabalhado e do conteúdo a ser tratado; c) ler diferentes textos do gênero escolhido, a fim de fornecer aos alunos informações necessárias do projeto comunicativo visado, relativamente às características do gênero e ao tema.

Segundo os autores, a apresentação da situação inicial é facilitada se o professor propuser projetos efetivamente realizáveis. De acordo com Schneuwly, Noverraz e Dolz (2011, p, 84), ao término desta etapa, o aluno deve estar apto a responder às seguintes perguntas: “Qual é o gênero abordado?”, “A quem se dirige a produção?”, “Que forma assumirá o texto?” e “Quem participará da produção?”. Sob esses questionamentos, o professor pode, a nosso ver, abordar o gênero com base nos pressupostos da Teoria Semiolinguística do Discurso. Nesta reflexão, o docente terá a possibilidade de discutir a respeito das regras e restrições que envolvem dado gênero textual/discursivo à luz dos conceitos advindos do contrato de comunicação, definido no seio da Semiolinguística como “conjunto de condições nas quais

se realiza qualquer ato de comunicação” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.132), sendo essas condições definidoras do gênero.

Ao produzir um texto, o aluno deve estar consciente não só de sua atuação discursiva, como também da de seu destinatário. O educador pode levar o educando a pensar sobre o “EU” e o “TU” do circuito interno de encenação comunicativa envolvidos em determinado contrato comunicativo. Além disso, o docente tem a oportunidade de dar ênfase à finalidade do texto e ao modo de organização correspondente. O segundo momento desta primeira etapa é a dimensão dos conteúdos. O educador poderá iniciar um debate e apresentar o que pessoas célebres pensam sobre o tema focalizado. Neste instante, o professor pode trabalhar à luz de Semiologia ao levar o aluno a pensar sobre a legitimidade e a credibilidade de determinada personalidade. Tal reflexão pode ser associada a uma discussão sobre a temática e ajudar o aluno a produzir o texto de maneira mais reflexiva e profunda. Sendo assim, esse momento inaugural pode estar intrinsecamente relacionado aos conceitos semiológicos, visto que os propósitos estruturados nesse nível da Sequência Didática podem ser alicerçados pelos pressupostos teóricos da Análise do Discurso.

Após a apresentação da situação inicial, o aluno fará sua primeira produção, sendo esse o segundo passo da Sequência Didática. Os estudantes poderão elaborar um texto oral ou escrito que servirá como referência para o professor entender a situação da turma. Já, nos módulos (etapas subsequentes), a superação dos problemas apresentados anteriormente será trabalhada de forma minuciosa. Nesse estágio, o educador apresentará tarefas orais ou escritas que desafiem os alunos e os ajudem a vencer as dificuldades. Sob esse prisma, destaca-se que três pontos devem nortear a construção dos módulos: as dificuldades de expressão oral e escrita; a aplicação de exercícios variados; a capitalização das aquisições (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2011, p.88). Neste contexto, o professor pode levar o estudante a refletir sobre as características que envolvem a situação dada e, dessa forma, pensar sobre o gênero discursivo e o contrato comunicativo de base.

A presença de conhecimentos advindos de uma abordagem Semiológica do Discurso parece ser de grande valia nesta etapa inicial dos módulos, como os relacionados a algumas questões atinentes à representação da situação comunicativa, a saber: “Para quem escrevo?”, “Para que escrevo?”, “Como escrevo?” e “De onde escrevo?”. Trazer tais questionamentos à tona, nesse momento inaugural do primeiro módulo da

Sequência Didática, auxiliará o educando a refletir sobre as restrições e as estratégias discursivas típicas da situação comunicativa em que o aluno encontre-se inserido, ajudando-o a se expressar melhor, a aperfeiçoar suas habilidades linguísticas e a desenvolver um olhar crítico sobre o texto.

Na coordenação entre preocupações voltadas à representação da situação comunicativa, à elaboração dos conteúdos, ao planejamento e à realização do texto com a aplicação não só de atividades de observação e de análise de textos e de tarefas simplificadas de produções de textos, como também de aquisição de uma tomada de consciência sobre o gênero, está o delineamento dos módulos de uma Sequência Didática.

Por fim, a última etapa da Sequência Didática é a produção final. Neste momento, o educando terá a oportunidade de colocar em prática o conhecimento adquirido ao longo da Sequência. Vale lembrar que a fase final serve como apreciação do aprendizado não somente para o professor, mas principalmente para o aluno.

Para melhor elucidação do passo a passo da Sequência Didática elaborada para esta pesquisa, apresentamos o Quadro 1:

**Quadro 1 – Sequência didática**

<b>Etapa</b>	<b>Produção escrita analisada</b>	<b>Abordagem</b>
Situação inicial	Produção Textual (1): Carta à Marizete.	Debate sobre o tema./ b) Produção textual a partir do conhecimento prévio.
Produção Inicial	Produção Textual (2): Carta de leitor sobre a <i>Eutanásia</i> .	Debate sobre o tema e o gênero./b) Produção textual a partir das discussões realizadas em aula.
Módulo 1 e Módulo 2	Exercícios e Produção Textual (3) referentes à consistência argumentativa: Carta de leitor sobre a <i>Violência Urbana</i> .	Debate sobre o tema, o gênero e as produções anteriores./ b) Produção textual a partir das discussões realizadas em aula e dos exercícios propostos.
Produção Final	Produção Textual (4): Carta de leitor sobre a <i>Origem da violência e seu crescimento</i> .	Debate sobre o tema, o gênero e as produções anteriores./ b) Produção textual a partir das discussões realizadas e dos exercícios propostos durante toda a aplicação da Sequência Didática.

Fonte: elaboração própria

As produções iniciais do estudante focalizado, aqui ficticiamente denominado por Anderson, mostraram a necessidade de se centrar o trabalho, sobretudo, sobre a consistência argumentativa, concernente ao

espaço da finalidade e do propósito temático. A consistência argumentativa, neste trabalho, está sendo tomada no sentido de um respeito à macroestrutura da construção argumentativa e a um aprofundamento de argumentos. Tal consistência está considerada no âmbito do modo de organização argumentativo, o que para Charaudeau (2014, p. 207) significa que “a argumentação é o resultado de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem finalidade persuasiva”. Ainda a consistência argumentativa está sendo vista no escopo do modo de tematização, o que, para o teórico, quer dizer a seleção e desenvolvimento do tema e de temas mais específicos no interior da argumentação, com base em saberes de crença e de conhecimento.

No próximo momento da pesquisa, elucidaremos os problemas e avanços detectados a partir da análise das produções textuais de um aluno da turma, com vistas a conferir as possíveis aquisições capitalizadas no bojo de um trabalho respaldado em princípios teóricos da Semiologia e em procedimentos oriundos da Sequência Didática.

## **2. A construção da análise: argumentações mediadas**

A análise das produções textuais será feita detalhadamente uma a uma, respeitando-se as etapas da Sequência Didática em que foram produzidas.

De acordo com Charaudeau (2005, p.16), “Todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros (quer estejam diante um do outro ou não)”. Em uma situação comunicativa, os sujeitos são dotados de intencionalidade, sendo assim, o discurso não é construído de maneira arbitrária. Na troca entre os parceiros supramencionada, há, permanentemente, repertório cultural em circulação e um sujeito em busca de persuadir o outro.

Durante a produção de uma carta de leitor, o outro parceiro (leitor) não está presente fisicamente. Sendo assim, os estudantes – ao serem alçados à condição de enunciadores de cartas de leitor – têm tempo para refletirem sobre um princípio básico da comunicação: a finalidade. Ao escreverem seus textos, os alunos devem sempre se fazer a seguinte pergunta: “Estamos aqui para dizer ou fazer o quê?” (CHARAUDEAU, 2005, p.19). Ao pensar sobre essa pergunta e mobilizar recursos linguageiros correspondentes à resposta dada, acreditamos que os estudantes acabem por conferir mais consistência aos seus textos.

Ao avaliar a (in)consistência argumentativa nas produções textuais do estudante Anderson, fundamentaremos os nossos critérios nas definições de Charaudeau (2014) quanto ao modo de organização argumentativo do discurso. Primeiramente, o linguista afirma que o modo argumentativo “está em contato apenas com um saber que tenta levar em conta a experiência humana, através de certas operações do pensamento” (2014, p.201). Além disso, podemos notar a importância de saber argumentar consistentemente, pois “uma argumentação pode ser anulada em seu próprio fundamento ou, em todo caso, anulada em sua validade. A argumentação desaparece sob a contestação se não logra superá-la.” (2014, p.201).

Tendo em vista a relevância de uma argumentação consistente, Charaudeau (2014, p.205) descreve os elementos necessários para isso, afirmando que a argumentação é definida segundo uma relação triangular entre:

- uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento, em alguém, quanto à sua legitimidade (um questionamento quanto à legitimidade da proposta).
- um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento (convicção) e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade (quer seja próprio ou universal, quer se trate de uma simples aceitabilidade ou de uma legitimidade) quanto a essa proposta.
- um outro sujeito que, relacionado com a mesma proposta, questionamento e verdade, constitua-se no alvo da argumentação. Trata-se da pessoa a que se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-la a compartilhar da mesma verdade (persuasão), sabendo que ela pode aceitar (ficar a favor) ou refutar (ficar contra) a argumentação.

Desta maneira, observaremos, sob este parâmetro, as características supramencionadas para uma argumentação consistente nas produções textuais do estudante eleito.

A primeira carta escrita pelo educando foi direcionada à interlocutora Marizete. Após exibição da letra da canção “O homem que não tinha nada”, de dois cantores muito presentes no cotidiano dos alunos: Projota e Negra Li, a qual conta a história de Josué, um homem trabalhador que deixou sua família para trabalhar e não retornou, pois fora vítima de assalto seguido de assassinato em uma rua da cidade, solicitou-se aos alunos que escrevessem uma carta à Marizete, esposa de Josué, acerca da violência urbana. Neste

texto, o aluno comentou sobre a fatalidade que atingiu a família da dona de casa. Anderson apresentou problemas diante da proposta do exercício, pois o estudante não escreveu uma carta para Marizete, mas um texto descrevendo o que diria à Marizete, conforme podemos observar a seguir:

Diria para ela ser forte, pois seu pai também foi; para manter a fé, independente do que houver e jamais abandonar os objetivos, buscando sempre tentar atingí-los sem derrubar ninguém para que o mundo seja um lugar melhor e nenhuma outra família passe também por uma situação trágica que ela viveu.

Ao observar a carta do estudante Anderson, podemos notar que ele expõe a seguinte tese: “Seja forte!”. Todavia, o texto do discente não é composto por argumentos que possam fortalecer ou justificar sua tese, resultando, desta maneira, em uma carta inconsistente e pouco persuasiva.

Podemos notar, na carta, que ele não desenvolve sua argumentação e isso resulta em um texto raso e sem consistência. O educando escreve que Marizete precisa ser forte porque seu pai também sempre foi. Devido a essa afirmação, surgem as seguintes questões: “Por que ela tem que ser forte igual ao pai?”, “Qual é o fundamento que explica essa afirmação?” Desta maneira, podemos perceber que seu argumento é baseado em uma relação de causalidade infundada.

Outro aspecto relevante dos trechos destacados diz respeito ao emprego de um argumento de finalidade sem fundamentação. O autor pede para que nunca abandone a sua família para que o mundo seja melhor. Então, surge um novo questionamento: “O mundo será melhor se ela não abandonar a família?”. Além dessas duas características, o discente não escreve uma conclusão para reforçar seus argumentos. Com base nesta análise, podemos perceber que o aluno precisa aprimorar sua produção textual, pois sua carta é composta por argumentos superficiais e sem uma conclusão definida.

Após essa primeira produção, o aluno escreveu uma segunda produção textual, na etapa da produção inicial, cuja transcrição vem a seguir:

11 de outubro de 2016 Eutanásia e Ortotanásia

A forma ativa e passiva da Eutanásia

A Eutanásia é um a prática que e aplica em uma pessoa com uma doença incurável e/ou estado terminal, também sendo aplicada a uma pessoa com sofrimento constante e respira por aparelhos à uma morte sem dor ou sofrimento.

Há duas práticas da Eutanásia, a Eutanásia ativa que é a aplicada à pessoas em estado terminal / sofrimento constante, e a Eutanásia passiva, que é mais conhecida como Ortotanásia, que por sua vez é uma prática onde os médicos não aplicam a morte aos pacientes que estão em sofrimento ou estado terminal, eles simplesmente “deixam” o paciente naquela agonia até morrer.

A prática da Eutanásia ativa, embora seja um crime no Brasil, deveria ser utilizada e legalizada no país, **pois existem muitas pessoas em estado vegetativo, respirando por meio de aparelhos e sofrendo. Na minha opinião, a Eutanásia é a solução, pois um ser humano não merece sofrer e a Eutanásia dá ao paciente uma morte sem dor ou sofrimento.**

A consistência argumentativa pode ser observada mais profundamente na segunda produção textual, em que o estudante apresentou sua opinião quanto à Eutanásia e evidenciou argumentos para sustentar seu posicionamento. Charaudeau (2014, p.207) afirma que argumentar é uma atividade discursiva que participa de uma dupla busca pelo sujeito argumentante. Segundo o autor, há no sujeito argumentante (os educandos) uma “busca de racionalidade” e uma “busca de influência”. A primeira busca “tende a um ideal de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo”; a segunda “tende a um ideal de persuasão, o qual consiste em compartilhar com o outro (interlocutor ou destinatário) certo universo de discurso até o ponto em que este último seja levado a ter as mesmas propostas (atingindo o objetivo da comunicação)”. Em vista disso, avaliaremos a carta do aluno levando em consideração a relação triangular (proposta sobre o mundo, sujeito argumentante e sujeito alvo) – referente à consistência argumentativa – e a dupla busca supramencionada.

A segunda carta de Anderson, cujo tema girou sobre a questão polêmica “Eutanásia: problema ou solução?”, considerada como da ordem da violência por alguns grupos, apresentou uma evolução expressiva. O discente, após a leitura de reportagens sobre a Eutanásia e as vantagens e desvantagens dessa tomada de decisão, iniciou seu texto respondendo a uma matéria (*O Globo* – 09/12/2016) sobre a Eutanásia ser considerada crime ou não e explicando – no segundo parágrafo – minuciosamente a diferença entre Eutanásia e Ortotanásia.

Ao demonstrar domínio sobre o assunto, o aluno apresenta um texto mais dotado de credibilidade. Vale lembrar que Charaudeau (2006, p.67) explica a credibilidade como a capacidade do sujeito de dizer ou de fazer. Ao demonstrar domínio sobre o assunto, o educando busca agregar credibilidade

ao seu texto, comprovar sua capacidade de escrever sobre o tema proposto e, conseqüentemente, convencer o leitor de que o seu ponto de vista é o mais apropriado.

Após apresentar as definições do tema, o discente expressa sua opinião sobre o assunto: “A prática da Eutanásia ativa, embora seja um crime no Brasil, deveria ser utilizada e legalizada no país [...]”. Em seguida, o aluno expõe seu argumento e reitera sua opinião no trecho negrito acima e transcrito a seguir: “... pois existem muitas pessoas em estado vegetativo, respirando por meio de aparelhos e sofrendo. Na minha opinião, a Eutanásia é a solução, pois um ser humano não merece sofrer e a Eutanásia dá ao paciente uma morte sem dor ou sofrimento”. Assim, o estudante demonstra seu posicionamento. Ele apresenta seu raciocínio para tentar estabelecer uma verdade (“A Eutanásia deve ser legalizada no Brasil”) quanto à proposta temática. Entretanto, sua “busca de racionalidade” e sua “busca de influência” foram comprometidas pela falta de desenvolvimento dos seus argumentos. A explicação sobre seu ponto de vista e a busca pela persuasão do interlocutor foram prejudicadas devido à superficialidade da sua argumentação.

Anderson defende a legalização da Eutanásia com base nos dados de inúmeros pacientes sofrendo em estado vegetativo que não merecem essa condição. O discente tem um argumento coerente, relevante e válido com relação à Eutanásia, todavia apenas o apresenta, mas não o desenvolve. Essa circularidade resulta em uma argumentação frágil e inconsistente.

Ao discorrer sobre a estrutura da argumentação proposta por Charaudeau, relacionada à progressão argumentativa e ao propósito temático, Wander Emediato (2007, p. 162) afirma que “não se pode argumentar bem sem apresentar, em um determinado momento, argumentos que possam ser aceitos como plausíveis e aceitáveis pelo interlocutor”. Anderson expõe seu argumento, porém não apresenta todos os alicerces necessários para uma boa argumentação, conforme defende Emediato: “A formulação dos argumentos será, portanto, a parte da argumentação relativa aos tipos de provas, à lógica dos raciocínios e princípios de explicação e justificação que fundamentam a tese ou afirmação” (2007, p.162).

Ao analisar a carta de Anderson, percebemos que o estudante apresenta uma prova consistente no texto, porém sua carta é composta por

circularidade que não aponta para o desenvolvimento da prova, conforme o trecho correspondente ao último parágrafo.

Dessa maneira, podemos perceber que há ainda muitos mecanismos linguísticos referentes à argumentação a serem desenvolvidos. Entretanto, a diferença entre a primeira e a segunda carta é notória. O estudante demonstrou um relevante progresso quanto à organização da argumentação na sua produção textual, isto é, demonstrou um amplo conhecimento sobre o conteúdo inicialmente e depois apresentou sua tese. Todavia, ele ainda precisa aprender a como utilizar os alicerces da argumentação supramencionados para que possam tornar sua produção mais consistente e agregar mais credibilidade à sua argumentação.

Na fase do módulo1, os educandos refletiram sobre alguns trechos das redações anteriores e algumas situações do dia a dia, nas quais eles precisavam convencer outra pessoa acerca de alguma ideia levantada. Neste momento, eles começaram a pensar sobre o que é uma boa e uma má argumentação em um texto. Quanto à expressão “boa argumentação”, Charaudeau (2014, p. 207) afirma que “a argumentação é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem finalidade persuasiva” e que “é nesse quadro que poderão ser utilizadas as expressões ‘desenvolver uma boa argumentação’, ‘ter bons argumentos’, ‘bem argumentar’”.

Pensando justamente nos “diferentes componentes”, após um debate sobre argumentos bons e ruins, passou-se a uma discussão sobre a argumentação presente em uma tirinha do Calvin. O objetivo desse momento inicial foi pensar sobre a importância da argumentação e as possíveis estratégias discursivas para aprimorá-la. Após esse período de reflexão sobre a argumentação, debatemos sobre o tema da aula por intermédio de vídeos e reportagens acerca de crimes cometidos por pessoas que, trajando roupas de palhaços macabros, espalhavam medo pelas ruas de grandes cidades no período noturno (*O Globo*–11/10/2016). Em vista dessa temática, pedimos aos alunos que escrevessem uma carta de leitor comentando os últimos fatos ocorridos frente aos atos dos referidos palhaços e manifestassem sua opinião sobre o assunto.

Segue a carta do discente:

1º de Novembro de 2016 O que nos torna tão violentos?

É notório ver que a violência cresceu; todos os dias vemos e ouvimos através dos meios de comunicação algum tipo de relato sobre violência que ocorreu, e na maioria das vezes esses tipos de violência são cometidos por jovens de menos de 29 anos que moram em favelas ou lugares mais desprezados pela sociedade. Mas o que os leva a estarem envolvidos com esses tipos de violência?

De acordo com Marcelo Andriotti, diretor da ONG Favela Mundo “As cidades foram segmentadas entre os que têm e os que não têm direito a itens fundamentais para um desenvolvimento pleno e sadio. [...] Tudo de melhor estava em uma parte da cidade e o restante ficava com o que sobrava. [...] Começaram a querer essas coisas também. E, se não podiam tê-las pelas maneiras tradicionais, o faziam de alguma outra forma. Dariam um “jeito”, mesmo errado. Enquanto uns baseavam o seu ser naquilo que tinham, outros o fizeram através do poder, pela força bruta.”

Como um jovem, sei como a pressão social, o almejo pelo poder, a falta de atenção dos pais e até a discriminação atrai ira à cabeça e nos deixa instáveis, o comportamento desses jovens que praticam a violência pode ser talvez até um pedido de socorro ou a busca para obter uma vida melhor por não ter direito a milhares de coisas que para alguns jovens de classe média alta é completamente acessível.

A realidade da juventude que convive em favelas é precária e assustadora, isto tudo sempre obtém certo tipo de influência, uma vez onde o destino de vários jovens é morrer de fome, por bala perdida ou por drogas já que não têm acesso a uma qualidade de educação e vida melhores.

O estudante Anderson produziu sua carta de leitor utilizando mecanismos linguísticos que organizaram o seu texto e reforçaram sua opinião. O aluno introduziu seu discurso comentando sobre a realidade em que vivemos. Em seguida, ainda no primeiro parágrafo, o discente incita o leitor a refletir sobre a temática e instaura a tese por intermédio de uma questão. Vale ressaltar que, em termos de finalidade, podemos observar respeito à macroestrutura argumentativa subdividindo o texto em: proposta, tese, argumentos e conclusão. Além disso, há já produção de maior consistência argumentativa em seu texto.

O discente começa a sua resposta mencionando um especialista que tem autoridade para tratar do assunto, o diretor da ONG Favela Mundo. Ao apresentar o depoimento de um *expert* na temática proposta, Anderson produz um efeito de autenticidade em seu texto e, conseqüentemente, escreve uma carta com maior consistência argumentativa. Quanto à citação de dados ou referências em textos, Charaudeau (2014, p.240) afirma que “a

citação consiste em referir-se, o mais fielmente possível [...] às emissões escritas ou orais de um outro locutor, diferente daquele que cita, para produzir na argumentação um efeito de autenticidade”.

Dessa maneira, podemos notar que Anderson iniciou sua carta de leitor de forma completamente diferente das anteriores, pois, nos parágrafos iniciais, o aluno conseguiu apresentar o contexto da temática, incitar o leitor à reflexão e agregar maior credibilidade e legitimidade ao texto por intermédio da citação.

Vale ressaltar que, diferentemente das cartas de leitor anteriores, o aluno foi capaz de, nesta etapa, respeitar a macroestrutura do texto; portanto, observou com sucesso os aspectos acerca da finalidade. Além disso, o estudante foi capaz de escrever uma carta com maior consistência argumentativa, respeitando, desse modo, o propósito temático.

A produção final constitui a última etapa da Sequência Didática. Nessa fase, o aluno tem a oportunidade de demonstrar, por intermédio do seu texto, os conhecimentos adquiridos ao longo de todo o processo. Em seguida, apresentamos a última carta de leitor produzida pelo estudante Anderson, no bojo da Sequência Didática implementada, cuja escritura foi motivada pela leitura de duas notícias publicadas acerca da violência em Niterói (*O Globo* e *O Fluminense* – 30/10/2016).

De onde vem a violência?

Em toda parte há violência, isso é inegável; agressões físicas, psicológicas, crimes, terror, estupro e etc. No Brasil, especificamente em Niterói, RJ, a violência tem crescido drasticamente ao longo dos anos e colocado a sociedade assustada com tudo o que tem ocorrido ultimamente. Mas de onde as pessoas ao redor do mundo tiram tanto ódio para cometer tanta violência?

A violência pode ser tanto cultural quanto biológica, vários fatos contribuem para originalizá-la em nosso meio, isso vem desde o reino animal com o macho brigando para conquistar a fêmea, e ela por sua vez defendendo o seu território de predadores que também fazem parte desse meio de violência.

De acordo com o geneticista Oswaldo Frota-Pessoa “há uma predisposição genética para a agressividade”, mas ele adverte que: “Não existe um gene que seja única e exclusivamente responsável por uma crise de cólera”. Segundo Frota-Pessoa, durante a evolução, os genes dos indivíduos de qualquer espécie que agiram mais adequadamente em relação ao meio foram perpetuados. “Por isso, como a maioria das características físicas e comportamentais normais, a predisposição para agressividade também é transmitida por um grupo de

genes”. Ou seja, estes apenas determinam a probabilidade de a pessoa ser agressiva. O resto é com a vida.

“Alguém com alta predisposição para a violência e que vive num meio violento é claro que terá maiores oportunidades de agir com agressividade, exemplifica o genecista. Mas uma educação ultra pacífica possui as chances de qualquer um ser agressivo. O ambiente e a biologia interagem.”

Logo, a violência vem tanto do berço pela nossa própria personalidade e índole como vem de onde convivemos e nosso ambiente; a educação ajuda a diminuir os impulsos agressivos, porém as características violentas tende a vir pela própria vida, como vingança ou ódio que nos leva a um patamar maior na violência que gera pessoas de personalidade fria e calculista.

O estudante começa sua carta com o seguinte título: “De onde vem a violência?”. Iniciar um texto com uma pergunta é uma estratégia com muito valor argumentativo, pois, além de incitar o leitor, a questão orienta as respostas que serão apresentadas durante o texto, conforme afirmam Koch e Elias (2016, p. 168), que concordam que mais importante do que saber responder é saber perguntar e completam dizendo que “se o espaço destinado à pergunta é no início do texto, o peso é ainda maior para essa estratégia, pois é ela quem vai orientar as respostas que não de vir no desenrolar do texto”.

Em vista desse postulado, podemos perceber que o educando iniciou seu texto com uma pertinente estratégia argumentativa. Em seguida, o discente relata o crescimento da violência na sociedade e aborda o caos que a população da sua cidade tem vivido. Vale ressaltar que o aluno começa seu texto não dando margem a questionamento sobre sua resposta, pois, após afirmar que há violência em toda parte, ele já escreve que isso “é inegável” e concorda com a proposta consensual sobre a violência nas grandes cidades. Em seguida, Anderson descreve a reação do povo em relação aos fatos e ressalta que a grande maioria desses crimes é feita por jovens.

Além da pergunta no título do texto, o educando termina o parágrafo introdutório com um novo questionamento: “Mas de onde as pessoas ao redor do mundo tiram tanto ódio para cometer tanta violência?”. Charaudeau (2014, p.242) afirma que o questionamento tem valor argumentativo e “permite ao questionador mostrar que ele *sabe* e assegurar eventualmente sua *superioridade* sobre aquele que é questionado”. Desta maneira, o estudante assume uma posição de sabedor e, concomitantemente, de autoridade, pois responderá à pergunta proposta no texto.

Diferentemente das cartas iniciais compostas por argumentos advindos do senso comum, o estudante inicia a argumentação do seu texto demonstrando domínio sobre o assunto. O educando responde à pergunta relatando que a violência pode ser cultural ou biológica. Em busca de fortalecer seu argumento, ele expõe fatos, no segundo parágrafo, que corroboram para o seu pensamento quanto à origem da violência. O aluno desenvolve sua argumentação sobre a origem da violência apresentando “fatos atestados”, sendo esses definidos como argumentos empíricos baseados em acontecimentos observados e relatados. Wander Emediato (2007, p. 173) considera que esses fatos podem pesar significativamente sobre argumentos e opiniões, ressaltando que não são incontestáveis. Em vista disso, apesar de o aluno ter iniciado sua produção textual com uma argumentação melhor fundamentada do que a das cartas anteriores, o educando ainda precisa planejar outras estratégias argumentativas que possam trazer mais credibilidade e, concomitantemente, captar o leitor.

Nos dois parágrafos seguintes, o educando menciona um especialista no assunto para reforçar o ponto de vista defendido no texto. Ao apresentar um *expert* no tema, o aluno agrega maior credibilidade à sua carta de leitor. Koch e Elias (2016, p.43) afirmam que uma citação direta funciona como recurso de autoridade no texto. Vale ressaltar que, além de mencionar o geneticista, o estudante relaciona os argumentos apresentados pelo especialista com os exibidos anteriormente. Ao estabelecer essa relação, o educando busca fundamentar seu ponto de vista nas afirmações de autoridade.

Sumarizando, vale ressaltar que o discente apresentou, no primeiro parágrafo, a situação da sociedade e uma introdução à resposta proposta no título. No segundo parágrafo, ele desenvolveu a resposta buscando demonstrar que a violência pode ser cultural ou biológica. Nos dois parágrafos seguintes, o educando desenvolveu seus argumentos com base na fala de um especialista e agregou maior credibilidade à sua argumentação. O educando produz o último parágrafo retomando o argumento de que a violência é resultado de raízes culturais e biológicas. Além disso, comenta uma possível solução para diminuir esses índices alarmantes da violência: educação. Entretanto, o aluno ressalta o fato de que, mesmo com a influência da educação, o ser humano ainda pode responder aos seus impulsos devido às circunstâncias da vida, conforme o ponto de vista defendido durante todo o texto e retomado no último parágrafo.

Dentre as estratégias discursivas para a construção da conclusão, mencionadas por Koch e Elias (2016), podemos notar que o aluno utilizou, parcialmente, duas. O educando primeiramente elaborou uma síntese retomando os argumentos desenvolvidos anteriormente e, em seguida, apresentou uma possível solução para diminuir a violência: a educação. Vale ressaltar que, mesmo expondo a solução, o aluno concluiu que a origem agressiva do humano supera até mesmo a sua sugestão, o que reforça a tese desenvolvida durante toda a carta de leitor.

### Considerações finais

O presente trabalho buscou contribuir para o ensino de produção textual à luz dos pressupostos da Teoria Semiollingüística do Discurso. Em vista disso, fundamentamo-nos nos princípios desta teoria para a formulação das etapas da Sequência Didática e para a elaboração do parâmetro de análise. Em busca de melhorar a argumentação presente nas cartas de leitor do educando focalizado, diferentes questões sobre a linguagem, à luz dos pressupostos do contrato de comunicação, foram propostas para os alunos com o objetivo de levá-los à reflexão dos diferentes mecanismos linguístico-discursivos para a construção de uma boa argumentação, segundo os postulados descritos por Charaudeau (2014).

O discente Anderson apresentou um grande progresso quanto à produção de sua carta de leitor, conforme elucida o comparativo entre a primeira e a última produção, disposto no Quadro 2:

**Quadro 2 – Comparativo de produção**

Consistência Argumentativa	Modo argumentativo (Macroestrutura)	A carta não responde ao exercício proposto, os argumentos são inconsistentes e não apresenta conclusão.	A carta é composta por tese, argumentos e conclusão bem sucedidos. Os argumentos são compostos por recursos de autoridade e a conclusão propõe uma solução.
	Modo de tematização (Repertório/saberes)		

Fonte: elaboração própria

Reconhecemos que as produções textuais do educando ainda possuem características que precisam ser aperfeiçoadas, todavia, o aprimoramento de

seu texto é notório. Em vista disso, podemos concluir que as reflexões e os exercícios à luz da Teoria Semi linguística do Discurso realizados em sala de aula, no bojo da Sequência Didática construída e aplicada, contribuíram para uma mudança expressiva nas cartas de leitor do estudante, confirmando a hipótese levantada no início deste trabalho. O ensino de produção textual – filiada ao gênero carta de leitor – mediado pelo conhecimento das restrições do contrato comunicativo contribuiu, significativamente, para o desenvolvimento da produção textual do educando. Além disso, a tomada de consciência das restrições comunicativas e discursivas ajudou o aluno a planejar melhor as estratégias discursivas que contribuíram para o alcance do sucesso dos seus objetivos comunicativos em suas cartas de leitor.

Encerramos este trabalho com a expectativa de termos contribuído para o ensino de produção textual. Durante toda a pesquisa, buscamos aliar a Teoria Semi linguística do Discurso à prática real do ensino da produção de textos na sala de aula. Por intermédio dos resultados, concluímos que é possível a aplicação dos pressupostos desenvolvidos neste trabalho em busca de empoderar os estudantes de um *fazer* por meio de um *dizer* mais consistente, adequado e claro.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua portuguesa: Ensino médio**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. [2001]. Tradução: Renato de Mello. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (org.). **Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.

\_\_\_\_\_. Uma análise semi linguística do discurso. [1995]. Tradução: Angela Maria da Silva Corrêa. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (org.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2005. p.11-29.

\_\_\_\_\_. **Discurso das mídias**. [2005]. Tradução: Angela Maria da Silva Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso: modos de organização**. [2008]. Coordenação da tradução: Angela Maria da Silva Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. [2004].  
Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. [2004].  
Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das  
Letras, 2011.

EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura**. São Paulo.  
Geração Editorial, 2007.

KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo:  
Contexto, 2016.

#### **Forma de citação sugerida**

RIBEIRO, Patricia Ferreira Neves; SOUZA, Diniz Duarte de Souza Duarte de.  
Argumentação e ensino: a mediação da teoria semiolinguística do discurso. **EID&A -  
Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 17,  
p. 122-140, jul./dez.2018. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-17-2133](https://doi.org/10.17648/eidea-17-2133).

## O teclado das paixões em cena: *Relatos Selvagens* e o elo retórico-musical

Valmir Ferreira dos Santos Junior  
Graduando em Letras pela Universidade de Franca (UNIFRAN), Brasil.  
[valmirferreiradosantosjunior@gmail.com](mailto:valmirferreiradosantosjunior@gmail.com)

Maria Flávia Figueiredo  
Professora Doutora da Universidade de Franca (UNIFRAN), Brasil.  
[mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br](mailto:mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br)

**Resumo:** A música detém um caráter altamente envolvente. Conhecimento não tão usual como esse é o de que a música pode objetivar diversos fins argumentativo-persuasivos no que tange às áreas do discurso. Particularmente, a trilha sonora constitui um elemento muito significativo quando aliada às cenas de uma peça cinematográfica. A trilha sonora do sexto episódio de *Relatos Selvagens* (filme de 2014, dirigido por Damián Szifron), juntamente com as demais linguagens que a acompanham, constitui o *corpus* do nosso trabalho. O objetivo deste artigo é evidenciar a relação cena-trilha sonora e como tal elo atua em um discurso multimodal de forma argumentativa. Contaremos com conceitos oriundos da teoria musical (como andamento e timbre) e da Retórica (figuras e paixões aristotélicas). Esperamos, por meio de uma análise qualitativa dos dados, desvelar os sentidos criados por meio da inter-relação cena-trilha sonora e os possíveis desdobramentos no que concerne ao *pathos* (esfera do espectador).

**Palavras-chave:** Retórica. Música. Figuras Retóricas. Paixões Aristotélicas.

**Abstract:** The Music sphere is well known by its powerful engaging character. Not as usual as the idea above is that music can be used to achieve several argumentative-persuasive ends. Moreover, the soundtrack constitutes a significant element when combined with the scenes of a movie. The soundtrack of the sixth episode of the *Wild Tales* (2014) motion picture, along with the other languages that accompany it, constitute the *corpus* of our paper. The objective of this article is to highlight the image-sound relationship, as well as to deflagrate how such bond acts in an argumentative multimodal discourse. In order to achieve this, the concepts derived from musical theory (such as tempo and timbre) and Rhetoric (Aristotelian figures and passions) will aid us. We expect, through a qualitative analysis of the data, to unveil the meanings created by the inter-relation between scene-soundtrack and the possible discoveries regarding *pathos* (sphere of the audience).

**Keywords:** Rhetoric. Music. Figure of Speech. Aristotle's Passions.

*As paixões constituem um teclado no qual o bom orador toca  
para convencer.  
Michel Meyer*

## Introdução

O papel da trilha sonora em uma película fílmica é inerente quanto ao seu valor e significado. A história nos mostra em seu percurso que, em contextos cênicos, o som e a imagem sempre possuíram uma conexão intrínseca. De fato, ao buscar por evidências na história da humanidade, é possível deflagrar que a relação imagem-som, independente das limitações ou avanços tecnológicos da época, é infinitamente explorada. A tragédia grega é um dos diversos exemplos que podemos adotar para discutir sobre tal relação. Em *A Poética*, Aristóteles descreve o uso dos cânticos que acompanhavam e completavam as “cenas” que eram apresentadas nas dionísias urbanas<sup>1</sup>, que traziam concursos de tragédia. Tomando outro marco dos primórdios cênicos como exemplo, o cinema mudo se caracteriza como outra prova que denota a relação complementar e indissociável de imagem e som. De fato, tais produções não eram completamente silenciosas, algum acompanhamento musical era sempre executado – por pianistas ou, com o avanço da tecnologia, por discos contendo a “trilha sonora” do filme – ajudando a projetar a atmosfera da cena à plateia.

Esses exemplos evidenciam que, para a plateia, é estranho – em contextos dramaturgicos – ter a presença de imagem sem som, ou de som desacompanhado de imagem. Essa junção tem, dentre diversos intuitos, o de ampliar a dramaticidade da cena por meio dos elementos sonoros selecionados; criar novos significados por meio da equação cena mais trilha sonora; e instigar emoções no auditório por meio de estímulos imagéticos e sonoros, despertando e exaltando as emoções disponíveis na plateia dessas produções cinematográficas.

Pela mesma perspectiva, nosso trabalho fita desvelar de que forma as paixões, tal como Aristóteles as entende<sup>2</sup>, podem ser despertadas no auditório por meio da relação cena-trilha sonora, ressaltando que tais paixões

---

<sup>1</sup> *Dionísias Urbanas* eram uma das mais importantes festas religiosas de Atenas. Dedicadas ao deus Dioniso, eram celebradas todos os anos no início da primavera. (MALHADAS, 2003, p. 67).

<sup>2</sup> Para Aristóteles, as paixões são movimentos que atuam na alma. Caracterizam-se também como uma qualidade segundo a qual uma coisa pode ser alterada: o branco pode tornar-se preto, o leve, pesado, etc. (cf. ARISTOTLE'S METAPHYSICS, Book V, Chap. XXI).

só são evocadas em um auditório passível e disponível a elas, por meio do contexto situacional ou pela pré-disposição emocional<sup>3</sup>.

Almejamos, então, por meio da análise retórica – que irá nos auxiliar a deflagrar as paixões aristotélicas de forma mais embasada – aliada a teoria musical – que nos auxiliará a descrever e compreender os recursos sonoros que compõem a trilha sonora do *corpus* selecionado –, desvendar o universo do *pathos* na música, mais precisamente, entender como as paixões disponíveis no auditório podem ser suscitadas por meio da relação cena-trilha sonora de um filme.

Para que isso seja possível, selecionamos, como *corpus* do nosso trabalho, o sexto episódio do filme argentino de 2014, *Relatos Selvagens*. Serão analisadas, mais precisamente, as cenas que são acompanhadas por trilha sonora: os trechos retórico-musicais desse episódio da película, intitulado “Até que a morte nos separe”.

### 1. Descrição do Corpus

O episódio final do filme argentino *Relatos Selvagens* (2014) representa fielmente todo o espectro passional e situacional mantido durante todos os episódios anteriores, abordando situações surreais, em que as personagens se deixam levar pelos seus mais primitivos impulsos. A trama apresenta trágicos acontecimentos que levam a um encerramento inesperado, traduzindo a vida humana de forma sublime ao universo fílmico.

No que concerne às paixões aristotélicas, o filme mostra exemplos perfeitos de como a *psyche* humana é comovida e tomada pelas afecções, transformando e modelando o julgamento racional. Isso é representado de forma bem clara em todas as linguagens da narrativa, seja no roteiro, na fotografia etc. Porém, salta aos olhos – e aos ouvidos – a forma como as cenas dialogam com a trilha sonora para criar sentidos ou ampliar os significados da trama.

Essa relação cena-trilha sonora é capaz de estender suas projeções semânticas ao auditório, possibilitando o despertar de suas paixões. Ou seja,

---

<sup>3</sup> De acordo com Martins (1999, p. 62), “*pathos* [paixões] na sua origem é principalmente disposição afetiva fundamental”, ou seja, refere-se às emoções disponíveis na instância do auditório.

essa junção – de cena + trilha sonora – amplia sentidos, cria novos significados e confere novas leituras ao filme.<sup>4</sup>

O episódio *Até que a morte nos separe* narra as desventuras de um casal em sua festa de casamento. Na sucessão de acontecimentos, a noiva (interpretada por Érica Rivas) descobre que seu marido (caracterizado por Diego Gentile) foi infiel, traindo-a com uma colega do trabalho. Esse fato, então, tira a esposa de seu estado racional, deixando-a furiosa, o que a faz desencadear uma série de trágicos acontecimentos em sua comemoração – trai o marido com o cozinheiro; ameaça tornar a vida de seu cônjuge um inferno; e até ataca a mulher com quem seu marido teve um caso.

As personagens protagonistas encarnam com muita tenacidade as afecções que as acometem, podendo projetar toda a expressividade e emoção dos acontecimentos no auditório. Ao longo da trama, a trilha sonora também tem um papel essencial para a projeção de sentimentos que possivelmente se imprimirão nos espectadores, aliando-se às cenas e criando a atmosfera que o roteiro preconiza.

Para que seja possível observar de que forma a trilha sonora se alia ao campo imagético e amplia as afecções no auditório, observaremos os momentos da trama que possuem essa relação cena-trilha sonora, tentando vincular os sentidos visuais e sonoros às paixões aristotélicas. Segue a descrição da trilha sonora presente no episódio em questão:

1. *Titanium* (David Guetta featuring Sia Furler) – gênero musical: *house/urban-dance*;
2. *Babel short and dialog* (Gustavo Santaolalla) – gênero musical: *klezmer*;
3. *An der schönen, blauen Donau* (Johann Strauss II) – gênero musical: *valsa*;
4. Efeito sonoro relevante: Sirene de ambulância;
5. Efeito sonoro relevante: Trovão;
6. *Shalom Aleichem* + Tema seguinte – gênero musical: *klezmer*; e
7. *Fly me to the moon* (Bobby Womack) – gênero musical: *Rhythm and Blues*.

---

<sup>4</sup> Os recortes do *corpus* em que a relação cena-trilha sonora puderem ocasionar o despertar de paixões no auditório serão denominados, neste artigo, trechos retórico-musicais.

Aliar a junção de cena-trilha sonora ao universo do *pathos* só será viável uma vez que compreendermos alguns conceitos da teoria musical e retórica (particularmente a retórica das paixões). Os itens a seguir concernem a tais esferas do saber e seus conceitos.

## 2. Teoria Musical

De acordo com Copland (1974), podemos desmembrar, com intuito analítico, a música em quatro elementos: melodia; harmonia; ritmo; e timbre. A junção arranjada e ordenada desses elementos, em harmonia entre si, compõe o que denominamos música. Cada uma dessas instâncias, dentro da música, é caracterizada como um fator essencial para a compreensão e interpretação da expressividade musical de uma peça. Um ritmo composto acelerado de uma canção indígena, por exemplo, passa uma expressividade totalmente diferente de um ritmo marcado e repetitivo de uma marcha, e o mesmo acontece com todos os outros elementos. As escolhas musicais de uma composição ditam a expressividade e, por consequência, seu significado ou tema fundamental.

Ao ouvinte comum, pouco importa cada um desses elementos de forma distinta, o que normalmente escuta é o conjunto dos quatro, compondo um tecido sonoro, que cria o efeito capaz de chamar a atenção dos ouvintes (BENNETT, 1998, p. 12).

A melodia, de acordo com Copland (1974), está relacionada à ideia de uma emoção íntima. Apesar de caracterizar-se como um elemento primário na Música, a melodia tem um poder arrebatador, uma vez que sua força é capaz de comover por meio de sua expressividade. Bennett (1998, p. 11) aprofunda-se ainda mais na caracterização da melodia, definindo-a como: “sequência de notas, de diferentes sons, organizadas numa dada forma de modo a fazer sentido musical para quem escuta”.

Para compreendermos melhor a harmonia, podemos nos basear no raciocínio de Bennett (1998, p. 11-12), que afirma:

A harmonia ocorre quando duas ou mais notas de diferentes sons são ouvidas ao mesmo tempo, produzindo um acorde. Usamos a palavra “harmonia” de duas maneiras: para nos referirmos à seleção de notas que constituem determinado acorde e, em sentido lato, para descrevermos o desenrolar ou a progressão dos acordes durante toda uma composição.

O ritmo pode ser percebido ao fundo de uma peça, por meio da pulsação rítmica. Esse elemento tem um poder inerente na expressividade musical, visto a forma com que enlaça e toma as emoções do ouvinte. Para que essa definição fique um pouco mais clara, podemos nos basear nas palavras de Bennett (1998, p. 12) que caracteriza o ritmo como “diferentes modos pelos quais um compositor agrupa os sons musicais, principalmente do ponto de vista da duração dos sons e de sua acentuação”.

Na categoria ritmo, temos duas formas de classificação: uma delas é o conceito de BPM (batidas por minuto) e a outra se refere aos termos em italiano que ditam o passo em que o intérprete deve tocar uma peça. Tais formas de classificação serão fundamentais em nossa análise, uma vez que, sempre que necessário, relacionaremos o BPM das músicas que compõem o *corpus* à nomenclatura italiana de andamento<sup>5</sup> para vincular a descrição das paixões aristotélicas ao ritmo da música.

A seguir veremos um quadro com os termos em italiano e suas respectivas representações em BPM:

**Quadro 1 – Classificação dos andamentos**

Termos em italiano	BPM	Definição
<i>Allegretto</i>	112-120	Não tão depressa quanto <i>allegro</i>
<i>Allegro</i>	120-168	Ligeiro, alegre, feliz, animado
<i>Vivace</i>	152-168	Rápido e vivo, com vivacidade
<i>Vivacissimo</i>	168-180	Mais vivo que <i>vivace</i>
<i>Presto</i>	168-200	Veloz e animado
<i>Prestissimo</i>	200-208	Com toda velocidade

Fonte: Elaborado pelo autor com base em BENETT, 1998.

E, por fim, em relação ao timbre, podemos classificá-lo como o “colorido tonal” de um instrumento, ou seja, as qualidades e propriedades sonoras que um instrumento possui e que são responsáveis pelo reconhecimento de determinado instrumento.

<sup>5</sup> Define-se como andamento a velocidade do compasso em uma peça. Em italiano esse termo é visto como *tempo* marcado nas partituras para guiar sua execução. Além dos termos em italiano, o compositor pode optar por expressar, em BPM, o andamento da música, que pode ser identificado por um metrônomo. Tal instrumento marca, com tique-taques, o número de tempos por minutos numa dada velocidade (BENNETT, 1998).

Ainda de acordo com Copland (1974), apesar das diferentes aptidões que utilizamos para ouvir e compreender música, podemos distinguir e definir essa arte em três planos, a fim de analisar e visualizar, de forma mais concreta, os efeitos musicais.

O primeiro, o plano sensível, diz respeito às emoções que a música desperta; é a maneira mais simplista de escutar uma composição; é quando nos entregamos às sensações ao escutar uma música da qual gostamos sem pensar ou analisá-la, mas, ainda assim, nos deixando levar pelo sentimento que ela desperta em nós. Essa imersão passiva no som, que gera uma percepção sensível no que tange os sentimentos, é capaz de produzir um estado mental que não deve ser subestimado por ser desprovido de raciocínio intencional. “Imagine uma nota percutida no piano. Essa nota, por si só, é capaz de mudar a atmosfera da sala – o que prova que o elemento sonoro da música é um agente estranho e poderoso, que seria tolice subestimar” (COPLAND, 1974, p. 22).

O plano sensível é uma parte muito importante, porém apenas uma, de outras partes que compõem a forma como escutamos música.

O segundo, o plano expressivo (tido até mesmo por compositores como negável, inexistente ou refutável, muitas vezes pela dificuldade ou alta variedade de definições da expressão de uma peça musical), é basicamente o que a peça tem a dizer, seu significado que pode ser mais ou menos expressivo dependendo de diversos fatores, o que leva à crença de que é um plano refutável e controverso. A questão principal desse plano seria a impossibilidade de expressar em palavras concretas e gráficas uma expressão e significado que são altamente sensoriais e dificilmente gráficos. Podemos pensar de uma forma objetiva, ilustrando a questão, apontando para o fato de que a música não é uma história gráfica, passível de paráfrase, em que podemos explicar com outras palavras o que significa, uma vez que seus elementos dificilmente possuem sinônimos, o que é confundido com inexpressividade.

É nesse sentido que o autor nos apresenta a seguinte indagação:

[...] até onde deveria o ouvinte inteligente esforçar-se para identificar um determinado sentido na peça de sua preferência? [...] ele não deveria ir além de um conceito geral. A música expressa, em momentos diferentes, serenidade ou exaltação, tristeza ou vitória, fúria ou delícia.

Os temas ou obras completas não precisam, naturalmente, expressar uma única emoção. Tome, por exemplo, o primeiro tema importante da Nona Sinfonia. Ele

é feito, claramente, de elementos distintos. Não diz apenas uma coisa. E, no entanto, quem quer que o ouça é afetado imediatamente por um sentimento de força e de poder. Esse poder não resulta simplesmente do fato de que o tema é tocado a um volume considerável; é um poder inerente ao próprio tema. A sua força extraordinária faz com que o ouvinte tenha a impressão de ter ouvido uma declaração da maior importância. Mas não deveríamos nunca confundir essa declaração com “o martelo implacável da vida” e coisas semelhantes. (COPLAND, 1974, p. 24-25)

O terceiro plano, puramente musical, abarca os elementos sonoros que se encontram na música de forma teórica. A melodia, o ritmo, a harmonia e os timbres são alguns dos elementos que compõe uma peça musical. É o material concreto que a música utiliza para sua reprodução que é tida de forma integrada, ou seja, tais elementos não ocorrem de forma distinta na reprodução de uma música.

Esses três planos são, então, percebidos pelo ouvinte de forma simultânea e instintiva. Porém, em especial o terceiro plano exige prática e conhecimento mais aprofundado para uma compreensão mais concreta.

### 3. Retórica

Em relação à retórica, lançaremos mão dos conceitos de Aristóteles, em *Retórica* (2015) e *Ética a Nicômaco* (2009), e dos ensinamentos de Olivier Reboul, em *Introdução à retórica* (2004), para compreender melhor o universo do *pathos* e poder relacioná-lo ao nosso *corpus*.

De acordo com Aristóteles:

A retórica [...] comporta três tipos de provas (*pisteis*) como meios de persuadir. Os dois primeiros são o *ethos* e o *pathos* [...]; constituem a parte afetiva da persuasão. O terceiro tipo de prova, o raciocínio, resulta do *logos*, constituindo o elemento propriamente dialético da retórica. (ARISTÓTELES apud REBOUL, 2004, p. 36).

Ou seja, esses três pilares, dentro da retórica, delimitam e compreendem três instâncias capazes de analisar e classificar as matérias com que o orador argumentará junto ao seu auditório com vistas à persuasão e ao convencimento. O *ethos* refere-se a todo tipo de matéria que circunda o caráter do orador – sua autoridade no assunto, imagem que passa ao auditório etc. –; o *logos*, todo material que compõe de alguma forma o discurso desse orador – provas; argumentos; histórias; assunto etc. –; e o *pathos*, qualquer elemento que reclame às emoções, as afecções que eclodem no auditório. Apesar de funcionarem em conjunto dentro de um discurso,

neste artigo, adentraremos a instância do *pathos*, para compreender de que forma ele altera as engrenagens e circuitos da máquina humana.

Ainda sobre o *pathos*, Reboul (2004, p. 48) discorre: “O *pathos* é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso”. Visto que essa instância se refere à emoção, Aristóteles nos mostra que:

Uma vez que a retórica tem por objetivo formar um juízo [...], é necessário, não só procurar que o discurso seja demonstrativo e digno de crédito, mas também que o orador mostre possuir certas disposições e prepare favoravelmente o juiz (ARISTÓTELES, 2015, p. 159).

Se traduzirmos o termo *juiz* por *auditório*, compreenderemos que as emoções têm um grande papel na persuasão e que esse tipo de apelo ao *pathos* pode, portanto, se aplicar ao universo da sétima arte. No cinema, é comum que a produção almeje, de alguma forma, gerar a comoção no auditório e, nesse sentido, lança mão do jogo com as paixões com vistas a prender a atenção.

Uma vez compreendida a importância das emoções num gênero do discurso atual como o cinema, nos cabe depreender como essas emoções interferem na nossa existência; além de quantas são. Sobre seu funcionamento, Aristóteles mais uma vez nos ensina:

As emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo, e outras semelhantes, assim como as contrárias (ARISTÓTELES, 2015, p. 160).

Então, as afecções – paixões – atuam na nossa existência prática, por meio de nossa disponibilidade a elas, causando-nos mal ou bem segundo suas possibilidades. As que comportam prazer lançam-nos em seu encalço, levando-nos a persegui-las por conta da sensação de bem-estar que causam. Já as que comportam dor lançam-nos no sentido contrário, fazendo-nos correr delas, pois nos causam o mal.

A seguir, faremos uma breve descrição de algumas das paixões aristotélicas que serão retomadas na análise, lembrando que estas não se dão por vícios ou virtudes permanentes da alma, mas, sim, por estados provados por emoções transitórias (ARISTÓTELES, 2015).

A calma: “pode ser definida como um apaziguamento e uma pacificação da cólera” (ARISTÓTELES, 2015, p. 167). É, portanto, entendida como o

antídoto da ira, que, por sua vez “é um desejo acompanhado de dor que nos incita a exercer vingança explícita devido a algum desprezo manifestado contra nós, ou contra pessoas da nossa convivência, sem haver razão para isso” (ARISTÓTELES, 2015, p. 161). “Ela reequilibra a relação proveniente do ultraje, da afronta, do desprezo” (FIGUEIREDO; PERNAMBUCO, 2010, p. 4).

O amor:

Admitamos que amar é querer para alguém aquilo que pensamos ser uma coisa boa, por causa desse alguém e não por causa de nós. Pôr isto em prática implica determinada capacidade de nossa parte. É amigo aquele que ama e é reciprocamente amado. Consideram-se amigos os que pensam estar mutuamente nestas disposições.

Também são amigos aqueles que têm por boas e más as mesmas coisas, e por amigos e inimigos as mesmas pessoas. Daí resulta, forçosamente, querer para os amigos o que se deseja a si próprio; de modo que são amigos aqueles que, ao quererem para si o que querem para a pessoa amada, mostram com toda a evidência que são amigos dela. (ARISTÓTELES, 2015, p. 170).

O temor (medo): “consiste numa situação aflitiva ou numa perturbação causada pela representação de um mal iminente, ruinoso ou penoso” (ARISTÓTELES, 2015, p. 174).

Compreendidos, pois, os mecanismos das emoções na alma humana, partiremos para a análise do *corpus* para a constatação de nossa tese inicial, qual seja: a de que a trilha sonora pode exercer um papel significativo quando aliada às cenas no que tange às construções de sentido de uma peça cinematográfica.

#### 4. Análise

A cena inicial, uma apresentação de fotos das lembranças do casal e suas famílias aos convidados, abre o episódio *Até que a morte nos separe*. Em meio às palmas, risos e pequenos diálogos, a música *Titanium*, da cantora australiana Sia Furler e do DJ francês David Guetta, inicia-se junto com as imagens.

A junção de imagem e som nesse momento pode suscitar a felicidade, euforia e alegria, sentimentos recorrentes em uma festa ou comemoração. As luzes dançantes, fotos dos momentos felizes do casal e sorrisos nos rostos dos convidados, remetem imagetivamente aos sentimentos citados anteriormente.

No que tange à canção, ela foi composta em compasso simples<sup>6</sup> de 4/4 e andamento “electro-pop” com 126 BPM. Com tais características, podemos denominar a peça como uma música de velocidade *Allegro* (em português alegre, vívido, feliz), de acordo com a nomenclatura de andamento musical.

Podemos, então, relacionar as imagens que se seguem e a música que acompanha as cenas com um sentimento alegre, por consequência com a felicidade. Para Aristóteles (*apud* CAEIRO, 2009, p. 15), a felicidade pode ser definida como “uma certa atividade da alma humana de acordo com a excelência completa”, ou seja, o ser humano se sente feliz quando está completo, realizado. Ora, qual o momento mais tempestivo para sentir-se completo do que em uma festa de casamento?<sup>7</sup> Os pais sentem-se completos por verem os filhos realizando-se no matrimônio, assim como os amigos e familiares; e os noivos sentem-se realizados por estarem unindo-se com alguém que irá completar sua existência.

Essas duas instâncias da película, ao criarem esse clima feliz de forma conjunta, podem projetar, na plateia, a felicidade tecida na trama, evocando esse estado de plenitude, uma vez que ele já estava disponível por meio da atmosfera previamente estabelecida pela junção de cenas e trilha sonora.

Ao passo que as cenas seguintes ficam mais eufóricas em torno da felicidade demonstrada imagetivamente, a trilha sonora vai acompanhando tal sentimento, encaminhando a narrativa ao clímax da cena: momento em que os noivos adentram o salão de festas e são recebidos por seus familiares e amigos. Nesse instante, podemos notar que o som aumenta, ditando a emoção que o momento projeta no auditório, mais uma vez, podendo despertar a felicidade por meio da relação cena-trilha sonora.

A próxima música da trilha sonora invade o quadro, em conjunto com suas cenas, assim que a o trecho retórico-musical anterior termina, mantendo a atmosfera feliz e eufórica das cenas que se passam. *Babel short and dialog*, de Gustavo Santaolalla, é tocada com uma banda encenando sua reprodução. Em relação à música, podemos detectar que sua taxa de BPM fica entre 170-180, o que a enquadra como *presto*, de acordo com a nomenclatura italiana

---

<sup>6</sup> Conforme partitura divulgada pela *Universal Music Publishing Group*. Disponível em: [http://ekladata.com/2EWw\\_Zm-GU7dzZReilmswbPG-8E/-PVG-David-Guetta-Feat.-Sia-Titanium.pdf](http://ekladata.com/2EWw_Zm-GU7dzZReilmswbPG-8E/-PVG-David-Guetta-Feat.-Sia-Titanium.pdf). Acesso em: 10 maio 2018.

<sup>7</sup> “a felicidade necessita igualmente dos bens exteriores, pois é impossível, ou pelo menos não é fácil, praticar ações nobres sem os devidos meios. Em muitas ações usamos como instrumentos os amigos, a riqueza e o poder político [...] o homem feliz parece necessitar também desse tipo de prosperidade, e é por isso que algumas pessoas identificam a felicidade com a boa fortuna, embora outros a identifiquem com a virtude.” (ARISTÓTELES, 2007, p. 9).

apresentada. Tal termo tem como definição: “veloz e animado”, o que pode ser relacionado aos diversos instrumentos que reproduzem a composição de Santaolalla – instrumentos de sopro com timbres fortes e metálicos – e também às cenas que transparecem euforia e animação. A junção de cena e trilha sonora, mais uma vez, pode projetar o clima criado no auditório, elevando seu estado de espírito e seguindo, assim, as emoções despertadas na narrativa.

Podemos notar uma progressão na narrativa, que aumenta a euforia e a felicidade das cenas, assim como da trilha sonora que as acompanham. Essa atmosfera viva e feliz, criada pela junção cena-trilha sonora, é quebrada instantaneamente quando o segundo trecho retórico-musical se encerra, o que nos dá uma visão mais ampla e mais profunda para o entendimento e significação dos *Relatos Selvagens* que se seguirão na intriga.

Aristóteles, em *Ética a Nicômaco* (2009), trata do espectro das paixões humanas e como tais afecções afetam nossa alma (*psyche*), que, segundo ele, possui três funções essenciais: a vegetativa, a sensitiva e a intelectiva. A parcela vegetativa (presente em todos os seres vivos) tem como intuito a nutrição, a reprodução e o crescimento; a parcela sensitiva (comum aos humanos e animais) tem por fito as sensações, os apetites e o movimento; e a parcela intelectiva (exclusiva aos humanos) é a parte racional da alma. Essas três funções da alma humana estabelecem, em circunstâncias ideais, diálogo e correlação, nos permitindo decidir e ponderar sobre nossas ações e decisões.

O transitar entre os polos emocionais contidos na narrativa desenha toda a trama de *Relatos Selvagens*, e especificamente a cena em questão – em que a dinâmica entre as imagens e a trilha sonora parte de um extremo ao outro – representando, assim, a luta que o intelecto (as cenas de choque diante os absurdos ocorridos, por exemplo) e o apetite sensível (as cenas em que as personagens deixam as emoções históricas e desenfreadas dominarem suas ações sem pesar em seus atos, por exemplo) travam por toda a trama do filme.

Esse momento da quebra de dinâmica na relação cena-trilha sonora – da reprodução viva e eufórica de *Babel short and dialog*, com as personagens dançando e pulando, para quase o total silêncio do momento de diálogos entre os convidados, sentados e sóbrios sendo fotografados – traduz exatamente o caráter do indivíduo que deixa a batalha entre a razão e a emoção acontecer livremente dentro de si – ora o intelecto o torna impassível,

ora o animal dentro dele dita suas ações e o instiga ao movimento. O episódio – assim como o filme de maneira geral – representa, então, por meio dessa relação cena-trilha sonora, o que há de selvagem dentro de nós.

Na medida em que os fatos se sucedem, após a cena sóbria de cumprimentos e fotografias, e a cena da noiva tomando consciência de que foi traída por seu marido, a trilha sonora volta a incidir sobre a trama, tecendo seus significados passionais. A próxima música, a valsa de Johann Strauss II, *An der schönen, blauen Donau*, inicia-se em meio ao desconforto da noiva. A junção da cena – a noiva que acaba de descobrir a traição de seu noivo, em sua festa de casamento [algo incomum; não tradicional e que traz uma atmosfera pesada] – com a música – uma valsa romântica interpretada por um conjunto de cordas [algo tradicional em uma festa de casamento e que traria um clima leve e confortável à cena] – confere um caráter irônico à trama. Sobre a ironia, Fiorin (2014, p. 69-70) nos ensina: “é um alargamento semântico, uma difusão sêmica. No eixo da extensão, um significado tem o seu valor invertido, abarcando assim o sentido x e seu oposto”. Ou seja, algo que tenha um dado sentindo passa a abarcar o sentido oposto, confrontando os dois sentidos, o que causa o estranhamento, o desconforto e, assim, traz o caráter tragicômico da ironia à tona. E pode ser exatamente dessa maneira que a junção da cena com a trilha sonora projetada no auditório uma afecção de piedade em relação à noiva; a ironia do momento – uma música romântica, que representa o amor, contraposta à cena que exprime total ódio em função da traição – reafirma a relação cena-trilha sonora na projeção das emoções no auditório.

A trama se desenrola, e a noiva, desolada com a verdade arrancada de seu esposo, abandona sua festa indo parar no terraço do edifício que estava sediando a comemoração. Com os fatos que acontecem na cobertura do prédio, temos contato com dois elementos sonoros produzidos nas cenas que se seguem: o som de sirene da ambulância e o som do trovão. Tais efeitos sonoros, apesar de não pertencerem à trilha sonora propriamente dita, são de grande significado para nossa análise.

Ambos os sons podem emergir na consciência coletiva a paixão do temor – medo. No caso da sirene o medo emerge da relação com o perigo ao risco à vida que o som representa. Enquanto o trovão desperta o medo por sua relação de presságio da tempestade, do raio e da destruição.

Esses dois medos coletivos foram muito bem explorados e se conectam de forma sublime ao campo imagético do episódio. O som da ambulância se conecta ao perigo visual da noiva pendendo sobre o parapeito do terraço do edifício, o que se alia ao temor coletivo do som e pode projetar com muito mais eficácia a paixão do medo no auditório: o medo da noiva despencar rumo à tragédia. Como decifrou Aristóteles (2015), sentimos o medo em relação a alguém que nos é querido ou com quem compartilhamos traços que coincidem entre si. No caso do medo que o auditório pode sentir pela noiva, ele deriva da relação de cumplicidade que os dois compartilham, isto é, a noiva e o público que está assistindo ao filme.

O som do trovão se conecta imageticamente ao monólogo vingativo da noiva (dirigido ao noivo infiel) e ao seu estado visual – descabelada, com a maquiagem borrada e visivelmente fora de sua razão. O medo coletivo da destruição da tempestade e dos raios alia-se, assim, ao temor possivelmente despertado pela tempestade corporificada no monólogo da personagem. Assim como o trovão é o presságio da tempestade, o discurso da noiva prediz as ações que ela desencadeia em seguida.

A narrativa, ao retornar para o salão de festas, traz as próximas músicas – e cenas – ao foco, suscitando, assim, mais conteúdo para a nossa análise. A noiva adentra o salão visualmente descompensada, como dito anteriormente, o que também é perceptível em suas ações. As músicas que tocam a seguir, *Shalom Aleichem* + Tema seguinte, possuem ambas o mesmo BPM: cerca de 160-168 (*Vivacissimo*). As duas são reproduzidas por instrumentos de timbres vibrantes e agudos – violino, teclado e percussão metálica – além de serem reproduzidas na narrativa em um volume elevado. Essas características trazem novamente o caráter aparentemente animado, eufórico e vivo das músicas à festa. Juntando esse sentimento eufórico expressado pela trilha sonora com os fatos trágicos e emoções de ira e temor despertados pelos acontecimentos imagéticos temos novamente a aparição da ironia.

A contradição, da música animada, do momento festivo da celebração, com os fatos trágicos da traição e atos da noiva – contra a amante de seu marido – conferem a ironia à cena, podendo evocar o riso nervoso, peculiar dessa figura retórica. No que concerne às paixões aristotélicas, a cólera da noiva pode ser projetada, por meio da relação cena-trilha sonora, no auditório, que, uma vez compadecido e cúmplice das desventuras da noiva, brada à vingança que está por vir.

Assim que as emoções dominam os noivos – e seus familiares –, a tragédia se instala na narrativa e o episódio se encaminha para o final. Na cena de encerramento, os noivos, após toda a barbárie, reconciliam-se, e a última canção é reproduzida, concluindo, assim, nossa análise da relação cena-trilha sonora.

Ao darem as mãos, fazendo as pazes, a música *Fly me to the Moon*, de Bobby Womack, uma canção R&B, começa a tocar. A canção traz a interpretação de Womack, que possui um timbre acalorado e, ao mesmo tempo, rouco que dá o tom quente e apaixonado da canção. Seguido por um arranjo clássico de R&B – contrabaixo marcado e percussão seguindo o compasso do baixo, com instrumentos jazzísticos de sopro e acordes de guitarra, além de um violino que dá ainda mais abertura ao ar romântico –, com cerca de 110 BPM a música se enquadra no andamento *Andantino*, classificado como agradável e compassado. Por essas características, a música se incorpora às cenas que apresentam a reconciliação do casal – momento do arrefecimento da cólera, do ódio e de todas as emoções que implicam dor – e podem suscitar a paixão da calma ao auditório, que lembremos é “[...] um apaziguamento e uma pacificação da cólera” (ARISTÓTELES, 2015, p. 167). Assim, podemos afirmar que, imagetivamente, na peroração do episódio, as cenas vão ao encontro da trilha sonora e mostram os noivos acalmando seus ânimos, até que retornam à razão e, aparentemente, se rendem à paixão do amor.

Podemos concluir, então, que a relação cena-trilha sonora, nesse momento, pode projetar a paixão da calma no auditório; assim como a intriga, aliada a todas as situações testemunhadas, pode levar o espectador ao riso. Sobre essa variação da paixão da calma, aliada ao riso, discorre Aristóteles (2015, p. 159-160): “Os fatos não se apresentam sob o mesmo prisma a quem ama e a quem odeia, nem são iguais para o homem que está indignado ou para o calmo, mas, ou são completamente diferentes ou diferem segundo critérios de grandeza”. Ou seja, uma paixão, que teoricamente poderia despertar a calma no auditório, traz consigo uma nova nuance – o riso. Isso se dá, porque, para o auditório que presenciou toda a trama do episódio, é possível que a paixão da calma, instigada pela relação cena-trilha sonora da peroração, seja interpretada por um novo ângulo, já que sua hierarquia de valores pode ter sido rearranjada em função da trama testemunhada.

E, assim, o último episódio de *Relatos Selvagens* se encerra, mostrando que as paixões contidas nele – e na junção de cena + trilha sonora – são

multifacetadas e pluralizadas. Isso reflete muito do nosso cotidiano, uma vez que estamos em meio a diversas emoções que se enfileiram para tomar conta do nosso juízo e, às vezes, despertam nosso lado animalesco, assim como a película retrata com especial sagacidade.

### Considerações finais

Ponderando nossa análise é possível concluir que, pelo menos no universo fílmico analisado, a música é capaz de aliar-se a outras linguagens em prol do despertar das paixões, fazendo o auditório se compadecer das personagens em função dos acontecimentos que a trama as submete. Dessa maneira, como buscamos demonstrar, as emoções da intriga se projetam no auditório.

Essa conclusão evidencia o poder que a música pode exercer sobre nós. Mesmo inerente à nossa existência, esse poder tem sido pouco explorado, documentado e discutido. Esse artigo almejou, então, investigar esse caráter retórico da música, que, apesar de se encontrar tão negligenciado, detém capacidades persuasivas altamente promissoras para as diferentes esferas do discurso multimodal.

### Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução do grego por Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. (Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento; v. 1).

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. Tradução do grego de António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2007. Disponível em: <https://filosofiauerj.files.wordpress.com/2007/05/etica-a-nicomaco-aristoteles.pdf>. Acesso em: 25 out.2018.

\_\_\_\_\_. **The metaphysics of Aristotle**. Translated from the Greek by Thomas Taylor. London, 1801.

BENNETT, Roy. **Elementos básicos da música**. Tradução Maria Teresa R. Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1998.

CAEIRO, António. Prefácio. In: ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução do grego de António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009. p. 9-15.

COPLAND, Aaron. **Como ouvir (e entender) música**. Tradução: Luiz Paulo Horta. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

FIGUEIREDO, Maria. Flávia; PERNAMBUCO, Juscelino. Paixões em primeira página: análise linguística de manchetes de jornal. In: 13º Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa e 4º Congresso Internacional de Lusofonia do IP/PUC-SP, 2013, São Paulo, SPP. **Anais do 13º Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa e 4º Congresso Internacional de Lusofonia do IP/PUC-SPP**. São Paulo: PUC, 2010. p. 1-11.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

GUETTA, David; FURLER, Sia. **Titanium**. Los Angeles: Universal Music Publishing Group, 2011. 1 CD (4min). Disponível em: [http://ekldata.com/2EWw\\_Zm-GU7dzZReilmswbPG-8E/-PVG-David-Guetta-Feat.-Sia-Titanium.pdf](http://ekldata.com/2EWw_Zm-GU7dzZReilmswbPG-8E/-PVG-David-Guetta-Feat.-Sia-Titanium.pdf). Acesso em: 10 maio 2018.

MALHADAS, Daisi. **Tragédia grega: o mito em cena**. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

MARTINS, Francisco. O que é *phatos*? **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 62-80, out./dez. 1999.

MEYER, Michel. Prefácio. In: ARISTÓTELES. **A retórica das paixões**. Tradução: Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. XVII-LI.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RELATOS Selvagens. Direção: Damián Szifron. Produção: Pedro Almodóvar, Agustín Almodóvar, Hugo Sigman, Esther García, Matías Mosteirín. Roteiro: Damián Szifron. Música: Gustavo Santaolalla. Argentina/Espanha, Warner Bros, 2014. 1 DVD (122 min), widescreen, color. Produzido por Kramer & Sigman Films, El Deseo e Warner Bros. Pictures International.

### Forma de citação sugerida

SANTOS JUNIOR, Valmir Ferreira dos; FIGUEIREDO, Maria Flávia. O teclado das paixões em cena: *Relatos Selvagens* e o elo retórico-musical. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 17, p. 141-157, jul./dez.2018. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-17-1988](https://doi.org/10.17648/eidea-17-1988).

## Argumentação e emoção em golpes da recarga premiada: análise à luz da semiolinguística e da linguística forense<sup>i</sup>

**Welton Pereira e Silva**

Doutorando em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Bolsista CAPES, processo 001.  
weltonp.silva@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo analisa a utilização de argumentos patêmicos, por parte do sujeito enunciador, em “golpes da recarga premiada”. Nosso *corpus* consiste em três gravações telefônicas obtidas a partir do YouTube que foram, posteriormente, transcritas e analisadas a partir do referencial teórico e metodológico da Teoria Semiolinguística do Discurso (CHARAUDEAU, 2010; 2010). O golpe aqui analisado pode ser considerado como um gênero discursivo, pois possui particularidades que o diferenciam de outras práticas discursivas, sendo dotado de uma relativa estabilidade. Além disso, notamos que os sujeitos estelionatários fazem uso de argumentos que procuram despertar o medo ou a alegria nos interlocutores, visando a fazer com que estes acreditem em suas afirmações, o que poderia culminar na consumação do golpe. Por lidar com uma prática discursiva considerada criminosa, este trabalho se encontra no escopo da Linguística Forense, área aplicada que relaciona a Linguística a questões de natureza judicial (OLSSON, 2008).

**Palavras-chave:** Argumentação. Emoção. Golpes da Recarga Premiada. Linguística Forense.

**Abstract:** This paper analyses the use of pathemic arguments in AWARDS RECHARGE SCAMS. Our *corpus* consists of three telephonic recordings obtained from YouTube. These recordings were transcribed and analyzed by the theoretical and methodological referential of the Semiolinguistic Theory of Discourse (CHARAUDEAU, 2010; 2010). This crime can be considered as a discursive genre, since it has peculiarities and practices differentiated from other discursive practices, being composed with a relative stability. In addition, it was noticed that the stellarians uses arguments that seek to arouse the fear or a joy in the interlocutors, in order to make them believe in their affirmations, which could culminate in the consummation of the crime. Because we are dealing with a crime discursive practice, this work is on the scope of Forensic Linguistics, applied area that relates Linguistics to judicial issues (OLSSON, 2008).

**Keywords:** Argumentation. Emotion. Awards Recharge Scams. Forensic Linguistics.

<sup>i</sup> Este artigo resulta de nossa dissertação de mestrado intitulada “A argumentação em crimes via telefone sob a perspectiva da Teoria Semiolinguística”, orientada pela Profa. Dra. Mônica Santos de Souza Melo e co-orientada pelo Prof. Dr. Rony Petterson Gomes do Vale, em 2016, na Universidade Federal de Viçosa, contando com financiamento da CAPES.

## Introdução

O presente artigo procura analisar e descrever os argumentos patêmicos utilizados pelo sujeito enunciador em “golpes da recarga premiada”. Acreditamos que, na medida em que este golpe, que se configura em uma tentativa de estelionato, consiste na utilização de argumentos que visam a ludibriar as possíveis vítimas, esta prática discursiva deve ser investigada à luz da análise do discurso. De modo a atingirmos o objetivo proposto, nos guiamos pelos postulados teóricos e metodológicos da Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau. Além disso, por estarmos investigando uma situação de comunicação passível de criminalização, estamos no arcabouço da Linguística Forense. Assim, na seção um, apresentamos a patemização no discurso como um possível objeto em pesquisas vinculadas à Linguística Forense. Na seção dois, descrevemos e configuramos o gênero discursivo “golpe da recarga premiada” e, na seção três, apresentamos nossas análises propriamente ditas.

### 1. A patemização no discurso como objeto de estudo na Linguística Forense

Desde a Retórica de Aristóteles, é aceito que determinados argumentos apresentam a capacidade de despertar certas emoções no interlocutor alvo da argumentação. Assim, ao lado do *logos* e do *ethos*, Aristóteles (2005) nos apresenta a noção de *pathos* (πάθος) como um dos integrantes do que ele chama de provas artísticas. Segundo o filósofo, “persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (ARISTÓTELES, 2005, p. 97).

Mais recentemente, diversos pesquisadores do fenômeno argumentativo, principalmente aqueles relacionados às correntes francesas de análise do discurso, recuperaram essas noções aristotélicas, adaptando-as às suas respectivas visões epistemológicas. Assim, Charaudeau (2010), ao tratar das emoções no interior da Teoria Semiolinguística do Discurso, faz uso do termo “patemização” e nos explica que o despertar, ou não, de determinadas emoções, no interlocutor, no sujeito interpretante, é dependente de diversos fatores relacionados tanto à situação de comunicação quanto aos imaginários sociodiscursivos compartilhados pelos parceiros da troca comunicativa.

De acordo com o criador da Semiolinguística:

A análise do discurso não pode se interessar pela emoção como realidade manifesta, vivenciada por um sujeito. Ela não possui os meios metodológicos. Em contrapartida, ela pode tentar estudar o processo discursivo pelo qual a emoção pode ser estabelecida, ou seja, tratá-la como um *efeito visado* (ou *suposto*), sem nunca ter a garantia sobre o *efeito produzido* (CHARAUDEAU, 2010, p. 34).

Ou seja, o sujeito comunicante lança mão de determinadas estratégias patêmicas para veicular esta ou aquela emoção em seu público. Assim, o sujeito comunicante quer levar o sujeito interpretante a *fazer-crer* (efeito visado) em seu argumento através da visada de *fazer-sentir* (apresentando uma imagem, uma descrição etc). Desse modo, podemos analisar as formas, as estratégias argumentativas pelas quais ele tenta fazer com que o sujeito interpretante seja mobilizado pelo seu enunciado, mas não se, de fato, tais emoções foram despertadas.

Quanto às noções de sujeito trabalhadas no interior da Semiologia, é entendido que, na interação, entram em cena quatro sujeitos: dois seres sociais, o sujeito comunicante, na instância de produção do discurso, e o sujeito interpretante, na instância de recepção; e dois seres discursivos: o sujeito enunciativo, que é a projeção do comunicante no discurso, e o sujeito destinatário, que diz respeito à imagem que o sujeito comunicante faz de seu interlocutor (CHARAUDEAU, 2012).

Na medida em que os “golpes da recarga premiada”, objeto de estudo do presente artigo, configuram um tipo de crime de estelionato, essas análises contribuirão para o entendimento do funcionamento discursivo no interior de uma situação de comunicação passível de ser considerada como um crime. Devido a isso, estas análises se encontram na área de atuação da Linguística Forense, disciplina recente que se preocupa em entender a linguagem em contextos legais, como o discurso jurídico, interação no fórum, tradução legal, tomadas de depoimento, dentre outras questões. No entanto, o enfoque da Linguística Forense não recai apenas sobre questões diretamente relacionadas ao fórum e às leis. Conforme ensina Olsson:

A Linguística Forense é a aplicação do conhecimento linguístico a um ambiente social particular, nomeadamente o fórum (é daí que provém a palavra *forense*). Em sentido mais amplo, podemos dizer que a Linguística Forense é a interface entre linguagem, **crime** e lei, onde lei inclui a aplicação da lei, a matéria jurídica, a legislação, disputas ou procedimentos legais, e até mesmo disputas que só envolvem potencialmente alguma **infração da lei** ou alguma necessidade de

encontrar uma solução legal (OLSSON, 2008, p. 03, tradução nossa, grifos nossos)<sup>1</sup>.

O linguista acima referenciado deixa claro que a Linguística Forense também se preocupa em investigar questões relacionadas aos crimes, principalmente aqueles que envolvem uma contraparte linguística, como o “golpe da recarga premiada”. Este crime apenas se consuma caso a possível vítima deixe-se persuadir pelos argumentos do pretense estelionatário. Deste modo, analisar e compreender a forma como os sujeitos que procuram consumir um crime fazem uso de argumentos, notadamente de teor patêmico, visando a convencer as possíveis vítimas acerca da veracidade de suas afirmações é uma contribuição singular que a análise do discurso pode fornecer à Linguística Forense.

Apesar de recente no Brasil, a Linguística Forense se encontra em próspero desenvolvimento e, aos poucos, vem ganhando espaço nas faculdades de Letras e institutos de pesquisa linguística brasileiros. A seguir, apresentaremos um pouco mais acerca do golpe aqui descrito e analisado, procurando configurá-lo como um gênero discursivo.

## 2. O gênero “golpe da recarga premiada”

O *corpus* de análise do presente artigo é constituído por três textos transcritos a partir de três gravações do crime de estelionato conhecido como “golpe da recarga premiada”. Tais gravações foram obtidas a partir do *site* YouTube e as transcrevemos, procurando manter determinadas idiossincrasias linguísticas marcadas no texto, tais como marcas sociolinguísticas e dialetais. Como tais textos orais são raramente gravados e disponibilizados *online*, optamos por analisar aqueles que apresentavam uma qualidade digital adequada ao trabalho de pesquisa.

De acordo com o artigo 171 do Código Penal Brasileiro, é considerado estelionato a ação de “obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento” (ANGHER, 2004, p. 486). A pena para esse tipo de crime pode variar entre a reclusão de um a cinco anos e multa.

---

<sup>1</sup> Forensic Linguistics is, rather, the application of linguistic knowledge to a particular social setting, namely the legal *forum* (from which the word *forensic* is derived). In its broadest sense we may say that Forensic Linguistics is the interface between language, crime and law, where *law* includes law enforcement, judicial matters, legislation, disputes or proceedings in law, and even disputes which only potentially involve some infraction of the law or some necessity to seek a legal remedy.

É importante ressaltar, portanto, que os crimes de estelionato se caracterizam pelo ardil utilizado pelos delinquentes que pode levar a vítima a entregar-lhes o que desejam, em nosso caso, uma quantia em dinheiro. Dessa forma, a vítima não é forçada a entregar seus bens, mas é enganada e levada a fazê-lo. Vemos, portanto, que, no estelionato, pretende-se convencer, persuadir o interlocutor, no caso, a possível vítima do crime.

O *modus operandi* do “golpe da recarga premiada” inicia-se a partir da chegada de uma mensagem ao celular da possível vítima, afirmando que ela é a ganhadora de um prêmio em dinheiro ou outros bens. Abaixo, podemos observar um exemplo deste tipo de mensagem que chega ao telefone celular do destinatário:

**Figura 1 - Mensagem de golpe da recarga premiada**



Fonte: acervo pessoal

Após o recebimento da mensagem, caso a vítima em potencial retorne a ligação para o número fornecido, o sujeito que age contra a lei passa-se por um representante da empresa beneficiadora e, após confirmar em qual banco a vítima possui conta corrente, pede que a mesma dirija-se a um caixa eletrônico de sua agência bancária. Durante a operação no caixa eletrônico, os estelionatários, utilizando-se de diferentes argumentos, ludibriam a vítima que, caso não perceba em tempo que está sendo vítima

de um golpe, acabará por fazer a transferência de uma quantia monetária para uma conta fornecida por eles.

Notamos, no *corpus* de análise, que essas interações discursivas apresentam uma relativa estabilidade em seu formato, apresentando padrões de composição, tema e estilo. Ou seja, podemos considerá-las como gêneros discursivos sob uma perspectiva bakhtiniana (BAKHTIN, 2003). Ademais, se levarmos em consideração as categorias disponibilizadas por Charaudeau (2004) para distinguirmos um gênero, podemos dizer que as interações conhecidas como “golpes da recarga premiada” são passíveis de ser consideradas um gênero discursivo também pela Semiologia. Para essa perspectiva teórica, um gênero será assim considerado se apresentar finalidade, propósito comunicativo (tema), circunstâncias materiais, identidades evocadas que o distingue de outros gêneros e estar vinculado a uma prática social.

Assim, no que diz respeito à finalidade desse tipo de interação, ela implicará o uso das visadas discursivas de *fazer-criar* para *fazer-fazer*, já que, para a possível vítima efetuar a transferência de um determinado valor para a conta bancária fornecida pelos estelionatários, ela deve antes acreditar que foi vencedora em uma promoção. Com a finalidade de ludibriar, enganar a vítima, então, o sujeito enunciador evoca uma *visada de incitação*, pois *eu* quer “mandar fazer”, mas não está em posição de autoridade e, por isso, ele só pode incitar a fazer. De acordo com Charaudeau (2004, p. 06), o *eu* deve, então, “‘fazer acreditar’ (por persuasão ou sedução) ao *tu* que ele será o beneficiário de seu próprio ato; *tu* está, então, em posição de ‘dever acreditar’ que, se age, é para o seu bem”.

O propósito comunicativo, ou tema, gira em torno da suposta promoção e da premiação adquirida pelo sujeito destinatário, sorteado em um concurso promovido por alguma instituição. Em nosso *corpus*, a operadora de telefonia Oi e a emissora de televisão Globo foram as instituições mencionadas. Durante o percurso da interação, os estelionatários tentam fazer com que as vítimas dirijam-se a um caixa eletrônico e façam a simulação de uma transferência monetária para uma conta fornecida por eles. Caso a vítima não disponha de um conhecimento básico acerca do funcionamento bancário, poderá transferir o dinheiro disponível em sua conta para os estelionatários, acreditando que está

cumprindo com os protocolos administrativos necessários para a liberação de seu prêmio.

Quanto às circunstâncias materiais na quais a troca comunicativa se realiza, essa interação se configura em uma ligação telefônica, instaurada por iniciativa da vítima que liga para o número remetente de uma mensagem SMS. Devido à natureza da situação de comunicação, observamos que as identidades discursivas que se constroem na troca são as de representante da empresa, na instância de produção, e vencedor da promoção, na instância de recepção.

Em dois dos textos que compõem o nosso *corpus*, os sujeitos interpretantes, que seriam as vítimas do golpe, tinham conhecimento acerca da natureza criminosa da interação. Com a intenção de efetuar o registro em áudio, no entanto, esses sujeitos, na vez de comunicantes, projetam a imagem de um sujeito enunciador que acredita ter sido contemplado pela promoção. Assim, a identidade discursiva de “vencedor da promoção” é encenada durante todo o processo comunicativo, sendo desvelada apenas ao final da interação. Como nosso foco de análise gira em torno dos argumentos utilizados pela parte estelionatária, que acreditava que o sujeito interpretante estava sendo ludibriado, o conhecimento das vítimas acerca da interação como a tentativa de realização de um crime não será um empecilho à análise.

Portanto, a partir da finalidade da troca comunicativa, o sujeito enunciador faz uso de determinadas visadas discursivas, bem como de alguns Modos para organizar seu discurso de forma a atingir seus objetivos, fazendo, também, algumas escolhas formais. No Quadro 1, apresentamos algumas amostras das principais recorrências textuais e discursivas encontradas nesse gênero discursivo, atentando-nos para o que Charaudeau (2004) chama de nível situacional (as visadas), nível das restrições discursivas (como o discurso é organizado) e nível da configuração textual (como o texto é construído).

**Quadro 1 - Restrições discursivas e formais do gênero situacional “golpe da recarga premiada”**

Nível Situacional (visadas)		Nível das restrições discursivas (Modos de Organização)		Nível das restrições discursivas (Modos Enunciativos)	
Fazer-criar	“O senhor vai tá passando por um atendente de banco do Bradesco que vai tá liberando o valor de cem mil pra tua conta, tá certo?” (texto 1)	Narrativo	“No Brasil foi implantado uma lei, mil seiscientos e noventa e nove, porque nós telemarketing não podemos estar pedindo para nossos clientes nem documentações pessoais, nem (insistindo) nada, tudo bem?” (texto 2)	Modo alocutivo	“Está con- está contente, homem de sorte?” (texto 2)
				Modo elocutivo	“Vou tá transferindo a sua ligação”. (texto 1)
				Modo delocutivo	“O valor creditado em conta e aquisitivo vai ser lançado para a sua conta, de cento e vinte mil reais.” (texto 3)
Fazer-fazer	“o senhor, por gentileza, pega um papelzinho, pega uma caneta em mãos agora de imediato pra tomar ciência do meu nome completo.” (texto 3)	Argumentativo	“Se o senhor quiser estar recebendo o valor de sua premiação vai estar vindo pra dar as verdadeiras informações, caso não- a premiação não é obrigatória, mas sim opcional.” (texto 2)	Nível da configuração textual (composição textual; vocabulário)	
		Descritivo	“É uma senha única, atualmente, para o terceiro ganhador e contemplado da promoção.” (texto 2)	Léxico específico	Cadastro Protocolo Senha Central de atendimento Empresa Prêmio Premiação Uso de gerundismo
				Composição textual	Anúncio do prêmio Fase burocrática Consumação ou refutação do golpe

Fonte: Autoria própria, elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Podemos observar que as visadas de *fazer-criar* para *fazer-fazer* foram as mais salientes, visto que os pretensos estelionatários precisam levar os sujeitos interpretantes a crer em suas palavras para aceitarem fazer a

transferência solicitada. O Modo de Organização Narrativo mostra-se produtivo quando os enunciadores afirmam que a possível vítima foi contemplada com um prêmio, e o Modo Descritivo surge para alguma eventual explicação, como a descrição da promoção da empresa e mesmo de alguma função administrativa, como a senha, conforme vemos no caso acima. Por fim, o Modo Argumentativo se mostrou mais preponderante, visto que a finalidade principal é o convencimento da vítima acerca dos argumentos fornecidos pelo sujeito que se passa por um representante da empresa.

Quanto ao Modo Enunciativo, que influencia na organização dos demais modos (CHARAUDEAU, 2012), observa-se o uso da modalidade alocutiva (referência à segunda pessoa), já que o locutor deseja implicar o interlocutor em seu discurso, imputando-lhe uma ação e uma forma de agir. No entanto, enunciações elocutivas (referência à primeira pessoa) e delocutivas (referência à terceira pessoa) podem ser utilizadas de forma estratégica durante a encenação discursiva, como quando o estelionatário se apresenta como responsável pela liberação do prêmio ou quando se refere à empresa ou à premiação.

Quanto às marcas formais relativas ao nível da configuração textual, observa-se uma alta recorrência de termos relacionados ao campo semântico administrativo, como podemos constatar na tabela acima. Essa característica parece demonstrar um possível preparo dos sujeitos que aplicam esse golpe, embora, não raras vezes, alguns equívocos ocorram, demonstrando a falta de conhecimento acerca da esfera empresarial por parte dos sujeitos que tentam aplicar o golpe.

A partir de nossas análises, pudemos, então, destrinchar o roteiro, o *modus operandi* do crime. Essas diferentes partes configuram as características composicionais do gênero, bem como determinadas coerções do contrato comunicativo:

- O *anúncio do prêmio*: nesse primeiro momento da interação, o sujeito que procura aplicar o golpe atende o telefonema efetuado pela possível vítima e, ao ser informado de que a ligação se refere à mensagem SMS anteriormente recebida, afirma que o interlocutor foi contemplado em uma promoção de uma determinada empresa.
- A *fase burocrática*: caso o interlocutor acredite que foi sorteado, dá-se início à segunda parte do golpe, que consiste no uso, por parte do estelionatário, de enunciados que ele julga serem pertencentes à esfera empresarial, informando dados como nomes, setores de

atividade e senhas de protocolo. Essa fase pode servir para que a encenação discursiva torne-se mais crível para a possível vítima.

- A *consumação* ou *refutação do golpe*: após ser informado dos supostos dados, é pedido que o suposto ganhador da promoção dirija-se à agência bancária mais próxima, de modo a confirmar o recebimento de seu prêmio. Caso a possível vítima aceite dirigir-se à agência ou ao caixa eletrônico, passa-se à terceira fase, da *consumação* ou *refutação* do golpe. Já diante do caixa eletrônico, e ainda em contato com os estelionatários, a vítima pode vir a fazer uma transferência para uma conta passada pelos supostos representantes da empresa, pensando que está, na verdade, realizando uma simulação que deve ser feita para que seu prêmio seja liberado.

Dessa forma, apresentando uma finalidade específica que evoca um tema em particular, bem como determinadas identidades e circunstâncias materiais, além de estar ancorado a uma prática social homônima, o “golpe da recarga premiada” pode ser considerado como um gênero discursivo.

Na próxima seção, analisaremos a forma como os sujeitos que procuram aplicar o golpe organizam e utilizam seus argumentos patêmicos de modo a atingir seus objetivos.

### 3. Argumentação patêmica em um crime de estelionato via telefone

Nos “golpes da recarga premiada”, o sujeito comunicante procura levar o sujeito interpretante a experimentar diversos tipos de emoções. Alguns desses argumentos, que se configuram a partir de determinadas estratégias patêmicas, são propícios a despertar o temor no interlocutor. Observe o seguinte exemplo:

(a) Se o senhor quiser estar recebendo o valor de sua premiação, vai estar vindo pra dar as verdadeiras informações, caso não, a premiação não é obrigatória, mas sim opcional. Se o senhor está desconfiando da nossa empresa e o que está divulgando, boa sorte na próxima premiação, tudo bem? (Texto 1 do corpus).

Em um dado momento da interação, os estelionatários desconfiam de que a vítima não tenha passado algumas informações referentes ao seu saldo bancário de forma verídica, o que os levou a fazer essa ameaça: caso o interlocutor não passasse as informações verdadeiras, ele não receberia a premiação que, segundo o sujeito que se passa pelo representante da

empresa realizadora da promoção, não é obrigatória. Já que toda a situação de comunicação gira em torno da suposta premiação, a vítima certamente sentir-se-ia atemorizada com a possibilidade de não ter seu prêmio liberado.

É importante observar que, caso o interlocutor tivesse um conhecimento mais aprofundado acerca de premiações e transações bancárias, ele poderia ter notado que, para receber um valor monetário ao qual se tem direito, não é necessário que o saldo atual de sua conta bancária seja fornecido à empresa realizadora da promoção. Em outro momento dessa interação, ocorre algo parecido, com a mesma finalidade de amedrontar a possível vítima:

(b) Se o senhor quiser estar recebendo o valor da premiação de setenta e cinco mil, vai saindo mesmo agora para a agência bancária a qual o senhor é cliente. Caso não... (Texto 1 do corpus).

O excerto acima mostra a ocasião em que o sujeito enunciador faz uma ameaça subentendida com a falta de complemento na oração “caso não...”, para fazer com que seu interlocutor aja de acordo com as instruções. Nessa parte da interação, ao ser informado de que deveria se deslocar a um caixa eletrônico para confirmar o recebimento do prêmio, o interlocutor afirma que poderá fazer todo o processo bancário sem sair de casa, através de seu *laptop*. Percebendo que a possibilidade de consumação do golpe estava ameaçada, o sujeito, na vez de representante da empresa, produz o enunciado acima, que não condiz com a imagem de profissional que ele desejava demonstrar, já que o funcionário de uma empresa não deveria fazer ameaças veladas a um suposto cliente.

A partir dos exemplos acima, podemos notar que um conhecimento mais aprofundado acerca do funcionamento bancário pode ser fator crucial para fazer com que as possíveis vítimas dos “golpes da recarga premiada” percebam a natureza criminosa da interação e não realizem o que os estelionatários pedem, de modo a não consumarem o golpe e não serem lesionadas.

Além de argumentos que procuram despertar sentimentos relacionados ao medo e ao temor, observamos, também, a ocorrência de argumentos que visam a despertar a alegria, a felicidade nas vítimas dos “golpes da recarga premiada”. Apresentamos, por exemplo, o excerto abaixo:

(c) Neste exato momento é momento mágico, é mudança de vida, é a Rede Globo realizando mais um sonho de mais um cidadão brasileiro. O coração e a emoção no momento tá assim ou tá a mil, o coração? (Texto 2 do corpus).

No excerto acima, notamos o apelo feito às emoções do sujeito interpretante, que está passando por um “momento mágico” de “mudança

de vida” proporcionado supostamente pela Rede Globo. Podemos observar a insistência na utilização de vocábulos como “sonho”, “coração”, “emoção”, e ainda o uso da *enunciação da expressão patêmica* (CHARAUDEAU, 2010), através da enunciação alocutiva, com a finalidade de produzir um estado patêmico a partir da menção ao estado emocional no qual o sujeito destinatário se encontra, ou deveria se encontrar.

Em outro texto, também encontramos um argumento patêmico que procura despertar a alegria, a felicidade no interlocutor:

(d) ok, meus parabéns campeão, comemora, faz a festa, a Oi tá entrando em contato agora. (Texto 3 do corpus).

Novamente, através da modalidade alocutiva, ou seja, através da interpelação do interlocutor, através do vocativo “campeão” – com alto valor axiológico – e dos verbos no imperativo, “comemora”, “faz”, notamos que o sujeito que argumenta procura levar o destinatário a um estado de euforia. Afinal, ele deve comemorar por ser um campeão para o qual a empresa de telefonia Oi está ligando.

Não podemos deixar de notar o embasamento do argumento acima nos imaginários sociodiscursivos relacionados à mídia brasileira, que possui muitas atrações televisivas que se apoiam sobre a “realização de sonhos” de “cidadãos brasileiros”, desde uma mudança no estilo de se vestir, à entrega de casas próprias ou outras aquisições de alto valor monetário. Notamos que a utilização do operador argumentativo “mais” em “mais um sonho de mais um cidadão” evoca, justamente, esse imaginário que diz que essas empresas auxiliam e realizam os sonhos de várias pessoas.

Levando em conta as fases do processo interacional dos “golpes da recarga premiada”, observamos um equilíbrio no que concerne ao uso de argumentos patêmicos que procuram despertar a alegria nas possíveis vítimas, visto que, tanto na parte inicial da interação, no anúncio do prêmio, quanto na fase burocrática, os estelionatários procuram deixar claro que o seu interlocutor é um felizardo, vencedor, alguém que deve se alegrar por ser o ganhador de um alto valor monetário. Essa estratégia de *captação* faz-se relevante na medida em que o sucesso do golpe é dependente do fato de o interlocutor acreditar nos argumentos do locutor e passar as informações pessoais necessárias acreditando que, assim, terá posse do valor da premiação.

Por questões relativas às dimensões e objetivos deste manuscrito, não apresentamos todas as análises concernentes aos argumentos patêmicos

encontrados nos discursos que compõem nosso *corpus* de análise, mas apenas utilizamos alguns como exemplo. Acreditamos, no entanto, que esses poucos exemplos já sirvam para comprovar o que procuramos demonstrar: os sujeitos enunciativos dos “golpes da recarga premiada” fazem uso de diferentes argumentos patêmicos visando a captar seus destinatários, procurando persuadir as possíveis vítimas do golpe para que elas acreditem em suas afirmações.

Estamos, então, diante de uma tentativa de crime de estelionato que utiliza aspectos linguístico-discursivos como materiais para efetivar o crime. Portanto, dada a natureza do objeto analisado enquanto *corpus* de pesquisa, este trabalho, que se guiou pelos pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Semiolinguística do Discurso, encontra-se no escopo da Linguística Forense enquanto disciplina que se ocupa da aplicação de teorias linguísticas diversas à resolução de problemas de caráter jurídico. Tal caráter é atestado pelo fato de este artigo investigar uma prática interacional passível de criminalização: o “golpe da recarga premiada”.

### Considerações Finais

A partir da análise do nosso *corpus*, constituído por textos oriundos da transcrição de três gravações de “golpes da recarga premiada”, disponibilizadas no YouTube, pudemos notar que os sujeitos que procuram consumir o golpe fazem uso de diferentes argumentos patêmicos. Dentre esses argumentos, notamos que alguns procuram despertar o medo, o temor, e outros, a alegria nos interlocutores. Tais emoções são coerentes com o projeto de fala, já que, para convencer os interlocutores a efetuar a transação financeira e consumir o crime de estelionato, os sujeitos que argumentam precisam convencê-los de que foram os vencedores de um prêmio (alegria) e que, se não seguirem suas recomendações, poderão perder tal premiação (temor).

Além disso, observamos que os “golpes da recarga premiada” exibem uma relativa estabilidade em seu formato, apresentando três fases distintas: o anúncio do prêmio; a fase burocrática; e a consumação/refutação do golpe. A finalidade comunicativa, o tema, as circunstâncias materiais nas quais a troca comunicativa se realiza, bem como as identidades que emergem da situação também fazem com que esse golpe se distinga de outros usos discursivos. Ou seja, podemos considerar o “golpe da recarga premiada” como um gênero do discurso.

Este trabalho insere-se no âmbito de um projeto maior que vem sendo construído desde o nosso curso de mestrado e se estende, agora, no curso de

doutorado em Letras Vernáculas na UFRJ<sup>2</sup>. Acreditamos que a compreensão detalhada do funcionamento argumentativo no interior de práticas passíveis de criminalização, tal como a que aqui foi descrita e analisada, pode servir para que compreendamos melhor a natureza de tais condutas desviantes, o que poderá culminar em políticas de segurança pública que visem ao combate a tais práticas. Por estarmos analisando uma situação de comunicação de natureza delituosa, este trabalho se encontra no escopo da Linguística Forense.

### Referências

ANGHER, Anne Joyce. **Código Penal**. Código de Processo Penal. Constituição Federal. São Paulo: Editora Rideel, 2004.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (org.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.

\_\_\_\_\_. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia, **As emoções no discurso**, v. II. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2012.

OLSSON, John. **Forensic Linguistics**. New York: Continuum, 2008.

### Forma de citação sugerida

SILVA, Welton Pereira e. Argumentação e emoção em golpes da recarga premiada: análise à luz da semiolinguística e da linguística forense. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 17, p. 158-171, jul./dez.2018. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-17-1807](https://doi.org/10.17648/eidea-17-1807).

---

<sup>2</sup> A pesquisa em curso está sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Helena Martins Gouvêa e também conta com o apoio financeiro da Capes.

## O que é argumentação prática?<sup>i</sup>

**Julder Gómez**

Professor Doutor da Universidade EAFIT, Colômbia.  
Jgomezp5@eafit.edu.co

**Resumo:** Este texto trata do conceito de argumentação prática, para cuja compreensão se quer contribuir definindo-a como raciocínio em contextos sociais orientado para escolher uma ação para resolver um problema prático. No desenvolvimento dessa definição, considero, primeiramente, o interesse da pergunta “o que é a argumentação prática?”. Segundo, exponho três respostas importantes para essa pergunta e as críticas às duas primeiras. Terceiro, acrescento uma crítica à terceira resposta e, assim, coloco o problema da definição da argumentação prática. Quarto, exponho a tese de que a argumentação prática é argumentação favorável ou contrária a uma decisão. Quinto, proponho a diferença entre a argumentação prática do agente da ação e a de seu observador, por um lado, e aponto a distinção entre a argumentação prática e o solilóquio em face de problemas práticos, por outro. Finalmente, como conclusão, refeito o percurso da progressão do texto em direção a uma definição da argumentação prática.

**Palavras-chave:** Argumentação prática. Raciocínio. Argumentação nas Ciências Sociais. Razões para atuar.

**Abstract:** The subject of this text is the concept of practical argumentation, which can be defined as reasoning in social contexts that focuses on selecting an action to solve a practical problem. To develop this definition, I proceed as follows: First, I consider the main interest of the question, what is practical argumentation? Second, I present three important answers to this question and the critics to the first two of them. Third, I add a critic to the third answer and with this, I state the problem of the definition of practical argumentation. Fourth, I present as a thesis that practical argumentation is favorable or contradictory argumentation to a decision. Fifth, I state the difference between practical argumentation from both the agent and the observer of the action on one hand, and on the other, I point out the difference between practical argumentation and soliloquy before practical problems. Finally, I provide a recount of the text progression towards a definition of practical argumentation as a conclusion.

**Keywords:** Practical argumentation. Reasoning. Argumentation in social sciences. Reasons for action.

---

<sup>i</sup> A Revista EID&A agradece vivamente a Heiner Mercado Percia pela autorização desta tradução do original “¿Qué es la argumentación práctica?” publicado pela Revista *Co-herencia*, v. 14, n. 27, p. 215-243, 2017. DOI: 10.17230/co-herencia.14.27.9.

### Interesse da pergunta

A pergunta pela definição da argumentação prática é interessante para o estudo da argumentação porque esse conceito contribui para a compreensão mais geral dele e evita mal-entendidos ou confusões na elaboração de explicações agentivas que tem como base a argumentação prática, isto é, das explicações de ações que aludem às razões que o agente tem para atuar, por parte das ciências sociais, em geral, e das análises críticas do discurso político, em particular.

### Compreensão do conceito de argumentação

O procedimento consiste em definir o conceito da argumentação e, a partir dele, elaborar as distinções entre argumentação prática e argumentação teórica; trata-se de um meio atrativo que é empregado em virtude da garantia da manutenção da compreensão do geral e do que é comum às diferentes formas de argumentação. O procedimento contrário consiste em definir, primeiro, as distintas classes de argumentação, a argumentação prática e a argumentação teórica, para definir, depois, o conceito mais geral da argumentação; trata-se de outro procedimento, ou melhor, é também um meio atrativo porque garante a manutenção da compreensão do que é específico de cada classe. Homogeneidade e especificidade, dizia Schopenhauer (1998, p. 29-30), devem ser observadas por igual, sem empregar nenhuma em detrimento da outra. As definições que partem do geral procuram garantir o reconhecimento de tudo o que é argumentação, e as que partem do particular procuram garantir que essa generalidade não negue nem implique a negação do que é próprio de uma espécie particular de argumentação.

Algo disso poderia, de fato, ocorrer na teoria da argumentação. O problema apontado para a teoria da argumentação elaborada por Chaïm Perelman, baseado no fato de que ela negligencia o caráter normativo da argumentação (VAN EEMEREN, 2011, p. 58), poderia ser compreendido como um efeito de sua ênfase no que é próprio da argumentação prática; ênfase dada em detrimento do geral que ela compartilha com a argumentação teórica. Da mesma forma, o problema apontado pela teoria pragmatialética da argumentação consiste em que ela desconhece que o que é próprio do discurso deliberativo é a escolha e não a verdade (KOCK, 2009), e poderia ser

entendido como um efeito da ênfase na racionalidade característica da argumentação teórica, realizado em detrimento do específico da argumentação prática.

Nesse contexto, o estudo da definição da argumentação prática pode contribuir para a obtenção de um melhor equilíbrio entre homogeneidade e especificidade na teoria da argumentação.

### **Esclarecimentos a respeito das explicações agentivas baseadas na argumentação prática**

O estudo da argumentação apresenta um modo de compreender, explicar e criticar ações sociais para o qual é conveniente o esclarecimento do conceito da argumentação prática, uma vez que, com isso, se evitam confusões e mal-entendidos.

No caso da análise crítica do discurso político, tem sido apontado que a identificação dos argumentos oferecidos pelo agente político a favor de uma ação institucional é uma maneira adequada de proporcionar explicações agentivas da ação política, pois esta se realiza porque a comunidade política aceita os argumentos dos agentes políticos que a representam, no caso das democracias; tem sido indicado que o analista tem por função avaliar os argumentos oferecidos pelo agente político e também criticá-los quando estes forem questionáveis por razões de inaceitabilidade, insuficiência ou irrelevância, ou criticáveis por justificarem ações contrárias aos interesses da comunidade política (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2013).

Nesse caso, é claro que se pretende explicar a ação a partir da argumentação prática; também parece que o analista faz teoria e prática da argumentação política; mas, se é assim, onde termina sua argumentação teórica e começa sua argumentação prática? Entre seus compromissos, quais são teóricos e quais são práticos? Que diferença há entre a argumentação do analista do discurso político e a argumentação do político? Não acredito que essas perguntas sejam enigmáticas, mas que a clareza de suas respostas favoreça a consecução dos propósitos da teoria da argumentação e dos campos da argumentação prática, entre os quais se encontra a argumentação política.

### Três respostas

O conceito da argumentação prática é definido a partir da natureza de suas conclusões. As perguntas “o que é a argumentação prática?” e “o que é a conclusão de uma argumentação prática?” são, a esse respeito, equivalentes. As respostas a essas perguntas têm sido predominantemente três: 1) a conclusão de uma argumentação prática é uma ação; 2) a conclusão de uma argumentação prática é um juízo prático; e 3) a conclusão de uma argumentação prática é a formação de uma intenção. Nesta e na próxima seção considerarei cada uma dessas respostas e os problemas teóricos que sua aceitação implica.

### A argumentação prática como argumentação orientada para a ação

A referência clássica mais importante na compreensão do raciocínio prático como raciocínio orientado para a ação encontra-se nos textos de Aristóteles, na *Ética a Nicômano* (1998) (doravante E.N.) e no *Movimento dos animais* (2000) (doravante M.A.). Ele afirma que, quando deliberamos, sempre nos referimos ao que podemos fazer (E.N., III, 2-3, 1112a, 1112b, 1113a) e que, assim como nos casos em que a conclusão de um raciocínio é uma regra, uma descrição regular do mundo, do mesmo modo, em outros casos, a conclusão de um raciocínio é uma ação (M.A., 701a, 7-25). Nos primeiros casos, o raciocínio seria teórico, seria contemplativo, seria uma observação, enquanto que nos últimos casos o raciocínio seria prático.

Elizabeth Anscombe (1991) propôs uma compreensão da diferença entre a conclusão do raciocínio teórico e a conclusão do raciocínio prático como uma diferença entre conhecimento por observação e conhecimento sem observação. Essa diferença consiste em que, no conhecimento por observação, tenta-se fazer que uma representação se ajuste ao mundo, enquanto que no conhecimento sem observação tenta-se que o mundo se ajuste a uma representação. Para ilustrar esse contraste, Anscombe (1991, p. 109-111) concebeu o conhecido exemplo da situação em que um homem realiza compras a partir de uma lista previamente elaborada e outro homem elabora uma lista mediante a observação do que o primeiro compra. O contraste consiste em que, se a lista do segundo homem contém um elemento que o primeiro não comprou, então seu erro é um erro de observação, é um erro teórico; por outro lado, se a cesta de compras do primeiro homem contém algum elemento que não estava incluído na lista

previamente elaborada, então, *prima facie*, seu erro é um erro prático, errou em sua atuação. Trata-se, portanto, de uma diferença no que se conhece como a direção de ajuste entre as representações e o mundo. De resto, não é difícil construir isso como um raciocínio: ‘Preciso comprar as coisas que estão na lista. O elemento x está na lista. Aqui tem um elemento x. Portanto, pego esse elemento x’. O ponto é que, se o agente não pega o elemento x após as primeiras três premissas, mas pega um elemento y, seu erro é prático.

Além disso, ela distingue duas classes de raciocínios práticos, a saber, os raciocínios práticos propriamente ditos e os raciocínios práticos ociosos. Nos primeiros, a conclusão é uma ação, quem raciocina atua; nos segundos, é a consideração de uma ação, a ação é “dita” mentalmente. Os primeiros são característicos do agente na situação prática, os últimos são exemplos da sala de aula (ANSCOMBE, 1991, p. 114). Darei elementos para se entender que se trata de uma distinção essencial.

Foram feitas três objeções importantes a esse modo de entender a conclusão do raciocínio prático: primeiro, alguém pode realizar um raciocínio prático sem realizar a ação (AUDI, 2005, p. 70; RAZ, 1979, p. 5-6); segundo, esse modo de compreender a conclusão do raciocínio prático dificulta a inteligência dos casos em que há uma grande distância temporal entre a realização do raciocínio prático e a realização da ação (RAZ, 1979); e, por último, pode acontecer que se realize o raciocínio prático e também a ação, mas que esta seja realizada por razões alheias às consideradas no raciocínio prático (AUDI, 2005, p. 71). A primeira objeção consiste em que pode haver raciocínio prático sem ação, no qual, por isso, a ação não é um elemento necessário para que haja raciocínio prático. A segunda consiste em que, quando há uma distância apreciável entre a realização do raciocínio prático e a realização da ação, torna-se manifesto que o raciocínio já foi realizado completamente antes de que se realizasse a ação, o que significa que a ação não faz parte do raciocínio. A terceira, por último, consiste em que esse modo de entender as conclusões dos raciocínios práticos não permite distinguir entre os casos nos quais o agente atua pelas razões consideradas e os casos nos quais, apesar de conhecer as razões pelas quais deveria atuar desse modo e atua desse modo, não o faz por essas razões.

### A argumentação prática como argumentação orientada para a formação de uma intenção

Em Aristóteles também pode ser encontrado algum indício textual favorável para a definição do raciocínio prático como raciocínio orientado para formação de uma intenção ou a tomada de uma decisão. De fato, na *Ética a Nicômano* pode ser lido que o objeto da deliberação é o mesmo que o da eleição (E.N., III, 3, 1113a 5) e que isso está claro na descrição dos regimes políticos que Homero realiza, pois nela os reis anunciam ao povo o que decidiram (1113a, 5-10). Isso serve como elemento de juízo para inferir que talvez Aristóteles não distinga muito claramente nem entre ação e decisão, nem entre o ato mental de tal formação de uma intenção e o ato de fala de anunciar uma decisão. Ao contrário, quem mais recentemente afirmou que a conclusão do raciocínio prático é uma decisão, uma resolução ou uma intenção de atuar empregou esses termos para se referir a um estado mental e, conseqüentemente, também ao falar do raciocínio prático, fez referência a um processo mental (BINKLEY, 1965; BRATMAN, 1999; SEARLE, 2003; VELLEMAN, 1996).

Entretanto – costumam opor – o que tem de prático o raciocínio prático assim concebido? Na literatura, destacam-se duas respostas: na primeira, a ação está para a decisão assim como o conhecimento está para o juízo (BINKLEY, 1965, p. 432); na segunda, a decisão, ou melhor, a intenção é uma representação causalmente autorreferencial de uma ação (BINKLEY, 1965, p. 432-435; HARMAN, 1976, p. 448; SEARLE, 2003; p. 41). A oposição supõe que a ênfase na intenção, e não na ação, afeta a homogeneidade da distinção entre raciocínio teórico e prático, uma vez que o primeiro conduziria ao conhecimento enquanto que o segundo não conduziria ou não conduziria diretamente à ação. A analogia proposta por Robert Binkley na primeira resposta reestabelece a homogeneidade ao indicar que tampouco o raciocínio teórico conduz diretamente ao conhecimento. Ambos os tipos de raciocínio conduziriam a seu propósito por meio de um estado mental: o juízo, no raciocínio teórico, e a intenção, no prático. A especificidade – ou a diferença – entre os termos da distinção residiria, de acordo com a segunda resposta, não apenas na direção de ajuste previamente assinalada por Anscombe, mas também na direção de causalção: o juízo de conhecimento, a conclusão do raciocínio teórico, é uma representação de uma situação ou de um fato  $p$  que se pretende causalmente conectada como efeito com  $p$ ; em contrapartida, a intenção, isto é, a conclusão do raciocínio prático, é uma representação de

uma ação  $q$  e é uma representação que pretende causar tal ação, ou seja, dizer de uma representação que é uma intenção é dizer que é uma representação de uma ação e que pretende causar a ação que representa.

A essa concepção do raciocínio prático foram feitas três objeções: na primeira, diz-se que não há uma diferença essencial entre o raciocínio que um homem faz sobre seu próprio curso de ação e o que esse mesmo homem faz sobre o curso da ação de outro homem (RAZ, 1979, p. 6); já na segunda, que o raciocínio prático pode ser completado sem que uma intenção seja formada; e, por último, que pode ser formada uma intenção por razões diferentes das consideradas no raciocínio prático (AUDI, 2005, p. 71). A primeira dessas objeções pode ser interpretada como uma condição, a saber, que uma compreensão do raciocínio prático como raciocínio orientado para a intenção, para ser aceitável, deve mostrar que existe uma diferença essencial entre o raciocínio prático desenvolvido em primeira pessoa e o desenvolvido em terceira pessoa. A segunda, por outro lado, tenta provar que a intenção não é uma parte essencial do raciocínio prático. Com efeito, se é possível completar o raciocínio prático sem formar uma intenção, considerando a conclusão sem representá-la como algo que será feito, então a formação de intenção não é indispensável para que haja raciocínio prático. Essa objeção, no entanto, se parece com a anterior, na qual perderia relevância se, como sugere Anscombe, pudesse ser feita uma distinção essencial entre o raciocínio prático propriamente dito e o raciocínio prático de sala de aula, no qual a conclusão é mentalmente “dita”, mas nada mais (ANSCOMBE, 1991, p. 114). A terceira dessas objeções, por último, é equivalente à última apresentada contra a concepção que enfatiza a ação. Não é tanto uma objeção contra a razoabilidade da concepção quanto uma objeção contra a utilidade da apelação ao raciocínio prático como meio para explicar ações, pois se aceitássemos que a conclusão de um raciocínio prático é uma intenção, mas não soubéssemos quando o é, então esse conhecimento seria pouco útil no campo da explicação da conduta a partir das razões do agente.

### **A argumentação prática como argumentação orientada para o juízo prático**

As objeções apresentadas contra a compreensão do raciocínio prático que põe ênfase na ação e contra a qual põe ênfase na formação de intenção consistem em que estas não satisfazem as seguintes condições: primeiro, a conclusão de um raciocínio prático não pode faltar em um raciocínio prático

completo, ou melhor, deve ser um conteúdo necessário de um raciocínio prático completo; segundo, não deve ser temporalmente distante da realização de um raciocínio prático completo; e, por último, deve ter alguma utilidade na explicação da conduta do agente a partir de razões.

Parece haver um consenso em que o juízo prático satisfaz essas condições. O juízo prático é uma proposição na qual se representa uma ação como recomendável para um agente, é uma proposição com a qual se conclui um raciocínio prático, uma que responde um problema ou uma questão prática cuja formulação linguística poderia ser a de “o que fazer?” (AUDI, 2005, p. 68-71; 2015, p. 19). Diferente da ação e da intenção de atuar, o juízo prático não pode faltar e é um conteúdo necessário de todo raciocínio prático completamente desenvolvido, porque todos aqueles que realizam um raciocínio completo consideram sua conclusão e, no caso do tipo de raciocínio que nos ocupa, trata-se de um juízo prático. Nesse sentido, há alguma utilidade na explicação da conduta do agente a partir de razões, porque se alguém tem razões para considerar que uma ação é recomendável para um agente e essa ação foi realizada, então essas razões constituem uma explicação provável da realização da ação – embora pudesse ser dito o mesmo da ação e da intenção.

A importância da ênfase em que o juízo prático é uma proposição com a qual se conclui um raciocínio e que tem que ser considerada por todos aqueles que realizem o raciocínio, com independência de se é formada ou não a intenção de atuar como essa proposição, indica que se deve fazer e se atua ou não desse modo. A importância dessa ênfase, digo, reside no que com ele se assegura que as respostas às perguntas “o que é o específico do raciocínio prático” e “qual é a natureza da conclusão de um raciocínio prático?” referem a uma parte necessária de todo raciocínio prático completamente desenvolvido, em todos os casos. Por outro lado, a importância de ressaltar que, com o juízo prático, a resposta a uma questão prática do tipo “o que fazer?” é concluída, indica também que uma questão que o agente coloca quando está enfrentando um problema prático, reitero, consiste em que, com ela, a homogeneidade é assegurada na distinção entre raciocínio teórico e raciocínio prático, a saber, ambos os tipos de raciocínios são respostas a problemas ou perguntas; a diferença é que o teórico procura responder perguntas do tipo “é verdade que  $p$ ?”, em que  $p$  é uma descrição do mundo, enquanto que o prático procura responder perguntas do tipo “o que deveria fazer  $a$  em uma situação  $x$ ?”, em que  $a$  é o nome ou a descrição de um agente

e  $x$  é a descrição de uma situação problemática (AUDI, 2005, p. 68-71; 2015, p. 19; WALTON, 1990, p. 405).

Ora, até aqui falei de raciocínio prático e não de argumentação prática, por isso é oportuno especificar se essa compreensão do raciocínio prático é uma compreensão adequada também para a argumentação prática. Quer dizer, o raciocínio prático é a mesma coisa que a argumentação prática? Para realizar as precisões que essas perguntas requerem, é necessário fazer duas distinções: primeiro, entre o raciocínio em um sentido concreto ( $\psi$ ) e o raciocínio em um sentido abstrato ( $\lambda$ ) (AUDI, 2005, p. 68; 2015, p. 19-20); segundo, entre o raciocínio fora do contexto social ( $\lambda\emptyset$ ) e a argumentação ou o raciocínio em um contexto social ( $\lambda\omega$ ) (WATSON, 1990).

Em um sentido concreto, o raciocínio  $\psi$  é um passo de um estado mental de caráter intencional para outro estado mental de caráter intencional, portanto, é individual no sentido em que os estados mentais são estados de indivíduos psíquicos, é também um passo que é considerado justificado, apoiado ou motivado pela relação entre os conteúdos desses estados intencionais, por exemplo: eu realizo um raciocínio quando passo da crença de que ela usa uma aliança de casamento para a de que ela é uma mulher casada. Na medida em que um raciocínio  $\psi$  é realizado em um indivíduo psíquico, nesse sentido do termo raciocínio, dois indivíduos não podem realizar o mesmo raciocínio. É no sentido abstrato do termo raciocínio que podemos dizer que dois indivíduos psíquicos realizam o mesmo raciocínio, a saber, ambos realizam um raciocínio  $\lambda$  segundo o qual se uma mulher usa um anel de casamento, então, essa mulher está casada; nesse sentido, abstraímos o “conteúdo proposicional” do raciocínio  $\psi$  ou da série de estados mentais. Esses dois sentidos nos quais usamos o termo raciocínio se relacionam entre si como uma instância ou exemplar e como um tipo: todo raciocínio  $\psi$  é uma instância ou exemplar de um raciocínio  $\lambda$ .

Por outro lado, um raciocínio  $\psi$  pode ser realizado sem nenhum propósito social. Por exemplo, vejo que uma mulher tem um anel de casamento e eu deduzo que ela está casada, mas faço a inferência sem nenhum propósito social, sem ter proposto isso e sem dizer a ninguém. Muito diferente é o que acontece quando, falando dela com um amigo, me dou conta de que não estamos de acordo sobre seu estado civil e, para persuadi-lo de que ela está casada, mostro para ele que ela usa um anel de casamento. Nos dois casos, temos um mesmo raciocínio  $\lambda$ , mas só no segundo temos uma argumentação ou um raciocínio  $\lambda\omega$  em um contexto social e orientado para a

resolução de um desacordo (VAN EEMEREN, 2011, p. 13; PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 1989, p. 49-52; TOULMIN, 2007, p. 29; WATSON, 1990, p. 411).

Dessa forma, na medida em que os partidários da compreensão da argumentação prática como argumentação orientada para um juízo prático aceitem essas distinções, desse ponto de vista, a argumentação prática é um tipo de raciocínio  $\lambda\omega$  realizado em um contexto social, com o propósito de resolver um desacordo sobre o que fazer ou como resolver um problema prático, cuja conclusão é um juízo prático, isto é, um enunciado segundo o qual, em uma situação  $x$ , um agente  $a$  deve executar uma ação  $q$ . Esse tipo de argumentação se distingue da teórica em que se encontra orientada para a resolução de um desacordo a respeito de se uma descrição  $p$  é verdadeira ou falsa.

Essas distinções são importantes também por outra razão: permitem esclarecer que, enquanto o raciocínio não é realizado sempre em um contexto social e com propósitos sociais, a argumentação  $\lambda\omega$  é sempre realizada nesse contexto; além disso, permitem esclarecer que a pergunta “o que é a argumentação prática?” é diferente da pergunta pelo esquema de raciocínio chamado “argumento prático” (WALTON, REED, MACAGNO, 2008). Determinar a estrutura do esquema do argumento prático é responder à pergunta: “quantos e quais tipos de premissas tem um argumento prático?”, enquanto que definir a argumentação prática é responder à pergunta “qual é a natureza da conclusão da argumentação prática?”. Assim, o acordo ou desacordo com a descrição do esquema do chamado “argumento prático” exposto pelos proponentes da definição da argumentação prática (AUDI, 2005, 2015; WALTON, 2015) centrada no juízo prático é independente do acordo ou desacordo com sua definição da argumentação prática. Na próxima seção, explicarei o motivo pelo qual essa definição me parece problemática e, então, farei uma proposta que resolve o problema, como tentarei mostrar.

### O problema do caráter prático da argumentação prática

A compreensão da argumentação prática como argumentação favorável a um juízo prático cumpre com a condição que qualquer definição desse tipo de argumentação deve satisfazer: ao determinar a natureza da argumentação prática, se refere a algo que não pode faltar em um argumento prático completamente desenvolvido. As definições da argumentação prática

centradas na formação da intenção ou na ação não cumprem com essa condição. Entretanto, essa compreensão me parece objetável porque não cumpre com outra condição que também deve satisfazer qualquer definição aceitável da argumentação prática: a natureza da conclusão da argumentação prática deve ser algo de caráter prático. As definições centradas na formação da intenção ou na ação, sim, satisfaziam essa condição.

O juízo prático, conforme dito anteriormente, é uma proposição na qual se representa uma ação como recomendável para um agente. Em que sentido se pode dizer que a consideração de uma ação como recomendável para um agente é algo prático? Acredito que esse é o último sentido em que se pode dizer tal coisa: que aquilo representado é uma ação.

No entanto, afirmar que uma argumentação é prática por essa razão é problemático. De fato, para desenvolver coerentemente essa afirmação, seria necessário distinguir tantos tipos de argumentação quantos tipos de coisas podem ser representados por uma proposição. Como apontou Elizabeth Anscombe (1991, p. 111), se um raciocínio é prático porque sua conclusão representa uma ação, então, seriam necessários também raciocínios “sanduicheiros”, a saber, aqueles nos quais se conclui com uma representação de um sanduíche: *Todos os sanduíches têm carne. Isto é um sanduíche. Isto tem carne.* Isso é inaceitável, porque um raciocínio desse tipo é claramente um raciocínio teórico, já que nele a conclusão é uma observação, a contemplação de algo – que é, aproximadamente, o que significavam as expressões gregas *theorein*, *teorema*, das que se formam nossas expressões teoria e teórico. Por isso, uma conclusão que consiste na consideração ou contemplação de uma ação como recomendável para um agente é uma conclusão teórica sobre a conveniência ou inconveniência de uma ação para um agente.

Isso é coerente com o fato de que, em geral, nos referimos aos argumentos de quem tem pretensões cognitivas como argumentos teóricos, ainda que seu conhecimento se refira a uma prática ou a uma ação. Assim, costumamos tratar os argumentos do historiador como argumentos teóricos, mesmo quando seus argumentos consistem em que, provavelmente, um agente realizou uma ação porque, dadas as circunstâncias, era conveniente para ele; e costumamos tratar os argumentos do cientista político como argumentos teóricos, mesmo quando consistem em que, provavelmente, uma gente realizará uma ação porque, dadas as circunstâncias, é recomendável para ele.

Em suma, parece-me objetável a definição da argumentação prática como argumentação orientada para a consideração de uma ação recomendável para um agente porque faz da argumentação prática uma espécie de argumentação teórica e, ao fazer isso, dificulta a inteligência da diferença entre a argumentação realizada com propósitos cognitivos e a realizada com propósitos práticos, por exemplo, a diferença entre a argumentação do historiador e a argumentação do juiz criminal, ou a diferença entre a argumentação do cientista político e a do político.

### **Proposta: a argumentação prática como argumentação orientada para a decisão**

O conceito da argumentação prática se define a partir da natureza de suas conclusões. Essa definição deve satisfazer duas condições: (1) deve se referir a algo que não possa faltar em uma argumentação completamente desenvolvida; e (2) deve fazer jus à natureza prática do tipo de argumentação que se tenta definir. As definições centradas na formação de intenção ou na ação satisfazem a segunda condição, mas não a primeira. As definições centradas no juízo prático satisfazem a primeira, mas não a segunda. É necessário elaborar uma definição que satisfaça as duas condições.

Quero sugerir que a argumentação prática é argumentação orientada para a realização de um ato de fala de decidir e, em sentido derivado, de propor. Esses atos de fala satisfazem as duas condições mencionadas anteriormente: (1) uma argumentação prática completamente desenvolvida não pode carecer de nenhum deles e (2) eles fazem jus à natureza prática da argumentação que se quer definir.

Para expor essa proposta, em primeiro lugar, vou apontar a diferença entre afirmar que a argumentação prática se orienta para a formação de uma intenção e afirmar que se orienta para a tomada de uma decisão a favor ou contra uma proposta; em segundo lugar, indicarei as razões pelas quais a proposta e a decisão satisfazem as condições que uma definição da argumentação prática deve satisfazer; e, em terceiro lugar, lidarei com três distinções que podem tornar mais compreensível a definição da argumentação prática.

### Intenção, proposta e decisão

Em primeiro lugar, é necessário distinguir entre a definição da argumentação prática centrada na formação de intenção e a centrada na proposta ou na decisão. À primeira vista, essas definições podem parecer equivalentes: quem faz uma proposta tem a intenção de que o grupo do qual é membro realize uma ação e, quando o grupo toma uma decisão, poderia ser pensado que todos os membros têm a intenção de realizar uma ação. À luz dessas considerações, pode parecer que as propostas e as decisões coletivas são redutíveis ou convertíveis em intenções. Se esse fosse o caso, a definição da argumentação prática centrada na proposta ou na decisão seria objetável pelas mesmas razões que a centrada na intenção.

Para se estabelecer a diferença, é conveniente começar insistindo que a definição do raciocínio prático só pode ser estendida à argumentação prática, desde que seja entendida como um tipo particular: é raciocínio  $\lambda\omega$  em um contexto social, exposto com o propósito de resolver um desacordo sobre o que fazer em face de, ou como resolver, um problema prático.

Agora, como observaram Frans van Eemeren e Rob Grootendorst (2013, p. 113), em certas circunstâncias as condições de sinceridade e o apelo às intenções não são necessárias para a realização de certos atos de fala. No que nos concerne, para que alguém faça uma proposta não é necessário que tenha a intenção de que o grupo faça o que propõe, basta que se faça responsável pelo que propõe. Em uma decisão em grupo, pode haver alguém que acredite que uma determinada proposta não será escolhida como a melhor por parte de todos e pode também acreditar que fazer a proposta e fracassar na tentativa de obter a adesão de seus companheiros traga algum benefício para si mesmo e talvez também para o grupo, então essa pessoa pode fazer a proposta por esse motivo, sem ter a intenção de que o grupo realize a ação que ele propõe. É verdade que, nessas situações, parece-nos necessário esclarecer que, ainda que o proponente não tenha a intenção de que o grupo realize a ação, deve se comportar como se tivesse essa intenção. Mas não devemos esquecer que se comportar como se alguém tivesse a intenção e ter a intenção não são a mesma coisa; em particular, se comportar como se alguém tivesse a intenção não é ter um estado mental, mas assumir um compromisso, é responder pela proposta realizada, ser responsável por ela.

Assim, pode haver propostas sem intenções, mas não pode haver propostas sem compromissos. Ao realizar uma proposta, o falante apresenta

uma ação futura. A realização disso requer uma participação conjunta dos membros do grupo (AAKHUS, 2005). Independentemente se o proponente tem o ônus da prova, isto é, independentemente se quem realiza uma proposta tem sempre a obrigação de justificar sua proposta (WALTON, 2015, p. 195), quem realiza uma proposta se compromete a considerar com os outros membros do grupo a viabilidade ou conveniência do curso de ação que a proposta representa (TOULMIN, 2007, p. 38). Seria repreensível apresentar uma proposta e depois recusar-se a considerá-la. Quem o fizesse incorreria em uma contradição pragmática, porque o ato de propor implica o compromisso de considerar argumentativamente as razões a favor e contra o curso da ação apresentado na proposta.

Por outro lado, a decisão que um grupo expressa depois de considerar os argumentos favoráveis a uma proposta também não é um estado mental. Quando o sistema de tomada de decisões do grupo não requer a concordância total dos membros, uma decisão pode ser tomada mesmo que um número grande ou pequeno dos membros do grupo não tenha aceitado os argumentos nem a proposta escolhida (HUGHES, 1984). No entanto, a decisão compromete todos os membros com a realização do curso de ação escolhido, independente de seus estados mentais. O que a decisão representa não é um estado mental, mas um curso de ação. Representa o mesmo curso de ação que a proposta representava. A diferença pode ser entendida pela distinção aristotélica entre o ser potencial e o ser em ato (ARISTÓTELES, 2011, L, IX). A diferença consiste, de fato, em que a proposta apresenta uma ação como possível e a decisão se apresenta, seja como realidade, seja como o primeiro entre os atos cuja realização causa ou constitui a realidade do escolhido (nada disso deveria obstar para indicar que há, realmente, uma semelhança entre uma intenção e uma decisão coletiva, a saber, que ambas são representações de ações e que ambas se referem a si mesmas como causas das ações que representam (VELLEMAN, 1997).

Em suma, nem a proposta nem a decisão favorável à proposta são reduzíveis a intenções. Portanto, a definição da argumentação prática centrada na proposta ou na decisão não é objetável pelas mesmas razões que a definição centrada na intenção, ou, pelo menos, não em virtude de algum tipo de equivalência entre os dois primeiros termos e o terceiro.

### **Caráter necessário e prático da proposta e da decisão**

Em segundo lugar, devemos considerar as razões pelas quais a proposta e a decisão satisfazem as condições que uma definição da argumentação prática deve satisfazer. São elas: (1) devem ser necessárias para que haja uma argumentação prática completamente desenvolvida, e (2) devem fazer jus ao caráter prático da argumentação prática.

### **A proposta e a decisão como atos de fala necessários na argumentação prática**

Quem examinar as razões pelas quais nem a formação de intenção nem a ação são indispensáveis para que haja um raciocínio  $\psi$  prático plenamente desenvolvido descobrirá que elas podem se expressar da seguinte maneira: nem a ação nem a formação de intenção são da mesma natureza que a consideração das proposições contidas no raciocínio  $\psi$ . Apesar de no raciocínio  $\psi$  prático haver estados mentais não cognitivos, como os volitivos, o próprio empreendimento de averiguar qual ação satisfaria um desejo é um empreendimento cognitivo, no final do qual o agente tem que decidir (esse sentido de decidir é equivalente a formar uma intenção) se realiza a ação representada na conclusão; no entanto, como isso pode ou não ocorrer, e se ocorrer será após a conclusão do raciocínio, tanto a formação de intenção como a ação podem estar ausentes em um raciocínio  $\psi$  completo.

Essa é a razão pela qual falamos de liberdade ou de uma brecha entre o raciocínio e a formação da intenção. As intenções não são efeitos de estados mentais, mas o agente escolhe atuar com base neles (SEARLE, 2003, p. 13). Em virtude dessa brecha, ou da liberdade dos agentes, o raciocínio  $\psi$  prático pode ser realizado completamente sem que uma intenção seja formada.

Entretanto, esse problema da brecha ou da liberdade não surge com respeito ao raciocínio  $\lambda\omega$  prático em um contexto social e orientado para a resolução de um desacordo (WALTON, 2015, p. 11). As conclusões da argumentação são da mesma natureza que as premissas: são atos de fala com os quais o falante se compromete pelo fato de realizá-los em uma situação comunicativa particular. Ao afirmar que um grupo de pessoas tem uma discussão argumentativa sobre o que fazer em uma determinada situação, sugerimos que há pelo menos dois cursos de ação propostos, alguém a favor e alguém contra fazer algo; da mesma forma, sugerimos que há argumentos favoráveis e contrários a cada um dos cursos de ação propostos. Na medida

em que esses argumentos não fazem sentido se não estiverem articulados com as propostas, a participação de um membro do grupo não termina ou não se desenvolve completamente até que não apresente ou ofereça um argumento favorável a uma proposta. Da mesma forma, como a discussão de um problema prático se realiza com a finalidade de tomar uma decisão coletiva sobre o que fazer, a discussão argumentativa não termina ou não se desenvolve completamente até que o grupo não chegue a uma decisão.

### **A proposta e a decisão como conclusões práticas**

A dificuldade da definição da argumentação prática centrada no juízo prático consiste em que, extrair como conclusão de um raciocínio um juízo prático, ou melhor, uma proposição na qual uma ação é representada como conveniente para um agente, não é, por si mesmo, algo prático. Para que uma conclusão fosse prática seria imprescindível que a situação problemática que motiva a discussão se modificasse ao chegar nela.

Dessa forma, como uma proposta e uma decisão modificam a situação problemática? Obviamente, não do mesmo modo: uma proposta é um curso de ação levado à consideração de um grupo, enquanto que uma decisão é a escolha de um curso de ação que supostamente resolve um problema prático. A proposta é prática na medida em que pode levar a uma decisão, já que se decide a favor ou contra uma proposta. Assim, a praticidade da argumentação prática depende do sentido em que uma decisão modifica uma situação problemática.

Em que sentido se pode dizer que uma decisão modifica uma situação problemática? Em dois sentidos: primeiro, uma decisão modifica uma situação problemática na medida em que coordena e dá início a uma ou várias ações individuais, que supostamente têm que transformar a situação problemática em uma situação desejada; segundo, uma decisão modifica uma situação problemática na medida em que, em virtude do reconhecimento da validade de sua realização, transforma uma ou várias funções de status e, com isso, supostamente soluciona o problema prático. No primeiro caso, a decisão cumpre com as condições de um ato de fala diretivo e é parte de uma ação coletiva; no segundo caso, a decisão cumpre com as condições de um ato de fala declarativo e é institucional (SEARLE, 2010); há, claro, um terceiro tipo de casos híbridos nos quais a decisão cumpre tanto com as condições dos atos de

fala diretivos quanto com as dos declarativos e, nesses casos, a decisão é parte de uma ação coletiva e é institucional.

Um grupo decide argumentativamente o que fazer como solução a um problema prático quando uma ou várias pessoas, reconhecidas como apropriadas, depois de considerar argumentos favoráveis e contrários às propostas existentes, realizam um ato de fala cuja marca discursiva poderia ser “depois de considerar tal e tal coisa, decidimos que...”. Esse tipo de atos de fala não apenas conclui a discussão argumentativa, mas também direciona o comportamento de um ou de vários membros do grupo, iniciando, assim, a ação coletiva com a qual se pretende resolver o problema prático. Por exemplo, quando o porta-voz do conselho de ação comunitária de um condomínio residencial comunica que, para melhorar a segurança nos estacionamentos, após considerar as propostas e argumentos, decidiu que apenas será permitido o acesso do motorista, e em nenhum caso de seus acompanhantes, ao fazer isso, ordena ao chefe de segurança que ordene aos vigilantes que impeçam a entrada de acompanhantes e, ao mesmo tempo, pede aos coproprietários que cooperem com a implementação dessa medida, iniciando, dessa forma, uma ação coletiva.

Em segundo lugar, um grupo pode resolver um problema prático conferindo ou tirando poder de um ou de vários membros para a realização de certas ações. Nesses casos, uma ou várias pessoas reconhecidas como apropriadas para isso, após considerar argumentos favoráveis e contrários às propostas em curso, realizam um ato de fala cuja marca discursiva poderia ser “depois de considerar tal e tal coisa, decidimos declarar...”. Esse ato de fala, como o anterior, não apenas conclui a discussão argumentativa, mas também modifica a função de status de um ou de vários dos membros do grupo. Assim, por exemplo, quando um grupo, para resolver problemas de comunicação interna, e após considerar a possibilidade de atribuir turnos e tempos com antecedência ou de instituir um moderador, decide que as reuniões contarão com um moderador, e que essa função será realizada por algum membro em particular, ao fazer isso, confere a um de seus membros o poder de atribuir o uso da palavra e, com isso, resolve o problema prático.

Por último, há, como eu dizia, casos híbridos nos quais a decisão não apenas muda o status de um membro do grupo como também direciona o comportamento de outros. Assim, quando o juiz criminal declara que alguém é culpado, simultaneamente priva essa pessoa de seu poder de se movimentar

livremente e ordena que a polícia coloque essa pessoa à disposição da organização penitenciária.

As propostas, por outro lado, não são práticas nesse sentido forte em que as decisões são; embora em certas ocasiões pretendam ser: quando a decisão está regulada de tal modo que quem apresenta uma proposta deve expor as razões pelas quais considera que essa é a melhor alternativa, quem elabora e apresenta uma proposta tem a pretensão de que ela resolveria o problema prático se o grupo decidisse implementá-la.

Outra maneira de apresentar o caráter prático ligado à decisão e à proposta consiste em dizer que as conclusões da argumentação prática geram compromissos práticos. Como se sabe, a noção de compromisso é fundamental para a compreensão da argumentação (WALTON; KRABBE, 1995). No entanto, além de compromissos proposicionais, isto é, dos compromissos de não negar o que afirmou, oferecer evidência disso, argumentar a seu favor, etc., além desse tipo de compromisso, no caso da argumentação prática encontramos compromissos práticos ligados à decisão e, em alguns casos, ligados à proposta.

Em primeiro lugar, quando a decisão cumpre as condições de um ato de fala diretivo, compromete o grupo com a realização da ação, ou seja, compromete cada um dos membros do grupo com a realização das ações individuais, que foram atribuídas como contribuições, por outro ou outros membros reconhecidos como autorizados para isso. Não se trata de um compromisso epistêmico, nem de um compromisso de afirmar, de não pagar, etc., mas propriamente de um compromisso que cada um dos agentes membros tem que fazer o que lhes corresponde para realizar a ação coletiva que a decisão inicia e controla ou coordena.

Como caso especial disso, quando a execução das ações propostas, se aceitas pelo grupo, depende parcial ou completamente daqueles que apresentarem a proposta, a apresentação compromete, *prima facie*, o relator com sua execução, no caso de que sua proposta seja aceita.

Em segundo lugar, quando a decisão atende às condições de um ato de fala declarativo, a decisão compromete o grupo com a manutenção do status atribuído a um membro ou a vários membros como parte da solução do problema prático. É um compromisso que cada um tem que permitir ou impedir que outros façam o que, de acordo com a decisão, é necessário que eles façam.

## **A argumentação prática diante da argumentação teórica, diante da argumentação do observador da ação e diante do solilóquio**

Nesta seção, apresento o problema da distinção entre argumentação teórica e prática, distingo a argumentação prática do agente da argumentação do observador da ação e, por último, considero a diferença entre a argumentação prática e o solilóquio motivado por um problema prático. Antes, porém, refiro-me a uma classificação de distinções que é útil nesta parte de nossas reflexões.

### **Distinções categoriais, essenciais e acidentais**

Quando o assunto é fazer distinções, é conveniente levar em conta que nem todas são iguais. Anton Ford (2011) propõe esses tipos: distinções acidentais, distinções essenciais e distinções categoriais.

Uma distinção acidental, como a que pode ser feita entre cachorros pequenos e grandes, é uma distinção na qual (1) o termo geral “cachorro” é compreensível independentemente dos termos particulares “cachorro pequeno” e “cachorro grande”; (2) os termos particulares são compreendidos pela adição de algum atributo ou acidente ao termo geral, pela adição de “grande” ou “pequeno”. Para compreender o que é um cachorro, não é necessário compreender o que é ser grande ou pequeno, e para compreender o que é um cachorro pequeno basta adicionar a compreensão do termo pequeno à do termo cachorro.

Uma distinção essencial, como a que pode ser feita entre cachorros reais e de brinquedo, é uma distinção na qual (1) o termo geral “cachorro” é compreendido pela intelecção de um dos termos particulares, “cachorro real”; e (2) o outro termo, “cachorro de brinquedo”, é compreendido por sua semelhança com o primeiro. Para compreender o que é um cachorro, basta saber o que é um cachorro real, enquanto que para saber o que é um cachorro de brinquedo, é necessário saber em que ele se parece a um cachorro real.

Uma distinção categorial, como a que pode ser feita entre animais que são cachorros e animais que são gatos, é uma distinção em que (1) o termo geral, animal, não pode ser compreendido independentemente da compreensão do que é um cachorro, um gato, ou algum outro animal particular; e (2) cada um dos termos particulares é compreendido por si

mesmo. Para compreender o que é um cachorro ou um gato, por exemplo, não é necessário saber o que é um animal, e para compreender o que é um animal, basta saber o que é algum dos animais particulares.

### **O problema da distinção entre argumentação teórica e prática**

O propósito deste texto é contribuir para a compreensão da argumentação prática, o que deveria ser útil para traçar a distinção entre argumentação teórica e argumentação prática. Entretanto, dizer o que é a argumentação prática é uma coisa, e determinar se a distinção entre argumentação teórica e prática é essencial, acidental ou categorial é outra coisa. No entanto, gostaria de apontar, pelo menos, em que consistiria a justificação dessas três afirmações.

Para justificar a afirmação de que a distinção entre argumentação teórica e prática é essencial, é necessário (1) proporcionar uma definição do termo geral “argumentação” que (2) seja equivalente de um dos termos particulares, “argumentação teórica” ou “argumentação prática”, que (3) não seja aplicável ao outro, e que, (4) no entanto, este último seja categorializado como argumentação por sua semelhança com o primeiro.

Para fazer aceitável a afirmação de que essa distinção é acidental, é indispensável (1) uma definição do termo geral “argumentação” que, além de dar conta de toda argumentação e apenas da argumentação, (2) não exclua nem a argumentação teórica nem a argumentação prática, e (3) que esses termos particulares possam ser compreendidos pela adição de um atributo ou acidente.

Finalmente, para afirmar que a distinção é categorial, seria necessário mostrar que toda definição do termo geral “argumentação” que (1) exclua todo o que não seja argumentação, (2) é já uma definição, seja da argumentação teórica, seja da argumentação prática, mas não das duas.

Dessa forma, uma maneira de levantar o problema dessa distinção consiste em perguntar se é essencial, acidental ou categorial. No entanto, meu propósito neste texto não é tomar uma posição sobre esse problema. Eu o apresento porque está relacionado à definição da argumentação prática e pode ser útil em considerações futuras.

### **A distinção entre a argumentação prática do agente e a argumentação prática do observador da ação**

Uma das objeções à definição da argumentação prática centrada na formação da intenção, lembremo-nos, consistia em que não há uma diferença importante entre os raciocínios que um homem pode fazer em torno de seu curso de ação e os que ele pode fazer em torno do curso da ação de outro homem. A propósito dessa objeção, a partir do que eu disse até agora, pode-se afirmar que há uma diferença importante e que ela se baseia no fato de que a ação é uma consequência da argumentação prática do agente e não uma consequência da argumentação prática do observador – tendo em conta que, além do mais, existem muitas diferenças entre a definição de argumentação prática centrada na formação de intenção e a centrada na decisão.

Contudo, vale a pena perguntar como se relacionam entre si a argumentação prática do agente e a do observador, e que tipo de distinção é essa. Não existe um sentido no qual, como assinalou von Wright (1972), a argumentação do historiador, do cientista político e, enfim, do humanista ou do cientista social é argumentação prática? Acredito que a resposta mais sensata a essa pergunta é afirmativa e que isso não afeta a coerência da definição da argumentação prática centrada na decisão, na medida em que se pode asseverar que a distinção entre argumentação prática do agente e do observador é essencial.

Para entender o que é a argumentação prática, precisamos entender os raciocínios práticos  $\lambda\omega$  em contextos sociais orientados para a resolução de um problema prático. Esta última característica, a de resolver um problema prático, é a que a argumentação do observador não cumpre; no entanto, o que ele observa é justamente a argumentação prática do agente e, por isso, ela está acoplada tanto à argumentação prática do agente quanto, no exemplo de Anscombe, a lista de produtos redatada pelo observador está acoplada à lista de produtos que o comprador usa para lembrar o que comprar. Em sentido estrito, a argumentação do observador é teórica, mas, na medida em que mantém importantes relações de semelhança com a argumentação do agente, diz-se ser prática, assim como se diz que os cachorros de brinquedo são cachorros, ainda que sejam de brinquedo.

## A diferença entre a argumentação prática e o solilóquio diante de um problema prático

Uma distinção semelhante é a que deve ser feita entre a argumentação prática e o solilóquio diante de um problema prático. Na seção sobre a argumentação prática como argumentação orientada para o juízo prático, distinguimos entre o processo psíquico individual que consiste em raciocinar sobre um problema prático ( $\psi$ ), aquilo do qual todos esses processos podem ser exemplares ( $\lambda$ ), e o uso desse tipo de raciocínio em um contexto social para resolver um problema prático ( $\lambda\omega$ ). Identificamos este último termo com a argumentação prática. No entanto, a condição que exige que o raciocínio faça parte de um contexto social pode parecer ambígua, pois, será que não existe nenhum sentido no qual o solilóquio possa ser considerado como raciocínio social?

Depois de tantos romances em que o protagonista passa a noite pensando as razões pelas quais uma determinada ação seria ética e as razões pelas quais seria politicamente inconveniente, seria difícil dizer que o solilóquio não é, em nenhum sentido, uma prática social. Para destacar esse sentido, é útil comparar o solilóquio de quem tem sede, sabe que a água mata a sede e bebe, com o de quem pesa razões éticas com razões políticas para atuar. A partir dessa comparação, podemos perguntar por que o primeiro caso não é exemplo de um raciocínio social, enquanto que o segundo o é em algum sentido. A resposta é que isso acontece porque, no segundo caso, o agente concebe a si mesmo como agente social, suas razões são compromissos sociais e o que está em jogo é a aceitabilidade social de sua decisão (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1989, p. 87-89; TINDALE, 2015, p. 177). Em outras palavras, como o solilóquio não é necessariamente monológico, visto que nele pode-se verificar suas razões para atuar como cidadão comparativamente às suas razões como marido para não atuar, observa-se que as diversas razões se associam a diferentes funções sociais, quando, no que diz respeito a um problema prático, existem várias decisões possíveis, várias propostas que merecem atenção do ponto de vista de diversos papéis sociais, sua consideração é social.

No entanto, o solilóquio não é raciocínio em um contexto social no mesmo sentido em que é a argumentação prática. O solilóquio pode ser social porque nele o agente pode avaliar a aceitabilidade social de sua ação. A argumentação prática é social porque é uma atividade coletiva. As conclusões do solilóquio no qual um agente tenta saber o que deve ou quer fazer não

necessariamente modificam o problema prático que o motiva. A argumentação é prática quando suas conclusões modificam o problema o qual responde, seja dando início a uma ação coletiva, seja modificando o status de um ou vários membros do grupo.

Assim, com o solilóquio motivado por um problema prático, acontece o mesmo com a argumentação do observador da ação: ambos se distinguem da argumentação prática de uma maneira essencial ou, em outras palavras, são chamados de argumentação prática porque são semelhantes às discussões em que um grupo, para resolver um problema prático, chega a uma decisão avaliando argumentativamente uma série de propostas.

### Conclusão

O propósito deste texto foi contribuir para a definição e compreensão da argumentação prática. Para isso, expus três maneiras de entender esse tipo de argumentação: uma centrada na ação, outra centrada na formação da intenção e outra mais centrada no juízo prático que representa uma ação como recomendável para um agente; referi as críticas às primeiras duas, a saber, que nem a ação nem a intenção são indispensáveis para que haja raciocínio prático; acrescentei uma crítica à última, que não faz jus ao caráter prático do tipo de argumentação em questão; argumentei que as propostas e as decisões, sobretudo as decisões, entendidas como conclusões de raciocínio  $\lambda\omega$ , em contextos sociais, orientadas para a resolução de um problema prático, satisfazem as duas condições de uma definição da argumentação prática: são imprescindíveis em uma argumentação prática completamente desenvolvida e fazem jus ao caráter prático do tipo de argumentação em questão; finalmente, assinalei que a argumentação prática do agente se distingue essencialmente da argumentação do observador da ação e do solilóquio diante de um problema prático. Com isso, espero ter destacado corretamente a especificidade da argumentação prática e um critério para determinar quando ou em que ponto começa uma argumentação prática: se com ela se pretende dar razões a favor ou contra a decisão que um grupo deve tomar sobre uma proposta, como resolução de um problema prático, então a argumentação é prática.

## Referências

- AAKHUS, M. The Act and Activity of Proposing in Deliberation. In: **Proceedings of the National Communication Association/American Forensic Association**. (Summer Conference on Argumentation), 2005. p. 402-408.
- ANSCOMBE, E. **Intención**. Barcelona: Paidós, 1991.
- ARISTÓTELES. **Ética Nicomáquea. Ética Eudemia**. Madrid: Gredos, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Partes de los animales. Marcha de los animales. Movimiento de los animales**. Madrid: Gredos, 2000.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Madrid: Gredos, 2001.
- AUDI, R. **Practical Reasoning and Ethical Decision**. London; New York: Routledge, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Reasons, Rights, and Values**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- BINKLEY, R. A Theory of Practical Reason. **Philosophical Review**, v. 74, n. 4, p. 423-448, 1965.
- BRATMAN, M. E. **Intention, Plans, and Practical Reason**. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 1999.
- FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. **Political Discourse Analysis: A Method for Advanced Students**. Florence: Taylor and Francis, 2013.
- FORD, A. Action and Generality. In: **Essays on Anscombe's Intention**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2011. p. 76-105.
- HARMAN, G. Practical Reasoning. **The Review of Metaphysics**, v. 29, n. 3, p. 431-463, 1976.
- HUGHES, J. Group Speech Acts. **Linguistics and Philosophy**, v. 7, n. 4, p. 379-395, 1984.
- KOCK, C. Choice is Not True or False: The Domain of Rhetorical Argumentation. **Argumentation**, v. 23, n. 1. p. 61-80, 2009.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de la argumentación: la nueva retórica**. Madrid: Gredos, 1989.
- RAZ, J. (ed.). **Practical Reasoning**. New York: Oxford University Press, 1979.
- SCHOPENHAUER, A. **De la cuádruple raíz del principio de razón suficiente**. Madrid: Gredos, 1998.
- SEARLE, J. R. **Rationality in Action**. Massachusetts: MIT Press, 2003.

\_\_\_\_\_. **Making the social world: the structure of human civilization.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

TINDALE, C. W. **The Philosophy of Argument and Audience Reception.** New York: Cambridge University Press, 2015.

TOULMIN, S. E. **Los usos de la argumentación.** Barcelona: Península, 2007.

van EEMEREN, F. H. **Una teoría sistemática de la argumentación.** Buenos Aires: Biblos, 2011.

\_\_\_\_\_; GROOTENDORST, R. **Los actos de habla en las discusiones argumentativas.** Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2013.

VELLEMAN, J. D. The Possibility of Practical Reason. **Ethics**, v. 106, n. 4. p. 694-726, 1996.

\_\_\_\_\_. How To Share An Intention. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 57, n. 1. p. 29-50, 1997.

VON WRIGHT, G. H. On So-Called Practical Inference. **Acta Sociologica**, v. 15, n. 1. p. 39-53, 1972.

WALTON, D. What is Reasoning? What is an Argument? **Journal of Philosophy**, v. 87, n. 8. p. 399-419, 1990.

\_\_\_\_\_. **Goal-based Reasoning for Argumentation.** New York: Cambridge University Press, 2015.

\_\_\_\_\_; KRABBE, E. C. W. **Commitment in Dialogue: Basic Concepts of Interpersonal Reasoning.** Albany: State University of New York Press, 1995.

\_\_\_\_\_; REED, C.; MACAGNO, F. **Argumentation Schemes.** New York: Cambridge University Press, 2008.

### Tradução

Daniel Mazzaro Vilar de Almeida

Docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

### Forma de citação sugerida

GÓMEZ, Julder. O que é argumentação prática? Tradução: Daniel Mazzaro Vilar de Almeida. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 17, p. 172-196, jul./dez.2018. DOI [dx.doi.org/10.17648/eidea-17-2285](https://doi.org/10.17648/eidea-17-2285).

